



UFPE – UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
DESENVOLVIMENTO URBANO - MDU



ANDRÉA MELO LINS STORCH

URBANISMO DA ALTERIDADE

RECIFE-PE
MARÇO DE 2017



UFPE – UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
DESENVOLVIMENTO URBANO - MDU



ANDRÉA MELO LINS STORCH

URBANISMO DA ALTERIDADE

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Urbano.

Orientador (a): Profa. Dra. Norma Lacerda Gonçalves

RECIFE-PE
MARÇO DE 2017

Catálogo na fonte
Bibliotecário Jonas Lucas Vieira, CRB4-1204

S884u Storch, Andréa Melo Lins

Urbanismo da alteridade / Andréa Melo Lins Storch. – Recife, 2017.

233 f.: il., fig.

Orientadora: Norma Lacerda Gonçalves.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Desenvolvimento Urbano, 2017.

Inclui referências 711.4. CDD (22.ed.)

UFPE (CAC 2017-159)

À Joerg,
Marina e Gabriela.

Andréa Melo Lins Storch

“Urbanismo da Alteridade”

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Desenvolvimento Urbano.

Aprovada em: 13/03/2017.

Banca Examinadora

Profa. Norma Lacerda Gonçalves (ORIENTADORA)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Maria de Jesus Britto Leite (EXAMINADORA INTERNA)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Lúcia Leitão Santos (EXAMINADORA INTERNA)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Érico Andrade Marques de Oliveira (EXAMINADOR EXTERNO)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. José Tavares Correia Lira (EXAMINADOR EXTERNO)
Universidade de São Paulo

AGRADECIMENTOS

À Deus pelo amor infinito!

Aos melhores companheiros de tese, meus amores Joerg, Marina e Gabriela, por me fazerem cantar em meio a esse grande desafio!

Aos meus pais, Francisco e Norma, e à minha família, por existirem na minha vida com tamanha compreensão e amor.

À Profa. Dra. Norma Lacerda Gonçalves, orientadora presente desde o meu ingresso no programa de doutorado, pela sua aceitação e disponibilidade, que me permitiram transformar muitas ideias em escritos, diante de sua sabedoria de vida e reconhecida trajetória acadêmica.

Aos Professores constituintes das bancas de qualificação do projeto de tese, Dr. Érico Andrade, Dr. Gentil Porto filho e Dra. Lúcia Leitão, e de qualificação desta tese, Dr. Érico Andrade, Dra. Lúcia Leitão e Dra. Maria de Jesus Brito, agradeço pelos comentários, questionamentos e valorosas sugestões e contribuições, todos decisivos na constituição do conteúdo desta pesquisa.

Ao corpo docente integrante do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, agradeço pela disseminação de seus conhecimentos e pelo permanente apoio e afeto oferecidos.

Ao Prof. Dr. Érico Andrade, filósofo, meu reconhecimento pelo contínuo interesse em estabelecer profícuos debates sobre as possíveis interfaces entre o urbanismo e a filosofia, essenciais no desenvolvimento desta pesquisa.

À Profa. MSc. Dayse Luckwu Martins, meu agradecimento às proveitosas discussões, fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos funcionários da secretaria do MDU, particularmente a Renata, pelo apoio e solicitude contínuos em atendimento às demandas do programa, como aquele referente à efetivação do meu vínculo.

Aos colegas/amigos da turma do doutorado-D014, Aliomar Ferreira Nunes, Danilo Wanderley Matos de Abreu, Dayse Luckwu Martins, Edimilson Roberto da Silva, Paula Isabel Bezerra Rocha Wanderley e Simone Carnaúba Torres pelo clima afetivo e colaborativo que norteou os nossos encontros e descobertas conjuntas ou compartilhadas.

Aos colegas professores do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Pernambuco, em especial à coordenadora Profa. Dra. Paula Maciel e às Profas. que estiveram mais junto de mim nesse percurso, MSc Luciana Menezes e MSc. Ana Luísa Rolim, pela compreensão e encorajamento.

Ao estudante Iverson Guedes, aluno do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Pernambuco, pelo seu apoio na diagramação da capa, figuras e outras atividades de apoio para a apresentação deste trabalho.

À Dra. Fátima Cavalcante Di Matteo, psicanalista, por acompanhar de perto essa minha caminhada com sensibilidade e cuidado, meu agradecimento sem fim.

À CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, responsável pelo estímulo financeiro necessário para a realização do presente trabalho de pesquisa.

Ao Pe Airton Freire, filósofo e psicanalista, pelas inspirações valiosas de seus escritos, falas e palestras.

RESUMO

A identificação de relações entre o modo de as pessoas, das classes média e alta, habitarem as cidades brasileiras, geralmente em condomínios verticalizados sem contato com o exterior, e o lado sombrio do individualismo (TAYLOR, 2011) que explica a necessidade de viver entre os supostamente iguais, conduziu esta tese a construir um alinhamento teórico entre o urbanismo e a filosofia. A indiferença quanto ao *Outro*, ou seja, o desconhecido habitante do espaço público, decorre de ele ser compreendido, prioritariamente, como hostil (DERRIDA, 1974; LEITÃO, 2009) posto que ele, reduzido ao mundo do sujeito (morador), é, assim, identificado. Tal posicionamento diante do *Outro* reflete uma ética que nasce do sujeito (*Eu*) e que tem a Ontologia como seu substrato (fatores como os de ordem socioculturais e econômicos são consequentes dessa condição). Esta tese apresenta outro fundamento, aquele desenvolvido pelo filósofo lituano Emmanuel Lévinas (1906-1995), que propõe uma inversão e traz a ética para a condição primeira da filosofia, ao postular a *ética da alteridade*. A noção é que se deve coexistir e responder à interpelação do *Outro* independentemente de quem ele seja, uma vez que ele não é objeto de apreensão do sujeito. Deriva daí o questionamento que impulsionou o desenvolvimento desta tese: existem propriedades arquitetônicas urbanas embasadas na ética da alteridade? A hipótese é de que existem, mas elas ainda não foram identificadas. Configura-se, assim, o seu objetivo: identificar os princípios da ética da alteridade que possam relacionar-se às propriedades arquitetônicas urbanas para propor predicados espaciais da alteridade. Os objetos de análise selecionados foram duas correntes do pensamento do urbanismo: (i) a funcionalista, por meio do Documento elaborado no IV Congresso de Arquitetura e Urbanismo (CIAM): a *Carta de Atenas*, e (ii) a humanista, por meio dos Documentos elaborados pelo grupo de arquitetos urbanistas *Team 10* nos dois últimos Congressos de Arquitetura e Urbanismo – IX e X CIAMs: a *Carta do Habitat* e o *Documento de Doorn*. Ainda foi objeto da vertente humanista a contribuição crítica de Jane Jacobs contida no seu livro *Morte e Vida nas Grandes Cidades Americanas* (1961). Utilizou-se o método de análise de conteúdo (BARDIN, 1977) sobre as propriedades arquitetônicas urbanas do recorte espacial referente à relação entre as edificações (o espaço do sujeito), os espaços de limiar (a ética) e os espaços públicos (o espaço do *Outro*). Os resultados foram relacionados às bases filosóficas da ética da alteridade. Finalmente, demonstra-se que seus fundamentos integram as duas correntes distintas do urbanismo expressas em diferentes predicados espaciais da alteridade. A *sombra acolhedora das edificações* que se suspendem para as diferentes pessoas e a *aproximação solidária* daquelas edificações que se doam para todos, dentre outros, fazem face ao recebimento do *Outro*, de modo a favorecer a coexistência ética.

Palavras-chave: Urbanismo da alteridade. Ética da alteridade. Propriedades arquitetônicas urbanas. Predicados espaciais da alteridade.

ABSTRACT

The identification of relationships between the way people from middle and upper classes inhabit Brazilian cities, generally in vertical condominiums without contact with the outside, and the dark side of individualism (Taylor, 2011) that explains the need to live among the supposedly equal, led this thesis to build a theoretical alignment between urbanism and philosophy. The indifference to the Other, that is, the unknown inhabitant of the public space, derives from it is being understood, as a priority, as hostile (DERRIDA, 1974 and LEITÃO, 2009) since it, reduced to the world of the subject (inhabitant) thus it is identified. Such positioning in relation to the Other reflects an ethics that is born from the subject (I) and that has Ontology as its substrate (factors such as socio-cultural and economic factors are consequent of this condition). This thesis presents another foundation, that was developed by the Lithuanian philosopher Emmanuel Lévinas (1906-1995), who proposes an inversion and brings the ethics to the first condition of philosophy, when it postulates the ethics of alterity. The notion is that one must coexist and respond to the interpellation of the Other regardless of who he is, since he is not subject to apprehension of the subject. It follows from the questioning that propelled the development of this thesis: are there urban architectural properties based on the ethics of alterity? The hypothesis is that they exist, but they have not yet been identified. Its aim is to identify the principles of the ethics of alterity that can be related to the urban architectural properties to propose spatial predicates of otherness. The selected objects of analysis were two streams of urbanism thinking: (i) the functionalist, through the Document elaborated at the Fourth Congress of Architecture and Urbanism (CIAM): the Athens Charter, and (ii) the humanist, through the Documents prepared by the group of urbanistic architects Team 10 in the last two Architecture and Urbanism Congresses - IX and X CIAMs: the Habitat Charter and the Doorn Document. The critical contribution of Jane Jacobs contained in her book *Death and Life in the Great American Cities* (1961) was also the subject of humanism. We used the content analysis method (BARDIN, 1977) on the urban architectural properties of the spatial clipping referring to the relationship between the buildings (the space of the subject), the threshold spaces (ethics) and public spaces from the other). The results were related to the philosophical bases of the ethics of alterity. Finally, it is shown that its foundations integrate the two distinct currents of urbanism expressed in different spatial predicates of otherness. The welcoming shade of the buildings that are suspended for the different people and the solidarity approach of those buildings that bend for all, among others, face the reception of the Other, in order to favor ethical coexistence.

Keywords: Urbanism of alterity. Ethics of alterity. Urban architectural properties. Spatial predicates of otherness.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - A cegueira com o Outro.....	17
Imagem 2 – Torres Estelita no Cais José	19
Imagem 3 - Torres na Rua da Aurora	20
Imagem 4 - O sujeito e os outros	27
Imagem 5 - Mundo como espelho	29
Imagem 6 - Barreiras viárias.....	34
Imagem 7 - Transporte individual	35
Imagem 8 - O rosto não é imagem.....	39
Imagem 9 - O face a face	43
Imagem 10 - Aproximação com o Outro	46
Imagem 11 - O acolhimento.....	47
Imagem 12 - Coexistência	49
Imagem 13 - Acolhimento	55
Imagem 14 - Conjunto de vias.....	57
Imagem 15 - Espaço público configurado por grandes áreas verdes	61
Imagem 16 - Espaço público configurado pelo sistema de vias. Novo paradigma urbano:	61
Imagem 17 - Deslocamento nas cidades.....	63
Imagem 18 - Ciclovias.....	64
Imagem 19 - Reivindicação de ciclovias	64
Imagem 20 - Zona 30.....	70
Imagem 21 - Elementos na escala adequada às pessoas.....	71
Imagem 22 - Escala das ruas não adequada às pessoas	72
Imagem 23 - Ensaio sobre a cegueira	74
Imagem 24 - Espaços limiares	77
Imagem 25 - As Faces do Deus Janus	78
Imagem 26 - Croquis da Villa Radiosa de Le Corbusier, 1954	86
Imagem 27 - Fábrica Fagus, 1911-13. Projeto de Walter Gropius e Adolf Meyer.	91
Imagem 28 - Interior da Fábrica Fagus, 1911-13. Projeto de Walter Gropius e Adolf Meyer.	91
Imagem 29 - Plano para o Campus do Illinois Institute of Technology- ITT.....	93
Imagem 30 - A Torre do Edifício Seagram de Mies Van der Rohe, 1954.	94
Imagem 31 - Recuo frontal do Edifício Seagram, 1954.....	95
Imagem 32 - Cinco pontos da arquitetura.	96
Imagem 33 - Villa Stein.....	97

Imagem 34 - Edificações sem recuos lateral e frontal.	103
Imagem 35 - As edificações juntas desenham a forma do espaço público.....	103
Imagem 36 - Villa Stein transparências e planos na integração do interior com o exterior.....	106
Imagem 37 - Villa Stein, aberturas em fita e a marquise de entrada.	106
Imagem 38 - Unidade de Habitação- projeto de Le Corbusier.....	109
Imagem 39 - O senhor na sombra das edificações caminha protegido.	111
Imagem 40 - O espaço livre, verde, na cidade funcionalista moderna entre as edificações. Desenho de Le Corbusier.	111
Imagem 41 - Organização da edificação a partir de suas necessidades internas.	112
Imagem 42 - Pavimento térreo: Continuidade de elementos e delimitação de espaços pelas arcadas.	113
Imagem 43 - Pavimento térreo: Continuidade de elementos e delimitação de espaços pelas arcadas.	114
Imagem 44 - Unidade Habitação de Le Corbusier.....	116
Imagem 45 - Fachadas sem hierarquia nas aberturas. Seattle Public Library.Photo: Charlie Schuck. Arquiteto: Rem Koolhaas's.....	118
Imagem 46 - O espaço contínuo.	120
Imagem 47 - O pavimento suspenso cria um vazio que se conecta com os do entorno.....	121
Imagem 48 - Outra perspectiva da continuidade espacial do edifício do Ministério da Educação e Saúde-MES.	122
Imagem 49 - Unidade de Habitação, Le Corbusier.....	123
Imagem 50 - Plan Voisin para Paris de 1925, Le Corbusier.....	124
Imagem 51 - Plan Voisin para Paris de 1925, Le Corbusier.....	125
Imagem 52 - Plano urbanístico geral de Chandigarh	130
Imagem 53 - Vegetação como elemento do espaço urbano para proteção das pessoas.	132
Imagem 54 - Sombra do Pavilhão Suíço. Projeto de Le Corbusier. 1930. Cité Universitaire. Paris.	134
Imagem 55 - Janelas em fita e estrutura independente. Casa Curutchet projeto de Le Corbusier, Argentina.....	135
Imagem 56 - Projeto Caen-Herouville (France), 1961. Candilis, Josic e Woods. Team X Fonte: Sílvio Colin.....	137
Imagem 57 - Team 10 e a concepção do espaço público como um pátio infantil extensivo à moradia.	141
Imagem 58 - Projeto Golden Lane Housing (Project), 1952. (Alison & Peter Smithson).	143
Imagem 59 - Biblioteca Nacional da França.....	144
Imagem 60 - Biblioteca Nacional da França.....	145

Imagem 61 - Interações entre espaços.	146
Imagem 62 - Pessoas habitam as cidades com finalidades próprias.	154
Imagem 63 - Conjunto de edificações e seu entorno público em um bairro de Gerona.	155
Imagem 64 - The Valley Section, inicialmente apresentada por Geddes em 1905.	156
Imagem 65 - O “Modulor” elaborado por Le Corbusier.	158
Imagem 66 - Categorias de associação humana, comunidades definidas por escala.	161
Imagem 67 - Malha cúbica da planta do Orfanato em Amsterdam.	166
Imagem 68 - Espaços limiares utilizados.	167
Imagem 69 - Elementos que configuram o espaço exterior da edificação. Orfanato em Amsterdam. Aldo van Eyck.	168
Imagem 70 - Projeto Linjbaan.	170
Imagem 71 - Projeto Linjbaan.	170
Imagem 72 - Projeto Lijnbaan.	171
Imagem 73 - Fachada do projeto Golden Lane (1952).	172
Imagem 74 - Fachada do projeto Golden Lane (1952).	173
Imagem 75 - Robin Hood Garden (1966, Londres).	174
Imagem 76 - A rua, primeira escala de associação.	177
Figura 77 - Projeto de Marlies Rohmer.	179
Figura 78 - A eventual solicitude de cuidado para com o Outro (infinito sobre seu conhecimento). ...	181
Imagem 79 - Pátio para crianças concebido por Aldo van Eyck, Amsterdam.	182
Figura 80 – Jane Jacobs	184
Imagem 81 - O interventor Robert Moses.	188
Imagem 82 - Interior da Penn Station em 1911.	189
Imagem 83 - Imagem do interior da Penn Station em demolição.	190
Imagem 84 - Jane Jacobs, à esquerda e o arquiteto Philip Johnson, a sua direita protestam contra a destruição da Penn Station.	190
Imagem 85 - Plano Voisin de Paris. Le Corbusier. 1922-30.	193
Imagem 86 - Fachada e piso em continuidade.	199
Imagem 87 - Fachada com flores.	200
Imagem 88 - Cena urbana alude ao encontro com o Outro.	201
Imagem 89 - Edificação residencial com marcação da guarita de controle acesso.	204
Imagem 90 - Edifício Trentino. Skylab arquitetos. Juiz de Fora.	205
Imagem 91 - A rua e a necessidade humana de cuidado. Autor: Henri Cartier Bresson. Paris.	206
Imagem 92 - A menina e o Outro.	209

Imagem 93 - Maior número acessos nos lotes estreitos (imagem de 1962), menor número de acesso (imagem à direita).....	211
Imagem 94 - Maior número trajetos (quadras curtas).	211
Imagem 95 - Edificações com uso misto.	214
Imagem 96 - Edificações com uso misto no entorno de vias de pedestres.	214
Imagem 97 - A Mulher idosa na janela de sua casa em um vilarejo no Nepal.	216
Imagem 98 - Sombra acolhedora e janelas para coexistência.	221
Imagem 99 - Brincadeira dentro e fora da edificação.....	222
Imagem 100 - Calle do centro de Tacubaya, cidade do México.	223

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Esquema 1 - Ética.	42
Quadro 2 - A ponte.....	45
Quadro 3 – Quadro sobre a relação entre os princípios.	69
Quadro 4 - Quadro com categorias de análise pelo tipo de espaço.	82
Quadro 5 - Quadro com categorias temáticas.	83
Quadro 6 - Quadro com categorias temáticas reordenadas segundo o tipo de espaço e as relações entre elas.....	83
Quadro 7 - Documento Carta de Atenas. Análise de conteúdo.....	99
Quadro 8 - Documentos Carta do Habitat, Manifesto de Doorn e outros escritos (Barone (2002) e Vidotto (1997)) sobre o Team 10 - Análise de conteúdo.....	148
Quadro 9 - Documento. Texto Jane Jacobs - Análise de conteúdo.....	194

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	17
2 ÉTICA DA ALTERIDADE: Fundamentos	27
2.1 O mundo não é espelho	29
2.2 A Coisificação do Outro	35
2.3 O Outro é infinito.....	38
2.4 O rosto da ética.....	43
3 ÉTICA DA ALTERIDADE: fundamentos para a coexistência.....	49
3.1 A vulnerabilidade humana	51
3.2 Os princípios do acolhimento e da hospitalidade	54
3.3 O princípio do cuidado	59
3.4. O Princípio da responsabilidade	65
4 QUESTÕES E MÉTODOS.....	74
5 URBANISMO FUNCIONALISTA: os predicados espaciais da alteridade.....	86
5.1. Urbanismo funcionalista - A Carta de Atenas.....	88
5.2 Princípios e propriedades espaciais.....	98
5.3 Predicados espaciais da alteridade	133
6 URBANISMO HUMANISTA: os predicados espaciais da alteridade.....	136
6.1 Urbanismo humanista – <i>Team10</i>	139
6.2 Princípios e propriedades espaciais.....	147
6.3 Predicados espaciais da alteridade.....	179
7 JANE JACOBS: Contribuição de sua crítica de base humanista ao urbanismo.....	184
7.1 Críticas ao urbanismo funcionalista.....	186
7.2 Princípios, propriedades e predicados espaciais.....	194
7.3 Considerações.....	217
8 CONCLUSÃO.....	219
REFERÊNCIAS.....	225

Ama teu próximo, és tu mesmo
(Lévinas, 1945)

1 INTRODUÇÃO

Imagem1 -A cegueira com o Outro.



Fonte: <https://asviagentes.wordpress.com/page/6/>. Acesso em: jan. 2014.

Na atualidade, a forma de as pessoas, de classe média e alta, habitarem as cidades brasileiras, geralmente em condomínios verticalizados com muros altos, decorre, dentre outros fatores, do individualismo e da necessidade de viverem entre os supostamente iguais. Essas edificações não estabelecem um diálogo com o entorno, visto que se relacionam com os espaços públicos¹ de maneira como se deles fossem independentes. Elas materializam uma noção da vida urbana distanciada daquela que reconhece o compartilhamento com o diferente como uma necessidade humana. Assim, em detrimento do encontro de pessoas de diferentes segmentos sociais e culturais, a cidade se faz de espaços de isolamento.

A vida do indivíduo no interior dessas edificações acentua a dificuldade de estabelecer relações com outras pessoas que estão fora de seus espaços, vivenciados no cotidiano. O desconhecimento das que estão no espaço público os leva a identificá-las como perigosas e hostis. Portanto, é preciso delas se afastar para se proteger de possíveis ameaças e agressões. E, assim, a escolha por habitar condomínios verticalizados com muros altos é autolegitimada. Fechados em si

¹ Considera-se nesta tese uma das definições de Carrión (2016) sobre o espaço público em que sobressai seu caráter espacial (calçada, rua, praça e parque) e sua função, que inscreve na cidade como espaço de aprendizagem (Joseph, Isaac, citado por Carrión), de liberdade (Habermas, citado por Carrión) e de controle (Foucault, citado por Carrión). Nesse sentido, esta tese mostra que, além de ser o espaço do entorno da edificação, ele deve ser da alteridade e configurado pela ética.

mesmos, desfavorecem suas vidas e também a de outras pessoas pela falta de coexistência, decorrente da impossibilidade de encontro no espaço público.

As intervenções do setor imobiliário, caracterizadas pela edificação vertical do tipo² edifício conhecido como *torre habitacional*, tem valorizado a referida independência em relação ao tecido no sobre o qual se implantam, não favorecendo a mencionada coexistência das diferentes pessoas nos espaços públicos dos seus entornos adjacentes. Tais edificações, em geral dissonantes³ do padrão arquitetônico e urbanístico de vizinhança, são justificadas pelos sujeitos e agentes diretamente envolvidos - dentre eles moradores, empreendedores e profissionais responsáveis pelos projetos - como propiciadores de requalificação urbanística de localidades degradadas ou subutilizadas. Entretanto, têm-se contraposto críticas contundentes às transformações decorrentes desses empreendimentos, como as referentes às edificações verticais habitacionais inseridas em áreas que faceiam centros históricos de cidades, como é o caso das conhecidas torres (Imagens 2 e 3) implantadas na área central da Cidade do Recife.

Imagem2–Torres Estelita no Cais José.



Fonte: Foto Fé Aradoso - <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?p=71083173>. Acesso em janeiro de 2014

²O conceito de tipo não é único. Além do consagrado conceito de Quatremère de Quincy (1823), esta tese conceitua o *tipo edilício* segundo o define Nascimento (2013). Ele sistematiza conceitos de diferentes autores e propõe que o *tipo* é definido por uma configuração de espaços do edifício que promove formas de relacionamento entre as pessoas. As formas de viver de grupos sociais são materializadas na disposição funcional e formal do espaço em que habitam. Essas materialidades conformam um padrão que constitui *uma solução consagrada – típica –, caracterizando o tipo arquitetônico e urbanístico*.

³ Compreende-se nesta tese que a forma arquitetônica urbana tem relação com a definição de arquitetura urbana concebida por Panerai (2013, p. 2009) e definida pela relação entre as formas que materializam os programas arquitetônicos dos edifícios e as formas do tecido urbano nas quais se implantam.

Imagem3 -Torres na Rua da Aurora.



Fonte: Foto Osvaldo Farias - <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=990089&page=631>. Acesso em janeiro de 2014

Esse tipo edilício possui pouca, e algumas vezes nenhuma, abertura para os espaços exteriores públicos, o que compromete a continuidade visual e física entre o domínio individual privado e o domínio coletivo público. Ora, tais relações - visual e física - revelam posturas éticas de isolamento e de separação entre grupos e segmentos sociais, ou seja, entre diferentes pessoas. Em suas linhas centrais, identifica-se uma relação direta entre esse tipo edilício e o comportamento moral individualista.

A crise moral marcada pelo individualismo, conforme abordada por Taylor (2011) e por Hooft (2013), se revela na capacidade de alguns grupos sociais elegerem formas de habitar os espaços das cidades sem considerarem a coletividade. Trata-se do relativismo dos valores que guia o comportamento moral e que compromete o interesse e a ação em prol da vida coletiva, principalmente se essa se compõe de sujeitos ou grupos sociais diferenciados.

Se, por um lado, a relatividade dos valores trouxe liberdade, autonomia e legitimidade às formas de ser, de viver e de se relacionar, por outro, levou à perda de princípios e horizontes comuns às pessoas. Trata-se da forma exacerbada do *relativismo*, a que totaliza o sujeito em torno de si, e que prejudica a construção da vida coletiva.

Em meio a esse contexto que caracteriza a vida no espaço de muitas cidades na contemporaneidade, há fundamentos urbanísticos em que a coexistência espacial das diferentes pessoas é proclamada e mediada pela *ética da alteridade*. É sobre essa ética aplicada ao urbanismo que trata esta tese. Afinal, a essência da vida urbana está nas pessoas. Para sua coexistência, é preciso que os espaços se organizem de modo a proporcionar formas espaciais que estimulem o encontro das diferentes pessoas e, assim, a manifestação da diversidade, da riqueza que compõe a vida humana.

Sabe-se que as edificações se dispõem no espaço urbano expressando intencionalidades quanto à relação que cada uma delas constituirá com o espaço público de seu entorno. Tais intencionalidades irão influenciar o modo como as pessoas irão vivenciá-lo. Dessa feita, na organização entre as edificações e os espaços públicos subjazem princípios que compõem os pensamentos do urbanismo. Eles podem defender relações de interdependência das edificações e de seus entornos, os espaços públicos, de modo a qualificá-los para receber as pessoas de fora das moradias, ou não. A reflexão sobre essas intencionalidades conduziu ao desenvolvimento desta tese, estabelecendo um alinhamento com a filosofia, especificamente com a *ética da alteridade*.

Como os fundamentos urbanísticos - quer sejam funcionalistas, quer sejam humanistas - têm regido as formas arquitetônicas de intermediação entre os espaços interiores (privados) e os exteriores (públicos) às edificações, questionam-se aqui as propriedades arquitetônicas urbanas que podem propiciar a coexistência das diferentes pessoas, independentemente de quem elas sejam, como é o caso de moradores e de não moradores de habitações verticalizadas.

Diante dessas indagações, esta tese buscou identificar as relações entre correntes de pensamentos do urbanismo e princípios filosóficos, especificamente aqueles tratados pela ética da alteridade de Emmanuel Lévinas (1906- 1995),⁴ com o intuito de verificar a existência de *predicados espaciais* embasados na ética alteridade.

As formas espaciais que promovem os encontros dos diferentes sujeitos sociais vêm sendo estudadas, mas não nesses termos, ou seja, de relacioná-las aos princípios da ética da alteridade, chamando a atenção para princípios que ganham *status* de universalidade e que permitem a coexistência e, ao mesmo tempo, respeitam os princípios individuais.

A dificuldade do caminho percorrido, diante da estranheza em lidar com aportes da filosofia, não habitual à formação da autora, foi suplantada neste trabalho por não se tratar de uma tese em filosofia. Não foi necessário abordar matizes diferenciados de pensamentos filosóficos, mas identificar autores que pudessem ajudar a construir um olhar específico, ético, dos princípios

⁴ Influenciado pela fenomenologia de Edmund Husserl, de quem foi tradutor, como pelas obras de Martin Heidegger e Franz Rosenzweig, o pensamento de Lévinas tem como ideia central a Ética, e não a Ontologia, como Filosofia primeira. É diante do *rosto do Outro* que o sujeito se descobre responsável e lhe vem a noção de que ele é infinito.

urbanísticos. Esses, por meio das formas espaciais, estabelecem relações entre os espaços privados - dos sujeitos moradores - e os espaços públicos de seu entorno adjacente - de outros habitantes da cidade.

Abordar fundamentos da ética da alteridade significa focar a diferença a partir do reconhecimento do outro como *Outro* (sujeito ou grupo social que não sou eu, ou não é o meu, ele é desconhecido), ou seja, aceitá-lo na sua total diferença. A abordagem proposta nesta investigação caminha nesse sentido. Ela tem despertado o interesse de muitos filósofos (AGUIAR, 2014; SOUZA, 1999 e 2000; PIVATTO, 2003; PELIZZOLI, 2014; DERRIDA, 2004; COSTA, 2008, dentre outros), o que tem impulsionado interfaces com outros campos disciplinares, como é o caso desta tese que assumiu como desafio identificar os princípios da ética da alteridade que pudessem ter expressão espacial para atuar como critério de análise do próprio pensamento urbanístico.

Para essa identificação, foi preciso apropriar-se da ética da alteridade, tendo como guia o pensamento de Emmanuel Lévinas, filósofo que buscou veementemente tratar a alteridade como fundamento ético. Esse autor considera a responsabilidade como premissa para se estabelecer a relação com o *Outro*⁵ e defende a ideia da impossibilidade de compreender o *Outro* tal como ele é, pois sempre esse é destituído das representações criadas pelo sujeito que o vê e tenta apreendê-lo a partir de suas referências.

Além disso, ele defende que é possível a aproximação do sujeito, o eu próprio, do *Outro*. Para fundamentar essa possibilidade, elabora o conceito de *rosto do Outro*. Significa que o *rosto do Outro* é linguagem, posto que ele, o rosto, fala e interpela o sujeito a sair de si diante da aparição de sua diferença. Desse modo, estabelece-se uma relação intersubjetiva em que se torna possível ganhar prioridade a responsabilidade, o respeito e o cuidado das pessoas.

Mas a apreensão desse processo não é simples. Para compreender os conceitos a ele subjacentes, foi preciso investigar como Lévinas (fenomenólogo) concilia posições da filosofia aparentemente não congruentes, porque alicerçadas em perspectivas aparentemente não convergentes, isso porque a fenomenologia explica que os sujeitos inferem sentido às coisas e às pessoas a partir de suas experiências e conhecimentos prévios. Então, como oferecer cuidado, respeito e responsabilidade sem dar-lhes sentido? Responderia Lévinas que isso é possível pela transcendência sobre qualquer significado que possa ser atribuído ao *Outro*. Como bem comenta Alves (2012, p. 44),

Lévinas iniciou um inventário da “ética pura” e do puro significado da ética que tornam todos os outros significados possíveis, e que também os colocam em questão e avaliação. Esse empreendimento conduziu Lévinas, não a uma

⁵ Todas as vezes que se escreve *Outro* com letra maiúscula, reporta-se ao sujeito ou grupo social que é desconhecido do sujeito, como trata Lévinas.

subjetividade transcendental, mas à impenetrável alteridade transcendental do Outro. Portanto, o último estágio da redução fenomenológica, na perspectiva levinasiana, é a alteridade, essa irreduzível exterioridade do Outro que desperta o eu para suas próprias e singulares responsabilidades éticas, e, assim, contribui para o nascimento da subjetividade e da sociabilidade.

A ênfase dada ao *Outro* pode fazer parecer que esse autor é um crítico da percepção fenomenológica. Entretanto, ele não desfaz a percepção das pessoas resultante da experiência entre elas. Ele apenas propõe a necessidade da transcendência sobre o saber quanto ao Outro, mesmo em meio à concretude de suas relações. Essa transcendência possibilita a relação ética entre os diferentes sujeitos, ou seja, a coexistência ética. Dessa forma, princípios como o da responsabilidade e do cuidado, por exemplo, ganham universalidade, independentemente de com quem a pessoa (o sujeito) se relaciona.

As correntes de pensamentos do urbanismo, como a funcionalista e a humanista, por sua vez, compõem-se de intencionalidades que, ao se materializarem, interferem na experiência das pessoas no espaço. Elas podem promover a coexistência dos diferentes, como: *moradores e não moradores das edificações* – ou não.

A partir dessas possibilidades, os seguintes questionamentos impulsionaram o desenvolvimento desta tese:

Quais são os princípios da ética da alteridade mais significativos que possibilitam analisar as propriedades arquitetônicas urbanas do espaço privado das edificações e dos públicos de seus respectivos entornos, capazes de promover a coexistência das diferentes pessoas?

Quais são as propriedades arquitetônicas urbanas -especificamente as que tratam da relação entre o espaço privado das edificações e os públicos de seus entornos - defendidos pelas correntes de pensamento do urbanismo, que poderiam se relacionar com os princípios da ética da alteridade?

Quais seriam seus predicados espaciais (os que predicam as propriedades arquitetônicas urbanas nos termos da ética da alteridade)?

Essas indagações contribuíram para formular o objetivo geral desta tese: *propor predicados espaciais da alteridade fundamentados na relação entre as propriedades arquitetônicas urbanas - do espaço privado das edificações e dos espaços públicos de seus entornos - propostas por diferentes correntes do pensamento do urbanismo, e os princípios da ética da alteridade.*

Em decorrência, foram delimitados os objetivos específicos: (I) identificar os princípios da ética da alteridade possíveis de se relacionar como os fundamentos do urbanismo que versam sobre a relação entre o espaço privado das edificações e os espaços públicos de seus entornos; (II) identificar princípios nas correntes de pensamentos do urbanismo (funcionalista e humanista) que versem sobre a relação das edificações com os espaços abertos públicos de seus entornos; e (III)

Identificar relações entre os princípios da ética da alteridade e os princípios presentes nas correntes de pensamentos do urbanismo, que versem sobre as relações do espaço privado das edificações com os espaços abertos públicos de seus entornos, e (IV) propor os predicados espaciais da ética da alteridade.

Para orientar o esforço de análise, foi enunciada a seguinte hipótese: Há predicados espaciais da alteridade ainda não identificados (nessa perspectiva ética) em diferentes correntes de pensamento do urbanismo, como a funcionalista e a humanista, que qualificam as propriedades arquitetônicas urbanas (especificamente referentes à relação entre o espaço das edificações e os espaços públicos de seus entornos), de forma a oferecer a possibilidade de coexistência dos diferentes sujeitos sociais.

Para atingir o objetivo delineado e comprovar a hipótese sugerida, a presente tese está dividida em oito capítulos, sendo o **Capítulo 1** esta Introdução.

O **Capítulo 2** constroi uma linha de argumentos filosóficos necessários à compreensão da ética da alteridade, incluindo o contexto sobre o qual situa sua especificidade como ética primeira e seus princípios capazes de oferecer subsídios para propor predicados espaciais que respondam a essa base teórica. Esse capítulo é composto de quatro itens.

O primeiro objetiva mostrar que a visão de alguns, como aqueles responsáveis pela predominância de edificações verticais sem continuidade espacial com seu entorno, tem predominado em função do comportamento moral mormente, individualista. Abordam-se aspectos do individualismo que, na sua forma exacerbada, conduz os sujeitos sociais a serem indiferentes à diversidade do mundo em seu entorno. Busca mostrar como os valores individuais têm sido sobrepostos aos coletivos em prol da autorrealização. O segundo aborda a crise da relatividade dos valores que leva os sujeitos sociais a apreenderem os diferentes como os *Mesmos* (iguais a si), ou a partir de suas representações. A abordagem desenvolvida se dá a partir, notadamente, dos argumentos dos filósofos Taylor (2011) e Hooft (2013). O *terceiro* mostra que a ética da alteridade é uma alternativa moral que se contrapõe ao mundo da individuação excessiva. Adere-se, sobretudo, aos pensamentos elaborados pelo filósofo Emmanuel Lévinas (1906-1995), que defendeu a ética como condição primeira à Ontologia, o que lhe permitiu construir uma nova concepção para respeitar o outro como infinitamente *Outro*, incapaz de ser apreendido. O quarto versa sobre aspectos importantes desse conceito desenvolvido por Lévinas, que disserta, especialmente, sobre o *Outro* como *rosto* que interpela o sujeito a responde-lhe, independentemente do conhecimento que dele se tem, uma vez que a resposta é ética.

O **Capítulo 3** tem como finalidade construir um conjunto de argumentos com o propósito de mostrar a necessidade humana de aderir à ética como condição primeira à Ontologia. Para seu desenvolvimento, segue-se com a abordagem de Lévinas e tomam-se subsídios de outros

pensadores, como David Hume (1711-1776), Hans Jonas (1903-1993) Jacques Derrida (1930-2004) e Leonardo Boff (2010). Esse capítulo é composto de quatro itens. O primeiro disserta sobre a condição da vulnerabilidade como uma característica inerente a todos e que requer a coexistência com o diferente. O segundo aborda esses princípios a partir da noção de hospitalidade como abertura do sujeito para o *Outro*, alinhando-se à necessidade de configurar os espaços arquitetônicos urbanos para receber e acolher quem está fora do seu espaço de moradia, pois que é um atendimento a um desconhecido. O terceiro discorre sobre o *Ser* como um *ser de cuidado*, noção que orienta a existência humana e a consequente configuração dos espaços em que habita o sujeito morador e o *Outro* no espaço aberto público do seu entorno. O quarto mostra que o *Ser* em sua existência se constitui como sujeito pela responsabilidade assumida perante o *Outro*, e ilustram-se diferentes matizes de como se pode traduzir essa noção na configuração do espaço urbano como palco da existência das diferentes pessoas.

O **Capítulo 4** disserta sobre as etapas da pesquisa realizada para a identificação dos *predicados espaciais da alteridade*. Abordam-se (i) os instrumentos e materiais utilizados, desde a revisão bibliográfica sobre a ética da alteridade e sobre o urbanismo funcionalista e humanista; (ii) os procedimentos e as etapas de investigação, desde a escolha dos documentos de referência do urbanismo à construção dos critérios de análise sobre seus postulados em relação às propriedades arquitetônicas urbanas (das edificações, dos seus espaços limiares e do espaço público de seus entornos); (iii) o método de análise de conteúdo aplicado nos documentos de referência do urbanismo (objeto empírico da tese), utilizados para descortinar as propriedades arquitetônicas urbanas capazes de subsidiar a proposição dos predicados espaciais da alteridade.

O **Capítulo 5** trata da identificação dos predicados espaciais da alteridade da corrente de pensamento do urbanismo de base funcionalista. Divide-se em três itens: O primeiro aborda o ambiente no qual ocorreu o IV Congresso de Arquitetura Moderna (CIAM) em Atenas, em 1933, quando foi elaborado o Documento de referência do urbanismo conhecido como *Carta de Atenas*. O segundo apresenta a análise de conteúdo desse Documento e identifica os princípios e as propriedades que versam sobre as relações entre as edificações, seus espaços limiares e os espaços públicos de seus entornos, relacionando-os aos princípios da ética da alteridade. O terceiro corresponde a uma síntese do item anterior com a proposição dos predicados espaciais da alteridade.

O **Capítulo 6** objetiva identificar os predicados espaciais da alteridade da corrente de pensamento do urbanismo de base humanista. Divide-se em três itens: O primeiro disserta sobre o contexto que envolveu a participação do grupo de arquitetos urbanistas reconhecidos como *Team 10* no IX e X Congresso de Arquitetura e Moderna (CIAM), ocorridos, respectivamente, em Aix-en-Provence, em 1953, e em Dubrovnik, em 1956. Esses encontros resultaram na elaboração de dois Documentos de referência do urbanismo humanista, a *Carta do Habitat* e o *Manifesto de Doorn*. O

segundo expõe a análise de conteúdo desses Documentos e identifica os princípios e as propriedades que abordam as relações entre as edificações, seus espaços de limiar e os espaços públicos de seus entornos, além de relacioná-los com os fundamentos da ética da alteridade. O terceiro diz respeito a uma síntese do item anterior e propõe os respectivos predicados espaciais da alteridade.

O **Capítulo 7** objetiva identificar contribuições para a proposição de predicados espaciais da alteridade nas críticas proferidas por *Jane Jacobs (1916-2006)* ao urbanismo funcionalista. Divide-se também em três itens: o primeiro apresenta o ambiente no qual Jacobs desenvolveu suas reconhecidas críticas e publicou seu proclamado livro *Morte e Vida nas Grandes Cidades Americanas*, em 1961. O segundo aborda os achados da análise de conteúdo do seu livro *Morte e Vida nas Grandes Cidades Americanas*, com a finalidade de identificar princípios e propriedades referentes às relações entre as edificações, os espaços de limiar e os espaços públicos de seus entornos, e identifica relações com os princípios da ética da alteridade. O terceiro corresponde às sínteses conclusivas dos itens anteriores.

Por fim, o **Capítulo 8** estabelece relações entre os predicados espaciais da alteridade propostos, apresenta os limites encontrados, a abrangência e a contribuição desta tese.

2 ÉTICA DA ALTERIDADE: Fundamentos

Imagem4 -O sujeito e os outros.



Fonte: a.razaoadequada.wordpress.com. Le désert rouge, 2015. Acesso em janeiro de 2015

A razão humana construiu palácios, fortalezas, cidadelas, repúblicas e paraísos que nenhuma pessoa jamais habitou. Quantos belos sistemas filosóficos e quantas belas estruturas foram arquitetadas com capricho e arte! A razão humana é, em si mesma, a sua majestade e a sua miséria (MELO, 2003, p. 27).

Quantas formas edilícias são responsáveis pelo tipo da vida que se leva nas cidades! Cada vez mais isolados uns dos outros, habita-se em edificações verticais que mais separam do que protegem as pessoas nos espaços das metrópoles contemporâneas, notadamente nas situadas nos países latino-americanos. O debate contra esse modo de viver no interior dos edifícios se acalora. Saindo do âmbito acadêmico, ganha força nas mobilizações sociais e, mais recentemente, naquelas que utilizam as redes sociais. Muitos gritos contra o pensamento humano que impõe supostas belezas edilícias; “arranha-céus”, causadores de destruições; destruições de paisagens, de urbanidade, de encontros.

Indo a favor dessas mobilizações, arquitetos urbanistas têm proposto inverter o predomínio da razão instrumental tecnicista (de ordem capitalista), que subjazem tais tipologias edilícias para valorizar outras mais adequadas à vida das pessoas, para além do interior das edificações.

Organizações espaciais são pensadas em prol de inferir uma melhor articulação entre os espaços privados e os públicos. No entanto, tais pensamentos não são efetivados, o que resulta na permanência da construção de “torres” monofuncionais isoladas do seu entorno, ainda que elas não contribuam, em seu conjunto, para a vida coletiva.

Os fundamentos filosóficos apresentaram-se como um caminho possível para compreender, identificar e mostrar que há nos pensamentos urbanísticos propriedades espaciais assentadas em outras bases, diferentes da tecnicista substanciada pela rigidez ontológica e individualista, que ainda sustenta a ordenação espacial de cidades como as brasileiras.

Essa outra base estaria em consonância com as teias argumentativas do filósofo Emmanuel Lévinas, que com muita ousadia trouxe a ética para a condição primeira da filosofia e, a partir daí, a alteridade. Foi com os fundamentos filosóficos desse autor, primordialmente relacionados aos conteúdos contidos nas correntes de pensamento do urbanismo, que se construiu um olhar próprio sobre as propriedades espaciais propostas e a identificação do que nesta tese se denominam *predicados espaciais da alteridade*. No Capítulo que se inicia, abordam-se os principais fundamentos de Lévinas com a finalidade de entrelaçar a filosofia da ética da alteridade com o urbanismo.

2.1 O mundo não é espelho

O ambiente caracterizado pelo individualismo acentuado, ou pelo atomismo social, é construído a partir de uma posição moral utilitária, que os sujeitos que o criam autolegitimam seus pensamentos e suas ações sobre o espaço,⁶ independentemente do que pensam os demais. A lógica na qual a realidade se constroi passa a ser o resultado do espelhamento dos interesses de alguns sujeitos, pertencentes aos grupos dominantes (Imagem 5). A vida urbana de todos se compromete pela visão de alguns.

Imagem5 -Mundo como espelho.



Fonte: Daniel Antunes, Lisboa. Acesso em janeiro de 2014

⁶ Nesta tese, dentre as definições sobre *sujeito*, adere-se àquela que o considera como matéria pensante, uma unidade que condensa todas as relações entre matéria e pensamento.

Suas ações são, assim, desvinculadas do contexto, das quais eles são parte, promovem uma indiferença pela diversidade. Esse fenômeno social, como posto nesta tese e conforme defende o filósofo canadense Charles Taylor (2011), vincula-se à crise do relativismo na sua forma exacerbada, que tem caracterizado o mundo em que se vive. Dito de outro modo, ele se refere ao aspecto negativo do relativismo que se manifesta quando o Eu, ao autolegitimar suas ações em detrimento do ambiente, se totaliza.

A manifestação do individualismo como autonomia é um aspecto necessário e, portanto, positivo do Ser. Contudo, pode revestir-se de uma forma negativa quando dá liberdade aos sujeitos e grupos para agirem segundo seus valores, independentemente dos da coletividade. Quando isso acontece, o sujeito sem os demais se totaliza e as consequências são várias, como a prevalência dos interesses de uns, grupos dominantes, sobre os dos outros. Esse fato prejudica a construção do mundo em comunidade.

Taylor (2011) se debruçou sobre esse tema, juntamente com outros autores, e relaciona-o ao mal-estar que caracteriza a sociedade contemporânea. O estado de descrença, ou niilismo radical,⁷ seria proveniente da totalização do sujeito em torno de si, ou seja, de sua desvinculação de princípios maiores que os dele.

A liberdade moderna foi conquistada quando conseguimos escapar de horizontes morais do passado. A gente acostumava considerar-se como parte de uma ordem maior. Em alguns casos, se tratava de uma ordem cósmica, uma “grande cadeia do ser”, na qual os seres humanos ocupavam o lugar que lhes correspondiam junto aos anjos, aos corpos celestes e as criaturas que são nossos congêneres na Terra. Esta ordem hierárquica se reflete nas hierarquias da sociedade humana [...] (TAYLOR, 2011, p. 38).

A atomização do sujeito refere-se ao individualismo intensificado que tem predominado em muitos aspectos que caracterizam a sociedade contemporânea ocidental,⁸ na qual o valor da liberdade frequentemente se sobrepõe a outros. Ele busca realizar suas vontades e dar

⁷ Niilismo (do latim nihil, "nada") é uma doutrina filosófica e política baseada na negação das ordens sociais estabelecidas. O niilismo surgiu na Rússia czarista, no século XIX. Segundo Martin Heidegger, o termo foi empregado pela primeira vez em 1799 pelo filósofo alemão Friedrich Heinrich Jacobi. Posteriormente, o romancista russo Ivan Turgueniev empregou esse termo para designar a concepção que, ao afirmar a existência apenas do que é perceptível pelos sentidos, nega tudo o que se fundamenta na tradição e na autoridade.

⁸ O individualismo que está imperando na sociedade ocidental tem relação com o que foi pensado por John Stuart Mill em meados do século XIX. Ele defendia que o “livre desenvolvimento da individualidade constitui um dos primeiros fundamentos do bem-estar” de uma sociedade, pois como os homens são diferentes entre si, só poderiam desenvolver-se se tivessem liberdade. Caberia ao Estado o papel de promover e de demarcar limites a essa individualidade. Ele diz que: “os homens devem se ajudar uns aos outros para distinguir o melhor do pior e incentivar-se para escolher o primeiro e evitar o último” (MILL apud MACHADO, 2014, p. 02).

encaminhamento à sua vida segundo o que compreende ser útil e apropriado para si. Desse modo, procurar a liberdade torna-se um valor superior a outros. Como ressaltam Andrade e Storch (2015) ao citarem Hayker (1999):

É esse reconhecimento do indivíduo como juiz supremo dos próprios objetivos, é a convicção de que suas ideias deveriam governar- lhe tanto quanto possível a conduta que constitui a essência da visão individualista (HAYEK, 1999, p.77 apud ANDRADE; STORCH, 2015, p. 67).

Entretanto, nem toda sociedade é assim caracterizada, e o sentido dessa abordagem refere-se à dimensão moral do termo. Diz respeito à forma de consciência do homem que pensa a si mesmo como indivíduo, logo, como independente de um contexto maior. O individualismo, assim posto, redundaria em o sujeito ser livre de qualquer submissão, e a condução de suas ações é orientada por regras pessoais, ou, quando muito, do grupo do qual ele é parte.

As críticas às consequências do individualismo na construção da vida coletiva não são recentes. Simmel (1858-1918), por exemplo, chamou a atenção para seus aspectos negativos, ao dizer que, do mesmo modo que a sociedade moderna proclamou os valores de liberdade, igualdade e fraternidade, ela defendeu pensamentos racistas. Recordem-se aqueles que incitaram às duas grandes guerras no início do século XX, e outros que ainda se encontram subjacentes nas lutas de poder e dominação.

Taylor (2011), por sua vez, não defende a vinculação da vida a uma hierarquia de ordens, como a religiosa. Contudo, salienta a necessidade de o homem situar-se em um ambiente/contexto que lhe forneça parâmetros além dos seus, que lhe sirvam para estabelecer um diálogo com a diferença, sendo tal aspecto imprescindível na construção da identidade humana.

O indivíduo responsável por suas decisões, libertado das determinações morais do Estado e da Igreja, perde em relação ao sentido e identidade comuns com os demais. Essa lacuna é preenchida pelo compartilhamento do princípio ou do propósito da busca pela autorrealização (TAYLOR, 2011, p.24).⁹

Desse modo, como acrescenta esse autor, as pessoas precisam de um sentido de pertencimento (ou crença subjetiva numa origem comum que une indivíduos distintos), pois elas precisam pensar em si mesmas como membros de uma coletividade na qual símbolos compartilhados expressam seus valores, medos e aspirações. Como não encontram, muitas vezes preenchem essa lacuna com uma busca de autorrealização. Sentem-se convocadas a lutar por essa

⁹ Taylor define (2011, p. 25): “O ideal moral da autorrealização é o de ser fiel a si mesmo, em um entendimento especificamente moderno do termo”.

autorrealização, buscam alcançar o melhor resultado de suas ações, e assim, privilegiam a eficiência em detrimento de outros princípios comuns a todos.

Agir isoladamente sem uma reflexão maior sobre a consequência de seus atos, é denominado por Taylor como uma ação pautada por uma razão instrumental ou pragmática. Tal cultura da autorrealização ganhou força a partir dos anos 1960 (com o alastramento no mundo ocidental do liberalismo e da economia capitalista) e conduziu à perda de preocupações que transcendem as próprias pessoas.

A posição moral da autolegitimação e a ação guiada segundo uma razão instrumental podem conduzir os sujeitos sociais à omissão da vida coletiva. Se cada um está preocupado em satisfazer seus desejos e necessidades, tornam-se indiferentes às demandas da sociedade. Todavia, a sociedade não deveria constituir-se em função da predominância de propósitos individuais, ignorando sua diversidade, pois a consequência é o estreitamento da vida comunitária e a efetivação de interesses de alguns grupos em detrimento dos demais.

Sustenta-se que, nesse contexto, os sujeitos tenderão a rejeitar as opções que impliquem renúncia, e irão assumir uma postura mais propícia à efetivação de seus interesses. Esse fato conduz ao egoísmo não benéfico, quando se trata de situações morais que requerem uma postura mais altruísta, diante da necessidade de compartilhamento de coisas ou de espaços em que a finalidade é o bem comum ou a vida urbana.

Não quer dizer que não haja vários motivos para a defesa de uma ética egoísta, que vão desde a necessidade de subsistência, da autopreservação e da autonomia, como foi salientado. É fato que o egoísmo não se restringe à concepção corriqueira que o associa à maldade, à vaidade e à arrogância. A crítica refere-se à postura egocêntrica ao lidar com coisas que têm consequências sobre a vida dos demais.

Nos desdobramentos negativos do relativismo exacerbado, adere-se ao que foi dito por Taylor (2011) e propõe-se o reconhecimento de uma singularidade (dos sujeitos sociais) em diálogo com outra, ou dialógica. Essa, por sua vez, precisa de um compartilhamento de valores. Nesse sentido, parte-se da ideia de que é possível trabalhar numa perspectiva da existência de valores que ganham universalidade, a depender da situação. Para tanto, aposta-se em certas regras comuns de convivência, que passam pelo reconhecimento moral da multiculturalidade. Trata-se de uma política de reconhecimento da autenticidade de cada grupo social (cultural), a partir de uma posição universal de respeito, como bem defende Taylor.¹⁰

¹⁰ A preocupação central de Taylor sobre a identidade moderna é embasada no pressuposto de que o homem (moderno) é um Ser que se autointerpreta para dar sentido ao mundo em que vive. Nos campos moral e político contemporâneo, esse autor é reconhecido como um dos representantes da denominada corrente comunitarista no debate com os liberais. As fontes do Self (1997) é sua obra principal, na qual Taylor faz uma análise hermenêutica e crítica da situação em que se encontra a sociedade na contemporaneidade.

Do ponto de vista urbanístico, trata-se do compartilhamento de princípios como os que subsidiam a organização do espaço de modo a permitir a coexistência de diferentes grupos sociais. Eles devem constituir fundamentos para guiar as intervenções no espaço urbano, em oposição a um “modelo”, ou “forma preestabelecida”, que atende a interesses de grupos sociais específicos.

O pensamento arquitetônico e urbanístico sobre a importância da coexistência socio-espacial se fez mais evidente desde os finais do século XX, com várias e diferentes abordagens (Hillier y Hasson, 1984; Holanda, 2002, et al). Entretanto, a materialização dessa condição guarda dificuldades para se efetivar na configuração dos espaços urbanos. Então por que isso ocorre?

Segundo o ponto de vista enfocado neste trabalho, a resposta reside em outro aspecto do relativismo, qual seja: a ideia de que os valores oriundos da percepção de alguns sujeitos estão desvinculados de um propósito maior, isto é, o relativismo, ao se apresentar de forma exacerbada, envolve uma centralização no *self*,¹¹ que causa um desligamento das questões que transcendem tais sujeitos (grupos sociais dominantes), sejam elas políticas, culturais, sejam religiosas. Dito de outro modo, trata-se de um “*eu desengajado*” ou de um “*self pontual*”,¹² que só se manifesta diante das coisas que interessam a alguns sujeitos. Ideias como de autocontrole e de racionalização conferem-lhes um estado de distância das coisas do mundo, mesmo quando lhes são próximas.

As consequências são várias, mas dentre elas se destaca a falta do sentimento de responsabilidade diante das mudanças que ocorrem ao redor do sujeito, como, no caso em pauta, as que transformam o espaço urbano.

Tal sentimento se assemelha ao que Simmel já destacava como “*arrogância blasé*” (1903),¹³ uma atitude indiferente do sujeito diante do mundo que lhe é exterior, ou da vida cotidiana que passa a seu redor, como diz o autor:

A essência da atitude blasé consiste no embotamento do poder de discriminar. Isto não significa que os objetos não sejam percebidos, [...] mas antes que o significado e valores diferenciais das coisas, e daí as próprias coisas são experimentadas como destituídas de substância. Elas aparecem à pessoa blasé num tom uniformemente plano e fosco; objeto algum merece preferência sobre outro (SIMMEL, 1973, p. 16).

As pessoas se tornam “opacas”, ou invisíveis, no cotidiano de alguns espaços urbanos, caracterizados ora pela monotonia de suas formas, pelos limites e pela falta de variedade, ora pelo seu oposto, como por meio de formas espaciais que produzem um excesso de estímulos às pessoas. Um exemplo de inadequação é a vida em meio a um contexto urbano marcado pelo predomínio do

¹¹ Termo utilizado por Taylor (2008).

¹² Para um aprofundamento sobre “o eu desengajado” e “o *self* pontual” ver Taylor (2000, p. 19).

¹³ A atitude *Blasé* segundo Simmel “é a incapacidade de reagir a novos estímulos com as energias adequadas [...] que associada à economia monetária, a essência da atitude blasé encontra-se na indiferença perante as distinções entre as coisas [...] não são percebidas como significantes” (1973, p. 35).

automóvel e da velocidade, em que as pessoas, ao se deslocarem em vias rápidas, como autômatos, não podem observar os demais no seu entorno, os outros. As pessoas não observam a separação espacial de suas moradias dos arredores nos quais estão inseridas e, muitas vezes, quando a percebem, entendem - o isolamento - como uma qualidade positiva da localidade em que habitam.

Esse pensamento predominante colabora para a construção de espaços edificados privados com baixa interface em relação aos espaços públicos. Prejudica-se o desenho de espaços adequados para a coexistência, sobretudo de diferentes sujeitos, moradores e não moradores. Assim, as cidades, ausentes de características espaciais que propiciem a diversidade, perdem sua essência como lugar do encontro, como sublinha Hissa:

A cidade é o lugar da praça e do encontro. É o espaço inventado, pelo homem, para a conversa, para o diálogo. Nele, os homens se encontram e se reconhecem. Contraditoriamente, entretanto, é no lugar do encontro, do diálogo, da criação de identidades que se desenvolve o espaço do estranhamento. A cidade é, portanto, o lugar da alteridade: onde se é outro, onde o estranhamento evidencia a condição daquele que não se reconhece no objeto que cria (HISSA, 2006, p.89).

O homem não se reconhece nos espaços que produz, como pode ser verificado nos referentes à circulação viária de grande extensão. Se sua função maior deveria ser a de conectar as localidades da cidade para o deslocamento humano, no entanto, ela atua como barreira devido à sua destinação ser primordialmente, para o transporte viário individual, como mostram a Imagens 6 e 7.

Imagem6 -Barreiras viárias.



Fonte: Fabiana Sieber on Flickr, 2014, SckyscraperCity. Recife. Acesso março de 2014

Imagem7 -Transporte individual.



Fonte: Carol Pugliese, 2012. Recife. Acesso março de 2014

Em espaços assim configurados, é notória a perda da possibilidade de encontro das pessoas, possíveis usuárias dos espaços públicos, mas sobre isso outros aspectos são colocados em sequência.

2.2 A Coisificação do Outro

A redução das coisas do mundo à percepção dos sujeitos,¹⁴ resultante de mecanismos cognitivos – ao mesmo tempo racionais e afetivos–, faz com que elas se tornem do modo como são compreendidas, ou seja, reduzem-se às representações, ao que delas é selecionado, categorizado e, posteriormente, ancorado pelos diferentes sujeitos, a partir de seus sistemas de valores.

Segundo Moscovici (1979apud STORCH, 2000), as representações podem ser entendidas como conjuntos dinâmicos de informações sobre as coisas, em que seu *status* é o da produção de conhecimentos que se desdobram em comportamentos. Não se trata apenas de uma simples reação a um estímulo exterior, mas vai além das opiniões ou das imagens sobre determinado objeto ou fenômeno, pois se assenta sobre um sistema que tem uma lógica e uma linguagem particular, com uma estrutura de implicações possuidora de valores e de conceitos.

As coisas do mundo são apreendidas e modeladas pelas pessoas nas situações em que são constituídas, em suas vivências. De fato, uma parte desse processo é reprodução, porém, trata-se mesmo de uma remodelação, de uma reconstrução do que se observa e se experiencia em um

¹⁴A tradição filosófica fenomenológica trata o mundo dos sujeitos e dos grupos sociais a partir da experiência que dele se tem. A sociologia e a psicologia foram as disciplinas que mais realizaram estudos sobre o mundo da percepção.

contexto. Há um jogo de atividades mentais que, ao trabalhar a apreensão do dado externo, o circunscreve a um fluxo de associações, projetando-o num espaço simbólico, construído ao longo das interações e vivências. Dessa forma, o dado externo jamais é algo acabado e unívoco, pois está o tempo todo dentro de um feixe de fatores particulares a cada indivíduo ou grupo social.

Segundo esse autor, trata-se de uma reprodução ao mesmo tempo passiva e ativa de um dado imediato, ou seja, de um reflexo interno de uma realidade externa, “cópia fiel no espírito do que se encontra fora do espírito” (MOSCOVICI, 1979, p. 47 apud STORCH, 2000, p. 35).

O sujeito, ou o grupo, situa-se num universo social e material, onde as imagens e as opiniões expressas traduzem a posição e a escala de valores do indivíduo ou de uma coletividade. Ao se combinarem as imagens advindas de estímulos exteriores, elas acionam outras já gravadas na memória e, juntas, passam por um filtro longamente elaborado pelas pessoas ou grupos, no sentido de produzir ou reproduzir posturas de um universo muitas vezes socialmente aceito. Assim, a compreensão e a representação de um determinado objeto ou espaço, por exemplo, advêm de imagens atreladas de suas qualidades icônicas e de valores que as situam em um contexto.

Passa a constituir a produção da realidade aquilo que é recebido como imagem e se submete a uma elaboração para se tornar conhecimento para um grupo de pessoas, pois está vinculado a um sistema de noções e de práticas comuns a elas.

São conteúdos trazidos ao que já é familiar- significativo - aos diferentes sujeitos. Eles já fazem parte de suas referências sobre o ambiente em que vivem, visto que foram constituídos ao longo do tempo. Dessa maneira, assimila-se o que em parte já é conhecido. A grade de significantes preexistentes dá ao desconhecido um significado, o que torna a coisa conhecida. Esse processo de cognição racional e afetiva, de dar sentido ao mundo, é positivo e necessário, mas pode implicar imposições se as coisas são conceituadas segundo a forma como delas se apropria. Então, reduzir as coisas à interpretação do (s) sujeito (s) seria como tematizá-las segundo suas percepções. Ora, se tal processo é efetivado pelos grupos dominantes, as coisas do mundo estariam reduzidas às suas interpretações, podendo parte delas ser neutralizada e até desaparecer.

Hooft (2013) e outros filósofos contemporâneos alertam para o reducionismo que o mundo da percepção pode provocar. Se há uma tentativa de impor categorias e classificações às coisas com a finalidade de trazê-las para integrá-las em um mundo familiar, está-se individualizando o mundo em que se vive ao modo de entender, de sentir e de viver de alguns.

Não por acaso, as pessoas habitam em edificações que configuram *espaços inóspitos* em seus entornos, devido ao fato de não atuarem como elementos formais que possam favorecer a presença de pessoas que caminhem ou conversem nos seus exteriores. Caracterizam-se pelos muros altos e são distribuídas sem relação com outras adjacentes, o que configura barreiras para o uso dos espaços públicos (a exemplo de alguns condomínios residenciais). Mesmo assim, tais edificações são

compreendidas como boas e seguras. Contam no seu interior com espaços para diferentes atividades de seus moradores, como as de lazer e de esportes. Os moradores não estabelecem relações cotidianas com os que estão no exterior de suas moradias, com os outros, os desconhecidos que estão no espaço público.

Esse modo de viver no interior das edificações, muitas vezes veiculado como símbolo da “modernidade e da eficiência”, é uma redução da realidade à imagem que se pretende propagar.

Defende-se que um dos motivos dessa redução se deve ao fato de cada grupo social ou setor da sociedade ter sua própria ontologia, isto é, seu conjunto de crenças, ou sistema de valores significantes, que atuam para ancorar e interpretar aspectos da realidade a seu modo.¹⁵ Nesse ambiente, a construção de separações edilícias é predominante, ainda que as consequências importem a todos.

Não se pode perder de vista que o espaço urbano é composto por partes conectadas que interagem como um sistema, ou seja, elas são interdependentes. Fecham-se as edificações para as ruas, e a maioria das pessoas se ressentem da urbanidade perdida, mas não tem, em geral, consciência desse fato.

A ausência de consciência acontece pela atomização do sujeito (redução do mundo a si) e conduz à indiferença com o que se passa ao seu redor. Sem um propósito maior, que transcenda seus interesses, é difícil romper com os princípios morais sobre os quais assenta sua vida, o que o impede de perceber a existência de outros. Tal contexto se rebate no caso concernente ao tipo de produção do espaço da torre habitacional desvinculada de seu entorno. A raiz moral condutora da ação dos agentes envolvidos diretamente com tais intervenções provavelmente é a razão instrumental, ou seja, ações desprovidas de intenções maiores do que seus interesses.

Diante dessa circunstância, questiona-se: Seria possível estabelecer uma relação ética se é comum coisificar os outros (a si, como o mesmo)? Seria possível reconhecer o Outro e respeitá-lo sem ele ser identificado (conhecido)? Seria possível aproximar-se do mundo do Outro destituído da compreensão que se tem dele?

As respostas residem no entendimento adotado nesta tese, na proposta do filósofo Emmanuel Lévinas,¹⁶ devido ao fato de ele destacar a primazia da ética face à Ontologia. Ele identifica

¹⁵ O autor (Moscovici) resume, dessa forma, os dois processos de elaboração da representação a que nos estamos referindo: a primeira (a objetivação), que traz o abstrato, o conceito, o alheio, o significante à realidade vivida, ao significado; e o segundo (a ancoragem), que a torna termo de referência para interpretar outras realidades (STORCH, 2000, p. 33).

¹⁶ Emmanuel Lévinas nasceu em 1906, em Kaunas, na Lituânia, e emigrou para a França em 1923. Ocupou, nas universidades de Potiers, Paris-Nanterre e Sorbonne, a cátedra de filosofia. De família judaica, encontrou na fenomenologia e na bíblia hebraica, assim como, no contato pessoal com Husserl e Heidegger, a matéria-prima para formular seu pensamento. Sua teoria da ética da alteridade põe em evidência um possível desrespeito

a infinitude que constitui o Outro, e defende ser tal reconhecimento o primeiro ato ético. Hooft (2013, p. 156), seguidor de algumas de suas ideias, esclarece:

Ao invés de agora ser a autoafirmação nietzschiana, ou projeto existencial de si mesmo, você se torna uma abertura ao mistério do outro. Essa não é, naturalmente, uma postura assumida de forma consciente, ou como resultado de uma decisão. É simplesmente o seu modo de ser transformado pela presença da outra pessoa. O seu projeto de si mesmo determinado a construir e afirmar a sua própria identidade e a se apropriar do meio ambiente como seu mundo vivido; é aquele da reverência e da admiração na presença do mistério do outro. E esse comportamento ou postura já tem sempre uma qualidade ética.

Ao assumir a exigência da impossibilidade de assimilar o Outro, posto que seja um mistério, torna-se possível aproximar-se dele em sua total liberdade e, assim, respeitá-lo.

A proposta de Lévinas, de trazer a ética para a condição primeira ao Ser, é, portanto, desafiadora, tanto no que concerne à compreensão de aspectos da construção do mundo sob essa perspectiva, como às possíveis consequências sobre a configuração dos espaços urbanos. No próximo item, adentra-se no aprofundamento de seus pressupostos.

2.3 O Outro é infinito

O Outro metafísico é outro de uma alteridade que não é formal, de uma alteridade que não é um simples inverso da identidade, nem de uma alteridade feita de resistência ao Mesmo, mas de uma alteridade anterior a toda a iniciativa, a todo o imperialismo do Mesmo; outro de uma alteridade que não limita o Mesmo, porque nesse caso o Outro não seria rigorosamente Outro: pela comunidade da fronteira, seria, dentro do sistema, ainda o Mesmo. O absolutamente Outro é Outrem; não faz número comigo. A coletividade em que eu digo 'tu' ou 'nós' não é um plural de 'eu'. Eu, tu, não são indivíduos de um conceito comum (LÉVINAS, 1988, p.26).

“Não reduzas quem sou às imagens que fazes de mim”, poderia dizer a moça da Imagem 8. Tal assertiva guarda relações com a construção do mundo em torno de alguns sujeitos que não veem os diferentes que com eles habitam as cidades. A produção do espaço urbano se reduz à imagem e semelhança de grupos sociais específicos— dominantes. Efetivam-se seus interesses em detrimento da diversidade que caracteriza as cidades. Tal situação apela para empreender essa reflexão a partir da ética da alteridade. Ela apresenta uma alternativa moral contra a pretensão (ainda que não consciente) dos sujeitos ou grupos sociais de autolegitimarem suas ações aquém dos interesses que lhes são alheios, são de outros.

para com a identidade (subjetividade) do Outro, considerando que o homem tende ao desejo de reduzir a subjetividade do outro a um estado de totalidade e objetivação, de reduzir o Outro ao Mesmo.

Imagem8 -O rosto não é imagem.



Fonte: Maína Pinillos Prates. Acesso em: 29 junho de 2013.

Nessa sequência, sublinham-se os postulados de Lévinas. As concepções desse filósofo estão inseridas nas várias correntes do pensamento dialógico contemporâneo. Tendo como ambiente a filosofia do século XX, Lévinas conviveu com várias formas de existencialismo. O pensamento de F. Nietzsche (1844-1900), a fenomenologia de Husserl (1859-1938), de Franz Rosenzweig (1886- 1929), de Heidegger (1889-1976) - e a sua obra “Ser e Tempo” - para citar alguns dos filósofos com os quais Lévinas conviveu, influenciaram fortemente suas reflexões (além de marcarem a história do pensamento da antropologia filosófica).¹⁷

A filosofia de Lévinas é uma proposta de um novo humanismo, no qual a ética tem sua origem a partir do reconhecimento da alteridade do Outro.¹⁸ Para Lévinas, a ação do sujeito é equivocada se tiver como origem a primazia de seu mundo. Numa relação dialogal mediada pelo respeito, dentre outros princípios da ética, o outro como Outro não se reduz a um objeto da apreensão do sujeito, tampouco se constitui como uma ameaça à sua autenticidade, mas é um apelo à responsabilidade para com o Outro, fato que também constitui a identidade do sujeito ao assumi-la.

Entretanto, o *Eu* busca modificar o mundo à imagem de si próprio, trazendo o que lhe é estranho ao que lhe é familiar e, nesse caminho, o Outro pode ser transformado no diferente ou no

¹⁷ Esses filósofos contribuíram para a construção e a reflexão crítica quanto aos direitos humanos.

¹⁸ Segundo Sidekum (2005), Lévinas vai além das perspectivas da subjetividade, do psiquismo e da egologia da Modernidade. Insere-se na compreensão do reconhecimento dos Direitos Humanos fundamentais ditados pela alteridade do outro.

semelhante ao sujeito. O problema desse processo é não encontrar uma mediação próxima da realidade do Outro; então, entre esses polos opostos, o Outro se decompõe. Não há alteridade nesse contexto, o Outro se encontra indefeso, pois é objeto da subjetividade do sujeito. Reduz-se sua singularidade a uma imagem mais ou menos identificada ao *Mesmo*, resultante do subjetivismo elaborado pelo *Eu*. Conclui-se que, no mundo do *Eu*, o do Outro é demasiadamente comprometido.

Lévinas busca a inversão desse contexto ao acentuar o direito do outro em ser Outro e desvelar a maneira como o *Eu* pode encontrar o Outro, sem reduzi-lo a si, respeitando sua alteridade. O autor formula uma das questões mais importantes e centrais de sua obra: Como o *Mesmo*, que aparece como egoísmo,¹⁹ pode entrar numa relação com o Outro, sem ao mesmo tempo extrair dele a sua alteridade?

A resposta vem da identificação da necessidade de uma relação transcendente entre o sujeito e o Outro. Uma relação com raízes na metafísica, na infinitude do Outro que escapa à apreensão do sujeito. Então, a alteridade se estabelece em relação ao próprio Outro, pois ele não se origina no mundo do *Mesmo*. Sua existência é anterior.²⁰

Se o Outro metafísico não pode ser categorizado, impossibilita o *Eu* de limitar sua liberdade. Por sua vez, se há essa liberdade para o outro ser Outro, faz-se absoluto o encontro do sujeito com o Outro, porque se dá pleno de respeito. Nesse encontro transcendente, o Outro é uma exterioridade ao sujeito.

Lévinas vai adiante, ainda, ao dizer que o *Eu* se faz também pela resposta que dá ao Outro (HOOFT, 2013), ou seja, pelo enfrentamento da capacidade de reduzir o Outro à apreensão do *Eu*. Isso é visto como uma abertura do sujeito, o que muda a qualidade do próprio Ser. Ele elabora seu pensamento ao criticar a ontologia, principalmente pelo seu papel na constituição do mundo ocidental. Diz o autor:

O homem inteiro é ontologia. Sua obra científica, sua vida afetiva, a satisfação de suas necessidades e seu trabalho, sua vida social e sua morte articulam, com um rigor que reserva a cada um destes momentos, uma função determinada, a compreensão do ser e da verdade. Nossa civilização inteira decorre desta compreensão— mesmo que seja esquecimento do ser (LÉVINAS, 1997, p.23).

O *Eu* modifica o mundo em busca de transformar tudo o que lhe é estranho à sua volta à imagem de si próprio, e aí reside o problema da ontologia. Reduzir o Outro ao pensamento do *Eu* seria um pensamento totalizante, pois gira em torno do *Mesmo*.

¹⁹ Para Lévinas, o egoísmo é o fechamento do *Eu* em si mesmo, que se busca em sua própria e exclusiva subjetividade. E, ainda, a reflexão do *Eu* que se basta em si mesmo marca uma egologia redutora do ser ao ente: o eu-em-mim-mesmo. Segundo o autor, essa circunstância sustenta todo o pensamento ocidental.

²⁰ Mesmo - representação que o *Eu* faz do Outro a partir de si.

Nessa perspectiva, a ontologia poderia ser entendida como uma filosofia do poder. Quando nega ou “destrói” o Outro, está gerando um pensamento violento e motivador da guerra, devido à aniquilação das diferenças. É nesse sentido que Lévinas defende que a ética deve ser a filosofia primeira, contrapondo-se à ontologia.

Mas para dar continuidade à argumentação empreendida neste trabalho, embasada no pensamento desse autor, é compreensível que algumas definições necessitem de esclarecimentos, uma vez que alguns leitores podem não ter embasamento filosófico para o entendimento de termos sobre a ética. Assim, a fim de sanar possíveis lacunas, são postas a seguir algumas definições.

Para Lévinas, é preciso ultrapassar a ideia que se tem do Outro para estabelecer uma relação ética. Para tanto, o sujeito precisa sair de si, ou transcender-se, a fim de respeitar o Outro como exterioridade. Esse pensamento vai contrapor-se à autossuficiência do *Ser* proclamada pela filosofia ocidental.

Para um melhor entendimento de sua proposta, busca-se definir a ética. Vasquez (2001) diz que a *ética* vem de um vocábulo grego, a palavra *ethos*, que tem duas grafias: *éthos* e *êthos*. Delas derivam vários significados. Morada ou abrigo, caráter ou índole, e hábitos ou costumes.

O primeiro sentido, de grafia *éthos*, é o de proteção, referente à morada ou lugar onde se habita. Inicialmente, referia-se ao pasto onde habitavam os animais, depois aos campos e à cidade ou à polis, onde habitavam as pessoas. Seria, então, a procedência, o país ou o lugar onde se tinha nascido. A ética se relacionava também com a política, na medida em que, para os gregos, a *polis* era o lugar, ou a *morada do homem*, e estava inserida na natureza – na *physis*. Nesse sentido, a ética é individual. Cada um tem sua própria ética.

O segundo sentido, de grafia *êthos*, representa o significado mais usual no ocidente e se refere ao caráter, ao modo de ser que se revela pelos costumes. Com maior predominância na tradição filosófica desde Aristóteles, o modo de ser vai se constituindo ao longo da vida, por meio dos hábitos que são adquiridos. Possui um sentido amplo e se traduz como forma de vida, diferenciando-se da maneira de ser. Desse modo, não é algo dado, mas adquirido.

De acordo com Torres (2001), o primeiro sentido foi reutilizado por Heidegger (1889-1976), segundo o qual a ética converge para a ontologia, na medida em que a morada do homem seria o próprio *Ser*, não se tratando de um lugar exterior, mas sua referência a si mesmo, sua atitude interior e para com o mundo. O esquema ilustrado no Quadro 1 sintetiza os significados de *ethos* anunciados:

Quadro1– Esquema 1 - Ética.

ÉTICA	Primeiro sentido– relaciona-se ao lugar ou a morada do homem, à sua procedência.
	Segundo sentido– concerne ao caráter, aos hábitos adquiridos pelo homem ao longo da vida que definem suas atitudes.
	Terceiro sentido– Heidegger (1889-1976) reutiliza o primeiro sentido, convergindo-o para a Ontologia na medida em que a morada do homem seria o próprio <i>Ser</i> , não se tratando de um lugar exterior.

Fonte: A autora.

A primeira acepção diz respeito à morada do homem, ou ainda, como retoma Heidegger na terceira definição, ao próprio *Ser* na sua existência. A segunda definição acentua a exterioridade do *Ser*, ao dizer que o caráter vai sendo adquirido pelo hábito. Em todos os entendimentos, o centro é o *Ser*.

Nesse seguimento, apresenta-se um breve entendimento da abordagem de Heidegger. Para esse filósofo, a ontologia se dá por meio da analítica existencial. O *Ser* é a manifestação do *Eu* na sua existência (no *Dasein*). Ele contrapõe-se ao pensamento metafísico ou transcendente e acentua a experiência como constituinte do *Ser*. Heidegger sustenta a tese de que o *Ser* é inseparável da compreensão do ser (a qual se desenvolve no tempo), e o *Ser* é desde sempre (por se desenrolar no tempo). Heidegger afirma a prioridade do *Ser* com relação ao ente, o que conduz ao entendimento de que ele deixa a relação ética – concreta relação com alguém – para o estágio impessoal, o que permite a apreensão e a dominação do ente pela primazia do *Ser*. Segundo o filósofo Melo (2003, p. 25), Heidegger: “Subordina a justiça à liberdade”. Lévinas não discorda de Heidegger, mas sua crítica repousa nas consequências da centralização dada ao *Ser/sujeito* e, por isso, defende a ideia de que a ética deve ser anterior à ontologia. Ele defende que o pensamento de Heidegger não contemplou o Outro como fundamento ético, dada a prioridade impressa no *Ser*.

Assim, diferentemente de Heidegger, o problema maior da filosofia não estaria no esquecimento do *Ser*. Para Lévinas, o problema reside no esquecimento do Outro, visto que a filosofia ocidental se pautou por um processo de redução do *Ser/sujeito* ao *Mesmo* e à consequente neutralização do Outro.

Escapar à redução ao Ser que possa envolver a existência do Outro, é abrir-se ao caminho condizente a uma filosofia que considera a possibilidade de tomar a heteronomia²¹ como importante para reger o comportamento moral, notadamente em situações que promovam o encontro com o diferente. Nessa circunstância, a relação com o Outro rompe com a imanência da totalidade do Eu. Mas, para tanto, Lévinas chama a atenção para o apelo ético que se faz no encontro *face a face*.

2.4 O rosto da ética

A relação ética pensada por Lévinas inscreve-se no *face-a-face* humano (Imagem 9), pois é diante do *rosto do outro* que o sujeito se descobre por ele responsável e esse outro lhe é infinitamente desconhecido. A ideia do imperativo de aceitar esse Outro (que não é o *Mesmo* – a representação feita do outro pelo Eu) é, para muitos filósofos contemporâneos, a maior contribuição desse autor.

Imagem9 -O face a face.



Fonte: Cinema clássico. com. Scene from Persona, 1966 Bergman.

²¹ A palavra heteronomia tem como formação o radical grego “hetero”, que significa “diferente”, e “nomos” que significa “lei”. Trata-se da aceitação de normas exteriores ao sujeito e reconhecidas como válidas para orientar sua consciência, possibilitando-lhe o discernimento moral sobre seus atos. Heteronomia pode colocar-se como oposta à autonomia. A palavra autonomia é formada pelo radical grego “auto”, que significa “por si mesmo”. Representa a liberdade e a independência como faculdade de se reger por si mesmo. Assim, os sujeitos têm propriedade para escolher as leis que irão reger seu comportamento moral (Fonte: Dicionário do Aurélio).

O rosto não é um fenômeno a ser compreendido dentro de uma dimensão conceitual, a partir dos dados que dele se têm. Ele se recusa a ser entendido, ele é o *rosto da ética*. Não é uma imagem representativa do sujeito; ao contrário, o rosto é uma visibilidade concreta, como afirma Lévinas: “penso que o acesso ao rosto é, à primeira vista, ético” (apud MELO, 2003, p. 163).

A nudez do rosto é da ordem metafísica e sua aparição é diferente das coisas do mundo. As coisas não nos aparecem nuas. Edificações, ruas, praças não são desprovidas de formas e/ou de ornamentos que remetem à significação, mesmo quando suas descrições são metafóricas. Já a nudez do rosto tem sua própria significação e não se identifica com o identificável – ela é infinitude.

A incompreensível diferença do rosto interpela, independentemente do significado que lhe seja inferido. Vai ser a linguagem que irá estabelecer a relação entre as pessoas - em essência, elas são separadas - mas a solicitação vem, primeiramente, do rosto, e depois a palavra possibilita o encontro.

O rosto fala, o rosto diz. Quando se olha “olho no olho”, há uma fragilização. Para Lévinas (1991), a ordem ética não vai mais instaurar-se pela determinação racional, não mais para negociar interesses, mas por uma relação *face a face*. É a partir daí que se vai estruturar a relação do *Eu* com o Outro. O *Eu* e o *rosto do Outro* sustentam e constroem o arco ético, e esse chama o *Eu* à responsabilidade.

O autor questiona: Por que eu tenho de ter responsabilidade? De onde vem a responsabilidade? Responde o autor: “*Vem do rosto*”. É universal. O rosto que diz: “não me deixe morrer de fome, não me mate” (*não aniquile minha subjetividade a partir da sua apreensão de mim, não me mate*).

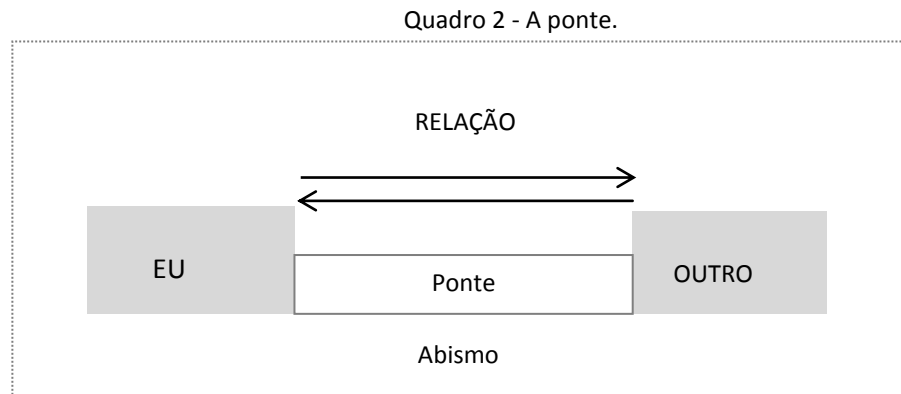
É preciso ter em conta a complexidade que comporta o conceito de rosto, para Lévinas. Por exemplo, o caso da *invisibilidade*: se, por um lado, não ver o Outro propicia a permanência da diferença entre os sujeitos, o que é positivo na perspectiva da alteridade, por outro lado, não exime sua existência e essa interpela e desafia uma resposta a ser dada para os diferentes sujeitos coexistirem eticamente.

Veja-se o caso do ambiente construído, especificamente das barreiras urbanísticas. Os muros das edificações, o padrão de ocupação do solo, o uso, ou, ainda, os tipos de implantação das edificações isoladas do entorno, dentre as muitas outras características espaciais, não anulam a existência dos vizinhos diferentes. A suposta proteção da convivência com a diferença é falsa, pois se dá por meio de uma separação artificial. Melhor seria ter os olhos para a rua, para a exterioridade, segundo Lévinas, pois é um meio ético de ligação com os outros. É necessário o *face a face* para sentir empatia e tornar-se responsável pelo diferente.

A convivência ocorrerá em outro plano, não buscando apreender o Outro, e sim transcendendo as teias do sistema cognitivo e afetivo, saindo do mundo da individuação excessiva. É

isso que o conceito de rosto propõe: uma transcendência na relação do sujeito com o Outro, admitir o abismo que os separa, no qual qualquer experiência que o sujeito tenha do Outro não diz quem ele é.

O rosto só se manifesta a partir dele mesmo. O abismo entre o sujeito e o Outro pode ser representado por meio do Quadro 2:



A superação do abismo é a relação ética, que consiste na ponte que medeia o encontro dos sujeitos. Como é uma relação entre diferentes, ela é assimétrica e, portanto, ao responder à demanda do Outro, o sujeito se refaz eticamente, pois se trata de uma resposta sem posse, pois “[...] compreendo-o a partir de sua história, do seu meio, de seus hábitos. O que nele escapa à minha compreensão é ele” (LÉVINAS, 1997, p. 31), e mesmo assim, o sujeito assume a responsabilidade pelo Outro.

Pivatto²² (2005) complementa o que foi dito por Lévinas sobre como transpor o abismo para estabelecer a comunicação entre os diferentes. Não deve ser para buscar o "Outro" como complemento, ou porque se deseja uma troca, mas sim para um diálogo.

O ser humano resiste, segundo Lévinas (1991), à totalidade,²³ a ser reduzido ao pensamento do *Mesmo*, por isso a relação ética é sempre dialogal. Ele diz que há uma resistência latente em cada sujeito, seja de ordem moral, física e sensual, seja sensível.

A razão proveniente do pensamento antropocêntrico é conivente com os privilégios, segundo Pivatto (2005), ao reflexionar sobre a proposta ética de Lévinas, para quem, o domínio do *Eu* sobre o Outro seria o primeiro grande privilégio.²⁴

²² Palestra ministrada pelo professor filósofo Pergentino Stefano Pivatto na Universidade de Católica do Rio Grande do Sul, intitulada “A Ética em Lévinas”, em setembro de 2005.

²³ Quando se fala em totalidade, pensa-se em sistemas políticos totalitários nos quais o relativismo veio contrapor seus pensamentos universais e unilaterais. Todavia, este trabalho se reporta a uma consequência reversa do relativismo, qual seja: ao relativizar tudo ao mundo dos sujeitos (de seu grupo), termina-se por totalizá-los.

A maior oferta desse autor concerne à sua compreensão filosófica da existência humana vista como de caráter primordialmente ético. Enquanto outros filósofos fenomenólogos defendem que o sujeito se apropria do mundo de acordo com o que percebe, representando (sua) uma verdade (ainda que parcial), Lévinas ocupa-se com a indiferença que se pode ter com o que não é percebido ou é ignorado, e propõe uma aproximação mediante a ética (Imagem 10).

Imagem 10 - Aproximação com o Outro.



Fonte: Filme *Persona*, Ingmar Bergman, 1966²⁵.

Como a percepção não é suficiente para a compreensão do Outro, pois que ele, desconhecido, estaria sendo resumido ao mundo do sujeito, necessário se faz transcender o conhecimento prévio para ir ao seu encontro. Mas, qual seria o “lugar” desse encontro? *O rosto!*

Na Imagem 11, o rosto de uma criança desvela sua abertura à aparição do Outro, desconhecido, e ela parece acolher seu mistério. Mostra a cena de um filme que retrata a crua verdade sobre a indeterminação que constitui as relações humanas. Difere, portanto, das demarcações elaboradas pelo sujeito que, ao temer as incertezas da existência, busca reduzir o que é

²⁴ Em seu livro “Totalidade e Infinito (1988)”, Lévinas coloca algumas questões: Não estamos nos iludindo com a Moral? Como deve ser entendida a Razão? Como devemos entender a Liberdade? A razão segundo Kant? A Liberdade como a Revolução Francesa a entendia? Para Lévinas, havia um problema, na medida em que se verificava “um divórcio, entre a Política e a Moral”. Lévinas verificava que “a Moral era para o indivíduo e a Política para a sociedade”.

²⁵ A alteridade como categoria fundamental do pensamento humano.

alheio – diferente - às suas matrizes representacionais. Mas o rosto da ética lhe escapa, indeterminado que é por natureza. E o rosto como um lugar, o que significa?

Imagem11 - O acolhimento.



Fonte: Filme²⁶ de Ana Torrent: O Espírito da Colmeia (1973).
http://www.filmologia.com.br/?page_id=7852.

Os lugares são repletos de significados, não são indiferenciados, como diz Yi- Fu Tuan (2001) em seus estudos à luz da abordagem humanista do espaço. O conceito de lugar parte do princípio de que o homem é o centro de significado e o foco de vinculação emocional com o espaço. Também a antropologia, voltando-se para o conceito de lugar, entende-o como a construção concreta e simbólica do espaço, possuindo, pelo menos, três características comuns: são identitários; são relacionais - coexistindo elementos distintos e singulares, configurando um conjunto; e são históricos, pois quem os vivencia reconhece seus marcos.²⁷

²⁶ O mistério do fora-de-quadro migrou para dentro de Ana Torrent, seu rosto agora como o mais intrigante túmulo do Segredo, o mais ferrenho, de pedra delicada, mas inquebrantável, o mais inaudito organismo em que se encerram palavras e pensamentos eternamente impronunciáveis. O que se passa aí, no coração do mistério de um rosto de criança que parece ter presenciado a Criação ou outro crime monumental e indescritível de igual monta? Quais imagens sobrevivem à noite, à fantasia e à morte, instâncias que pousam no rosto da criança e lá permanecem como uma marca de nascença? As imagens de uma ontologia monolítica: documentos de um encontro – entre Erice/Torrent – em que o que há de mais elevado, efígie apenas imaginada e sugerida da Verdade, está na cena em que Ana olha de frente a aparição do monstro do dr. Frankenstein, o duplo nefasto, o herdeiro do sobrenome maldito, o filho bastardo composto de uma série de “Outros”.

²⁷ O “não lugar”, na antropologia, pressupõe a inexistência dessas três características. Augé (1992, p. 52) define como não lugar, por exemplo, as instalações necessárias à circulação acelerada de pessoas e de bens, como aeroportos, autoestradas, estações ferroviárias, grandes centros comerciais (STORCH, 2000, p. 98).

A coexistência de lugares num mesmo espaço, da qual trata esta tese, é um desafio para quem o pensa e o planeja. O espaço não prescinde de suas características físicas ou arranjos determinados. Os habitantes, por sua vez, não devem ser determinados (pelo sujeito). Portanto, as configurações espaciais como suporte da vivência das pessoas devem possibilitar interpretações e apropriações próprias a cada ocupante e, ao mesmo tempo, comuns, quando concernem ao acolhimento, à hospitalidade, à diferença.

Às características físicas espaciais são atribuídos significados e, portanto, vão constituir lugares. Esses para coexistirem, necessitam do face a face, no qual a ponte entre os diferentes é a ética. Preciso é, então, dar lugar aos lugares, abrir espaço e dar passagem, isto é, dar o passo ao Outro, para que seja possível acolher a diferença. Aparecem, portanto, princípios comuns (ou que ganham universalidade) na relação entre os diferentes, os quais são abordados no Capítulo 3.

3 ÉTICA DA ALTERIDADE: fundamentos para a coexistência

Imagem12– Coexistência.



Fonte: Bambi in Arte urbana: versão feminina de Bansky? Por Constanza Martinez in Archdaily. Acesso em: 20 out. 2014.

As empenas das edificações podem configurar-se como locais para a expressão dos habitantes das cidades. Observam-se, de quando em quando, fachadas “cegas”, sem aberturas, que se tornam telas de comunicação para a arte urbana. O transeunte solitário, visto na Imagem 12, acima, é “acompanhado” pelo olhar do distinto casal que aparece retratado na pintura da fachada da edificação que conforma o passeio onde ele se encontra.

Paredes e muros podem ter essa função social e estética que frequentemente qualifica os espaços citadinos. Entretanto, como o tratamento dessas “telas” não substitui as pessoas no espaço público, permanece o transeunte isolado da possibilidade de estabelecer algum contato, mesmo que apenas visual, com outros, no seu passo pelas ruas das cidades.

Entabular proximidade com o Outro em algum momento e localidade no cotidiano urbano das pessoas é importante, conforme o enfoque filosófico e urbanístico abordado nesta tese. Mostrou-se, no Capítulo anterior, que o respeito pela diferença, que constitui o *Ser* como sujeito, se dá, sobretudo, pela interpelação do *rosto do Outro*. Escapável das representações do sujeito, a visibilidade do *rosto do Outro* abre caminho para a visita da sua infinitude, que interpela o sujeito e o chama à responsabilidade para com o próximo. Mas é preciso que haja espaço para esse “encontro”, para o face a face, para o qual Lévinas ofereceu imensa contribuição filosófica.

Defende-se, então, a necessidade de alguns princípios, que exercem influência sobre o comportamento moral das pessoas, ganharem *status* de universalidade, ou seja, alguns princípios

individuais passarem a ser compartilhados a fim de possibilitarem a coexistência. Desse modo, a relação de coexistência a partir da ética da alteridade é mediada por princípios comuns que apontam para a condição universal enquanto *Ser*, na sua existência, e por outros específicos que conduzem à singularidade.

Como é possível defender princípios que ganham *status* de universalidade diante de um contexto social excludente e, muitas vezes, marcado por um individualismo exacerbado? Seria uma utopia? A resposta reside em vários aspectos da vida humana, mas é a condição da sua vulnerabilidade que vai mostrar sua imprescindibilidade para guiar as ações morais dos diferentes sujeitos sociais.

3.1 A vulnerabilidade humana

Vulnerabilidade é uma palavra definida no sentido de adjetivo, como uma qualidade de uma coisa ou pessoa, mas também se define no sentido de substantivo- a vulnerabilidade²⁸ - como própria do ser humano, ou seja, para além do sentido de adjetivo confere uma noção para o indivíduo, independentemente de qualquer condição que o caracterize.

A vulnerabilidade se aplica a todos, embora o reconhecimento se restrinja usualmente a algumas pessoas com incapacidades ou com dificuldades para vivenciar sua independência ou autonomia diante de restrições físicas, sociais, políticas, ou ainda de ordem econômica.

Assim, a limitação da liberdade de alguns vincula-se erroneamente à ideia de vulnerabilidade e traz subjacente a noção de discriminação, quando a sociedade exige ações específicas de concessões²⁹ para sua inclusão no mundo dos supostamente não vulneráveis. Tal afirmativa não implica o não reconhecimento de que há pessoas e grupos sociais que necessitam de proteção específica diante de suas especificidades, mas quando se toma a noção mais ampliada de vulnerabilidade, considera-se como uma condição que a todos caracteriza. Nesse sentido, é necessário distinguir as diferenças dos termos suscetibilidade e vulnerabilidade, definidos por Almeida (2010, p. 38):

A diferença entre suscetibilidade e vulnerabilidade como processos existenciais distintos considera vulnerável a pessoa intacta, mas sob o risco intrínseco de ser ferida, e suscetível como a em situação na qual efetivamente sofre por deficiência

²⁸ Na Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), aprovada em outubro de 2005, a vulnerabilidade humana é um dos princípios éticos propostos. Termos provenientes do latim *vulnus*, vulnerabilidade e vulnerável significam aquele ente passível de ferimento. Kemp e Rendtorff definem o princípio de vulnerabilidade como: “O princípio de vulnerabilidade prescreve, no fundamento da ética, o respeito, o cuidado e a proteção do outro e do vivente em geral, sobre a base da constatação universal da fragilidade, da finitude e da mortalidade dos seres”.

²⁹ O termo concessão significa ceder algo do mundo da maioria aos “incapazes”, ou a minorias.

ou desvantagem, o que a predispõe a sofrer ainda dano suplementar. Essas diferentes formas de conceituar e tratar a vulnerabilidade permitem que à suscetibilidade se possam aplicar medidas específicas desenhadas e aplicadas de modo ativo. Deste modo, reduz-se a vulnerabilidade intrínseca neste duplo cuidado.

Ainda que todos sejam vulneráveis, é difícil o reconhecimento da premência de se alcançarem princípios comuns que norteiem o comportamento moral diante dessa situação.³⁰ Muitas vezes, essa necessidade aparece como um cerceamento da autonomia dos sujeitos para lidarem com a vulnerabilidade, sua ou alheia.

Por sua vez, a vulnerabilidade pode ser visível ou invisível, porque se refere à *corporeidade*. Ela é presente, ou factual, e igualmente transcendente, não se limita à condição física, mas conjuntamente ao sentido que lhe é dado. Segundo Merleau-Ponty, é a transcendência da *corporeidade* que define o *Ser* intencional.

Desse modo, as pessoas, ao conferirem sentido às outras, podem percebê-las na condição de *Ser* que requer cuidado, por exemplo. Agora, se o filtro perceptivo se voltar para o Outro e buscar defini-lo a partir de sua situação social, pertencente a uma classe ou grupo, por exemplo, mormente se tornam invisíveis os aspectos existenciais indispensáveis.

Isto posto, defende-se a imprescindibilidade de um reconhecimento mais amplo da condição de vulnerabilidade humana como uma característica pertencente a todos.

Admitindo-se que todas as pessoas são vulneráveis em essência, o ambiente - no sentido mais amplo do termo - no qual se habita também o *eu*, e isso confirma a necessidade de *cuidados*,³¹ de *responsabilidade* e de *respeito* para com o meio. Entretanto, a vulnerabilidade³² do meio ambiente requer a adoção de tais princípios para fazer face às suas demandas, mas nem sempre o urbanismo planejado responde a elas adequadamente. As normatizações urbanísticas atendem a diversos aspectos importantes, tais como: inclusão de pessoas com necessidades especiais - por meio de parâmetros que promovem espaços acessíveis, como os que não possuem barreiras para o deslocamento - proteção do patrimônio ambiental, histórico e cultural e atendimento às áreas de risco socioambiental.

³⁰ O art. 8º da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos da UNESCO define a obrigatoriedade do respeito pela vulnerabilidade humana, assim como pela integridade pessoal.

³¹ O termo “cuidado” abarca dois significados. O primeiro é a solicitude, o desvelo, ou ainda, a diligência. Trata-se da atenção para com o outro. O segundo se refere à intimidade e ao respeito.

³² Situações de vulnerabilidade socioambiental são definidas como a sobreposição de problemas e riscos sociais e ambientais, que caracterizam determinadas localidades. Portanto, associam-se situações de pobreza à vulnerabilidade social, e essa se agrava quando se relaciona a localidades onde pessoas estão expostas a riscos ambientais, como: enchentes, deslizamentos de terra, poluição, contato com doenças, etc.

Outra vertente refere-se à vulnerabilidade existencial, aquela que necessita da coexistência com a diversidade que caracteriza as pessoas. Ela não é comumente reconhecida como um fundamento para o planejamento urbano.

A importância da coexistência não se dá apenas porque é benéfico o encontro com quem se conhece e que pode propiciar um sentimento de pertencimento (pela suposta “igualdade” encontrada) a uma determinada localidade. Além disso, ressalte-se a relevância do sentimento da falta que se pode ter mediante a presença do Outro, do desconhecido.³³ A ausência de “espelhamento” (quando não é possível se reconhecer no Outro) conduz o sujeito à reflexão do que a ele é alheio, vinculando-o ao mundo do desconhecimento, que é constituinte da realidade. Lidar com essa situação lhe é estruturante; portanto, justifica-se a importância do espaço da coexistência com o desconhecido. No entanto, promover espaços de encontro favoráveis à coexistência depende de um querer, de forma que o mero conhecimento racional dessa condição humana não é suficiente. Segundo o filósofo David Hume,³⁴ é preciso um querer para tratar as coisas do mundo. Ele defende que a base da ordem moral não reside na razão, pois essa é uma ferramenta do desejo e do sentimento para realizar o que se quer. Primeiramente, há o desejo, e depois se instrumentaliza a ação por meio da razão.

Segundo esse filósofo, a razão permanece ociosa se não houver o desejo motivador da ação. Assim, o reconhecimento de que é bom coexistir com a diferença e atender à condição de vulnerabilidade não passa somente pela razão. Ela se dá também pelo desejo, e esse se relaciona com a empatia que se tem para com as coisas.

O sentimento de empatia liga as pessoas e permite aprovar boas ações e desaprovar más ações. Mas, qual seria o critério para discernir as boas ações? A proposta de Hume vem do pensamento utilitarista: a aprovação se daria pela aderência da maioria, ou do que venha a ser mais útil para um maior número de pessoas. Não seria virtuoso aprovar o que prejudica os outros, ou o que causa problemas sociais. Segundo Hume, as pessoas virtuosas aprovam tomando o bem geral como um critério. O sentimento virtuoso é que estabelece o conhecimento da moralidade.

Embora sintamos prazer quando agimos em prol dos outros, ou observamos tais ações por parte dos outros, não é uma motivação egoísta que nos leva a agir dessa maneira. Ao contrário, é o nosso sentimento de humanidade, ou de preocupação com os outros, que se expressa em tais ações ou reações (HOOFT, 2013, p.132).

³³ Entenda-se que a grafia do Outro com letra maiúscula se refere ao diferente ao outrem, segundo abordagem Levinasiana abraçada neste trabalho.

³⁴ Filósofo e historiador, David Hume nasceu em Edimburgo (1711-1776). Ao lado de John Locke e George Berkeley, Hume compõe a famosa tríade do empirismo britânico, sendo considerado um dos mais importantes pensadores do chamado iluminismo escocês e da própria filosofia ocidental.

Essa abordagem põe a emoção como centro, contrapondo-se à concepção clássica da razão como dominante sobre as emoções para garantir a moralidade. A contribuição de Hume reside em defender uma visão generosa da maioria dos humanos no sentido de serem virtuosos, pois seus sentimentos de benevolência guiariam suas ações morais.

Ser simpático a uma causa ou a uma pessoa requer um envolvimento, no mínimo por meio do encontro. O sentimento de empatia com o Outro precisa da coexistência. Não é possível tê-lo por quem não se vê. Já a empatia pela vulnerabilidade do Outro remete à do sujeito que o vê, por meio do “espelhamento” de si, numa abordagem ontológica e subjetivista, e interpela sua diferença. A ausência de compreensão do Outro, que não é um reflexo do sujeito, lança-o no vazio que o levará a sair de si para respeitar eticamente o *outro* como Outro, desconhecido, segundo a abordagem da ética da alteridade de Lévinas, conforme se vem colocando.

Desse modo, para responder à vulnerabilidade humana é necessária a coexistência dos diferentes sujeitos sociais. Esse é o fundamento-base para a organização espacial que permitirá os diferentes sujeitos estabelecerem respeito, responsabilidade e cuidado com o próximo. Preciso se faz compreender outros princípios para o recebimento do Outro.

3.2 Os princípios do acolhimento e da hospitalidade

É o meu corpo como abertura que me possibilita a comunicação com o outro, por meio de minha conduta e pela minha intencionalidade, as quais objetivam captar a reciprocidade dos gestos e intenções do outro. A dimensão de transcendência efetivada na experiência do corpo próprio pela consciência me torna um ser capaz de sensibilidade, um ser de “pathos”, de afetividade e também de vulnerabilidade. (ZUBE, 2012, p. 433-456).

Não existe hospitalidade sem abertura do *Ser*. É preciso estar disponível para acolher o Outro (Imagem 13). Essa disponibilidade, no entanto, é rara no mundo da velocidade, do tempo reduzido e da invisibilidade do diferente. Vista a *cidade como perigosa*, constroem-se espaços fechados que não acolhem. Sem portas e sem janelas, as edificações materializam esse indivíduo atomizado em seu mundo.

Imagem13– Acolhimento.



Fonte: Central do Brasil. Walter Salles. http://www.filmologia.com.br/?page_id=7852.

Fechado em si, o sujeito não vê o diferente, ou o *estrangeiro* (o que vem de fora), deixando-o excluído, à margem, ou ainda nas bordas da sociedade. Não sem razão o filósofo Derrida (2004)³⁵ relaciona o conceito de hospitalidade com o de alteridade proposto por Lévinas, pois hospedar o desconhecido é uma forma de transcendência do Eu.

Esse autor define o diferente de duas formas opostas: como hóspede (hôte) e como inimigo (hostis), visto que não se sabe quem ele é. Mesmo assim, alega a necessidade de acolhê-lo. Portanto, argumenta que o princípio da hospitalidade deve ser universal, ou incondicional, como ele denomina.

Fuão (2012) acrescenta que considerar o princípio da hospitalidade como incondicional resultaria em repensar a arquitetura e, em consequência, o urbanismo que tem planejado a organização espacial de muitas cidades. Reconsiderar para criar desenhos espaciais que possibilitassem a coexistência entre os diferentes sujeitos sociais. Se assim fosse feito, em um mesmo espaço existiriam vários e diferentes lugares. Diz esse autor:

³⁵ Hospitalidade, na radicalidade da palavra, está a antiga hospitália romana, o lugar onde se cuidava dos seres. O lugar onde se trata o outro, a morada dos acolhimentos. A história atesta que hospitalidade e hostilidade caminham juntas, tanto que Derrida criou a expressão 'hostipitalidade'.

O lugar deveria receber o outro sem perguntar seu nome e abrigar aqueles que não têm papel na sociedade. No entanto, a cada dia mais, nossos lugares em vez de se abrirem para os outros, de se prepararem para receber os outros, serem hospitaleiros, fecham-se em campos, em verdadeiros campos de reclusão, os quais necessitam de senhas, logins, e ids e minados de câmeras para entrar. Há câmeras por todos os lados (FUÃO, 2010, p.102).

Partes significativas das cidades mostram-se inóspitas. Caracterizam-se por tipos de organização espacial que separam as pessoas. Espaços distribuídos segundo funções ou cercados podem comprometer a hospitalidade. Portanto, tratar os espaços a partir da hospitalidade implica ter atenção às suas delimitações, como os limites entre o dentro e o fora, entre o público e o privado, entre a familiaridade (o que é familiar-conhecido do grupo de pessoas) e não familiaridade (DERRIDA, 2003).

Leitão (2009) sublinha que a hostilidade, que caracteriza grande parte dos espaços urbanos brasileiros, é um traço cultural da organização social patriarcal. Por meio da narrativa produzida por Freyre, a autora diz que a vivência espacial das pessoas se constitui em torno da casa— do espaço privado. Ressalta a negação da rua – do espaço público –, possivelmente porque não é familiar a determinados grupos sociais que valorizam o espaço doméstico, então ela é evitada. Ela acrescenta:

Um outro tipo de espaço edificado a indicar a opção brasileira por um modo de vida privado e privatista tão ao gosto do Brasil patriarcal aparece na cidade contemporânea sob a forma de shopping centers. Também eles se têm reproduzido sem medida na cidade brasileira. À semelhança da casa e de seu ajustamento— a expressão é de Freyre, uma vez mais— à vida nacional, também esses espaços logo manifestaram a marca de brasilidade que distingue a paisagem edificada no Brasil (LEITÃO, 2009. p. 07).

Reconhece-se o papel da herança cultural e a reprodução de determinados comportamentos como partícipes da constituição da vida cidadina. Entretanto, não se abraça seu determinismo, visto que o fenômeno da invisibilidade do Outro ultrapassa as singularidades culturais, sobretudo quando elas guardam semelhanças devido a estarem sob a égide de um contexto ocidental capitalista.

O cotidiano da vida urbana no espaço público mostra isso. Pessoas visíveis tornam-se invisíveis. Visíveis quando os espaços propiciam o olhar – o *face a face* – ou o encontro, e invisíveis quando há barreiras, ou limites que criam barreiras entre os sujeitos. A ausência de *hospitalidade* como fundamento para a configuração dos espaços pode tornar as pessoas invisíveis.

A Imagem 14 ilustra essa afirmativa por meio da configuração dos espaços que caracteriza muitas cidades, não só as brasileiras. Um conjunto de vias, com elevados e com calhas de grande largura, destinado, prioritariamente, aos veículos individuais privados. A ausência de outros tipos de modais para o deslocamento humano resulta numa coexistência em que ninguém se olha. Além disso, as fachadas das edificações do entorno, por estarem distantes, não permitem o olhar de dentro

para fora. Dessa maneira, os pedestres não têm espaços coletivos propícios para sua permanência e deslocamento e, em consequência, o conjunto urbano não configura uma ambiência de acolhimento.

Imagem 14 - Conjunto de vias.



Fonte: <https://mobilidadehumana.wordpress.com/2014/12/08/pedestres-sao-as-principais-vitimas-de-acidentes-de-transito-no-mundo/>. Acesso em março de 2014

A mobilidade nas grandes cidades pode requisitar vias largas e com grande fluxo de veículos, mas deve-se buscar localizá-las em seus arredores e em eixos específicos, de modo a conectar maiores distâncias, e de preferência as interurbanas. Para os deslocamentos internos, a prioridade deve ser o transporte coletivo e a diversidade de modais, o que favorece o deslocamento mais humanizado. No entanto, a configuração espacial das vias no espaço urbano de muitas cidades caracteriza-se pela mencionada distribuição, com pouca hierarquia.

As pessoas são habitantes urbanos que assumem diferentes papéis no cotidiano. Ora são moradores, hospedeiros, como define Derrida - abrigam o desconhecido -, ora são hóspedes. Nesse sentido, as edificações poderiam “colar-se” aos espaços públicos de modo a se caracterizarem com a propriedade de unir as diferenças entre as duas condições, porém, mantendo-as enquanto diferenças.

Mas, para que a hospitalidade se realize, é preciso haver a presença do hóspede, assim como a do hospedeiro, pois o hóspede espera a chegada do Outro. Diz Derrida:

O dono da casa espera com ansiedade sobre a soleira de sua casa o estrangeiro que ele verá despontar no horizonte como um libertador. E do mais longe que ele vir chegando, o senhor se apressará em gritar-lhe: 'entre rápido, porque tenho medo de minha felicidade [...]'. Entre rápido, rápido, quer dizer, sem demora e sem esperar. O desejo é a espera daquele que não espera. O desejo mede o tempo desde sua anulação no movimento de entrada do estrangeiro, o hospede esperado, não é apenas qualquer um a quem se diz 'venha', mas 'entre', entre sem esperar, faça uma parada entre nós sem esperar, venha para dentro, venha a mim, não apenas para mim, mas em mim: ocupa-me, toma lugar em mim, o que também significa tome o meu lugar (DERRIDA, 2003, p. 107).

A chegada do Outro, estrangeiro, não identificado, abre possibilidades para a libertação do *Ser* quando preso às suas determinações cotidianas. Tal abertura ao acolhimento do desconhecido une uma parte dos pensamentos de Derrida ao de Lévinas.

De Emmanuel Lévinas, partimos de um conjunto de noções que conduzem a valorizar e a conferir toda uma significação especial à ideia de hospitalidade ao precisá-la enquanto acolhimento de outro completamente diferente, denominado "Outrem". É no livro *Totalidade e Infinito* que se desenvolve a trama entre os temas do acolhimento, do estrangeiro, do rosto e, enfim, da hospitalidade (DERRIDA, 2004, p.39).

O acolhimento precede a hospitalidade, visto que a atenção e a abertura ao Outro já são uma resposta de acolhimento. Significa consentir com sua inclusão nos espaços em que vivem determinados grupos. Então, a hospitalidade se coloca tanto na abertura do sujeito quanto na adequação do espaço para receber quem chega. Sobre isso, Derrida questiona:

A hospitalidade deveria passar pela interrogação de quem chega? Do como te chamas? Diga-me teu nome, como devo chamar-te? Ou será que a hospitalidade começa pela acolhida inquestionável, num duplo apagamento, o apagamento da questão e do nome? (DERRIDA, 2004, p.39).

A acolhida é de quem está fora, é do Outro que, como desconhecido, não precisa ser denominado. Esse Outro pode ser qualquer um, mas geralmente concerne aos excluídos do sistema socioeconômico estabelecido - como o *Ser* da pobreza periférica -, ou ainda às pessoas empobrecidas pelo medo da vida, que vivem fechadas em seus condomínios. Nos dois casos, a falta de acolhimento é danosa.

Nesse sentido, uma arquitetura sem *aberturas* não poderia ser pensada como promotora de hospitalidade. Não é sem razão que se apresenta como importante o estudo do tema da *abertura* nas edificações e de seu conjunto. *Abertura* entre o interior e o exterior, entre os espaços privados e os públicos, ou ainda, *abertura* de um objeto a todos os outros.

Mas por que é preciso abertura para acolher quem não se conhece? Explicou-se sua importância quanto à condição de *vulnerabilidade humana*, à necessidade da *coexistência* dos diferentes sujeitos sociais e, em consequência, à *hospitalidade* e ao *acolhimento*. Outro princípio, o cuidado, complementa e justifica a necessidade de acolhimento da diferença.

3.3 O princípio do cuidado

“Nós não temos apenas cuidado. Nós somos cuidado”, adverte Boff (2005, p. 28) ao ressaltar o pensamento de Heidegger (1889-1976) sobre o cuidado como dimensão ontológica do *Ser*. Ele acrescenta que, “sem cuidado, deixamos de ser humanos”; portanto, é “uma constituição ontológica sempre subjacente” a tudo o que o ser humano faz.

Admitir que o *Ser* é um ser de cuidado pode ser ameaçador ao sentimento de liberdade e de autonomia dos sujeitos, como já foi dito ao dissertar sobre a vulnerabilidade. Além de que, nos tempos atuais, a interdependência das pessoas não é um valor positivo, mas sim, uma incompletude para a fruição da vida. Ser livre significa não precisar de ninguém, uma vez que necessitar do Outro está atrelado à diminuição da capacidade de independência para a autorrealização.

O retorno ao reconhecimento do cuidado urge no mundo individualista. Nesse, marcado pela suposta independência, cresce a separação entre as pessoas, principalmente quando se trata de diferentes sujeitos sociais.

Quando se cuida, fica evidente uma atenção que transcende o agente cuidador, pois os sentidos se ampliam para o exterior do sujeito. Necessita-se dessa transcendência, visto que sem o cuidado com os Outros se fica propenso a agir contra eles, simplesmente porque deles é possível se esquecer. Em meio a enormes demandas, de poder e de consumo, é difícil transcender o mundo do sujeito (o *Eu*), fato que constroi uma profunda incompreensão e, conseqüentemente, hostilidade para com o Outro e, ainda, com o meio.

O humano perde a sensibilidade peculiar a ele e se centra na objetividade, com foco nas relações sujeito- objeto onde o que importa é seu interesse primeiro, seja ele bom para o restante da natureza ou não. A humanidade centrada no modo – de – ser- trabalho se distancia da sua essência, das suas raízes e se isola em um mundo a parte que ela constrói a cada dia com mais fúria e frieza, acreditando que é possível viver com a natureza sob o seu controle e sua posse (SETÚBAL, 2009, p.22).

O cuidado envolve as relações *sujeito-objeto* e *sujeito-sujeito*, e ambas têm imbricações. Por exemplo, o encontro se dá no espaço e entre as pessoas na situação do *face a face*. Assim, o princípio do cuidado pode ser evidenciado na forma como se organiza o espaço e como ele é vivenciado.

Reconhecer esse princípio como importante para o planejamento arquitetônico urbano é admitir a necessidade de pensar configurações espaciais propícias para receber as pessoas e propiciar sua coexistência, além de que assumir o princípio do cuidado no comportamento moral com o Outro é também constituir-se como sujeito, devido à ação intencional que ele abarca.

À vista disso, o reconhecimento de que é necessário ultrapassar as fronteiras, que se materializam no espaço na forma de barreiras para a separação, é uma escolha para estabelecer o respeito pelo *Ser* em sua vida espacial.³⁶

Diversos são os tipos de elementos que constroem barreiras espaciais. A escala dos objetos construídos, como as edificações, suas distâncias e suas distribuições podem configurar ambientes para o encontro ou para a separação das pessoas. O espaço público certamente tem protagonismo quando se trata de cuidado. Degradado, mal iluminado, sem atividades, desnivelado, por exemplo, passa a imagem de ser perigoso. Mas as edificações circundantes colaboram muito para o tipo de uso pelas pessoas. Formas edilícias extensas, como as que se implantam em grandes quadras, que abrigam funções inapropriadas, como as que geram ruídos ou tráfego pesado, podem dificultar o deslocamento das pessoas e influenciar os acontecimentos no espaço público.

O cuidado no espaço público se relaciona com a característica da forma espacial do conjunto, do qual é parte, com sua manutenção e com os usos do seu entorno.

A degradação do espaço, como seu abandono, remete à fácil compreensão da falta de cuidado, pois é mais visível para quem não é especialista na sua configuração. No entanto, espaços públicos destinados tanto a vias de grande fluxo quanto a espaços verdes, não revelam cuidado quanto à escala humana, devido às grandes distâncias para um deslocamento fácil e seguro, como mostram as Imagens 15 e 16. Mesmo em recortes caracterizados pela organização espacial com percursos delimitados e edificações dispostas de forma alinhada, não há cuidado quando a escala humana não for adequada.

³⁶ Para um aprofundamento desse tema, ver: Márcio Fabri dos Anjos (2010): *Ética do cuidado e a questão das fronteiras*.

Imagem15 - Espaço público configurado por grandes áreas verdes.



Fonte: Jaime Acosta Puertas, 2014.

Imagem16 - Espaço público configurado pelo sistema de vias. Novo paradigma urbano.



Fonte: Por Daniel Fernández Quinti, 2014.

As fronteiras (diversas como as que se referem ao preconceito) que separam os diferentes sujeitos sociais e a necessidade de ultrapassá-las levaram diversos estudiosos a se debruçarem sobre o *cuidado*. Carol Gilligan (2003),³⁷ Leonardo Boff (2010;2001)³⁸e Nel Noddings (2003),³⁹ por exemplo, são alguns autores que podem ser destacados.

³⁷ Carol Gilligan (1936-) é filósofa, psicóloga e professora de Educação da Universidade de Harvard. Tornou-se conhecida por seu livro "In a Different Voice" (Teoria Psicológica e Desenvolvimento da Mulher, publicado pela Harvard University Press, Cambridge, MA, 1982).

³⁸ Leonardo Boff (1938), brasileiro, é teólogo, escritor e professor universitário. Foi um dos expoentes da Teologia da Libertação no Brasil, membro da Ordem dos Frades Menores (franciscanos) e se tornou reconhecido pela defesa das causas sociais e ambientais.

Boff (2010) relaciona o cuidado quanto à solidariedade entre as pessoas e argumenta que se trata de um princípio universal. Ele defende que o ser humano nasceu da solidariedade, pois não haveria outra maneira de sobreviver diante de sua vulnerabilidade. Apesar disso, ele reclama do individualismo no mundo e prega a necessidade de uma maior solidariedade entre as pessoas, diferentemente da tradição filosófica de outros tempos, lembrada pelo autor: “Há uma tradição filosófica dos romanos que diz que a inteligência humana é o cuidado, a ética do cuidado. Tudo aquilo que amo eu cuido, tudo o que eu cuido eu amo. Cuidar da natureza, do planeta, da casa” (BOFF, 2001, p.30).

Esse autor diz que vários foram os significados atribuídos ao *cuidado*, desde a mais alta antiguidade, dos gregos, dos romanos, passando por Santo Agostinho e culminando com Heidegger. Ele propõe quatro sentidos relacionados ao *cuidado*.

O primeiro é a *atitude derelação amigável* para com a realidade, seja ela pessoal, social, seja ambiental. O segundo é todo tipo de *preocupação* com as pessoas e as realidades com as quais se tem envolvimento. O terceiro é a *vivência* da relação entre a necessidade de *ser cuidado* e a predisposição de *cuidar*, em que se cria um conjunto de apoios e proteções tanto pessoalmente quanto socialmente. Já o quarto é a *prevenção* e diz respeito às atitudes e aos comportamentos que devem ser evitados, tendo em vista as consequências danosas, previsíveis e imprevisíveis.

Sobre este último, ele ressalta a função do cuidado para prevenir danos futuros das ações morais do presente, assim como expõe que o cuidado tem a função de resgatar os danos passados. Portanto, assumir o cuidado como princípio ético seria mais do que uma virtude, mas sobretudo um modo de se estruturar o mundo com as coisas e com as pessoas. Como afirma o autor: é um *modo de ser-no-mundo* que funda as relações que se estabelecem com todas as coisas.

Tal pensamento conduz à reflexão sobre o cuidado com o ambiente em que se vive e a questionar: Sua organização espacial se estrutura a partir do *cuidado* para abrigar as pessoas, sobretudo considerando que são diferentes? No entendimento desta tese, há uma lacuna entre o pensamento urbanístico, que tem se preocupado com a vida das pessoas nas cidades e o urbanismo planejado.

Desde a década de 1960 – quando se intensificou a crítica ao planejamento urbano, sobretudo quantitativo –, foram desenvolvidos diversos estudos sobre as características da forma urbana e seu papel na vida das pessoas. Buscou-se empreender diversas leituras e desenhos sobre aspectos que relacionavam os comportamentos socioespaciais (Hillier y Hanson (1984); Holanda (2002); Lynch (1997); Cullen (1983); Panerai (2013), *et. al.*).

³⁹ Nel Noddings (1929-), de nacionalidade americana, é pedagoga e filósofa. É mais conhecida por seu trabalho em filosofia da educação, teoria educacional e ética do cuidado.

Propriedades espaciais, como a permeabilidade da interface entre os espaços construídos privados e os abertos públicos, por exemplo, poderiam influenciar a maneira pela qual determinado grupo social se apropriaria dos espaços urbanos. A densidade e a proporcionalidade do tecido edificado, bem como as relações estabelecidas com os não edificados, foram motivo de estudo por parte de diferentes autores. A ideia era propiciar uma melhor qualidade ambiental, favorecendo a vida social no espaço.

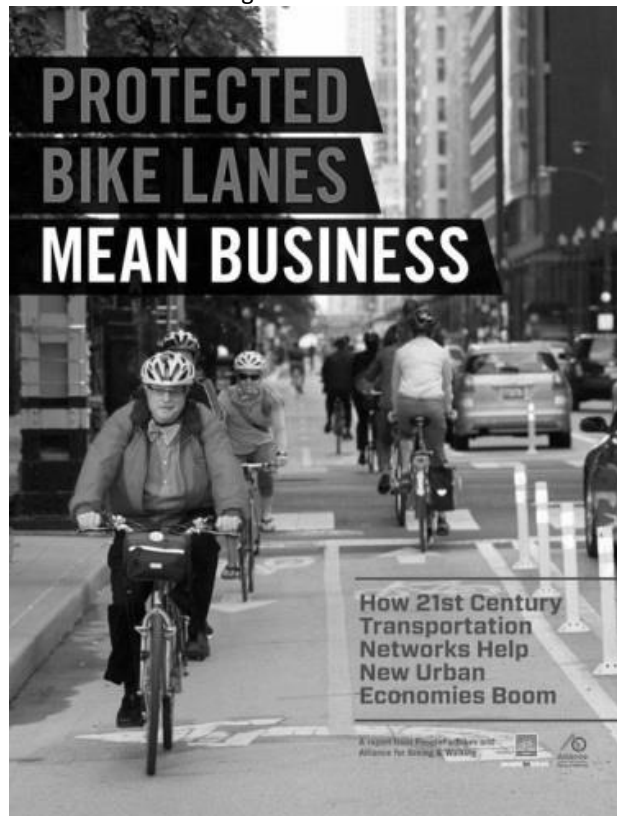
Por sua vez, na atualidade, os habitantes também têm questionado a vida que levam nas cidades. As horas passadas no trânsito, o tempo perdido no congestionamento, o dilema entre morar perto do trabalho, para evitar o deslocamento, ou em um lugar mais tranquilo. São problemas que se repetem em diversas cidades do mundo e revelam a falta de cuidado com a vivência espacial das pessoas. As manifestações em prol de uma vida mais saudável nos espaços das cidades têm aumentado a cada ano e em muitas localidades, como ilustram as Imagens 17, 18 e 19.

Imagem17 - Deslocamento nas cidades.



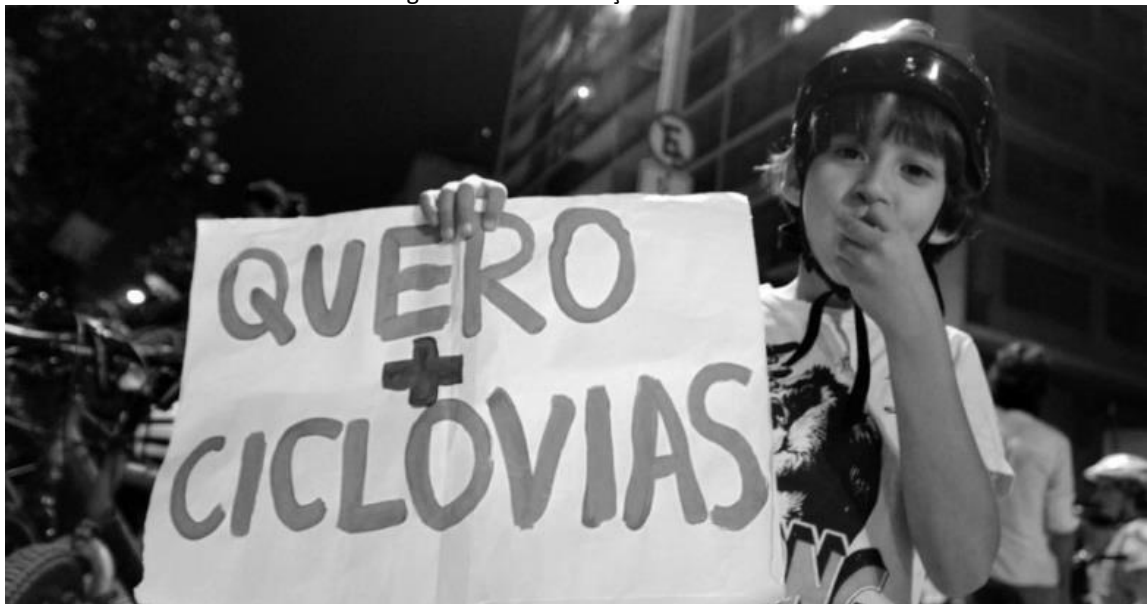
Fonte: Project for Public Spaces on Dec 19, 2013.

Imagem18– Ciclovias.



Fonte: Pro Walk/Pro Bike/Pro Place 2014. Project for Public Spaces on Dec 19, 2013.

Imagem19 - Reivindicação de ciclovias.



Fonte: Cris Faga/Fox Press Photo/Estadão. Acesso em: 25 maio 2016.

A forma urbana desenhada de maneira inadequada pode contribuir para o aumento de acidentes no espaço urbano, como os referentes aos ciclistas que requerem rotas protegidas para um deslocamento seguro. Uma cidade planejada para abrigar sobretudo o automóvel individual não

prioriza o deslocamento das pessoas nos passeios públicos, como as calçadas, e não toma o *cuidado* como um princípio balizador da sua ordenação espacial.

Outras abordagens sobre o princípio do *cuidado* são relevantes mencionar. As relações entre as pessoas guardam um significado moral, como é do conhecimento comum. Entretanto, pode existir uma diferença no comportamento moral entre homens e mulheres. Eis que essa é uma afirmativa das autoras americanas Carol Gilligan e Nel Noddings desde meados de 1980. É frequente ser atribuído a elas, o surgimento da ética do cuidado como uma teoria moral distinta. Elas defendem a "voz do cuidado", feminina, como uma alternativa moral e legítima à "perspectiva da justiça", masculina, na teoria liberal dos direitos humanos.

Carol Gilligan, psicóloga feminista, faz essa distinção entre os homens e as mulheres ao defender a existência de um modo feminino de resolver os problemas morais pautado na ética do *cuidado*, e o modo masculino mediado pela ética da *justiça*. No seu livro *A Different Voice* (1982), ela disserta que o comportamento moral da mulher se embasa na experiência e nos relacionamentos de *cuidado* que teve com a mãe ou com sua própria maternidade. Desse modo, a necessidade de respeitar os direitos de outras pessoas se vincularia mais ao mundo masculino, e o de cuidar ao feminino. Nel Noddings (2003) concorda com Gilligan, mas se distancia ao propor que a ética do cuidado deveria ser uma abordagem alternativa à ética da justiça, enquanto Gilligan afirma existir uma complementaridade.

Os estudos dessas autoras contribuem, neste trabalho, para situar o *cuidado* como uma prerrogativa fundamental para a ação moral, ainda que atuem em outro campo disciplinar. Ao reconhecimento do *cuidado* como princípio balizador do comportamento moral, acrescente-se a *responsabilidade*.

3.4. O Princípio da responsabilidade

Contemporâneo de Lévinas, o filósofo Hans Jonas (1973)⁴⁰ faz uma crítica à ética tradicional, que tem o sujeito como centro, mas se diferencia de Lévinas por tratar a natureza como o Outro do sujeito. Jonas veio reclamar o papel da natureza como objeto da responsabilidade humana. Argumenta que a ética não se ocupou em estabelecer princípios convincentes para interferir na ação humana sobre o meio ambiente. Diz que é emergente à ética garantir a existência humana e de todas as formas de vida na biosfera. Para tanto, propõe a responsabilidade como um princípio ético fundamental para guiar a ação moral da civilização tecnológica, como ele a denomina.

⁴⁰ Hans Jonas (1903-1993) é considerado um dos representantes do grupo dos filósofos judeus nascidos na Alemanha. Durante quase todo século XX, foram vivenciadas as grandes mudanças e os problemas que marcaram esse período. Presenciou a crise europeia nas décadas de 1920 e 1930 e as duas grandes guerras Mundiais, assim como o Nazismo, e, como ele chama, o triunfo da sociedade tecnológica.

O período moderno foi marcado pelo imperativo categórico kantiano e esse, segundo Jonas, negou tudo que fosse extra-humano. O propósito kantiano era: “Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal” (KANT, 1980, p. 129), ou seja, age de tal maneira que o princípio de tua ação se transforme numa lei universal, ao menos no que tange às ações do próprio sujeito. O imperativo de Kant é um caso da ética a serviço da ação individual. Dirige-se ao imediato e só requer a consistência do ato consigo mesmo. O imperativo proposto por Jonas é de outra ordem. Volta-se para a ação coletiva, considerando-a como um bem público e não individual.

Ele aborda o princípio da responsabilidade como uma ética que trata o meio ambiente como um todo e leva em consideração as incertezas da vida futura. Ainda busca reverter o isolamento do ser humano do restante da natureza, e aponta, em consequência, sua condição sistêmica, a do homem com o meio ambiente:

Nem uma ética anterior tinha de levar em consideração a condição global da vida humana, o futuro distante e até mesmo a existência da espécie. Com a consciência de extrema vulnerabilidade da natureza a intervenção tecnológica do homem, surge a ecologia. Repensar os princípios básicos da ética. Procurar não só o bem humano, mas também o bem de coisas - extra-humanas, ou seja, alargar o conhecimento dos “fins em si mesmos” para além da esfera do homem, e fazer com que o bem humano incluísse o cuidado delas (JONAS, 2005, p. 40).

Jonas é enfático ao relacionar a responsabilidade com o cuidado: “A responsabilidade é o cuidado reconhecido como obrigação em relação a outro ser, que se torna preocupação quando há uma ameaça à sua vulnerabilidade” (JONAS, 2006, p. 352).

Sua chamada à responsabilidade, observada em meados do século XX, é extremamente atual e ele se reporta ao crescimento exagerado das cidades, bem como às interferências técnicas sobre a natureza, e adverte que a própria existência humana tem sido posta em jogo: “A vinda da chuva ácida, o efeito estufa, a poluição dos rios e muitos outros efeitos perigosos, fomos pegos de cheio na destruição de nossa biosfera” (JONAS, 2005, p. 352-353).

O homem, segundo esse filósofo, é responsável pelos mundos animal, vegetal, mineral e, ainda, pela biosfera e pela estratosfera. Por conta disso, as incertezas da vida futura são maiores devido ao isolamento do homem quanto a essa compreensão. Ele sublinha o papel da ação do presente no desenho da vida futura e desenvolve as categorias que seguem para melhor definir o princípio da responsabilidade.

Heurística do temor – Reporta-se à prevenção contra os malefícios do futuro, identificados por meio de diagnósticos ruins feitos sobre as coisas do presente. Assim, para evitar danos futuros, é necessário trabalhar com o pior cenário resultante de nossas ações.

A proposta de Jonas é utilizar o medo como um meio de aprendizagem para elaborar previsões negativas sobre a ação humana. Antecipações do pior cenário e suas consequências desastrosas fomentariam a responsabilidade humana. Convocar as pessoas para deterem a destruição ambiental por meio da *heurística do temor*, ou da “primazia do mau prognóstico”, despertaria no ser humano a responsabilidade. O temor defendido por Jonas se relaciona então com o zelo pelas coisas submetidas à ação inconsequente.

Dedica-se ao mau prognóstico e rejeita a esperança, por compreendê-la como ilusória e prejudicial à ação humana, que deve ser cuidadosa com as coisas do mundo. Não propõe um pessimismo, mas um investimento na atenção e no conhecimento das possibilidades efetivas dos danos que a ação moral do presente pode causar. Quer despertar o temor nas pessoas para que se disponham a participar como agentes que podem alterar as causas da ação. Portanto, a *heurística do temor* é entendida também como um princípio do conhecimento.

Hans Jonas aborda tanto o poder quanto a necessidade do limite humano diante de suas ações. O poder é o uso ilimitado do avanço tecnológico guiado pela promessa de um suposto progresso infinito e pela ilusão da abundância dos recursos oferecidos pela natureza. O limite é ter conhecimento dos efeitos devastadores que a técnica pode ocasionar.

O Fim e o Valor – É o reconhecimento de que todas as coisas produzidas ou feitas têm uma finalidade e um valor. Ambas as qualidades estão relacionadas. Assim, uma casa tem como finalidade a moradia (acolher a morada do homem, como diz Lévinas), e um significado, ou valor simbólico, para quem a habita. Uma rua, por sua vez, destina-se ao deslocamento das pessoas. Se essa é sua finalidade, ou função prioritária, os diversos modais, como os carros, servem para transportar, não para impedir que as pessoas caminhem, se vejam ou até se encontrem. Quando são assim utilizados, a rua perde o seu valor. Para Jonas, a finalidade maior de tudo é a preservação da vida.

O Bem, o Dever e o Ser – O autor defende que o *Bem* pertence ao próprio *Ser*, desde que suas ações se movam pelo imperativo ético sobre o direito que todo *Ser* tem de existir. O *dever* de fazer o *bem*, entretanto, é dependente da vontade de transformar o *bem* em ação. Ora, se existem deveres que dependem da vontade do agente, existem também seus direitos, e é essa reciprocidade que operacionaliza a vontade desse agente de *dever* fazer o bem para a preservação da sua própria existência.

A responsabilidade pelo *Ser* implica reponsabilidade também pelo seu futuro que ainda não existe, mas que está projetado pela continuidade do direito de existir e de estar no mundo.

Relação entre a Responsabilidade Paterna, a Política e a Total – Vinculada ao desenvolvimento individual do *Ser*, a responsabilidade *Paterna* é contingente ao processo educativo, do Ser-filho, que envolve linguagem, códigos sociais, conhecimentos e normas. Já a responsabilidade

política e a total são bem mais amplas, diante de sua dimensão histórica e coletiva. Jonas propõe alguns questionamentos:

O que vem agora? Para onde vamos? E em seguida, o que houve antes? Como se liga o que está ocorrendo agora com o desenrolar da existência? Em uma palavra, a responsabilidade total tem de proceder de forma “histórica”, aprender seu objeto na sua historicidade. Esse é o sentido preciso do elemento que caracterizamos aqui como continuidade (JONAS, 2006, p. 185).

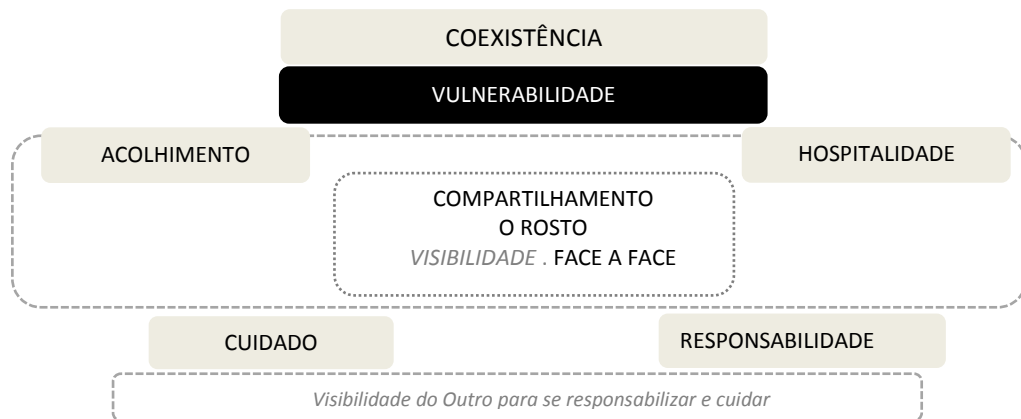
A preocupação fundamental do autor está voltada para o futuro e, portanto, ele busca identificar critérios e motivos para as pessoas coletivamente se responsabilizarem pela continuidade histórica de diversos aspectos que constituem a vida do homem e do meio ambiente. Articula a responsabilidade individual e a coletiva para o *cuidado* com a vida de hoje e a de amanhã. Desse modo, mais uma vez investe no princípio da *responsabilidade* como um imperativo ético para a existência.

Lévinas aborda a responsabilidade de outro modo, pois, como princípio, a ética é anterior ao *Ser*. O *rosto* faz uma exigência ética para existir em total liberdade. Portanto, a responsabilidade não pode constituir-se como um atributo da subjetividade. Se assim fosse, a relação ética da alteridade se comprometeria por meio da subjetividade (que move a vontade e o interesse) do Sujeito. Nesse sentido, a responsabilidade pelo Outro se funda por meio da relação ética e não pelo sujeito.

O pensamento de Lévinas foi muito contestado em relação à sua efetivação. Há quem diga que fatores como a banalidade da morte, da violência, dos gritos dos excluídos, da fome e da miséria, só para citar alguns exemplos, contradizem a aplicabilidade da ética da alteridade.

Entretanto, é justamente em razão da indiferença quanto ao que acontece no mundo, aparentemente alheio ou exterior aos sujeitos, que se adere à proposta ética de Lévinas. Ainda que sua aplicabilidade completa seja difícil, tal proposta oferece princípios norteadores de grande valia para a construção de relações mais igualitárias e, em consequência, para a produção de configurações espaciais que possibilitem a coexistência. O diagrama a seguir, Quadro 3, mostra o encadeamento dos princípios abordados.

Quadro3– Quadro sobre a relação entre os princípios.



Fonte: Desenho elaborado pela autora.

O comportamento moral cuidadoso com o Outro reconhece a condição da *vulnerabilidade* humana e a importância da *coexistência* dos diferentes no mesmo espaço. O olhar para o Outro - *o face a face* - acontece quando se está próximo, o que possibilita sentir empatia e, consequentemente, a responsabilidade para com o desconhecido.⁴¹

Desse modo, a *hospitalidade* e o *acolhimento* implicam *proximidade* entre os sujeitos. Esse predicado espacial materializa-se de diferentes formas, sendo interessantes as que possibilitam compartilhar os acontecimentos. Exemplo disso são as ruas e as calçadas sem sinais de trânsito.

A ausência de delimitadores de comportamento espacial – nesse caso os sinais – faz parecer que as localidades são inseguras. No entanto, experiências desse tipo, em algumas cidades, demonstram que seus usuários *prestam mais atenção* no que acontece ao seu redor, e isso termina por reduzir o número de acidentes, pois os próprios usuários se tornam *responsáveis* pelo Outro.

A cidade do Recife mostra alguma consideração com tal problemática, ainda que seja bem inicial. Foi implantada sua primeira *Zona 30*, em julho de 2014, na área do seu centro histórico – O Bairro do Recife.⁴² Trata-se de uma área com vinte e duas vias com velocidade reduzida a 30km/h. A *Zona 30* é uma política urbanística adotada com sucesso em cidades como Paris, Barcelona e Amsterdã. Essa ideia situa-se numa visão embasada em critérios de urbanidade, em que o espaço público é também destinado à socialização. Assim, a fim de nele permanecer, é preciso que as suas diferentes funções se tornem compatíveis. Para tanto, foram elaborados estudos (SANS, 2009) que indicaram essa velocidade como a adequada. A redução da velocidade parte também do

⁴¹ Em 2004, algumas cidades da Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Holanda e Inglaterra começaram a criar *Espaços Compartilhados*, ou seja, ruas e calçadas onde não há sinais de trânsito. Chicago aprovou seu primeiro *Espaço Compartilhado* em Argyle, onde eliminou alguns sinais e reduziu a velocidade dos veículos para 24 km/h, um limite ainda inferior ao das *Zonas 30*.

⁴² Entre o polígono formado pela Avenida Alfredo Lisboa, Cais da Alfândega, Cais do Apolo e Rua do Observatório.

entendimento de que o fluxo mais ordenado de veículos provoca mudanças no comportamento dos condutores, ao criar um espaço harmonioso e seguro para a convivência de motoristas, ciclistas e pedestres. A Imagem 20 ilustra uma zona 30 no Recife.

Imagem20 - Zona 30.



Fonte: Coletivo Ocupeestelita, 2014.

Defende-se que a redução de velocidade, norma imposta, em si não promove o cuidado com o ciclista, mas possibilita o *olhar* entre os diferentes. Esse *face a face* conduz ao compartilhamento da necessidade do *cuidado* com a vulnerabilidade humana. Os condutores dos veículos olham para os Outros (a minoria que se desloca de bicicleta) e isso “desestabiliza” sua indiferença para com ele – o rosto do diferente. Nesse momento e espaço, dá-se a *coexistência ética compartilhada*.

A concepção das Zonas 30⁴³ teve como princípio balizador o desenho urbano das vias com elementos adequados à criação de um entorno agradável e o fornecimento de informações adequadas para os condutores se deslocarem com segurança. A configuração de uma *zona de coexistência* pode ter uma diferenciação espacial para hierarquizar os tipos de modais, mas deve favorecer o deslocamento das pessoas. Assim, primeiramente o pedestre, em seguida os ciclistas, e depois os veículos motorizados, conforme a necessidade (ou vulnerabilidade) de cada um. Em suma,

⁴³ Atualmente, grande parte dos países europeus já possuem normatizações específicas para as *Zonas 30*. Ainda que as normativas existentes apresentem divergências, possuem importantes princípios em comum. Dentre os mais destacados, está a ênfase dada à necessidade de ir mais além do que implantar a sinalização. É preciso dar às ruas um tratamento que traga uma limitação de velocidade efetiva, mas adequada ao carácter das localidades onde as vias estão inseridas.

é necessário reconhecer as diferenças, priorizar as pessoas e incentivar as diversas formas de compartilhamento espacial.

Outro exemplo visto na Imagem 21 é o *cuidado* para com o espaço público materializado pela inserção de um abrigo que favoreça a caminhabilidade.⁴⁴ A disposição desse mobiliário urbano no meio da rua, além de sua adequação às pessoas, imprime um comportamento espacial de deslocamento mais lento. Essa proposta alinha-se à nova cultura de mobilidade urbana que aborda os problemas da mobilidade a partir de uma perspectiva mais ampla. Considera-se, no planejamento espacial, além dos aspectos físicos, ou técnicos, da construção das vias, o comportamento das pessoas.

Imagem21 - Elementos na escala adequada às pessoas.



Fonte: Urbanismo tático: intervenções rápidas. Foto: Paul Krueger/Flickr. Acesso em dezembro de 2015

E se ele cair? Quem poderá ajudar? Quando as pessoas não podem olhar-se, não podem responsabilizar-se pelo Outro e ajudá-lo. A Imagem 22 mostra essa circunstância - um transeunte

⁴⁴ Caminhabilidade é um conceito recente que trata dos caminhos que permitem aos pedestres uma boa acessibilidade às partes das cidades, considerando-se a diversidade das pessoas. Deve também procurar construir rotas atrativas que induzam as pessoas a adotarem o caminhar como forma ativa de deslocamento (John Butcher, fundador do Walk21, 1999).

atravessa uma rua larga cuja escala não lhe é adequada. A via tem uma morfologia apropriada para o deslocamento viário.

Imagem22 - Escala das ruas não adequada às pessoas.



Fonte: Edson Mafuz. Observações sobre o livro “Cemitério da Esperança”, 2015. Acesso em dezembro de 2015

Uma malha de vias com calhas muito largas e com elevadas distâncias entre as edificações torna os cruzamentos perigosos para o livre caminhar das pessoas, deixando-as impossibilitadas de receber cuidados, caso deles venham a necessitar. Portanto, é imprescindível reconhecer a vulnerabilidade humana como condição para planejar os espaços urbanos.

Buscar a coexistência dos diferentes sujeitos sociais é necessário e estruturante para o *Ser*, e deve, pois, ser um princípio balizador para o planejamento da vida espacial. A visibilidade do *rosto do Outro* interpela os sujeitos a responderem pela sua vulnerabilidade. Significa acolher essa vulnerabilidade por meio do respeito e do cuidado, o que resulta ter responsabilidade pela sua existência presente e futura.

A visibilidade entre os diferentes sujeitos ocorre no espaço urbano de diversas formas. Nesta tese, que tem como foco o espaço do Eu, do sujeito que é conhecido por ser morador, reside na relação entre a edificação habitacional e seus entornos adjacentes, o espaço público onde está o Outro, o desconhecido.

A materialização dessa relação - a edificação (espaço do Eu) e o espaço público (espaço do Outro) - revela se os fundamentos da ética da alteridade podem tê-la norteado e, por conseguinte,

ser identificada em correntes de pensamento do urbanismo, conforme a hipótese aventada neste trabalho. O Capítulo 4 apresenta a estratégia metodológica utilizada para demonstrá-la.

4 QUESTÕES E MÉTODOS

Imagem23 - Ensaio sobre a cegueira. Bergman.



Fonte: Pinterest.

O que é nós [...] queremos ver, quando estamos lá dentro? O que é que eu quero revelar? E qual é a referência que com o meu edifício levo até ao público? Pois este comunica sempre com a rua ou com a praça (ANELLI; ZUMTHOR, 2009, p. 49).

O intervalo compreendido entre o espaço privado das edificações e o público⁴⁵ exterior não é residual. Qualquer que seja a sua forma arquitetônica, ela terá um papel ativo sobre a configuração de um determinado recorte espacial da cidade que, em essência, materializa a maneira como vivem os habitantes urbanos.

Para Norberg-Schulz, "estar dentro" e "estar fora" significam dois lugares⁴⁶ distintos - interior e exterior (1979). Dois conceitos que, todavia, não são autônomos, devido à existência de um *Ser* que constroi seu lugar no interior da edificação, sua morada, relacionada de alguma forma com o *Outro*, que habita⁴⁷ os espaços exteriores ao seu. Portanto, a relação entre esses dois espaços pode

⁴⁵ Herman Hertzberger (arquiteto holandês) define o espaço público como acessível a todos e sua manutenção é assumida coletivamente pelo Estado. Já o espaço privado tem seu acesso restrito a um pequeno grupo ou a uma pessoa, que é responsável por sua manutenção.

⁴⁶ Christian Norberg Schulz (arquiteto norueguês) recupera o termo de origem romana *genius loci* para definir a noção de lugar, visto que esse era regido por um deus, ou um espírito. Daí a expressão o *espírito do lugar* referir-se à sua essência. Então, mais do que uma situação geográfica e mais do que o espaço, o lugar manifesta a expressão da vida, tornando-se parte da identidade de seu habitante.

⁴⁷ Martin Heidegger (2001) define o habitar como: "[...] a maneira segundo a qual nós homens somos sobre a Terra, é o *Buan*, o Habitar". Ele distingue esse conceito da noção de habitação, no sentido de alojamento: "A ponte e o hangar, o estádio e a central elétrica são construções, mas não habitações; a estação de caminhos-de ferro e a autoestrada, a barragem e o mercado são construções, mas não habitações. No entanto, as

materializar a centralidade do espaço do *Eu*, no interior da edificação, e deixar à deriva o espaço do *estrangeiro (o que vem de fora)*, ou desconhecido, que transita no espaço público. São dois contextos, dois “lugares”, *faces* que podem interceptar-se no transcorrer da vida urbana.

Por meio da significação atribuída aos espaços, que se dá pelo processo de apropriação, o sujeito constroi o *lugar*, ou seja, desenvolve uma identidade com o espaço, vinculando-o. Mas essa identidade constroi, ao mesmo tempo, a alteridade,⁴⁸ revelando-lhe a diferença do que a ele não é apropriado. O espaço externo ao morador é onde se encontra o *Outro*. Resta saber como se planejam as relações entre tais espaços, com seus lugares, de modo que ambos possam acolher a morada do homem, ou do habitante urbano.

Ao longo do tempo, ambas as realidades foram pensadas de formas diversas, e por vezes distintas. As transformações culturais consonantes ao desenvolvimento técnico-construtivo materializaram no espaço as mudanças sobre o comportamento do ser⁴⁹ social, independentemente de ser ele morador ou não morador.

Muitas vezes, esses espaços foram concebidos como dois domínios - o interior das habitações e o exterior - opostos, outras vezes com limites mais tênues, e ainda foram tratados de forma contínua.

Hertzberger (2015) fala desse espaço como de um *limiar* capaz de atuar como um intervalo que significa, em primeiro lugar e acima de tudo, um espaço para oferecer as boas-vindas e se despedir, tornando-se, em termos arquitetônicos e urbanísticos, um espaço para receber as pessoas, ou, como diz esse autor: “A concretização da soleira como intervalo significa, em primeiro lugar e acima de tudo, criar um espaço para as boas vindas e as despedidas, e, portanto, é a tradução em termos arquitetônicos da hospitalidade” (HERTZBERGER, 2015, p. 35).

A conjugação dos acessos à habitação, com proximidade ou distância, continuidade física e/ou visual, dentre outras propriedades espaciais da tipologia edilícia, vai configurar como são os espaços de intervalo, intermediários ou limiares. Se for de integração com a morfologia urbana do entorno, possibilitará contatos entre moradores e não moradores.

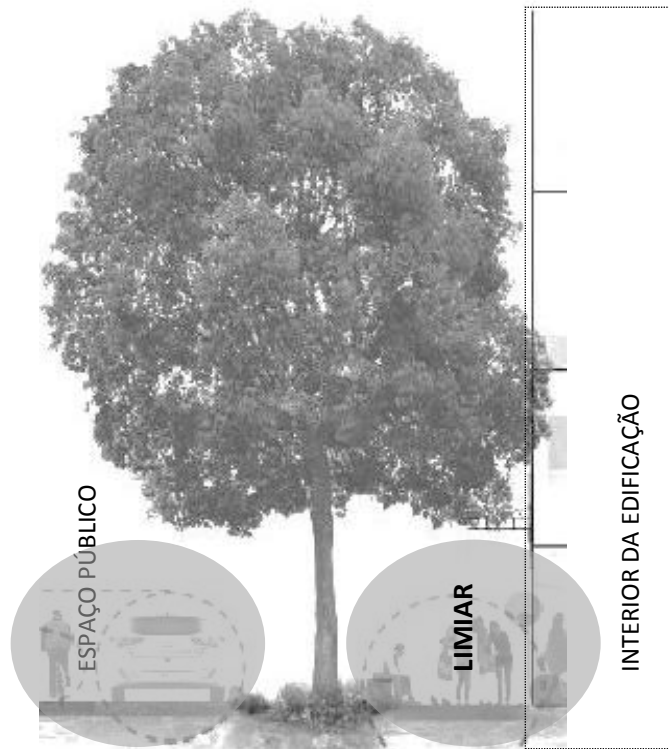
A arquitetura do edifício, e principalmente de seu conjunto, tem como uma das finalidades e valor, como apontou Jonas (2005), construir espaços limiares na medida em que pode materializar formas e valorizar o encontro de diferentes espaços e pessoas, Imagem 24.

construções referidas encontram-se no âmbito do nosso Habitar. [...] Ele [o Homem] habita-as e, todavia não habita nelas, se Habitar quiser apenas dizer que ocupamos um alojamento”.

⁴⁸ Segundo Lévinas, a alteridade não é simétrica à identidade. Caso fosse, a ética estaria centrada no Eu, continuaria o sujeito em evidência. No espaço público, o Outro deve ser pensado primeiramente.

⁴⁹ O termo *Ser*, referente à existência dos indivíduos no mundo, aparece em minúsculo quando se lhe associa uma qualidade; no caso: *ser social*.

Imagem24 - Espaços limiares.



Fonte: adaptado pela autora do desenho de https://issuu.com/adamfearing15/docs/portfolio_1.

O limiar entre tais espaços, que medeia a relação entre o sujeito morador e o Outro, ou, dito de outro modo, entre o conhecido e o desconhecido, tem um fundamento dialético, já que tanto pode fundar uma quebra ou descontinuidade como uma união. Nele habitam duas faces de um mesmo espaço, semelhante ao deus romano Janus,⁵⁰ o deus dos inícios e dos fins, das portas e das saídas.

O abismo entre o eu e o Outro pode ser visto nesse espaço limiar onde os seres parecem olhar em sentidos opostos, segundo a representação da figura mitológica, como mostra a Imagem 25.

⁵⁰ Segundo a mitologia romana, como a etrusca, Jano (do latim Janus ou Ianus) era o porteiro celestial. Foi representado com duas cabeças que simbolizavam os términos e os começos, o passado e o futuro, ou seja, o dualismo referente a todas as coisas. Absoluta somente poderia ser a Divindade. As portas principais em seu templo ficavam abertas em tempos de guerra e fechadas em tempos de paz. Esse deus delimita tudo o que se abre e tudo que se fecha, sendo patrono de todos os finais. Inspirou o nome do primeiro mês do ano (janeiro, do latim janarius), o qual foi acrescentado ao calendário por Numa Pompílio (715-672 a.C.), sucessor de Rômulo, personagem histórico-mítico que, segundo Plutarco, teria fundado Roma.

Imagem25 - As Faces do Deus Janus.



Fonte: https://issuu.com/adamfearing15/docs/portfolio_1.

Entretanto, há uma ponte para sua união, que é a ética, ou a postura moral, que rege a maneira pela qual é construído esse espaço. Como uma ponte que possibilita o traspasso dos diferentes sujeitos, no encontro do *face a face*, esse espaço não deve, então, ser assumido apenas como um limite, como é comumente visto na configuração das cidades.

Esse espaço do limiar - entre os domínios interior privado e exterior público - materializa-se e caracteriza de diversas formas os tecidos das cidades. Podem ser espaços de base para diálogos, compartilhamento de momentos de vida, de visibilidade para as diferentes pessoas, ou podem ser barreiras que as dividem.

As *faces* do edifício, na configuração espacial da cidade, podem, pois, unir ou separar as pessoas no cotidiano da vida urbana. Por isso, sua importância no planejamento urbano. Embora se refiram a uma escala espacial menor, nela subjazem importantes intenções sobre a vida na cidade.

Assim, os parâmetros para a definição dos tipos de uso e ocupação do solo do conjunto edificado até o desenho das formas de “costura” com o tecido construído da cidade preexistente desdobram-se em diversas relações entre o edifício e o seu entorno. Relações entre o lugar da moradia e os lugares que se constroem no espaço público.

Diante disso, o olhar investigativo desta tese voltou-se para os pensamentos do urbanismo com o objetivo de identificar predicados espaciais que, ao materializarem formas que possibilitam a coexistência, revelam as intenções favoráveis, ou não, ao encontro dos diferentes.

A configuração dos espaços das cidades para as pessoas deveria constituir propriedades que permitissem a coexistência dos diferentes sujeitos sociais. Entretanto, a arquitetura das cidades, como a das brasileiras, caracteriza-se pela conformação de espaços excludentes embasados em geral por pensamentos urbanísticos, cujos parâmetros resultam em edificações verticalizadas que ostentam espaços interiores (sobretudo no nível da rua) fechados para o exterior, o que compromete a qualidade da arquitetura dos espaços públicos.

Vários fatores explicam as razões para a recorrência do tipo edifício da torre habitacional vertical ostensivamente separada dos espaços públicos, assim como a produção de outras tipologias que não facilitam o encontro. Apesar disso, existem no escopo das mais difundidas correntes urbanísticas, princípios alinhados aos fundamentos filosóficos da ética da alteridade, de Emmanuel Lévinas (hipótese desta tese). Esse filósofo, conforme já foi abordado, inverte as estruturas do pensamento e da ação humana ao trazer a *ética* para a condição primeira ao *Ser*. Nessa circunstância, o *respeito*, o *cuidado* e a *responsabilidade* pela *vulnerabilidade humana* são princípios para planejar os *espaços para a coexistência* dos diferentes, conforme já tratado no Capítulo 3.

Convencidas teoricamente dessa possibilidade, o desafio desta tese foi desenhar uma metodologia mediante a qual fosse possível identificar os *predicados espaciais da alteridade* inerentes às linhas de pensamento do urbanismo mais conhecidas, especificamente as funcionalistas e as humanistas. Para tanto, realizou-se o percurso de investigação a seguir comentado.

O primeiro passo investigativo foi esclarecer o real significado de: (i) *corrente de pensamento do urbanismo*, (ii) *propriedades espaciais da forma arquitetônica urbana* e (iii) *intencionalidades das propriedades espaciais*.

Considera-se como *corrente de pensamento do urbanismo* o conjunto de intencionalidades a respeito das propriedades espaciais da forma arquitetônica urbana, dado que elas revelam o comportamento moral diante das coisas (organização física dos espaços) e das pessoas (possibilidade de vivência das pessoas decorrente de determinada configuração do espaço).

As *propriedades espaciais da forma arquitetônica urbana* referem-se às características, nesta tese, das relações entre as edificações com seu entorno imediato - o espaço público. Por exemplo, se a edificação tem recuos em relação à calçada, se está perto de outras, se tem nas fachadas abertura para o exterior, dentre outras, ou seja, trata-se de um artefato tridimensional implantado num determinado lote, constituindo com seus demais contíguos uma configuração de espaços sucessivos que, em seu conjunto, definem um determinado tecido espacial urbano.

Asintencionalidades das propriedades espaciais das materialidades urbanísticas justificam o tipo de relação que se vai estabelecer entre o interior das edificações, como as habitacionais privadas - o espaço do Eu, do sujeito-morador -, e os espaços exteriores, públicos, do seu entorno - o espaço do Outro – e, ainda, as *zonas limiaries* entre esses domínios.

O segundo passo investigativo foi definir os procedimentos para a escolha dos documentos de referência das correntes de pensamento do urbanismo.

Foram elegidos, para tanto, dois critérios. O *primeiro* diz respeito às propriedades espaciais da forma arquitetônica urbana que fizessem referência às *torres verticais* e às relações com seu entorno. Assim, tomou-se como objeto de estudo a corrente de pensamento do *urbanismo funcionalista*, visto que propunha um tipo de implantação de *torres habitacionais* soltas das divisas do lote ou da quadra e com gabaritos altos. Esse tipo guarda relações com as intervenções das torres implantadas pelo setor imobiliário em muitas cidades brasileiras. O *segundo* concerne às críticas a esses postulados funcionalistas, reconhecidas como urbanismo de base humanista. Tais críticas entendiam por humanização a possibilidade de incorporar na produção da arquitetura a questão das inter-relações sociais no espaço urbano, e propunham outras propriedades espaciais para a forma arquitetônica urbana, referentes às edificações e a seus entornos.

O terceiro passo investigativo foi a apropriação de uma técnica que permitisse captar os predicados espaciais dos aludidos pensamentos urbanísticos. A técnica escolhida foi a análise de conteúdo. Trata-se de “um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2008, p. 40). Tais técnicas ajudaram na interpretação dos conteúdos dos textos e documentos representantes de cada corrente de pensamento do urbanismo.

Cabe anotar que a análise de conteúdo se compõe de três fases: Pré-análise, Exploração do material e Tratamento dos resultados.

a) Pré-análise

Nessa fase, identificou-se o material a ser analisado, o que exigiu uma revisão bibliográfica do urbanismo funcionalista e do humanista para identificar os textos e documentos que pudessem representá-los. Optou-se por utilizar *documentos de referência* específicos, que pudessem representar as ideias pertencentes a cada corrente do urbanismo selecionada.

Para identificar os predicados espaciais do urbanismo funcionalista, tomou-se como *documento de referência* a *Carta de Atenas*, elaborada no IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) em 1933. A Carta de Atenas reúne grande parte do repertório que caracteriza o urbanismo funcionalista moderno. Ela defende (i) a regulamentação da disposição do solo útil; (ii) a busca do equilíbrio das necessidades vitais do indivíduo em harmonia com as necessidades coletivas;

(iii) a implantação de um sistema urbano adequado ao transporte viário, e (iv) o remembramento de terrenos para possibilitar a construção em altura. A Carta deixou várias orientações para a organização do solo urbano e sua racionalização. Esta última se daria, sobretudo, por meio do incremento da densidade construtiva (vertical). Essa foi a orientação mais aplicada no caso da espacialização das cidades brasileiras.

Para identificar os predicados espaciais do urbanismo humanista, tomou-se a *Carta do Habitat* (1953), o *Manifesto de Doorn* (1954), elaborados pelo grupo de arquitetos componentes dos últimos CIAMs, reconhecidos como *Team 10*, além de outros escritos sobre a produção desse Grupo, e, por fim, trechos do aclamado livro *Morte e Vida nas Grandes Cidades Americanas* (1961), de autoria da jornalista canadense Jane Jacobs.

Esses documentos traduziam uma noção mais ampliada do *Habitat* e combatiam a visão funcionalista da Carta de Atenas. Tratavam o problema da habitação considerando as várias escalas de organização e as inter-relações das comunidades no espaço. Eram contrários à disposição de células mínimas organizadas em blocos geometricamente dispostos sobre o território e que definiam racionalmente a forma da cidade.

Foi nos últimos Congressos dos CIAMs, especificamente no nono e no décimo, que o *Team 10*, formado por jovens arquitetos - (Jaap Bakema (1914-1981), Aldo van Eyck (1918-1999), Daniel van Ginkel (1920-2009), Alison e Peter Smithson (1928-1993; 1923-2003), John Voelkner (1927-1972) e o economista Hans Hovens-Greve) -, elaborou e assinou a Carta do Habitat, na cidade holandesa de Doorn. O outro documento - Manifesto de Doorn - foi uma adaptação posterior da Declaração do Habitat, feita pelos arquitetos ingleses Alison e Peter Smithson. Trata-se, então, de dois textos muito semelhantes, e ambos mostram os principais princípios defendidos pelo *Team 10*.

Cabe observar que os documentos citados como objeto de estudo não representam a totalidade dos pensamentos arquitetônicos e urbanísticos referentes aos ideários funcionalista e humanista, mas perfazem um recorte representativo suficiente para comprovar a hipótese desta tese.

b) Exploração do material

Essa segunda fase de análise de conteúdo baseou-se em duas etapas:

A primeira dizia respeito à seleção dos trechos dos textos dos documentos de referência. Segundo Bardin (2008), a exploração do material para a mencionada seleção dá-se a partir (i) da definição dos objetivos (no caso desta tese, tratou-se de identificar os predicados espaciais da alteridade por meio da relação entre as propriedades espaciais da forma arquitetônica urbana e as intencionalidades a elas correspondentes), visto que eles orientam a busca pelas respostas, e (ii) da delimitação do tema (no caso em pauta, referiu-se aos fundamentos da ética da alteridade). Tal

relação configurou a unidade de significação principal, ou seja, a expressão física do sentido que se buscou extrair dos mencionados documentos selecionados.

A segunda etapa dizia respeito à categorização dos trechos dos documentos de referência. Cabe esclarecer que, segundo Bardin (2008, p. 145), “a categorização⁵¹ é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto de informações por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento com critérios previamente definidos”.

Essa segunda etapa foi desenvolvida por meio da identificação de palavras-chaves e, principalmente, de conceitos-sínteses que permitiram organizar as propriedades espaciais e as intencionalidades a elas correspondentes, com o objetivo de sintetizá-las e agrupá-las em categoriais, tais como: **tipo de espaço** (*edificação, espaço limiar e espaço público*) e **tema arquitetônico urbanístico correspondente**. Considerou-se o espaço das *edificações*, sobretudo o habitacional, *como o espaço do Eu - sujeito morador*; o *espaço limiar* como o da *ética*, onde se estabelece a relação com o que é exterior ao morador, e o *espaço público*, *como o espaço do Outro*. O Quadro 4 mostra a primeira categorização realizada para cada um dos documentos de referência.

Quadro4 - Quadro com categorias de análise pelo tipo de espaço.
Documento de referência do Urbanismo. Exemplo: CARTA DE ATENAS.

ANÁLISE DE CONTEÚDO. Categorização 1. Tipo de espaço		
Trechos do documento		
Propriedade da forma arquitetônica urbana e intencionalidade	Propriedade da forma arquitetônica urbana e intencionalidade	Propriedade da forma arquitetônica urbana e intencionalidade
Espaço da edificação <i>(Pode traduzir a expressão física do sentido- o espaço do Eu- morador)</i>	Espaço limiar <i>(Pode traduzir a expressão física do sentido- a ética ou a relação espacial entre o morador e o não morador-o Outro)</i>	Espaço público <i>(Pode traduzir a expressão física do sentido- o espaço do Outro- o não morador)</i>

Fonte: Elaborado pela autora.

Em seguida, fez-se necessário realizar a categorização por tema arquitetônico urbanístico - conteúdos comuns e/ou relacionados -, que foram sendo identificados para agrupar os recortes textuais. Para tanto, foi preciso demarcá-los (cada tema) com *letras (A, B, C, D, etc)*. Cumpre ainda

⁵¹ Bardin (2008) diz que categorias são classes de agrupamento de um conjunto de elementos – são unidades de registo. Esses elementos são agrupados por conta de suas características comuns. Em outras palavras, a categorização é uma passagem de dados em estado bruto para dados organizados a partir de unidades de significação. Os critérios de agrupamento podem ser: semânticos, sintáticos e expressivos. Uma categoria é considerada boa quando possui qualidades como: exclusão, homogeneidade, pertinência, objetividade, fidelidade e produtividade.

ressaltar que alguns temas apresentaram subtemas, que também foram sinalizados utilizando-se a mesma letra do tema à qual os subtemas se vinculavam. O Quadro 5 mostra essa segunda categorização realizada para cada um dos documentos de referência.

Quadro5 - Quadro com categorias temáticas.

ANÁLISE DE CONTEÚDO. Categorização 2. Identificação de temas.

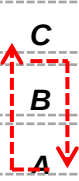
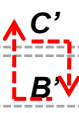
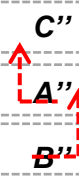
<i>Trechos do documento de referência</i>		
Espaço da Edificação	Espaço limiar	Espaço público
C	A'	C''
B	C'	A''
A	B'	B''

Fonte: Elaborado pela autora.

Foi preciso, em sequência, reordenar os temas, pois eles não se encontravam na mesma sequência quanto à qualidade que atribuíam aos tipos de espaço - *Edificação*, *Espaço Limiar* e *Espaço Público*. O Quadro 6 mostra essa terceira categorização desenvolvida em cada um dos documentos de referência.

Quadro6 - Quadro com categorias temáticas reordenadas segundo o tipo de espaço e as relações entre elas

ANÁLISE DE CONTEÚDO. Categorização 3. Reordenação dos temas

<i>Trechos do documento de referência</i>		
Espaço da Edificação	Espaço limiar	Espaço público
		
RESULTADO		
Espaço da Edificação	Espaço limiar	Espaço público
A	A'	A''
B	B'	B''
C	C'	C''

Fonte: Elaborado pela autora.

Em síntese, foram desenvolvidos cinco procedimentos nessa fase:

1. Revisão bibliográfica por meio de uma leitura pormenorizada dos documentos de referência;
2. Delimitação dos recortes textuais: marcação dos trechos que se referiam ao espaço edificado, e/ou ao espaço do limiar, e/ou ao espaço público, em relação à propriedade espacial e/ou à intencionalidade;
3. **Categorização 1** por tipo de espaço: ordenação das marcações no formato de quadro classificadas em três colunas (lado a lado), segundo três categorias espaciais: *espaço da edificação*, *espaço limiar* e *espaço público*, de acordo com a sequência das páginas de cada documento;
4. **Categorização 2** por tema: identificação de diferentes temas arquitetônicos urbanísticos referentes às propriedades e/ou às intencionalidades - conteúdos comuns sobre a forma espacial - marcados por meio de letras. Dessa maneira, os recortes sobre a propriedade e/ou intencionalidade do primeiro tema foi determinado pela letra *A*, do segundo pela letra *B*, e assim foi feito para os demais de maneira subsequente. Os temas também foram categorizados por tipo de espaço. O primeiro tema foi denominado **A** quando referente ao *espaço edificado*; **A'** quando referente ao *espaço do limiar*, e **A''** quando referente ao *espaço público*.⁵² Recorde-se que os temas não estavam ordenados segundo essas categorias nos textos dos documentos de referência do urbanismo, o que tornou necessário um quinto procedimento;
5. **Categorização 3**: reordenação da distribuição dos temas pela qualidade inferida a cada tipo de espaço e relacionada entre si. A disposição dos temas lado a lado - no quadro 3 - possibilitou (i) identificar as relações entre os temas (e suas ausências), quanto às categorias referentes ao tipo de espaço, (ii) suprimir repetições, e (iii) reconhecer subtemas.

c) Tratamento dos resultados e interpretação

Essa terceira fase da técnica de análise de conteúdo referiu-se à análise relacional e interpretativa dos resultados das categorizações desenvolvidas em cada documento de referência. Os resultados dessas categorizações e suas relações foram interpretados à luz dos fundamentos da ética da alteridade, o que possibilitou identificar os *predicados espaciais da alteridade*.

⁵² Por exemplo: sobre o tema do deslocamento (**A**): Espaço da edificação (*categoria 1*)- As habitações devem dispor-se separadas dos locais de trabalho. (**A'**) Limiar (*categoria 2*)- sem definição explícita. (**A''**) Espaço público (*Categoria 3*)- Conectados por vias, os locais de trabalho devem ser setores independentes da habitação.

Uma vez que essa pesquisa é de cunho qualitativo, o interesse revelou-se na interpretação dos documentos de referência citados, a partir de seus postulados sobre a relação entre os espaços das edificações, os limiares e os espaços públicos. Dessa forma, não houve o objetivo de quantificá-los, mas verificar nos seus constitutivos comuns os temas relacionados com os fundamentos da ética da alteridade.

Importa registrar que esses procedimentos investigativos conduziram à identificação dos predicados espaciais da alteridade e, conseqüentemente, responder à veracidade da hipótese aventada. O fio condutor da análise foi o *rostro da ética*, o encontro com a *face do Outro* que interpela e pede uma resposta. As análises e os resultados compõem os Capítulos 5, 6 e 7 desta tese.

5URBANISMO FUNCIONALISTA: os predicados espaciais da alteridade

Imagem26 - Croquis da Villa Radiosa de Le Corbusier, 1954.



Fonte: Archdaily.com.

Ao se reconhecer a condição de vulnerabilidade humana como requisito para a coexistência dos diferentes sujeitos sociais em sua vivência no espaço urbano, as formas arquitetônicas urbanas deveriam ser planejadas com propriedades espaciais que possibilitassem o encontro com o próximo, independentemente de como se pressupõe que ele seja.

A relação entre espaços edificados e espaços abertos públicos permite uma ambiência cujas propriedades espaciais facilitam ou impedem a coexistência das pessoas. Este capítulo busca investigar tais propriedades nas propostas do urbanismo funcionalista, analisando-as a partir dos fundamentos da ética da alteridade. Para tanto, aborda-se o ambiente sobre o qual foi elaborado o Documento de referência do urbanismo funcionalista - a Carta de Atenas - e, em seguida, desenvolve-se sua análise de conteúdo, segundo foi descrito no Capítulo 4, para identificar os *predicados espaciais da alteridade*. Parte-se de uma visão de que o homem guarda em si a necessidade de coexistência com o próximo, não só em função de sua vulnerabilidade, mas ainda porque o encontro com o diferente constitui o *Ser* em sua existência como sujeito ético.

5.1. Urbanismo funcionalista - A Carta de Atenas

Muitas das propriedades espaciais das edificações e suas decorrentes relações com os espaços públicos do seu entorno, fundamentadas no ideário do urbanismo funcionalista, caracterizam os recortes espaciais de várias cidades na contemporaneidade. Isso porque tal pensamento ultrapassou fronteiras e se instalou em muitos continentes. Não é sem razão que, embora o conteúdo do urbanismo funcionalista moderno já tenha sido devidamente historiado e estudado, ainda se faz importante em termos de investigação, como a empreendida nesta tese. Ademais, é fato sua influência na configuração das torres habitacionais, visto suas características arquitetônicas e urbanísticas.

Dito isso, volta-se um pouco no tempo para contextualizar alguns princípios que proporcionam um melhor enquadramento e um consequente entendimento acerca das propostas da Carta de Atenas, um dos objetos empíricos deste estudo.

Esse documento, como já foi dito, foi o resultado do quarto CIAM (1933). O primeiro foi realizado em 1928 (FRAMPTON, 1987). Esses encontros se caracterizavam como um reconhecido fórum de debate sobre diferentes temáticas arquitetônicas e urbanísticas, vivenciadas em um mundo que se encontrava em grandes transformações urbanas.

Os congressos aconteceram no período compreendido antes, entre e logo após as duas grandes guerras mundiais. Trata-se de um tempo muito significativo para a arquitetura e para o urbanismo, diante da necessidade de reconstrução das cidades.

O desenvolvimento urbano acelerado demandava projetos de novos conjuntos habitacionais, renovação de áreas, planos urbanísticos para setores das cidades e ainda para novas cidades. As novas propostas exigiram a adaptação das legislações e significaram diferentes soluções urbanísticas.

A cada encontro dos CIAMs elegia-se um tema principal, e seus membros, de diferentes países, se organizavam em grupos de trabalho para debatê-los e encontrar novas soluções.

Os grupos preparam um trabalho sobre tal tema. Esses trabalhos constituem a base sobre a qual se desenvolvem os debates que darão como resultado um documento no qual os CIAM expressam suas opiniões em forma de constatações e resoluções que servirão de diretrizes para os diferentes grupos. Os CIAM não têm grupos nacionais, pois não acreditam atualmente nesta classificação arbitrária no que se refere ao trabalho de arquitetos e urbanistas. Não há limitação do número de grupos, a contribuição para os Congressos em forma de trabalho é a condição de admissão. “Os CIAMs admitem somente uma participação ativa; isto limita automaticamente o número de participantes de cada congresso” (ROGERS; SERT; TYRWHITT, 1955).

Os CIAMs atuaram significativamente no desenvolvimento da crítica arquitetônica e urbanística em vários aspectos daquela época marcada também pelos efeitos da industrialização.

Seus membros, principalmente nos primeiros encontros, pretendiam dar conta de vários fenômenos presentes em diferentes escalas: “da criação de uma colher até a de uma cidade” (ROGERS, 1965, p.95), “da torneira à urbanização de toda uma região” (GIEDION, 1968, p.30).

Os princípios arquitetônicos e urbanísticos foram muito divulgados pelos CIAMs devido à sua representatividade no cenário mundial. Os vários congressos podem ser classificados segundo três fases.

Na primeira, de 1929 a 1933, realizaram-se dois encontros, um em Frankfurt e outro em Bruxelas, cujo tema principal foi a habitação, devido à necessidade de construção em massa de muitas edificações destruídas na primeira grande guerra.

Na segunda, de 1933 a 1947, as questões de urbanismo foram preponderantes diante da necessidade de reconstrução e organização das cidades. Foi nesse período que se resolveu denominar o ideário urbanístico de funcionalista, e foi quando se elaborou o conhecido documento: a Carta de Atenas.

Na terceira, de 1947 a 1959, introduziram-se outras questões, tendo início as primeiras e significativas críticas ao funcionalismo da fase anterior. Os integrantes dos congressos realizados nesse período detiveram-se, primeiramente, na importância do tecido histórico, sobretudo ao defendê-lo como o “coração” da cidade. Em seguida, nos aspectos humanos da arquitetura do edifício e da cidade, ao considerarem as necessidades emocionais de seus habitantes no planejamento urbano.

Entretanto, constituía-se uma tônica comum a defesa de que a arquitetura deveria envolver-se com o meio socioeconômico de seu tempo e, como desdobramento, rejeitar os métodos artesanais de produção de outrora.

Diante disso, a racionalização se fez um princípio que permeou várias áreas de atuação. Por meio desse princípio e das novas técnicas construtivas, buscava-se diminuir os custos da habitação, muitas vezes produzidas em série, o que incentivou o desenvolvimento da indústria da construção civil.

A racionalidade técnica e econômica levou ao rompimento com a linguagem acadêmica historicista. Os estilos ecléticos do século XIX e início do XX foram rechaçados pelos arquitetos do *Movimento Moderno*, integrantes dos CIAMs. Questões de “gosto” ou de “estilo” não eram mais condizentes para atender às necessidades humanas de cunho mais universal, como propunham. A base das ideias elaboradas por esse Movimento remonta às primeiras vanguardas artísticas. Elas tiveram como fundamento a mudança no comportamento social e a nova forma de testemunhar o mundo industrial.

Dentre as vanguardas artísticas, foi o *Cubismo*⁵³ a que mais influenciou o Movimento Moderno. Tinha como princípios a geometrização das formas e a abstração. Esses, ao serem incorporados à arquitetura, romperam com toda forma de ornamentação. Os avanços dos materiais industrializados, que permitiram a produção em massa, vieram ao encontro desse pensamento, materializado por meio de formas simples e funcionais.

Esse movimento foi representado por arquitetos que exerceram grande influência na configuração das edificações que caracterizaram o ideário racional e funcionalista.

O conhecido arquiteto alemão Walter Gropius (1883-1969) buscou aliar os fundamentos cubistas da geometrização aos princípios da funcionalidade e do racionalismo. Aplicou o processo de *standartização* em seus projetos, como meio de utilizar os avanços da produção industrial na arquitetura de qualidade, o que terminou por propagar algumas de suas soluções.

Seu primeiro projeto, que marcou a concepção dessa forma de elaborar a arquitetura do edifício, foi a conhecida Fábrica Fagus (Imagens 27 e 28). Desenvolvida a partir de uma forma espacial plástica e construtiva, materializou vários aspectos inovadores à época, como suas fachadas constituídas de vidro corridos, independentes da estrutura, composta por elementos de sustentação reduzidos a colunas metálicas.

⁵³ Manifestou-se na França, entre os anos 1908 e 1910, o movimento artístico denominado cubismo, e foi uma das primeiras correntes de vanguardas do século XX. Seus representantes, tanto pintores como escultores, defendiam que era possível reduzir a complexidade da natureza e das coisas a linhas e formas geométricas simples e perfeitas. Tal síntese da realidade é o resultado de elementos considerados primários e fundamentais das artes plásticas. Dentro desse princípio, surge a valorização das formas geométricas – triângulos, retângulos e cubos, como as principais formas de expressão.

Imagem27 - Fábrica Fagus, 1911-13. Projeto de Walter Gropius e Adolf Meyer.



Fonte: Bauhaus Movement Magazine. <http://bauhaus-movement.tumblr.com/post/119138020429>.

Imagem28 - Interior da Fábrica Fagus, 1911-13. Projeto de Walter Gropius e Adolf Meyer.



Fonte: Bauhaus Movement Magazine. <http://bauhaus-movement.tumblr.com/post/119138020429>.

O projeto fazia alusão à cadeia produtiva da própria indústria ao se configurar por uma sucessão de volumes distribuídos no espaço. Volumes puros, prismáticos, demonstravam a estética revolucionária do novo esquema estrutural.⁵⁴ Sua forma racional fazia menção ao mundo das máquinas, por meio de uma linguagem arquitetônica que permitia facilmente identificar a função de cada parte do edifício - sua engrenagem funcional.

O princípio da limpeza espacial – livre de ornamentação e destinada a distribuir de forma racional as funções de cada parte das edificações – e a utilização dos avanços tecnológicos em vigor impulsionaram propostas arquitetônicas inusitadas para o contexto, como a adoção de fachadas transparentes, vestidas por panos de vidros contínuos e independentes da estrutura.

Mies van der Rohe (1886-1966),⁵⁵ por sua vez, desenvolveu uma arquitetura sem ornamentação, composta por planos contínuos, transparentes e funcionais, sem contudo restringi-los às delimitações internas entre os diferentes ambientes das edificações. A continuidade dos espaços exteriores, delimitados, muitas vezes, por panos de vidro, viria antecipar a defesa da permeabilidade do edifício.

A oportunidade de dirigir a Bauhaus, em 1930, não o fez, porém, permanecer muito tempo na Alemanha. As transformações políticas provenientes do poder totalitário desse período levaram ao fechamento dessa escola em 1937, e provocaram a emigração desse arquiteto para Chicago.

Os Estados Unidos sofreram a depressão no final da década de 1920 e a produção de edificações de baixo custo era muito conveniente. Então, embora esse arquiteto -, juntamente com Gropius e outros da escola da Bauhaus - desejasse a criação de formas para representar o novo mundo do movimento moderno (e não só atender a uma questão de ordem econômica), encontrou no território americano o ambiente para produção de seu ideário.

Dentre as muitas obras importantes de Mies van der Rohe, ressaltam-se duas. A primeira, caracterizada pela visão funcionalista de ordenação de elementos arquitetônicos num recorte espacial de uma cidade. A segunda é considerada o símbolo da arquitetura do edifício vertical. Quanto à primeira, refere-se ao plano do Campus do Illinois Institute of Technology (ITT). Foi o seu primeiro trabalho individual de caráter urbanístico. Partiu de uma grelha simples, elaborada em função da modulação das edificações. Essa grelha determinou a disposição de outros espaços, como

⁵⁴ As ideias revolucionárias orientavam-se esteticamente pelo novo meio de produção industrial. Para responder à complexidade da fabricação moderna, faz-se preciso o trabalho colaborativo desde a elaboração do projeto. "Todo objeto produzido industrialmente é o resultado de inúmeros experimentos, de longas e sistemáticas pesquisas", dizia Gropius. Dessa maneira, a escola da Bauhaus é aberta inicialmente em Weimar e se desenvolve a partir dessa ideia: "A máquina constitui o nosso moderno meio de produção e a Bauhaus quer fazer um acordo com esta." (apud FERRAZ, 2007).

⁵⁵ Reconhecido arquiteto alemão, naturalizado americano, em 1927, foi presidente da Deutscher Werkbund –antecessora da Bauhaus, e organizou uma grande exposição em Stuttgart, com a proposta de planejar um bairro periférico, que deveria ser organizado com edifícios prototípicos que mostrassem sua independência da malha viária e do alinhamento das fachadas.

os de circulação e os percursos desde seus interiores até as áreas livres do Campus. Essa ordenação espacial pode ser observada na Imagem 29.

Imagem29 - Plano para o Campus do Illinois Institute of Technology- ITT.



Fonte: Curbed Chicago. Patrick Sisson • @freqresponse. Acesso em fevereiro de 2016

Já a segunda se refere à marcante arquitetura do edifício do *Seagram Building* (1954-58), em Nova York, torre implantada no coração dessa cidade (Imagem 30). De elevado valor imobiliário, a edificação rompe com as características formais predominantes do seu entorno e distancia-se do alinhamento da rua por meio de uma praça na frente do objeto construído.

Imagem30 - A Torre do Edifício Seagram de Mies Van der Rohe, 1954.



Fonte: Wirednewyork.com.

Esse recuo frontal não se alinha à ordem da quadra tradicional, regulada pela legislação urbanística nova-iorquina de 1916, segundo a qual os primeiros pavimentos das torres podiam ocupar todo o terreno. Assim, configurou-se como uma concepção formal nova e tornou-se, posteriormente, um paradigma do edifício vertical. O gabarito alcançado, resultante da forma de ocupação de apenas 1/3 do terreno, criou a mencionada praça e possibilitou a visualização quase completa da edificação⁵⁶ (Imagem 31).

⁵⁶ A implementação da Lei, de 1961, substituiu o padrão de ocupação do solo preconizado pela Lei de 1916, configurando uma relação entre a edificação e a rua diferente. A influência veio dos parâmetros, promulgados pelo urbanismo funcionalista moderno, os quais ordenavam as torres isoladas marcadas por vazios contínuos em seus entornos. O Seagram's Building passou a ser o novo ideal de arranha-céu: "eles não mais se

Imagem 31 - Recuo frontal do Edifício Seagram, 1954.



Fonte: <http://ezrastoller.com/portfolio/seagram>. Acesso em: mar. 2016.

Ademais, o sistema estrutural utilizado é independente das divisões internas, o que permite e flexibilidade na subdivisão dos espaços. Somente as áreas molhadas e de circulação são estruturais. Esse tipo de sistema é muito utilizado na atualidade.

Contemporâneo de Mies, Frank Lloyd Wright, arquiteto norte-americano, desenvolveu suas propostas arquitetônicas ao utilizar, também, técnicas de construção inovadoras. Todavia, sua concepção estética, que se alinhava mais às formas orgânicas - antecipando a atenção à adaptação da edificação ao contexto, sobretudo ao meio ambiente natural - não influenciou, como os outros, a construção da *torre*, parte do ideário urbanístico de organização dos espaços urbanos.

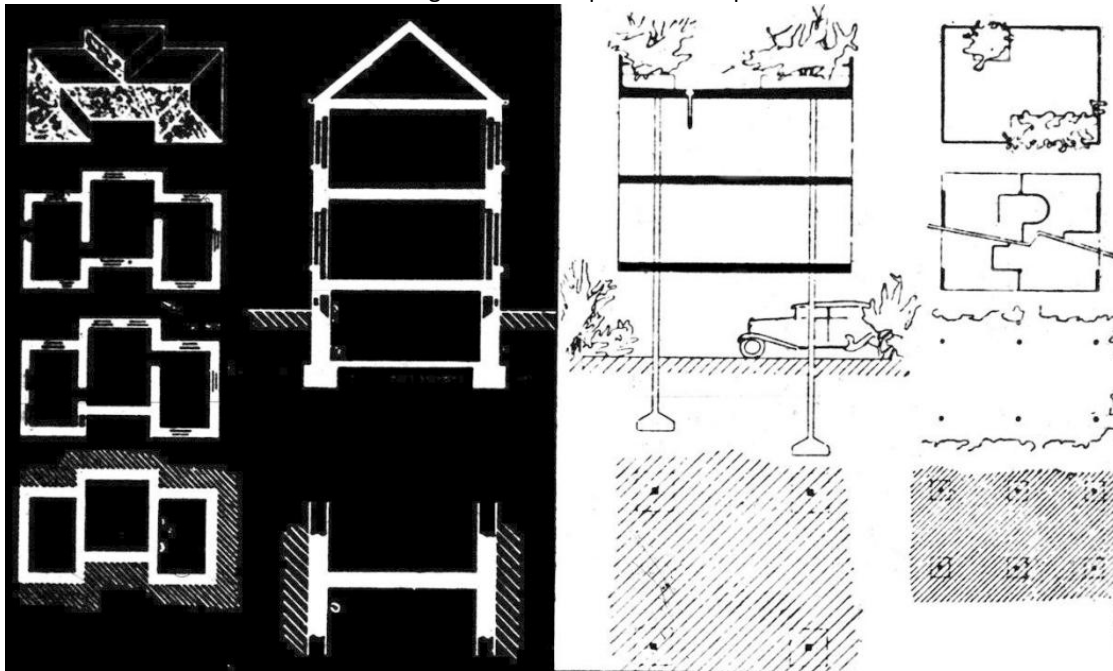
Foi Le Corbusier (1930-1957),⁵⁷ arquiteto suíço naturalizado francês, o principal representante da arquitetura e do urbanismo funcionalista modernos. Deixou um legado que, como

acotovelarão ao longo da rua, mas estarão higienicamente afastados segundo normas pré-estabelecidas pela nova lei" (TEIXEIRA, 2012).

⁵⁷ Le Corbusier, nascido Charles-Edouard Jeanneret-Gris, publicou, em 1924, um livro intitulado *Urbanismo*, onde colocou seu pensamento e o demonstrou em um projeto para uma cidade de três milhões de habitantes. Nela, ele elabora uma classificação de seus prováveis habitantes em três categorias: "a) Os urbanos, aqueles do centro, que têm aí seus negócios e residem na cidade; b) Os suburbanos, aqueles que trabalham na periferia, na zona fabril, e não vêm à cidade e residem na cidade-jardim e, c) Os mistos, aqueles que fornecem seu trabalho no centro dos negócios, mas criam a família nas cidades-jardins" (2000, p. 157).

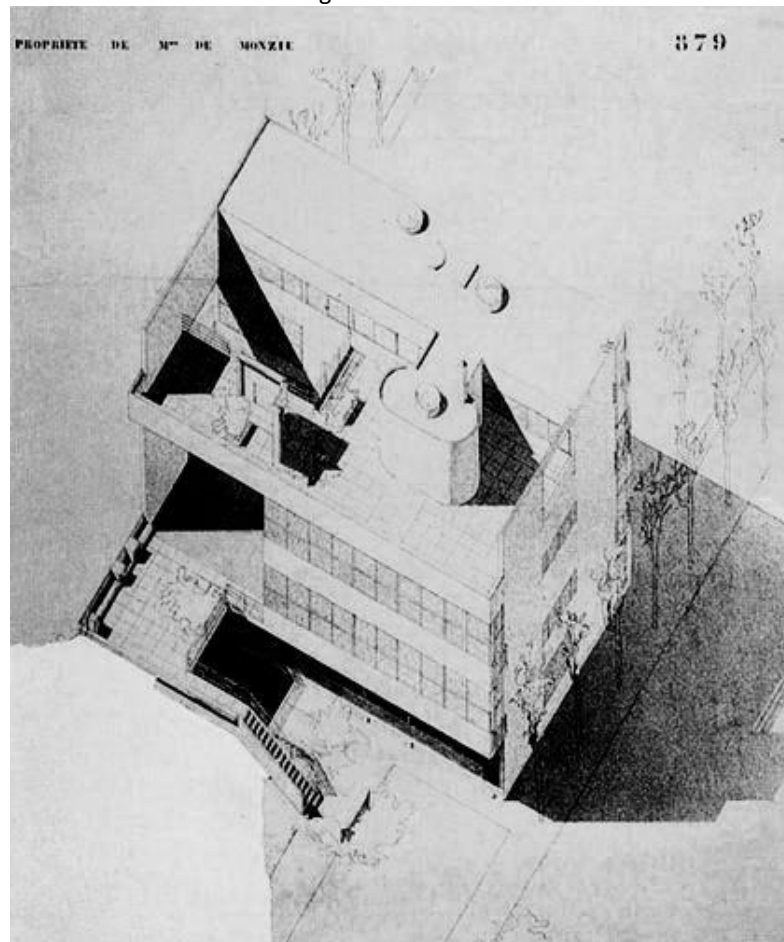
já foi salientado, veio a influenciar as características espaciais dos edifícios das cidades brasileiras. Ele desenvolveu seu pensamento a partir de princípios e soluções que subverteram a ordem predominante, como fizeram Gropius e Mies. Introduziu os pilotis e dispôs o uso da cobertura por meio do teto-jardim. Utilizou nas fachadas aberturas em fita, deixando-as independentes das estruturas, além de criar e ordenar percursos e circulações variados no interior das edificações. Sintetizou tais propriedades em cinco pontos: pilotis (suspensão da edificação do solo), terraço-jardim (uso da cobertura como terraço habitável), planta livre (independência entre as vedações e as estruturas), fachada livre e janela em fita (*fenêtre en longueur*- trata-se de aberturas que podem cortar toda a extensão da edificação). Tais pontos se apresentam ilustrados nos desenhos da Imagem 32e no projeto da Villa Stein, construída em 1927, na França, por Le Corbusier (Imagem 33).

Imagem32 - Cinco pontos da arquitetura.



Fonte: Pinterest. https://classconnection.s3.amazonaws.com/238/flashcards/1219238/jpg/lecture_10-121335890018281.jpg

Imagem33 - Villa Stein.



Fonte: Pinterest. <https://br.pinterest.com/pin/543035667542368342/>.

Esses cinco pontos propostos por Le Corbusier, adotados em várias edificações no mundo, foram reconhecidos como *modernistas* ou pertencentes ao *movimento racionalista moderno*. Em seu conjunto, compuseram parte do ideário da ordenação urbanística moderna, que ultrapassou a escala da edificação para a da configuração dos espaços urbanos.

O modo de ordenação racional e funcionalista, que caracterizou esse pensamento urbanístico, classifica a problemática urbana em três categorias: (I) *a moradia*— em resposta ao adensamento (não planejado) das cidades e à carência de habitações;⁵⁸ (II) *as condições insuficientes do saneamento*, e (III) *a congestão dos espaços*— a infraestrutura existente não era mais adequada.

A consagração do Movimento Moderno aconteceu depois da II Guerra Mundial e passou a ser considerado como o caminho para solucionar a reconstrução das cidades. Seus princípios condutores derivam, sobretudo, das concepções contidas na Carta de Atenas.

⁵⁸ A carência de habitações também decorreu da primeira guerra mundial, tanto pelas destruições de partes do tecido urbano como pela paralisação das atividades de construção durante o conflito.

A *Carta* propôs delimitar o território das cidades a partir de quatro funções predominantes— *habitação, trabalho, lazer e circulação*— e, assim, resolver os problemas gerados pela cidade industrial. A ideia era conceber um modelo racional para a ordenação urbana.

Cabe registrar que as cento e onze declarações que compõem o documento foram elaboradas a partir da análise de trinta e três cidades.⁵⁹ Essas, diferentes e situadas em diversos climas e latitudes, igualavam-se pela presença de um mesmo fenômeno: a desordem introduzida pelo maquinismo responsável pelo crescimento urbano.

Os membros do IV CIAM, conduzidos por Le Corbusier, utilizaram os estudos sobre essas cidades e tiraram lições que subsidiaram as propostas e as soluções urbanísticas descritas na Carta de Atenas, que se compõe de três partes: (i) *Generalidade*, (ii) *Análise do estado atual das cidades* e (iii) *Propostas de soluções e conclusões*.

As duas primeiras partes correspondem a um diagnóstico sobre as cidades naquela época. A terceira apresenta o ideário do urbanismo funcionalista. Portanto, essa terceira parte, referente às *propostas de soluções*, foi tomada como objeto de investigação deste trabalho, sobretudo aquelas relacionadas às disposições espaciais dos edifícios, dos espaços limiares e dos espaços públicos a eles adjacentes. O próximo item investiga as propriedades espaciais do ideário funcionalista a partir da análise de conteúdo da Carta e à luz da ética da alteridade.

5.2 Princípios e propriedades espaciais

O texto que segue é constituído pela análise dos trechos da Carta de Atenas categorizados e classificados segundo os recortes espaciais (espaço construído— edificação, espaço limiar e espaço público) e os critérios urbanísticos de análise (propriedade e intencionalidade) descritos no Capítulo 4, que disserta sobre os procedimentos investigativos desenvolvidos nesta tese (sua síntese é apresentada no **Quadro 7**). Os fundamentos da ética da alteridade surgem como um instrumento elucidativo, utilizado para construir um novo olhar sobre os predicados espaciais propostos por esse documento.

⁵⁹ No congresso de Atenas foram analisadas trinta e três cidades: Amsterdam, Atenas, Bruxelas, Baltimore, Bandung, Budapeste, Berlim, Barcelona, Charleroi, Colônia, Como, Dalat, Detroit, Dessau, Estocolmo, Frankfurt, Genebra, Gênova, La Haya, Los Angeles, Littoria, Londres, Madrid, Oslo, Paris, Praga, Roma, Rotterdam, Utrecht, Verona, Varsóvia, Zagreb e Zurique.

Quadro7 - Documento Carta de Atenas. Análise de conteúdo

EDIFICAÇÃO	ESPAÇO LIMIAR	ESPAÇO PÚBLICO
Propriedade e intencionalidade- Expressão física do sentido	Propriedade e intencionalidade-Expressão física do sentido	Propriedade e intencionalidade- Expressão física do sentido
A Edificação Habitação considerada o PRÓPRIO CENTRO DAS PREOCUPAÇÕES URBANÍSTICAS Homem- escala de todas as coisas. Habitação, a CÉLULA PRIMEIRA ou ponto de articulação de todas as medidas: Funções cotidianas: habitar, trabalhar, recrear-se.	A' Limiar 	A'' Espaço público
B Edificação Habitação. Três tipos de habitação: A casa individual (cidade jardim). A casa individual acoplada a uma atividade agrícola. Edificação vertical- Imóvel coletivo provido de todos os serviços	B' Limiar Variedade de tipos e linguagem arquitetônica comum.	B'' Espaço público Densidade da circulação pública relacionada com a casa- com a comunidade, população
C Edificação Homens e moradias saudáveis.	C' Limiar Homens e moradias saudáveis	C'' Espaço público Homens e moradias saudáveis.
C Edificação Zonas favorecidas com Espaços graciosos, em meio à natureza.	C' Limiar Locais onde o espaço, o ar puro e o sol, essas três, condições essenciais da natureza lhes sejam largamente asseguradas.	C'' Espaço público As localidades devem ser ditadas por questões de higiene
C Edificação Edificações erguidas e distantes uma das outras devem permitir amplas superfícies verdes	C' Limiar Edificações erguidas e distantes uma das outras devem permitir amplas superfícies verdes	C'' Espaço público O Espaço público junto às moradias situado nas melhores localizações.
D Edificação Deve-se permitir que o Sol e ar em todas as fachadas penetrem no mínimo de 02 horas ao dia.	D' Limiar Aberturas. Sol e ar em todas as fachadas penetrem no mínimo de 02 horas ao dia.	D'' Espaço público
E Edificação Visibilidade em todas as fachadas .	E' Limiar Visibilidade em todas as fachadas	E'' Espaço público
F Edificação Sob as edificações estão os espaços livres com acesso restrito a alguns pontos. Contato indireto do interior com o exterior pela diferença de nível- pavimentos Os modernos recursos técnicos devem ser levados em conta para erguer construções elevadas. Pilotis, estrutura independente, viga invertida, fachada	F' Limiar Sob as edificações estão os espaços livres com acesso restrito a alguns pontos Contato indireto do interior com o exterior pela diferença de nível- pavimentos	F'' Espaço público Acessível

livre.

GEdificação

Densidade razoável deve ser imposta de acordo com a natureza do terreno.

Edificação vertical.

Poder-se-á pressupor certa cifra de população. Será necessário alojá-la, sabendo-se em que área útil, prever qual tempo-distância será seu quinhão cotidiano, fixar a superfície e a capacidade necessárias. Quando a cifra da população e as dimensões do terreno forem fixadas, a “densidade” é determinada.

G'Limiar

Justa proporção com os espaços livres.

G''Espaço público

HEdificação

Habitação e outros usos

H'Limiar

Percursos independentes

H''Espaço público

Percursos independentes

HEdificação

Habitação e função complementar-Instalações coletivas com funções complementares à habitação. (Escolas, creches, serviços médicos, atividades esportivas, comércio, centros de abastecimentos).

H'Limiar

Percursos independentes

H''Espaço público

Percursos de circulação “miúda”. (pedestre) separa da de veículos

HEdificação

Habitação e trabalho

H'Limiar

Percursos independentes

H''Espaço público

Vias de veículos. Rede circulatória. Locais de trabalho organizados, de tal modo que, invés de ser uma sujeição penosa, os locais de trabalho retomem seu caráter de atividade humana natural.

HEdificação

Habitação e Atividades industriais

H'Limiar

As zonas de vegetação devem, a princípio, isolar os leitos de grande circulação.

H''Espaço público

Leitos de grande circulação. Percurso linear. Ao lado de vias férreas, canais e estradas. Leitos de grande circulação.

IEdificação

Edificação eo esquema (organização) das vias

I'Limiar

Separada e independente

I''Espaço público

Circulação hierarquizada.Cada via desempenhará sua função. Rede circulatória que assegure as trocas, respeitando as prerrogativas de cada uma.Não há uma largura-tipo uniforme para as ruas, tudo depende do tráfego, em número e natureza dos veículos.Devem ser distantes os cruzamentos das ruas para facilitar à boa progressão dos veículos (arranque e freada)
Rua de percurso rápido para veículos.Rua de percurso lento para pedestre- caminhos de passeios e outros diretos.Rua de percurso para

pedestres longe das velocidades
mecânicas- carros.

Fonte: Elaborado pela autora.

Isso posto, anunciam-se, tendo como fundamento o Quadro (Carta de Atenas- análise de conteúdo), os 9 (nove) princípios arquitetônicos e urbanísticos identificados, quer eles respondam quer não, aos fundamentos da ética da alteridade.

- A.** *A habitação, célula mínima, deveria ter centralidade e dela decorrer toda a organização urbanística.*⁶⁰
- B.** *As habitações deveriam ser classificadas em três tipos.*
- C.** *Os homens e suas moradias deveriam ser saudáveis.*
- D.** *Dever-se-ia permitir que o sol e o ar penetrassem em todas as fachadas das edificações no mínimo 2 horas ao dia.*
- E.** *Todas as fachadas deveriam ter visibilidade para o exterior.*
- F.** *Os espaços sob as edificações deveriam ser livres (sobre pilotis), com acesso restrito em alguns pontos.*
- G.** *A habitação deveria ter uma densidade razoável, de acordo com a natureza do terreno e com uma justa proporção com os espaços livres.*
- H.** *A habitação deveria ser independente e separada das instalações coletivas, que deveriam destinar-se a um maior número de pessoas.*
- I.** *A habitação deveria ser distante da rede de vias e essa rede deveria configurar-se de maneira hierarquizada, segundo sua função.*

Para cada um desses princípios, analisa-se a seguir a pertinência do seu desdobramento no conjunto daqueles que se conformam, ou não, como predicados espaciais da alteridade.

- A.** *A habitação, célula mínima, deveria ter centralidade e dela decorrer toda a organização urbanística.*⁶¹

⁶⁰ A partir deste momento coloca-se em itálico a assertiva para realçar o seu conteúdo.

⁶¹ A partir deste momento, será posta em itálico a assertiva para realçar o seu conteúdo.

O ciclo das funções cotidianas- habitar, trabalhar, recrear-se (recuperação)- será regulamentado pelo urbanismo dentro da mais rigorosa economia de tempo, sendo a habitação considerada o próprio centro das preocupações urbanísticas e o ponto de articulação de todas as medidas (CARTA DE ATENAS, s/d, p.30).

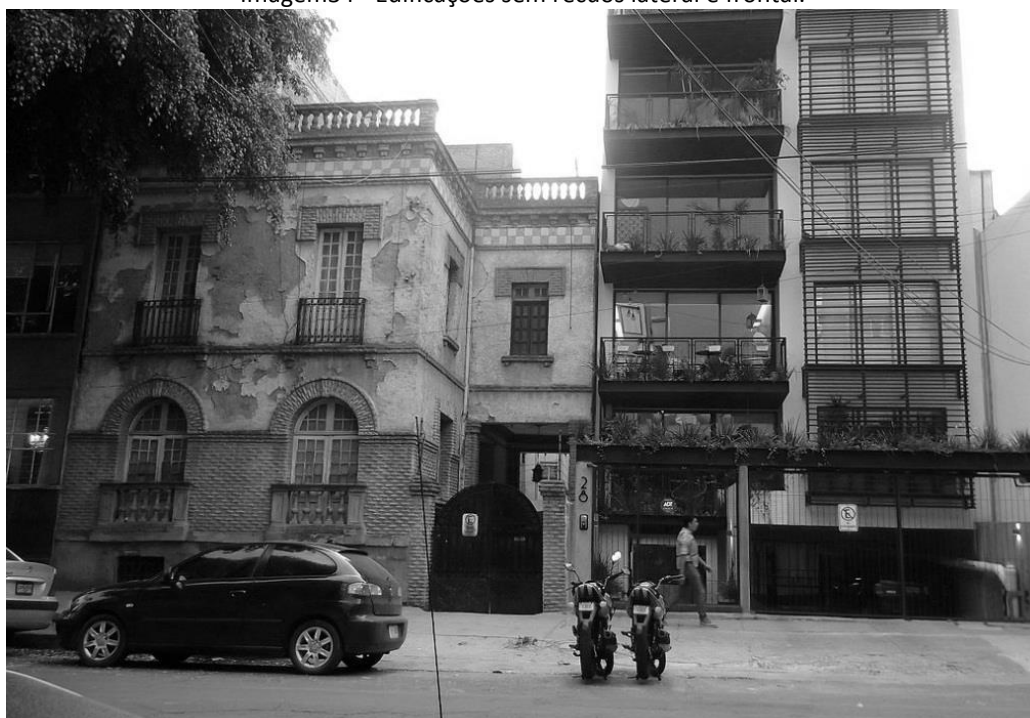
O princípio central orientador da produção do espaço, consoante a Carta de Atenas, seria a habitação. Ela atuaria como pré-requisito para a ordenação dos espaços da cidade. Do espaço do sujeito, morador, decorreria a organização dos outros elementos urbanos. Desse modo, as necessidades a serem respondidas primeiramente seriam as dos habitantes das edificações. Não seriam provenientes das formas de vivências e das apropriações dos utilizadores dos espaços públicos.

A habitação deveria possuir uma escala adequada para abrigar o *homem-tipo*, detentor de características semelhantes, conforme foi classificado por Le Corbusier. Como descreve Choay (2005, p.185), ao citar o pensamento desse arquiteto,

Procurar a escala humana, a função humana, é definir as necessidades humanas. Elas são pouco numerosas; são bastante idênticas entre todos os homens, pois os homens foram feitos com o mesmo molde desde as épocas mais longínquas que conhecemos. O Larousse, ao fornecer-nos a definição de homem, dá-nos três imagens que desmontam sob nossos olhos; a máquina toda está ali, carcaça, sistema nervoso, sistema sanguíneo; e é assim com cada um de nós, exatamente e sem exceção. Essas necessidades são típicas, quer dizer, nós todos temos as mesmas; todos nós temos necessidade de completar nossas capacidades naturais por meio de elementos de reforço.

Os espaços concebidos para homens possuidores de necessidades semelhantes deveriam ser iguais, porém se distinguiriam de acordo com a sua finalidade ou função. A função referente à habitação requereria qualidades espaciais específicas, de modo a garantir a higiene e o bem-estar do homem. Tal função estava qualitativamente comprometida em função do ambiente de desordem que caracterizava as cidades devido ao crescimento urbano. Sem saneamento adequado, ventilação e insolação, dentre outros aspectos, as habitações, coladas umas às outras, conquistariam sua independência. A Imagem 34 mostra duas edificações de épocas diferentes (à esquerda uma edificação do início do século XX, e à direita uma edificação do século XXI), com o tipo de ocupação do solo anterior aos princípios propostos pela Carta de Atenas.

Imagem34 - Edificações sem recuos lateral e frontal.



Fonte: Francisco Peláez – México. <https://es.wikipedia.org/wiki/Gentrificaci%C3%B3n>. Acesso em: 12 ago. 2016.

O conjunto das edificações implantadas, coladas umas às outras, desenhava o espaço público. As edificações configuradas como elementos delimitadores—septos ou paredes— conformavam a rua, como se pode observar na Imagem 35. Os princípios postos pela Carta— as edificações soltas entre si— fazem com que a rua deixe de ser desenhada pelas edificações.

Imagem35 - As edificações juntas desenham a forma do espaço público.



Fonte: Pinterest. Calle Carrión. Barcelona.

Como célula primeira, cada habitação adquiriria sua individualidade, separando-se das demais, e deixariam de ser contíguas.

A individualidade do espaço da habitação passaria a ser o fundamento balizador para a ordenação do espaço, ou seja, seria desse espaço do *Eu*, ou do sujeito da individualidade, que se estabeleceriam as relações espaciais que configurariam o arranjo espacial que abrigaria a coletividade e suas vivências no espaço público.

Considera-se que as relações entre os elementos espaciais, resultantes da célula habitacional, podem deixar à deriva a forma do espaço da rua, onde está o Outro, o desconhecido. Sobre isso convém esclarecer um ponto importante pelo sentido ético dessa condição.

Quando foi estudado o vocábulo referente à ética, no Capítulo 3, dissertou-se sobre seus principais sentidos. O primeiro relaciona-se com a morada do homem. O segundo concerne aos hábitos adquiridos por ele no decorrer de sua vida. O terceiro diz respeito à reutilização do primeiro sentido por Heidegger. Esse pensador o faz convergir para a ontologia, ao considerar que a morada do homem consiste no seu próprio *Ser*. Todavia, é o filósofo Lévinas que traz a ética para a condição primeira do *Ser*.

Neste último sentido, o homem se forma como sujeito frente à responsabilidade que assume pelo Outro, de modo que a alteridade desse Outro conta para ele como constituinte de sua própria identidade. Dito de outro modo, Lévinas toma como fundamento ético a possibilidade de que a identidade do sujeito se veja alterada pelo chamado responsivo do Outro. Se ele responde ou não ao chamado do Outro, constitui-se também como sujeito, o que o identifica.

Foi o intuito de salvaguardar o espaço da morada do homem das desordens provenientes do crescimento urbano do início a meados do século XX que deu seguimento à elevação da célula mínima à condição primeira para a organização dos elementos espaciais urbanos, inferindo centralidade à sua individualidade.

Esse princípio ético da individualidade edilícia conduziu a pensar a habitação de forma independente do espaço público. Ora, tal condição pode sujeitar o espaço de fora da habitação, como a rua, ao tipo de configuração do espaço do morador, de modo que esse espaço se torna consequência do arranjo espacial da moradia.

Desse modo, alinhou-se o espaço do *Eu* - o da sua morada - ao *Ser*, à existência do sujeito, como fala a base da filosofia existencial, segundo os pensamentos de Heidegger⁶² e de Merleau-Ponty, destinando a organização dos espaços públicos ao modo de viver dos habitantes das edificações.

⁶² É necessário lembrar a atenção do filósofo Heidegger sobre o habitar o mundo. Ele diz que preservar a vida e responder às necessidades do ser humano significa tratar de ser si-mesmo, tanto em sua singularidade quanto em sua pluralidade que acontecem no tempo. A isso ele denomina, ontologicamente, de 'cuidado'. Assim, o homem existe cuidando de seu existir (HEIDEGGER, 1998).

Não se pode esquecer que esse *Eu*, não era nem é vazio, mas está munido de racionalidade e de interesses, ou seja, está iluminado pela razão e pode estabelecer a forma pela qual os outros, alheios ao espaço da morada do sujeito, irão viver, ou seja, a centralidade inferida à habitação confere uma hierarquia ao espaço do Eu - morador sobre o espaço do Outro. Essa condição pode resultar num arranjo espacial da moradia separada do espaço público, o que impossibilita o encontro entre eles - morador e habitante do espaço público. Apesar da importância desse princípio, outros precisam ser colocados e a ele relacionados.

B. *As habitações deveriam ser classificadas em três tipos*

A Carta de Atenas propõe que a habitação deveria ser de três tipos: a casa individual, a casa individual acoplada a uma atividade agrícola e a edificação vertical - edificação coletiva provida de serviços comuns. Cada tipo se inseriria no tecido espacial a partir de suas características específicas e delas sucederiam as relações com os outros elementos urbanos.

Essa condição pode resultar em relações espaciais que tragam benefícios aos seus usuários e também os habitantes de seus respectivos entornos. Mas, como há uma hierarquia dada à edificação, torna os outros espaços decorrentes da sua ordenação.

O primeiro tipo de habitação pode ser conferido no projeto da Villa Stein, em Garches, na França. Le Corbusier, seu autor, trata a materialidade do vidro da fachada da casa não só em função da sua transparência mas, como apontam Frade e Amorim (2016), também na organização dos planos dessas superfícies. Ele cria novas experiências espaciais (Imagens 36 e 37) por meio da sequência de planos dispostos no interior da casa, o que possibilita um percurso dinâmico e convidativo entre o interior da casa e o exterior. A marquise da fachada frontal marca a entrada como um lugar de recepção a quem vem de fora.

Imagem36 - Villa Steintransparências e planos na integração do interior com o exterior.



Fonte: Pinterest.

Imagem37 - Villa Stein, aberturas em fita e a marquise de entrada.



Fonte:Reportage Le Corbusier by Cemal Emden.

A célula casa abre-se para os que estão no exterior por meio, também, do tratamento das grandes aberturas de suas fachadas, configurando zonas limiares transparentes.

O segundo tipo de residência proposto pela Carta é a casa individual acoplada a uma atividade agrícola localizada na periferia da cidade. Sua implantação acontece em meio ao verde do

solo rural distante dos equipamentos urbanos. É o terceiro tipo, referente ao edifício vertical, que ostenta as propriedades mais marcantes do urbanismo funcionalista.

A Carta instituiu a habitação, configurada partir desses três tipos, como a célula primeira. A partir dela é que se organizam os demais espaços urbanos. Essa premissa poderia de antemão levar a construir deduções negativas sobre as propriedades espaciais que configuram o entorno das habitações. Como os espaços não têm a condição primeira na ordenação espacial, possuiriam um papel secundário. Todavia, é preciso abster-se de pressupostos ligeiros e investigar os novos acentos, pois outros aspectos vão trazer esclarecimentos sobre o papel dado ao espaço do morador - *o mesmo* - e aos espaços públicos - *os outros*.

C. *Os homens e suas moradias deveriam ser saudáveis.*

A atenção às moradias como espaços saudáveis deveria implicar, no entendimento desta tese, o mesmo cuidado em relação ao seu entorno. Se as habitações precisam situar-se nas melhores localidades e com as vistas mais graciosas, deveriam também assim ser os espaços adjacentes, porque a elas estão ligados. O zelo com os espaços interiores, onde o homem habita sua privacidade, deve revelar-se na sua exterioridade.

Segundo a Carta de Atenas, assegurar *espaços graciosos em meio à natureza* seria uma condição essencial para inferir qualidade ambiental, devendo ser largamente garantida por meio de uma ampla superfície livre entre as edificações, erguidas distantes uma das outras. Tal princípio, segundo essa Carta, deveria nortear a configuração do espaço do entorno. Afinal, os homens necessitam de espaço vegetado para seus pulmões, ar de qualidade e silêncio, onde ele estiver.

Tais atributos direcionados para o espaço de moradia, no cômputo do documento em pauta, conformaria a localidade onde ela se implanta. E ainda, na ocasião da elaboração dessa Carta, parecia evidente que, no estágio de comportamento civilizado das relações sociais, o homem requeria serviços complementares à edificação para qualificar o espaço da habitação. Portando, esses serviços deveriam atuar como um prolongamento da moradia.

Naquela época, já se defendia a necessidade de evitar grandes deslocamentos. O tempo gasto com a distância, proveniente do modelo da cidade-jardim horizontal (Howard, 1898),⁶³ demandava buscar outras soluções urbanísticas. A proposta veio a ser o edifício vertical em meio ao

⁶³ Ebenezer Howard (1898), em resposta às condições caóticas de vida da cidade liberal, desenvolveu uma proposta denominada de “Garden-cities of To-morrow”. No livro com o mesmo nome, apresenta um diagnóstico sobre o crescimento populacional urbano devido à migração do campo e suas respectivas e indesejáveis consequências, e propõe uma mediação entre as duas localidades. Segundo ele, dever-se-ia unir as características agradáveis do campo às da cidade. Dessa união nasceria “uma nova esperança, uma nova vida, uma nova civilização” (HOWARD, 1996, p. 110).

verde, o qual condensaria um número de habitações sobrepostas num único edifício, ao tempo que garantiria aos seus moradores as *benesses* do sol e do ar, características da casa individual. A premissa era garantir essa condição extensiva para todos, para o *Ser* que habitaria suas moradias, visto que o documento não aponta para grupos ou sujeitos sociais específicos.

Entretanto, há que se constatar a prioridade dada ao espaço mais apropriado, saudável, para a localização do uso habitacional. Essa primazia poderia ofertar ao sujeito morador certa medida de controle em relação ao exterior. Afinal, existe uma relação de interdependência entre as características das habitações e as das localidades onde as mesmas se situam.

A opção por uma localidade para morar decorre, dentre outras motivações, da escolha do sujeito em estabelecer determinadas relações com o mundo exterior. Tal definição pode ser por uma relação de proximidade ou de afastamento de vizinhos e/ou de quem passa no espaço público, ou seja, o morador, a partir de uma variedade de possíveis relações com o espaço externo ao seu, seleciona tipos específicos de contatos.

A configuração espacial materializada pelo edifício vertical em meio ao verde,⁶⁴ embora não determine as relações dos seus moradores com os habitantes do espaço público, exerce influência sobre seus tipos de percursos diários e, portanto, sobre a possibilidade que eles têm de se encontrarem com diferentes pessoas.

A esses “moradores verticalizados” é oferecido o privilégio de morar em meio ao verde, mas as relações, os encontros com os outros são comprometidos pela primazia dada aos percursos internos à edificação em detrimento dos externos. Em consequência, os transeuntes passam a usar e a se apropriar do espaço público, em certa medida, de forma decorrente da configuração do edifício vertical.⁶⁵ Em meio à natureza, esse tipo de ocupação do solo torna-se uma forma (im)posta aos outros (Imagem 38).

⁶⁴ No final do século XIX, em consequência da Revolução Industrial, muitas cidades como Paris e Londres se caracterizavam por ter tecidos urbanos desordenados. Essa situação conduziu Le Corbusier a desenvolver propostas para as cidades tendo o edifício em altura o papel principal para recompor a saúde urbana. Seu ideário, junto ao de outros arquitetos do CIAM, deu surgimento, nos anos 1960, a outros projetos visionários para resolver as questões da habitação. Também tirando proveito do desenvolvimento tecnológico, três grupos de arquitetos desenvolveram propostas, algumas consideradas utópicas, com o tema do edifício vertical: o Archigram inglês, os Metabolistas japoneses e o Grupo Francês.

⁶⁵ A Unidade de Habitação foi encomendada ao arquiteto Le Corbusier pelo Estado Francês. O projeto consta da proposição de “ruas” ao ar livre que na verdade são corredores dispostos em cada pavimento que conectam os alojamentos. As “ruas” atravessam o edifício no sentido transversal de leste para oeste interligando-se às circulações verticais que levam até uma cobertura-terraço, onde se localiza uma creche. Em 1944, os princípios de ordenação dos espaços da Unidade de Habitação foram utilizados no plano de reconstrução de Saint-Dié, no qual se agrupou a população urbana em seis edificações verticais com essa tipologia.

Imagem38 - Unidade de Habitação- projeto de Le Corbusier.



Fonte: <http://tipografos.net/design/corbusier.html>.

Para que a habitação seja um lugar saudável para a morada do homem, não são suficientes propriedades espaciais que lhe permitam desfrutar de melhores vistas da cidade, mediante edificações verticais implantadas em meio ao verde. Dessa maneira, os arquitetos urbanistas do CIAM desenvolveram outros princípios norteadores para a concepção desses espaços.

***D.** Dever-se-ia permitir que o sol e ar penetrassem em todas as fachadas das edificações no mínimo 2 horas ao dia.*

Para responder a essa exigência, as edificações, segundo a Carta de Atenas, deveriam ser afastadas uma das outras, o que permitiria a entrada do sol e do ar ao menos duas horas por dia, ou seja, a forma de ocupação do solo pela edificação, assim como sua geometria, precisariam configurar-se de modo a evitar a constituição de barreiras que prejudicassem a insolação em todos os lados do volume edificado. Por seu turno, o fundamento para orientar o tipo de implantação seria dependente do clima da região. Decerto, é preciso considerar a necessidade de obter mais ou menos calor.

No caso dos países tropicais, a presença do sol, assim como a proteção à incidência excessiva de calor, solucionada, por exemplo, pela entrada de ar nas edificações, deve ser controlada fora delas, no espaço público. Sendo assim, a distância entre as edificações deve criar sombras nesse

espaço, sombras que protejam dos raios solares, sombras que revelem cuidado com o *Ser*. Portanto, essa distância não precisa ser reivindicada.

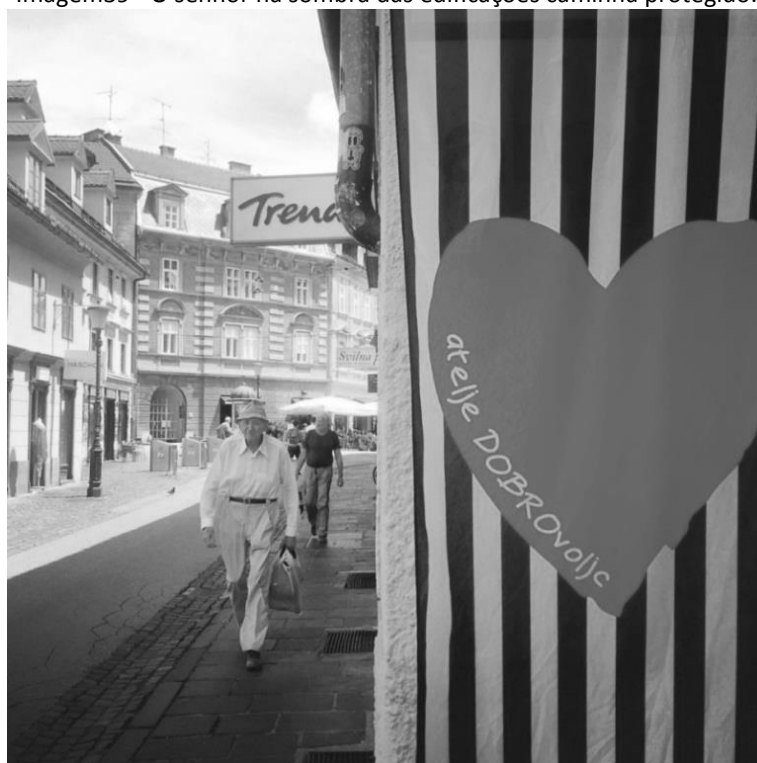
Nesses países, conceber o espaço público de modo que ele tenha elementos para oferecer sombra, é dar ao Outro proteção, sem que ele expresse essa sua necessidade. Significa um gesto de acolhimento despretensioso, ou de intencionalidade desinteressada em si mesma, porque é oferecida sem uma demanda anterior, visto que a ela antecede um saber - um conhecimento sobre a vulnerabilidade humana quanto ao cuidado à proteção solar. Afinal, como ensina Lévinas: “[...] a epifania do Outro comporta uma significação própria, independente desta significação recebida do mundo. O Outro não nos vem somente a partir do contexto, mas, sem esta mediação, significa por si mesmo” (LÉVINAS, 1972, p. 51).

O Outro significa por si mesmo, não precisa que lhe seja atribuída uma necessidade, como a de sombra. Responde-se *a priori* à necessidade que é de todos. Diz Lévinas que a escuta deve obediência à vulnerabilidade do Outro em função de ela ser uma condição da existência. A vulnerabilidade humana demanda, também, ser considerada de forma dialética, pois a vulnerabilidade do homem o faz precisar de proteção - como a da incidência solar excessiva—, e não deve contrapor a sua autonomia para decidir sobre as coisas e as situações do seu mundo. Portanto, a proteção é essencial porque vulnerável é a condição humana, e a autonomia é imprescindível para que se realize a capacidade humana de decidir, inclusive para escolher se quer proteção. Do ponto de vista da ética da alteridade, no entanto, deve-se dar proteção independentemente da vontade de quem vai recebê-la, pois ela é uma oferta desinteressada.

A Carta de Atenas enfatiza o conforto ambiental da célula primeira. Projeta-se o espaço da edificação independente, ou separada, do espaço público. Desse modo, os elementos desse espaço são elaborados também de forma independente. Tal circunstância é comum na configuração espacial de muitas cidades brasileiras, já que a sombra, por exemplo, é um problema a ser resolvido posteriormente, por meio de outros elementos, como a vegetação separada da edificação.

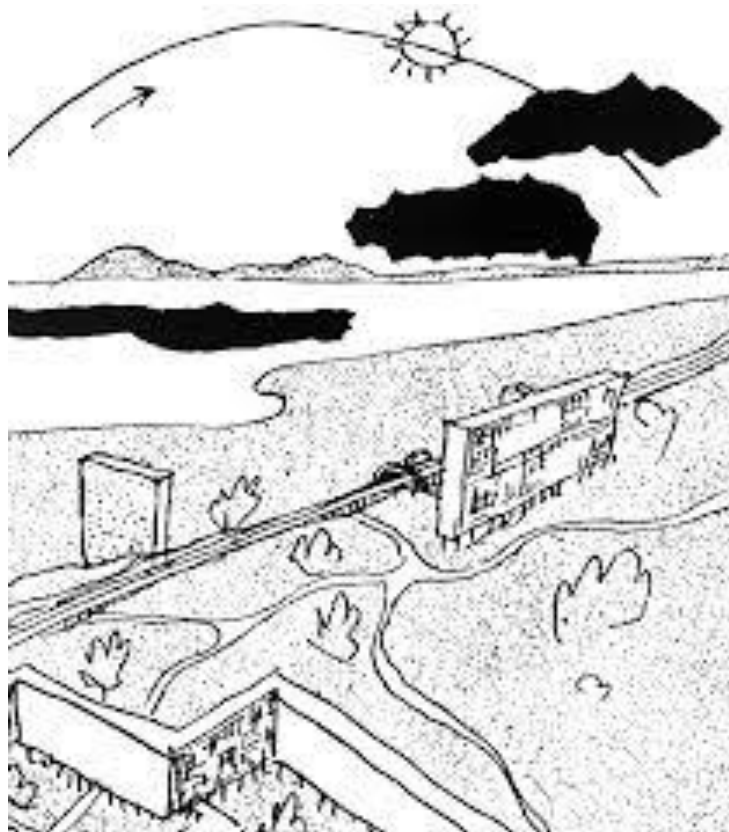
A Imagem 39 mostra uma rua estreita com sua metade sombreada por meio da projeção das edificações—guarda-sol para as pessoas caminharem com conforto. Edificações contíguas são um tipo diferente de configuração daquela pensada por Le Corbusier. O desenho representado na Imagem 40 mostra a movimentação solar sobre as edificações distanciadas no campo verde. Perto das edificações é possível ter proteção solar, mas à medida que delas se distanciam as pessoas, o sol incide no espaço público sem proteção.

Imagem39 - O senhor na sombra das edificações caminha protegido.



Fonte: <http://www.ligiafascioni.com.br/category/cotidiano/>.

Imagem40 - O espaço livre, verde, na cidade funcionalista moderna entre as edificações. Desenho de Le Corbusier.



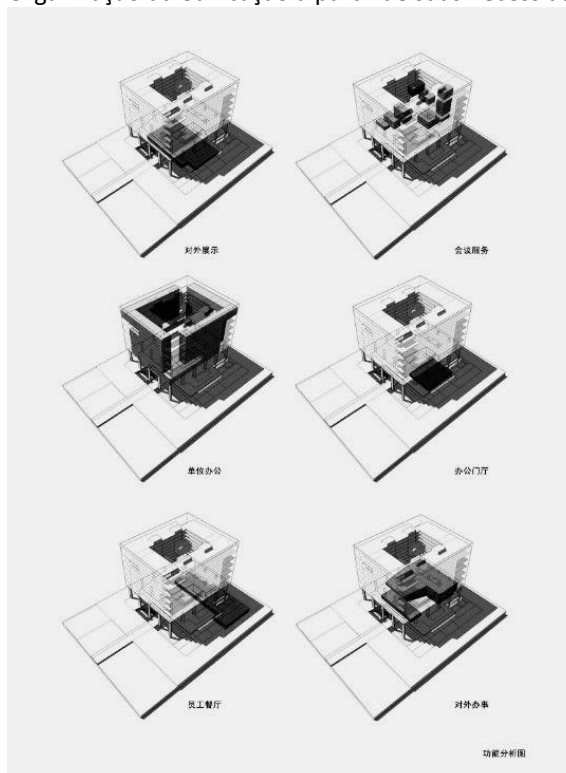
Fonte: Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, v.17, n.20, 2010.

Deve-se levar em conta que a Carta de Atenas e as propostas de Le Corbusier foram elaboradas em climas diferentes daqueles dos países tropicais, e que, portanto, a necessidade de sombra não se fazia primordial. Entretanto, dois fatores precisam ser considerados: o primeiro é que as propostas tinham o objetivo de ser universais, ou seja, válidas para se planejar todas as cidades; a segunda é que esse exemplo da sombra serve para ilustrar a condição de existir ou não interdependência do espaço das edificações e do espaço público. A interdependência dos espaços, edifícios privados e seus entornos, mostra o cuidado com o habitante no espaço público e esse princípio se espacializa de diferentes formas.

À revelia da necessidade de cuidado do homem no espaço público e ao tempo em que ele nem havia manifestado sua condição de vulnerabilidade, pensadas já eram as aberturas das fachadas, que permitiam a entrada do sol e do ar em todos os lados das edificações, implantadas soltas uma das outras, numa condição de individualização edilícia.

Importa anotar que alguns espaços e elementos interiores das edificações são independentes dos seus entornos. Eles se resolvem no volume dos edifícios, conforme se pode observar de forma esquemática na Imagem 41, que mostra seis croquis de uma edificação vertical com a sequência da configuração espacial de seus elementos internos, como acessos e circulações, marcados por cores diferentes, independentes da configuração espacial do seu entorno.

Imagem41 - Organização da edificação a partir de suas necessidades internas.



Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/390476230169466325/>.

Ressalte-se que os elementos internos das edificações podem ser configurados como ilustra a Imagem 41. Mas, provavelmente, seriam mais bem dispostos, sob o ponto de vista desta tese, caso fossem consideradas as relações com o espaço exterior, público. Propriedades espaciais de edificações, planejadas e desenhadas também a partir das características do seu entorno, revelam o cuidado com o passeio (sombra, soleiras, usos atrativos), de modo a oferecer um espaço de boas-vindas a quem por ele transita.

As Imagens 42 e 43 mostram a continuidade, por meio do mesmo tipo de piso dos pavimentos térreos, de uma sequência de edificações geminadas, a qual contorna um pátio, um grande espaço coletivo. A arcada do térreo delimita o espaço privado, ao mesmo tempo em que se abre para receber o próximo. É um espaço limiar com propriedades espaciais acolhedoras.

Imagem42 - Pavimento térreo: Continuidade de elementos e delimitação de espaços pelas arcadas.



Fonte: Projeto Mia y Goula. Space públic em Banyoles. www.landezine.com.

43 - Pavimento térreo: Continuidade de elementos e delimitação de espaços pelas arcadas.



Fonte: Projeto Mia y Goula. Space públic em Banyoles. www.landezine.com

E. Todas as fachadas deveriam ter visibilidade para o exterior

Diferentemente da implantação das edificações da cidade tradicional, que se caracterizava pelo edifício alinhado com a calçada, sem recuo lateral e, na maior parte das vezes, com só uma frente, elas são propostas na Carta de Atenas soltas uma das outras e com aberturas em todos os lados, o que proporciona visibilidade para o exterior. É possível mirar as faces que transitam no espaço de fora da edificação, a depender, naturalmente, da altura do pavimento de onde se esteja.

Mas quem é o *Outro* que habita o espaço de fora? Ele é identificado? Como? Ele não é identificado? Segundo Santos (2007), ele é identificado a partir do *Mesmo*. Dito de outro modo, é reconhecido pelo sujeito como um personagem do seu mundo, porém sendo definido de acordo com o lugar que ocupa na trama de sua vida:

Mas, no mundo, não há lugar para o face-a-face, pois, a rigor, não há sequer face. As coisas são “dadas”, aparecem a uma luz que não vem delas mesmas; não significam por si; não falam. No mundo, as pessoas não abordam umas às outras de frente, mas, em certo sentido, de lado, na medida em que, antes de receber a palavra do Outro, o sujeito já o decifra à luz de um significado projetado desde o horizonte de seu mundo, ou tomado ao contexto comum a que ambos pertencem. Outrem é o companheiro, concidadão, colega e, só depois, “fora do mundo”, ele mesmo. Por isso, na existência mundana não há propriamente encontro [...] (SANTOS, 2007, p. 108).

Outrem é o companheiro, o concidadão, o colega e, só depois, “fora do mundo”, ele mesmo. Há sempre uma necessidade de identificar o Outro, reduzindo-o. Deseja-se a identificação de quem passa na rua e se constroi sua suposta identidade, que estará relacionada a quem pressupõe quem ele é quando o vê, trazendo-o para seu mundo de significantes e lhe dando significado. Para ser Outro, é preciso estar fora do mundo ou ser despossuído das teias significantes do sujeito.

O transeunte, muitas vezes, é visto como hostil ou até violento, do qual é preciso o sujeito se defender, construindo barreiras nos espaços privados onde mora para se proteger desse invasor.

O ambiente sociocultural atua em boa medida para se criarem representações negativas acerca do desconhecido. Pode-se citar o caso de grande parte das cidades brasileiras que abrigam pessoas com fortes diferenças sociais. Muitas vezes, as de baixa renda são percebidas como perigosas. Ora, o fato de o sujeito morador - em meio a esse ambiente de diferença entre as classes sociais - não conhecer o Outro que transita no espaço público, por não pertencer à sua classe social, não o torna um delinquente.

É preciso compreender que, numa relação de alteridade ética, o Outro que está do lado de fora da edificação, independentemente de quem seja, é parte de quem está dentro, na medida em que sua responsabilidade de resposta o constitui eticamente. Habitante do espaço público, o Outro é o próximo que, sendo diferente do sujeito morador, necessita de resposta à sua vulnerabilidade em forma de respeito e cuidado. Não é necessário saber quem ele é para ajudá-lo a levantar se ele cair, o que pode acontecer a qualquer pessoa.

As edificações com aberturas para o exterior e visibilidade para todos os lados propiciam essas ações morais de acolhimento. Nem amigo nem inimigo se fazem conjuntura para abrir a *janela da coexistência*,⁶⁶ porque essa é uma exigência ética que responde à vulnerabilidade da existência humana.

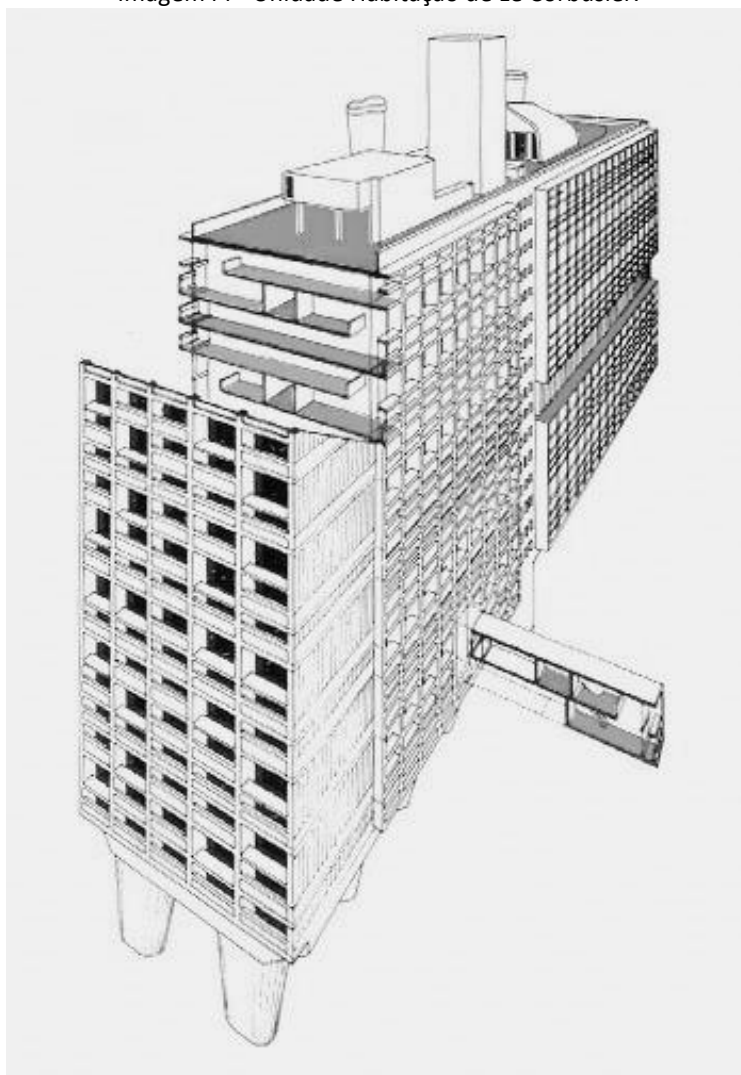
Essa possibilidade de abertura para os lados veio em função do avanço construtivo no início do século XX. O sistema estrutural baseado na técnica do concreto armado permitiu uma maior liberdade formal, tanto no arranjo interior das plantas quanto na disposição das aberturas das fachadas. Assim, a flexibilidade, proporcionada às envoltentes – fachadas –, pode ser manipulada independentemente da estrutura. As envoltentes deixaram, assim, de ser portantes, o que inaugurou uma nova forma de o edifício relacionar-se com o seu entorno.

A independência estrutural e as propriedades espaciais desse tipo edifício trazem consequências positivas e negativas conforme aponta o arquiteto francês Panerai (2013). Ele chama a atenção para as negativas quando se refere à escala da arquitetura da cidade. Detendo-se sobre a *Unidade de Habitação* (Imagem 44), projeto de Le Corbusier, já citada, ele ressalta como esse edifício

⁶⁶ Grifo da autora. Algumas expressões sobre as propriedades espaciais em discussão a partir da ética serão grifadas para ressaltar os predicados espaciais que se vão revelando.

resolve questões urbanas no corpo de seu volume construído de forma independente do entorno. A disposição de uma diversidade de funções em seu interior foi elaborada e organizada na escala do objeto arquitetônico, sem considerar seus rebatimentos na escala da cidade. Esse tipo de arquitetura é um fragmento disperso no meio urbano, segundo compreende o autor. Ele afirma: “O estudo da unidade de habitação serve para constatar que os problemas que antes eram solucionados pela simples lógica do tecido urbano agora passam ao nível da arquitetura das edificações individuais” (PANERAI, 2013, p. 151).

Imagem44 - Unidade Habitação de Le Corbusier.



Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/332210909993966244> acesso em junho de 2016

A ideia era tornar a edificação autossuficiente - o edifício se resolve e se basta. Não se caracteriza como um elemento de um conjunto, ou parte de um sistema de objetos urbanos. Embora possua esse atributo que pode ser negativo quando se considera a escala de se vivenciar a cidade, existem outras propriedades positivas a serem destacadas.

O invólucro da edificação, independente da estrutura, dá importância a todas as suas fachadas - *faces para a exterioridade*. Não há oposição entre elas, frente e fundos, por exemplo, como era frequente serem classificadas anteriormente. O objeto - a edificação - se implanta solto no plano ou solo, e quem está no seu interior pode visualizar todos de seu entorno. *Olhar sem hierarquia* para o exterior é uma situação de igualdade. A inexistência de espaços de frente e de fundos pode “classificar” essas pessoas, tratando-as como se necessidades diferentes tivessem. Reporta-se à distribuição de função no interior da edificação, segundo seu *status* de importância. O espaço da frente se destinaria ao social e o de fundos ao serviço, que deve ser utilizado pelos empregados no contexto de uma sociedade de acentuada divisão de classes, como é o caso da brasileira.

Há outra consequência desse tipo de proposta funcionalista. O edifício passa a sobressair no horizonte verde, tendo a função de ser contemplado pelas pessoas que estão no exterior, do lado de fora. Sob esse aspecto, ele perde sua característica de morada do sujeito e torna-se um *objeto compartilhado na paisagem*.

Na frente das grandes fachadas límpidas transplantaremos neste inverno algumas belas árvores, cujo arabesco enriquecerá a composição e cuja presença, quanto mais estudarmos a arquitetura e urbanismo, mais nos parecerá bem vinda. [...] Árvore, coisa mais maravilhosa e amada pelos homens (CORBUSIER, 2004. p. 52).

Panerai (2013) define esse tipo de implantação como abstrata, visto que o objeto não segue nenhum parâmetro da localidade. Sua forma arquitetônica é compreendida como um monumento que se destaca em meio ao espaço verde do terreno, configurado como uma plataforma para receber o objeto arquitetônico. Afora essa condição de monumentalidade a ser compartilhada, existe a possibilidade de contato visual entre as pessoas, aquelas que estão do lado de fora, entre si, e as que estão do lado de dentro.

Não se perde esse possível contato diante da contemplação do volume edificado. No solo, as pessoas podem olhar-se, pois sua implantação não configura barreiras que impeçam esse contato, a não ser a da altura dos pavimentos mais elevados da edificação.

Esses aspectos - o movimento do sol, as áreas verdes, a distância entre as edificações e as vistas para o horizonte - orientam a localização da edificação no terreno. Considerados como valores absolutos, eternos, mas apropriados para o homem-tipo, segundo se pode observar na fala de um dos conhecidos autores da Carta de Atenas: “O habitante, denominado usuário, é um nômade cuja vida cotidiana se limita a alguns gestos funcionais e calibrados: 1,13m, 2,26m” (apud PANERAI; CASTEX, 2009, p. 144).

O homem não é percebido em termos de diferenças. Mais uma vez, essa simplificação abriga uma dialética. Simplificar as particularidades das pessoas a algumas medidas e movimentos é uma redução da diversidade. Todos teriam as mesmas medidas e movimentos. Entretanto, ater-se com maior acuidade na descrição do usuário, permite apreender essa proposta de redução das diferenças como uma tentativa de igualdade, um tratamento de cuidado. Le Corbusier adotava alguns parâmetros característicos do homem europeu, para o qual projetava desde a edificação até a cidade, mas não os classificava em termos de classe ou de grupo social.

Le Corbusier denominava, todavia, de *nômade* o habitante do espaço público. Segundo o dicionário Michaelis, *nômade* significa um indivíduo que não tem habitação fixa, que vagueia à procura de novas pastagens. A definição reduz a realidade do Outro, todavia não o identifica numa pessoa. Pode ser qualquer um, ou todos, condição que universaliza a resposta às suas necessidades, ou seja, às pessoas que estão no exterior das edificações. A visibilidade do *nômade* se dá por todos os lados das edificações, visto que essas se implantam soltas sobre o plano verde.

Outras propostas, ao longo do tempo após aquelas postuladas pela Carta de Atenas por Corbusier, mostraram visões diferentes dos arquitetos urbanistas sobre as pessoas no espaço público. Um caso ilustrativo é o do arquiteto holandês Rem Koolhaas, que com outro tipo de expressão e linguagem arquitetônicas propôs invólucros nos seus projetos de edificações, configurados de modo a proporcionar interações diferenciadas com o contexto urbano. É o caso da proposta de aberturas na “pele” do edifício Seattle Public Library (Imagem 45), que permite uma visibilidade filtrada entre os espaços do seu interior e do exterior.

Imagem45 - Fachadas sem hierarquia nas aberturas. Seattle Public Library. Photo: Charlie Schuck. Arquiteto: Rem Koolhaas's.



Fonte: <http://www.architecturaldigest.com/story/rem-koolhaas-buildings-article>.

A pele do edifício, denominada envelope, possui uma função de interface com o seu entorno de modo mais dinâmico do que aquele pensado pelos arquitetos funcionalistas modernos. O carácter estático é abandonado para promover a interação do expectador (o transeunte que “espera algo do edifício”) com o edifício, por meio da flexibilidade das fachadas.

Koolhaas busca diminuir as barreiras entre esses dois domínios, o interior e o exterior, ao elaborar envolventes das edificações (as fachadas), de forma flexível e ambígua, tornando-as possíveis de ser interpretadas de diferentes formas. Sua intenção é possibilitar experiências perceptivas diversas dos fechamentos em contraposição à ideia de tratá-las como limites que impedem ou direcionam o olhar. Tais edificações seriam, para esse arquiteto, autênticas contentoras de evocações.

O entorno da edificação é diferenciado daquele proposto pela Carta de Atenas— o plano verde. Diferenciado porque se situa na complexidade da variedade formal que caracteriza a cidade contemporânea.

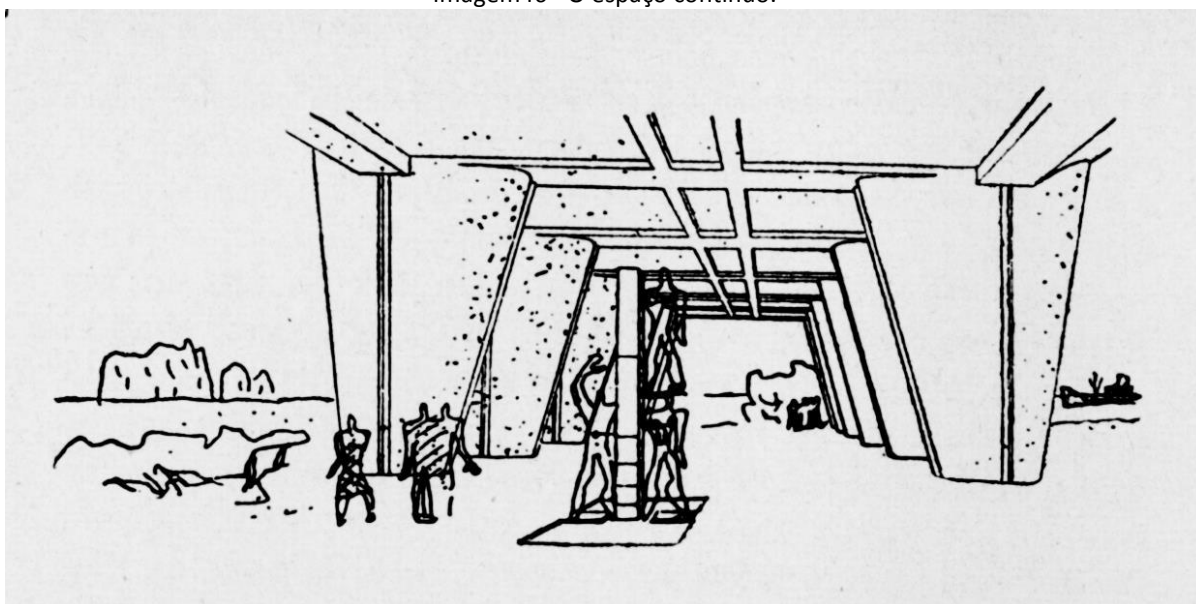
E muitos são os exemplos, mas interessa percorrer o pensamento do urbanismo funcionalista, ainda que por vezes sejam trazidas algumas analogias para ilustrar a contemporaneidade do que está sendo colocado.

***F.** Os espaços sob as edificações deveriam ser livres (sobre pilotis), com acesso restrito em alguns pontos.*

Sob as edificações, os espaços deveriam ser livres e os acessos às edificações se dariam pela circulação vertical: elevadores, escadas e algumas vezes rampas dispostas em alguns pontos no solo. O contato seria, portanto, indireto, do interior da edificação para o exterior e vice-versa, diante da diferença de nível do primeiro pavimento elevado sobre pilotis.

Essa propriedade espacial, os pilotis, caracteriza a arquitetura moderna idealizada por Le Corbusier e especifica as edificações propostas pelo urbanismo funcionalista da Carta de Atenas. A continuidade espacial sob as edificações favorece, sem dúvida, o passeio das pessoas, independentemente de serem moradoras ou não. A Imagem 46 mostra o espaço contínuo e sombreado promovido pela laje de piso da unidade de habitação elaborada por esse arquiteto.

Imagem46 - O espaço contínuo.



Fonte: Le Corbusier and Postwar America | Journal of the Society of Architectural Historians. jsah.ucpress.edu.

Ademais, o edifício suspenso, com poucos pontos de apoio, facilitaria sua implantação em situações topográficas diversas, além de criar espaços para outros usos. O estar, a convivência e a passagem configurariam algumas das possibilidades de apropriação. Os pilotis seriam elementos que criariam uma ambiência de transição entre o edifício e o espaço coletivo. A depender da localização, poderia permitir um prolongamento do espaço público do entorno para esse espaço livre, sob o volume edificado.

A Imagem 47 ilustra um caso em que suspender do solo a edificação trouxe integração com os demais espaços públicos do entorno. Reporte-se a solução arquitetônica e urbanística do projeto do Ministério da Educação e Saúde Pública (MES), situado no Rio de Janeiro (construído e inaugurado entre 1935 e 1945), elaborado por uma equipe de jovens arquitetos, composta e chefiada pelo arquiteto Lúcio Costa (1902-1998),⁶⁷ e que contou com a consultoria de Le Corbusier.

⁶⁷ Carlos Leão (1906-1983), Oscar Niemeyer Soares Filho (1907-2012), Affonso Eduardo Reidy (1909-1964), Ernani Vasconcellos (1912-1989) Jorge Machado Moreira (1904-1992),

Imagem47 - O pavimento suspenso cria um vazio que se conecta com os do entorno.



Fonte: <http://teoriaeesteticaufrgs.blogspot.com.br/2013/10/20132-t2as1g4-arquitetura-moderna.html><http://teoriaeesteticaufrgs.blogspot.com.br/2013/10/20132-t2as1g4-arquitetura-moderna.html>.

Essa edificação do MES, elevada por pilotis, libera o solo. Como está implantada em um contexto urbano consolidado do centro dessa Cidade, permite aos diferentes transeuntes, usuários ou não, utilizar seus espaços como caminho para atravessar a quadra onde se localiza. A edificação se torna uma peça generosa do conjunto urbano e materializa, com essa forma, o cuidado com todos que passam, pois não delimita quem pode ou não entrar e sair, o que favorece a coexistência das diferentes pessoas (Imagem 48).

Imagem48 - Outra perspectiva da continuidade espacial do edifício do Ministério da Educação e Saúde-MES.



Fonte: <http://www.archdaily.com.br/br/01-134992/>. Acesso em janeiro de 2016

Por não construir limites que atuariam como barreiras, permite a continuidade visual e física, configurando o edifício como elemento de ligação entre partes da cidade, comumente separadas, quando se caracterizam sem permeabilidade. Desse modo, o pavimento térreo, o do nível da rua, vazado pelos pilotis, integra e colabora para a construção da sua conexão com o ambiente urbano.

Nesse caso, respeita-se a autonomia das pessoas e beneficia-se a coexistência com outras. Assim, oportuniza o apoio aos sujeitos sociais com vista ao atendimento necessário às insuficiências que por acaso se façam presentes em função da vulnerabilidade inerente a cada um. O espaço propicia a ação moral positiva na exigência de zelo, cuidado e solicitude face a essa vulnerabilidade.

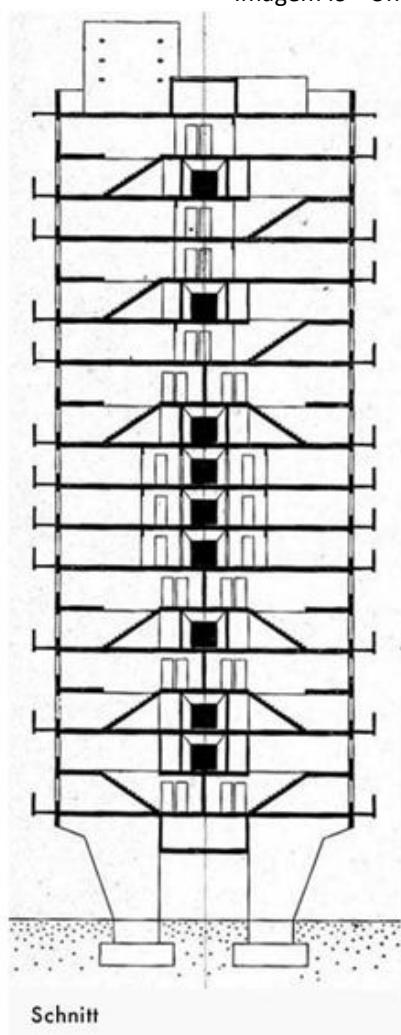
Ademais, a edificação em pauta exerce um domínio sobre o entorno, quando cria esse espaço de proteção, pois esse tipo de espacialidade enseja a apropriação do ambiente de forma mais segura, sob o ponto de vista da *coexistência acolhedora*.

O resultado da proposta arquitetônica do MES possibilita, portanto, que se estabeleçam relações entre as pessoas. Os espaços criados através dos pilotis cumprem esse objetivo, o que não significa que as relações entre as pessoas sejam determinantemente pacíficas. Importa que espaços sejam configurados para facilitar a vida coletiva. Esse predicado espacial (os pilotis) apresenta potencial para facultar a relação de integração das pessoas que estão no espaço privado com as que estão nos espaços públicos do entorno.

A propriedade espacial da continuidade física e visual no pavimento térreo - livre de obstáculos com seu entorno -, como foi dito, é representativa do ideário sobre os edifícios verticais. Essa integração foi pensada e materializada em inúmeros edifícios e contextos. Cada um deles estabeleceu uma relação diferente, devido às possibilidades que essa solução oferece. A que se

refere ao contato com o espaço verde do entorno das edificações é a que melhor caracteriza as intencionalidades da Carta de Atenas, visto que possibilita a entrada do ar puro e do sol em seu interior, e a obtenção das vistas mais amenas do interior para o exterior. A Imagem 49 mostra um corte e uma imagem da mencionada Unidade de Habitação, projeto que reúne esses princípios.

Imagem49 - Unidade de Habitação, Le Corbusier.



Fonte: Scott Norsworthy e FADB em Flickr. Acesso em janeiro de 2016

G. *A habitação deveria ter uma densidade razoável, imposta de acordo com a natureza do terreno e com uma justa proporção com os espaços livres.*

Justa proporção de espaços livres, nos quais as edificações estariam implantadas, deveria ser a medida ideal a se perseguir. Essa proporção reflete sobremaneira o repertório da arquitetura moderna quanto à verticalização da moradia. A defesa do edifício vertical e a necessidade de

regulamentar o solo útil de construção, a fim de garantir as necessidades vitais do indivíduo em harmonia com a coletividade, já havia ocorrido no CIAM III, acontecido em Bruxelas, em 1930.

À época, preconizava-se a elaboração de leis sobre o remembramento dos terrenos para possibilitar a construção em altura sobre grandes áreas verdes. Esse ideário só veio a materializar-se em sua completude quando da construção da cidade de Brasília. Mas influenciou a elaboração de muitos planos urbanísticos e, sobretudo, a delimitação da relação entre o objeto-edificação e os espaços livres, privado e público. Consta na Carta que:

Poder-se-á pressupor certa cifra de população. Será necessário alojá-la, sabendo-se em que área útil, prever qual “tempo-distância” será seu quinhão cotidiano, fixar a superfície e a capacidade necessária. Quando a cifra da população e as dimensões do terreno forem fixadas, a “densidade” é determinada.

A inserção de edifícios verticais no meio do verde, com certa cifra de população, determinaria a densidade construtiva capaz de garantir a intimidade com a natureza e permitir ao habitante uma apropriação do solo saudável. Assim, surgem dois critérios interdependentes, norteadores dos projetos: máximo de verticalização para proporcionar o máximo de área verde.

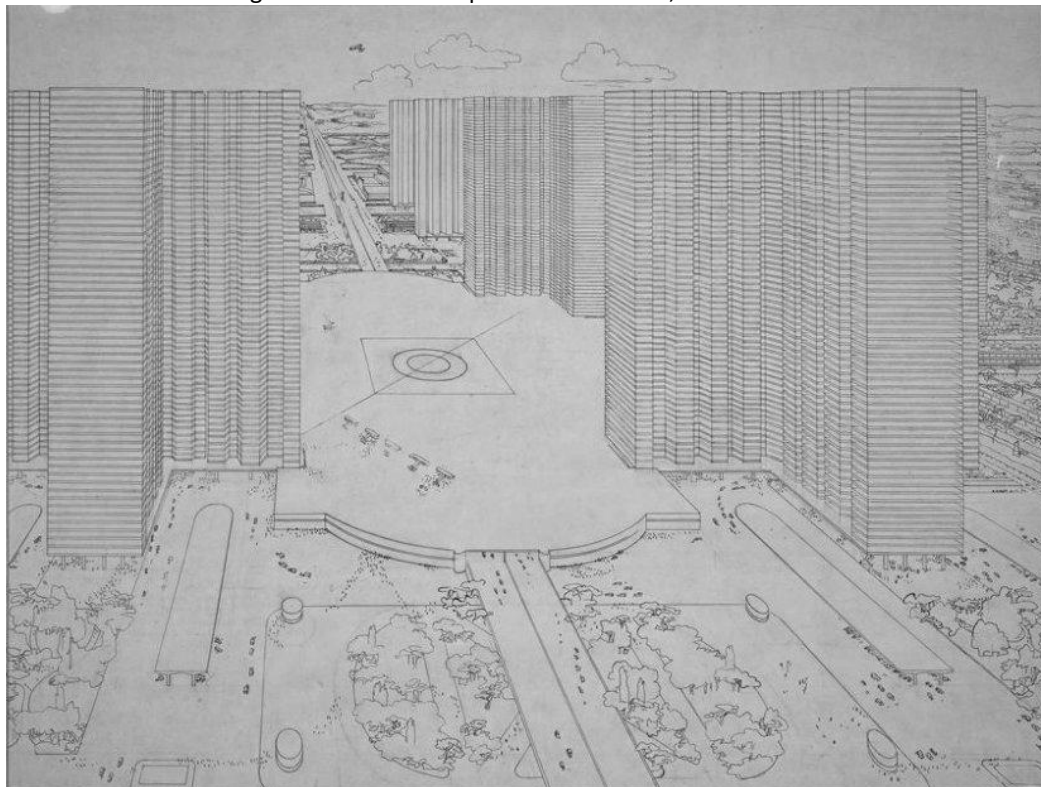
Esses critérios definiram a proposição do Plano de Voisin para Paris, elaborado por Le Corbusier em 1925. Sobre uma grande base abstrata pousam as edificações verticais. O desenho, em uma malha ortogonal, recebe a disposição racional desses objetos construídos e dos espaços livres, os verdes e as vias de circulação, como mostram as Imagens 50 e 51.

Imagem50 - Plan Voisin para Paris de 1925, Le Corbusier.



Fonte: Fondation Le Corbusier. Acesso em dezembro de 2015

Imagem51 - Plan Voisin para Paris de 1925, Le Corbusier.



Fonte: Fondation Le Corbusier. Acesso em dezembro de 2015

Há uma certeza e uma determinação lógica na organização das relações espaciais que se cumprem proficuamente quanto ao bem-estar com o meio natural. A grande distância entre as edificações promove a circulação do ar fresco e a proximidade com o verde. Contudo, existe também uma indeterminação sobre o encontro das pessoas no exterior das edificações.

A densidade vertical, por certo, implica uma concentração de pessoas ao saírem de suas moradas. Os corredores ligam as unidades habitacionais e as circulações verticais. Nesses locais ocorre a confluência de pessoas em determinadas horas do dia. Nesses momentos, há coexistência, inclusive, dos diferentes moradores.

Entretanto, quando se trata do contato do morador com o não morador, não há uma delimitação espacial que facilite o compartilhamento espacial, visto o tipo de densidade construtiva e espacial se caracterizar pela individualidade edilícia. Não há impedimento para o encontro, a não ser que se tome em conta a grande distância da edificação até a rua. Nesse caso, a visibilidade do *rosto do Outro* - do habitante do espaço público - não é possível. O privilégio - salutar contato com o verde -, promovido pela atenção inferida ao bem-estar do morador, o *Mesmo*, não é suficiente para estimular o contato com o Outro.

Lévinas, como já foi anotado, chamou a atenção para a questão da racionalidade. Ele defende que ela só faz sentido quando é plural. Afinal, apenas na relação do *Mesmo* com o Outro é que se pode estabelecer a relação ética. Então, caso exista uma medida racional para o adensamento populacional e/ou construtivo, ela deve ser a do deslocamento, que torna possível o sujeito encontrar e receber a face do Outro, de tal forma que seja reconhecida a vulnerabilidade que os une. Essa vulnerabilidade é uma condição estruturante para o *Ser* que, como sujeito, imprime sua ação em direção ao apelo do Outro, sem esperar reciprocidade. Assim é a ética da alteridade.

Outras propriedades espaciais da forma arquitetônica urbana da Carta de Atenas precisam ser postas, pois o conteúdo dialético desse documento vai passo a passo mostrando os predicados espaciais da alteridade.

H. A habitação deveria ser independente e separada das instalações coletivas, que deveriam destinar-se a um maior número de pessoas.

As habitações deveriam localizar-se nas áreas mais atrativas das cidades, abrir-se para o exterior em todas as suas fachadas de modo a receber sol e ar, ao tempo que sua densidade populacional e construtiva deveria ser calculada em função da área verde do entorno.

As funções complementares às habitações, denominadas instalações coletivas, deveriam aproximar-se ocasionalmente da habitação, respeitando sua independência. Referem-se às diversas atividades, como escolas, creches, serviços médicos, esportes, comércio e centros de abastecimentos. Deveriam ser implantadas em meio às áreas verdes, capazes de embelezar e trazer qualidade de vida ao cotidiano dos moradores.

Os parâmetros estabelecidos na Carta de Atenas para a implantação de cada uma dessas atividades impõem certa regularidade, repetição, ou seja, uma não variação da sua organização espacial. Assim, parece considerar as pessoas possuidoras de um mesmo tipo de comportamento socioespacial. A alternativa contrária seria prever que elas iriam usufruir a seu modo dessas atividades. Deveriam, pois, opinar sobre suas respectivas localizações.

O documento não trata diretamente sobre as pessoas nos espaços públicos. Mas cabe questionar para quem tais espaços foram e continuam sendo planejados. Conforme a ética da alteridade, faz-se condição não determinar quem são as pessoas, mas considerar que são diferentes e que guardam particularidades impossíveis de ser compreendidas.

A incompletude do *Ser* torna impossível haver “verdades completas” sobre as coisas e sobre as pessoas. Tudo o que se pode saber são verdades temporárias e parciais. As respostas sobre quem

são os outros, para os quais esses espaços são ordenadamente planejados, jamais serão desvendadas.

Poder-se-ia tentar identificá-los pelo grupo social, cultura, classe, sucessivamente, e observar, sistematicamente, seus comportamentos espaciais, a fim de planejar seus espaços a partir das interpretações encontradas, considerando, inclusive, como se dariam os diferentes comportamentos ao conviver numa mesma organização espacial. Desse modo, mesmo que seja importante tal investigação, configuraria uma aproximação parcial da realidade.

Na ocasião da elaboração da Carta de Atenas, a preocupação era de fato funcional, de como os espaços urbanos poderiam organizar-se com maior eficácia e melhor qualidade diante do caos da cidade pós-industrial. Por isso, a atenção dada à higiene, ao sol, ao ar e à boa distância para viver bem. Aludia-se ainda à vida no campo, especificamente àquela planejada e referente às propostas contidas nas Cidades-Jardins, elaboradas pelo movimento inglês capitaneado por Ebenezer Howard, embora suas qualidades ambientais devessem ser reelaboradas quando aplicadas às cidades.

Buscava-se, portanto, a ordem. E nela materializavam-se elementos, organizados a partir de uma regularidade espacial, revelando propriedades cartesianas às soluções urbanísticas. Portanto, eram caracterizadas por um positivismo, ou por uma subjetividade pretensamente neutra, não aderente às vivências espaciais específicas.

O *Sujeito* -quem planeja os espaços -, nesse contexto, atua como “manipulador” dos objetos - no caso, os equipamentos distribuídos hierarquicamente segundo sua função urbana. Ora, como esses equipamentos se destinam ao atendimento das pessoas, elas como usuárias são tratadas, também, como objetos. Lévinas já alertou para as consequências negativas desse tipo de relação, *Ser-objeto*. Trata-se de uma relação pautada na indiferença, pois o objeto não tem sentimentos e, assim, não pode existir interpelação - não pode haver reciprocidade.

Outra relação é o *Ser* diante de outro *Ser* que, mesmo sendo infinito e não compreendido, demanda uma resposta enquanto *Ser*. Por exemplo, o *Ser* não é aquele que deveria (deseja) morar a uma distância x da escola. Se assim é feito, pode-se configurar uma relação do *Ser*, sujeito da ação, com o objeto, muito aquém de instituir-se uma relação ética.

Essa forma cartesiana de composição espacial aparece, ainda, na Carta de Atenas, ao tratar os locais de trabalho. O documento defende que a função trabalho necessitaria organizar-se de modo a retomar seu caráter de atividade humana natural, que deveria ser disposta separadamente das outras funções urbanas, inclusive da função habitação.

Interessante é a colocação de Panerai (2009, p. 147), quando se refere ao estilo de vida resultante desse tipo de ordenação espacial:

Sentimo-nos inclinados a pensar que tal inversão proíbe o desenvolvimento de um estilo de vida segundo os hábitos estabelecidos; e o projeto social de Le Corbusier sem dúvida implica uma transformação completa na vida dos habitantes. Toda referência a uma vida urbana, à vida da quadra tradicional, é abolida; desaparecem as ideias de “esquema”, de “o outro lado da rua” ou “casa ao lado”.

A separação das funções urbanas e a consequente ausência de coexistência dos diferentes fluxos - os percursos que conectam cada função - passariam a caracterizar o espaço citadino, segundo as propostas da Carta de Atenas. Panerai (2009) chega a afirmar que esse tipo de ordenação espacial é uma negação da cidade, quando se refere à dificuldade de haver encontros “cara a cara”, característica da rua cosmopolita que abriga uma diversidade de usos dispostos lado a lado.

Então, por uma questão de higiene, argumento posto no referido documento, a moradia precisaria localizar-se junto a outras moradias e não próxima ao trabalho, mesmo que não fossem evitados grandes deslocamentos.

Para resolver a questão da localização das atividades, Le Corbusier considerou três tipos: industrial, agrícola e comercial/serviços. Esta última deveria situar-se nas proximidades das edificações de uso habitacional. As indústrias precisariam ser implantadas ao longo das rodovias, estradas e vias férreas, para não gerar em ruído, poluição, o que permitiria a distribuição de seus produtos, enquanto as atividades agrícolas deveriam espalhar-se no território, mas protegidas por linhas verdes. A conexão dessas atividades compõe o item a ser analisado a seguir.

1. A habitação deveria ser distante da rede de vias e essa rede deveria configurar-se de maneira hierarquizada, segundo sua função.

O urbanismo funcionalista moderno, como já foi ressaltado, rompeu com o padrão de ocupação das construções das cidades tradicionais, caracterizado pelo seu alinhamento (sem recuos) em relação às vias e ao redor de cruzamentos. Tal padrão foi combatido pela Carta de Atenas como prejudicial à qualidade de vida das habitações, pois essas, sem afastamentos, sofriam com barulhos, poeiras e gases nocivos provenientes dos automóveis. A solução proposta foi um novo sistema de vias que deveria ligar as funções urbanas de forma hierarquizada, separando as vias de grande e médio fluxos das habitações.

A lógica passaria a ser a *distribuição funcional e racional* da malha viária de modo a aperfeiçoar a configuração espacial de forma mais adequada aos espaços das moradias, implantadas em meio ao verde e longe do tráfego automotivo. Esse pensamento urbanístico sustentava que a rua

tradicional— pela sua pequena largura— era um espaço enclausurado e não adequado à altura das edificações que a margeavam.

Consequentemente, a Carta defendia o recuo dos edifícios em relação às vias, assim como a separação entre veículos e pedestres. A rua de percurso rápido para veículos deveria dispor-se separada da rua de percurso lento para pedestre - caminhos e passeios mais diretamente relacionados à habitação. A rede circulatória deveria assegurar as trocas, mas respeitando as prerrogativas, ou a função, de cada uma. Não deveria ser estabelecida uma largura-tipo uniforme para as ruas, pois essas estariam vinculadas ao tráfego, medido em relação ao número e à natureza dos veículos.

A partir desses princípios e em contraposição à falta de adequação da configuração das ruas das cidades quanto aos novos meios de transporte, o documento propõe um sistema- esquema mais complexo, ordenado a partir da hierarquia entre as vias.

As largas avenidas deveriam ser divididas em sete tipos de vias, hierarquizadas de acordo com seu uso. Corbusier denominou de 7Vs⁶⁸: *vias arteriais (V1)*, *bulevares (V2)*, *setores definidos (V3)*, *ruas comerciais (V4)*, *ruas da vizinhança (V5)*, *canal de acesso (V6)* e *caminhos pedestres (V7)*.

Cada setor deveria ser conectado por uma via de alta velocidade, seja ela a V2- *bulevares*, ou a V3-*setores definidos*. Cada um desses setores deveria ser planejado e desenhado para ser autônomo. Compostos com suas próprias lojas, escolas e templos, deveriam distanciar-se por dez minutos de caminhada das moradias.

Em seu interior, cada setor deveria priorizar a circulação de pedestres e a conexão dos setores deveria se dar por caminhos que teriam sua continuidade de setor a setor. Deveria ainda ser atravessado de leste para oeste por uma *via comercial*, a V4, que, por sua vez, conectaria as áreas adjacentes por meio da V5, *ruas da vizinhança*, configurada de norte a sul. Por fim, as V6 e V7 seriam os *caminhos de pedestres*, conectados por jardins e parques.

Esse esquema hierárquico de vias configurou o Plano de Chandigarh (Imagem 52),⁶⁹ elaborado por Le Corbusier. Convidado, em 1951, pelo governo indiano, Corbusier desenvolveu esse plano diretor urbanístico para a nova capital do estado do Punjab, no norte da Índia.

⁶⁸ As sete vias hierarquizadas foram propostas no plano de Chandigarh (1951), no plano Piloto de Bogotá (1950) e numa área sul de Marselha (1951). Chandigarh foi uma oportunidade para Le Corbusier concretizar suas ideais urbanísticas. Antes de fazer o projeto, esse arquiteto não conhecia Chandigarh e concebeu seu Plano Geral fazendo uma analogia com o corpo humano: a cabeça definida pelo Capitólio (Setor 01); o coração, o centro da cidade (Setor 17); os rins, os espaços abertos, vales e cinturões verdes; o cérebro, as instituições culturais e intelectuais; o sistema circulatório, as 7Vs e as vísceras, a área industrial.

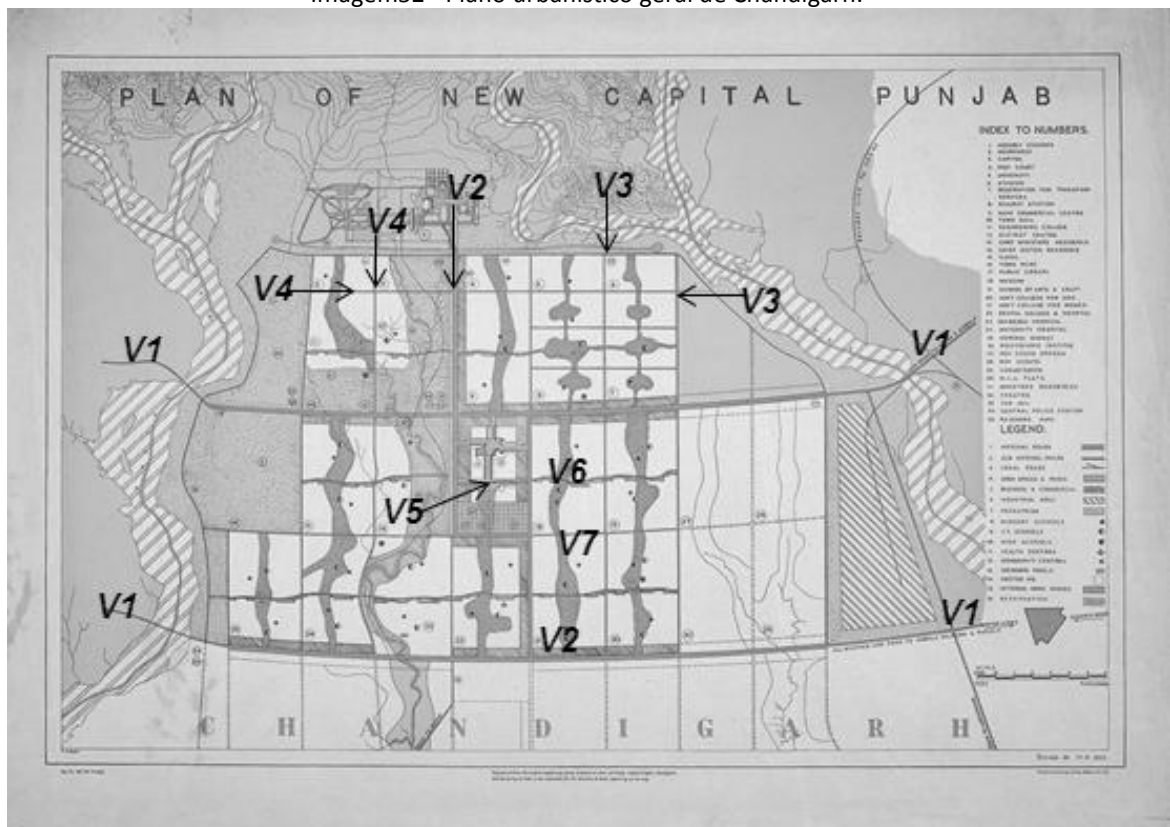
⁶⁹ Ao norte da cidade, Corbusier projetou prédios administrativos, como o parlamento local, o governo e as cortes de justiça.

Plano de Chandigarh

Legenda:

V1- Vias arteriais	Via arterial que conecta uma cidade a outra
V2- Bulevares	Eixos urbanos principais- via da cidade que encontra a V1 na periferia;
V3 Setores definidos	Via veicular contorna um setor e forma a configuração de grelha da cidade;
V4 Ruas comerciais	Rua comercial cortando um setor
V5 Ruas da vizinhança	Rua de desvio que intercepta a V4 em dois pontos em cada setor
V6 Canal de acesso	Via residencial, de acesso às entradas das casas
V7 Caminhos pedestres	Rua exclusivamente de pedestres ou de bicicletas dentro dos cinturões verdes da cidade

Imagem52 - Plano urbanístico geral de Chandigarh.



Fonte. Foundation Le Corbusier. Acesso em novembro de 2015

O plano configurava-se por 60 retângulos idênticos referentes aos setores/distritos – com 800 metros de largura a 1.200 metros de comprimento – ligados por largas avenidas. Esses setores foram planejados para ser autônomos, com suas próprias escolas, lojas e templos. Tais equipamentos coletivos distanciavam-se apenas com dez minutos de caminhada das habitações. O plano materializou os princípios racionalistas contidos na Carta de Atenas.

Esse sistema se distribuiria em três níveis: (I) térreo- destinado às vias citadas; (II) subsolo- para os veículos de carga, e (III) acima do nível das ruas- referentes aos grandes eixos das cidades - norte-sul e leste- oeste -, unidos por meio de rampas a cada 800 ou 1.200m.

A configuração espacial seria caracterizada por uma malha ortogonal que visava a fácil conjugação e disposição das partes da cidade, tornando possível a adaptação para abrigar um posterior crescimento.

Seguindo essa concepção, a Carta de Atenas atribui uma hierarquia à rede viária, cada via desempenhando uma função específica no que diz respeito às prerrogativas de cada uma, com prolongamentos diretos e indiretos de acordo com sua destinação, isto é, buscando responder à sua utilidade. Propõe circulações de percurso lento para os pedestres, o que corresponde aos caminhos e passeios ligados diretamente às edificações. Defende que a habitação deve ser separada dos locais de trabalho e que precisa se conectar-se com o trabalho por meio da circulação viária. Essa deve ser bem diferenciada das vias de circulação miúda, dos pedestres, ou seja, o deslocamento para o trabalho necessita ser feito de carro, por uma via localizada separadamente daquela referente ao caminho para a escola.

Embora tal proposição demonstre cuidado com as pessoas e respeito ao seu modo de deslocamento, não considera o encontro de cada uma delas com outras que se movem, inclusive com outros tipos de modais.

Não propõe uma organização espacial capaz de proporcionar o compartilhamento entre as pessoas que se deslocam de forma diferenciada: o andarilho, o passante, o motorista dos carros, compartilhamento que lhes permitisse, por alguns segundos, se olharem, se encontrarem e até sair cada um do seu modo de viver.

Na ausência dessa organização, as ações dos sujeitos sociais, nas suas diversas situações de vida, se restringem (quanto ao acolhimento do Outro) àquele que se encontra numa mesma condição de deslocamento.

Quando o documento anuncia que *Não há razão para estas vias se aproximarem das construções públicas ou privadas*, não considera que, ao propiciar a individualização dos meios de deslocamento, promove a separação entre as pessoas. Mas é preciso ressaltar que a situação de separação - das pessoas, promovida pela hierarquia viária - não é sempre negativa. Transportes de grande porte, em larga escala, deslocando-se entre cidades com cargas, abastecimento, precisam distanciar-se. A sinalização posta refere-se à hierarquia do deslocamento das pessoas e ao provável prejuízo que tal recomendação pode trazer.

O documento diz que *Espessas cortinas de vegetação deveriam, a princípio, isolar os leitos de grande circulação*. Ora, não restam dúvidas de que essa sugestão, quanto à localização da vegetação, materializa o respeito e o cuidado à condição de vulnerabilidade humana, defendendo-a de acidentes

e trazendo amenização ambiental ao seu percurso. A vegetação assume, assim, um caráter mediador entre a escala humana e o sistema de vias, que liga as habitações às demais localidades, como o trabalho.

A Imagem 53 mostra um exemplo de como a vegetação assegura bem-estar às pessoas, inclusive protegendo-as. Mas não deve compor grandes barreiras, capazes de distanciar as localidades entre si e, desse modo, estimular a circulação de pessoas por meio do transporte motorizado.

Imagem53 - Vegetação como elemento do espaço urbano para proteção das pessoas.



Fonte: imagem do texto obtido em http://www.jauregui.arq.br/sustentabilidade_ecobairros.html. Acesso em novembro de 2015

Conforme rege a Carta de Atenas, *Não há uma largura-tipo uniforme para as ruas. Tudo depende do tráfego, em número e natureza dos veículos. Devem ser distantes os cruzamentos das ruas para facilitar a boa progressão dos veículos (arranque e freada).*

As vias, independentemente de terem uma largura-tipo, diferem por conta da destinação de seus usos e pouco se cruzam. As vias de maior fluxo se dispõem distanciadas das habitações e possuem apenas a função de passagem, ou seja, de conexão de uma localidade para outra. Não há espaços de permanência em suas bordas. Não é sem razão que a proposta desse documento é dispor os parques e as praças separados da habitação e dos outros equipamentos urbanos.

Esses princípios e propriedades espaciais contidos na Carta de Atenas foram elaborados por um grupo internacional de arquitetos que buscaram construir um novo paradigma para a arquitetura moderna dar uma resposta aos problemas causados pelo rápido crescimento das cidades. Depois de

analisarem 33 cidades das mais diversas latitudes e climas no mundo, propuseram tais premissas que tinham, portanto, um sentido universal. Não é sem motivo que muitos desses princípios foram aplicados na ordenação das cidades em desenvolvimento, como as brasileiras. Resta ressaltar suas relações com os fundamentos da ética da alteridade - muitas já apontadas no desenvolvimento da síntese apresentada sobre os princípios e as propriedades espaciais -, e apontar os predicados espaciais da alteridade então identificados.

5.3 Predicados espaciais da alteridade

A ordenação espacial e funcional proposta pela Carta de Atenas buscou resolver as mazelas provenientes do desenvolvimento urbano desordenado, resultante do maquinismo. Foi o maior pleito entabulado pelo urbanismo funcionalista: procurar elaborar soluções urbanísticas para criar uma situação de harmonia, por meio do equilíbrio da disposição das funções urbanas no espaço. Para tanto, tomou como princípio considerar a habitação como a *célula primeira* para a organização espacial urbana.

A condição de *célula primeira*, ofertada ao espaço do morar - à habitação - pelo ideário do urbanismo funcionalista, poderia levar a concluir que não houve atenção para com o Outro, o não habitante das edificações. Entretanto, identificam-se *predicados espaciais de alteridade* ao longo da investigação empreendida na Carta Atenas. Tais predicados, referem-se, notadamente, à escala da arquitetura do edifício. Porém, como apresentam rebatimentos com o seu entorno, configuram-se como predicados espaciais da alteridade.

O primeiro refere-se à *sombra acolhedora*. A elevação da edificação sobre os pilotis é uma atitude de singeleza para com Outro, é um tapete convidativo para quem quiser percorrer a sombra oferecida pelo edifício. Abaixo dele, as pessoas, as diferentes pessoas, podem apropriar-se como quiserem do espaço. Se assim não o fizerem no cotidiano urbano, é devido às condutas e às vicissitudes socioculturais que fazem parte de cada sociedade (Imagem 54).

Imagem54 - Sombra do Pavilhão Suíço. Projeto de Le Corbusier. 1930. Cité Universitaire. Paris.



Fonte: Foundation Le Corbusier. Acesso em novembro de 2015

Não é um problema espacial, pois não há barreiras. O edifício delicadamente pousa no solo, deixando espaço para as pessoas. A sombra não remete apenas à proteção do calor, mas também ao vento, ao frio, além de oferecer descanso ao transeunte, com seu passo por vezes ligeiro, quando se encontra no papel de andarilho urbano. É um abrigo.

O segundo concerne à *continuidade sem hierarquia*. Deixar o transeunte entrar no espaço privado abaixo da edificação é convidar e hospedar, temporariamente, quem está do outro lado, fora do espaço privado. No nível do térreo, os espaços abertos, privado e público, encontram-se por meio da continuidade entre esses dois domínios espaciais. Essa configuração oferece coexistência sem imprimir nenhuma hierarquia entre as pessoas, pois qualquer pessoa pode passar. Continuidade que recebe e acolhe pela “pausa” oferecida abaixo dos pilotis. Nessa passagem, moradores e não moradores podem olhar-se e num instante qualquer esse face a face poderá reportar-lhes a condição humana da vulnerabilidade, para ensinar-lhes um comportamento de cuidado, ou apenas para fazê-los sentir-se acompanhados. Esse predicado espacial da alteridade é identificado nas edificações do Plano Urbanístico de Brasília, segundo os dizeres de Vasques:

Assim, quando visitamos as superquadras do Plano Piloto, percebemos algumas das intenções de Lucio Costa quando concebeu esse lugar: edifícios de até seis pavimentos de altura entremeados, preferencialmente, por densa arborização, preferindo os edifícios baixos, para que “o conteúdo das quadras (fosse) visto sempre num segundo plano e como que amortecido na paisagem”³. Da mesma maneira, quem caminhasse pela superquadra manteria tanto a percepção aberta para a vista do céu, considerando o gabarito limitado das edificações, quanto a visão ampliada do ambiente através dos pilotis, que deveriam ser livres e

contínuos, quase sem obstáculos, como se fosse uma **continuidade dos passeios sombreados existentes nas imediações dos blocos residenciais**. Portanto, a escala humana, do uso cotidiano e da percepção da ambiência pelo morador, é norteadora dos espaços construídos, sobretudo na escala residencial (VASQUESet al, 2015, p. 29). (grifo nosso)

O terceiro diz respeito à *visibilidade hospitaleira*: Aberturas em todas as fachadas do edifício em busca do sol e do ar tornam o edifício um elemento do espaço urbano que conecta as pessoas. Novamente, as pessoas de dentro e de fora se encontram no olhar. Ainda que tal encontro seja menor, conforme a altura do pavimento, permite ao morador atender a possíveis solicitações do transeunte. A ética do cuidado pode manifestar-se no comportamento moral de quem está dentro com quem está fora e vice-versa. O rosto, em face das aberturas de todos os lados da edificação, transparece aos *olhares hospitaleiros* que podem estabelecer-se entre as pessoas. Desse modo, a *visibilidade hospitaleira* é possível, ainda, diante da presença das aberturas em fita - aberturas livres de vigas e pilares -, configurando *janelas para coexistência* (Imagem 55).

Imagem55 - Janelas em fita e estrutura independente. Casa Curutchet projeto de Le Corbusier, Argentina.



Fonte: Foundation Le Corbusier. Acesso em novembro de 2015

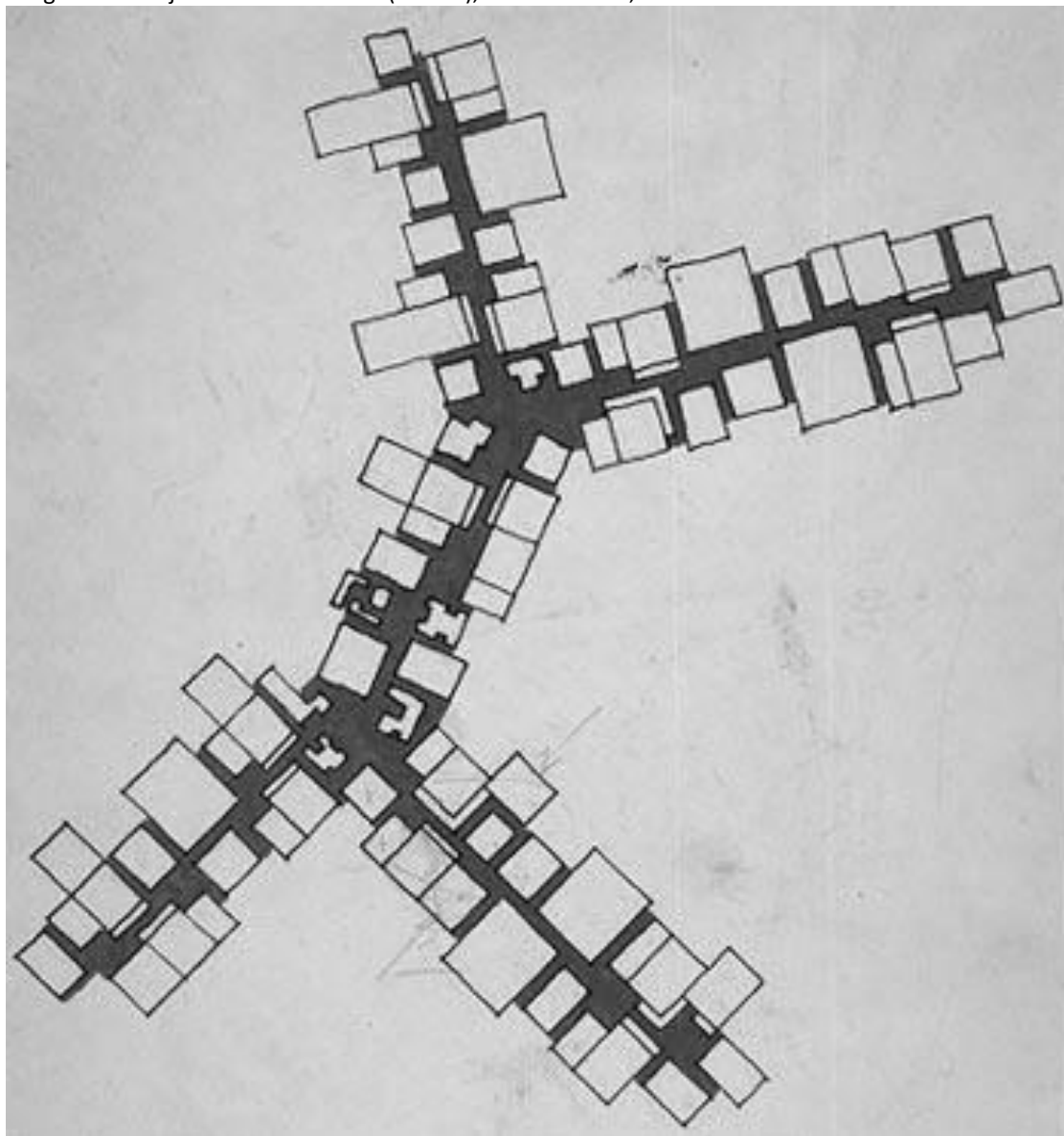
Os mencionados predicados da alteridade referem-se às edificações e às relações com seus entornos adjacentes. Na escala da arquitetura da cidade, pode-se considerar que a junção das edificações reforça a qualidade desses predicados: *a sequência das sombras acolhedoras, a continuidade espacial sem hierarquia entre as edificações e a visibilidade hospitaleira permitida pelas janelas da coexistência* de cada edifício.

A Carta defende que caberia ao urbanismo responder às necessidades semelhantes dos homens, como morar, trabalhar, recrear e circular, independentemente da cultura e das características das localidades geográficas. Diz também que a *racionalidade* e a *universalidade* constituem princípios a ser perseguidos na condução do desenho das cidades. Desse modo, para todos, a solução principal das edificações é a combinação de alta densidade populacional e construtiva com a construção em altura. Essas propostas não respondem aos fundamentos da ética da alteridade quando propõe distanciamentos, separações e hierarquias, vistos, principalmente, nas materialidades referentes ao zoneamento das funções urbanas e ao sistema viário.

Desse ideário surgiram várias ressonâncias que perduram na arquitetura das edificações e no planejamento das cidades ainda na atualidade. Mas as críticas a muitas de suas propostas, algumas reconhecidas como urbanismo humanista, sucederam-se logo em seguida à elaboração da Carta de Atenas, sobretudo nos CIAMs. O próximo Capítulo dedica-se a analisar tais críticas com vista à identificação de outros predicados da alteridade.

6 URBANISMO HUMANISTA: os predicados espaciais da alteridade

Imagem56 - Projeto Caen-Herouville (France), 1961. Candilis, Josic e Woods. Team X Fonte: Sílvia Colin.



Fonte: <https://coisasdaarquitectura.wordpress.com/2010/11/14/team-x/>. acesso em março de 2016

Conforme o entendimento de que é preciso a coexistência entre as diferentes pessoas no espaço urbano, diante da condição da vulnerabilidade humana, o planejamento das formas arquitetônicas urbanas, sobretudo entre os espaços edificados e os abertos públicos dos seus entornos, deveria se ater e considerar as propriedades espaciais que possibilitem o encontro. Este Capítulo busca investigar essas propriedades nas propostas do urbanismo humanista, analisando-as a partir de fundamentos da ética da alteridade. Primeiramente, disserta-se sobre o contexto no qual foram desenvolvidos os Documentos da Carta do *Habitat* e do Manifesto de *Doorn* - representantes desse pensamento do urbanismo nesta tese. Em seguida, apresenta-se o desenvolvimento da análise de conteúdo, conforme metodologia descrita no Capítulo 4 para, ao final, identificar-se os predicados espaciais da alteridade então identificados.

6.1 Urbanismo humanista – Team10

Elaborar soluções arquitetônicas e urbanísticas diversificadas, para responder à especificidade de cada cidade, constituiu o desafio principal de grande parte dos membros dos últimos Congressos Internacionais de Arquitetura e Urbanismo (CIAM), especificamente o nono e o décimo encontros. Eles contrapunham-se aos postulados funcionalistas da Carta de Atenas e consideraram outros aspectos e valores para a concepção do espaço urbano, como as preexistências e a identidade de cada comunidade. O sentido maior foi combater as propostas de cunho universal que não possuíam aderência com o contexto urbano para o qual haviam sido desenvolvidas.

A tipologia propagada nos países ocidentais, representada pela edificação vertical com estrutura independente em aço e revestimento em vidro nas fachadas, denominada como *arquitetura do estilo internacional*,⁷⁰ foi muito criticada. Essa tipologia, com propriedades arquitetônicas semelhantes, implantou-se em diferentes cidades do mundo, mas desconsiderando as características das localidades. As críticas sobre ela pautaram-se, sobretudo, pelo modo redutor pelas quais eram interpretadas as necessidades de seus usuários. A repetição dessa tipologia não era capaz de responder às demandas das diferentes pessoas, com valores socioculturais próprios.

A relação entre o edifício e seu contexto - social e ambiental - foi abordada por diversos pensadores, tanto dessa época (meados do século XX) como posteriores. O arquiteto e crítico espanhol Montaner (2009) tratou-a como uma *crise do objeto* arquitetônico. Ele debruçou-se sobre a relação de interdependência da arquitetura do edifício com a da cidade e avaliou os postulados funcionalistas modernos da Carta de Atenas como não tendo considerado essa condição. Esse autor tomou como base fundamentos da teoria dos sistemas para desvelar a interdependência dos elementos que constituem os espaços urbanos:

O que significa aplicar a teoria dos sistemas à arquitetura contemporânea? Em primeiro lugar, opor-se a todo reducionismo e mecanicismo, tentar aproximar-se da ideia de complexidade e de redes. Significa, portanto, dar prioridade a uma busca pela revelação das estruturas complexas nas escalas urbanas e territoriais; reescrever a história da arquitetura contemporânea a partir da ênfase sobre sistemas que superam a crise do objeto; desenvolver, para arquitetura, urbanismo e paisagismo, a relação essencial que Luhmann estabelece entre sistema e entorno, isto é, analisar as capacidades de cada sistema de estruturar-se e, ao mesmo tempo, interagir com seu contexto (MONTANER, 2009, p. 10).

⁷⁰ O termo *The International Style* (1932) tinha a intenção de designar um modelo de arquitetura que serviria para qualquer cidade. Suas características comuns levaram à denominação de estilo internacional sem precisar uma maior definição teórica, e sim, uma expressão de um sentido comum.

A necessidade de se pensar a edificação articulada com seu entorno sofreu, desse modo, a influência de fundamentos dessa teoria.⁷¹ Nesse âmbito, a edificação passaria a ser denominada, dentre outras acepções, como *habitat* humano e a ser compreendida como um elemento da estrutura maior que comporta o meio ambiente. Esse entendimento veio influenciar, ainda que indiretamente, as concepções de um grupo de jovens arquitetos membros do CIAM. Suas ideias contradiziam as propostas do urbanismo funcionalista da Carta de Atenas que, na época, não considerava esses aspectos como fundamentais para se pensar e projetar a cidade.

Esse grupo de arquitetos, reconhecido como *Team10* (Constituído em 1954), ficou responsável pela organização do décimo CIAM em Dubrovnik, o que ocorreu em agosto de 1956. Foi Le Corbusier quem incitou esses arquitetos a pensarem sobre a necessidade de dar continuidade aos encontros dos CIAMs, no sentido da importância de debater e de criar soluções para os rumos das cidades. Desse modo, o *Team 10* terminou por contribuir para adiar a dissolução do CIAM, na época já almejada por eles e por outros membros.

O grupo, composto por arquitetos de diferentes formações, origens e idades, partilhava o desafio de enfrentar os problemas urbanos a partir de postulados além daqueles formulados pela Carta de Atenas. Eles pretendiam, ainda, abrir o debate arquitetônico e urbanístico para além do âmbito do CIAM.

Consideravam que o tema maior de discussão girava em torno do *habitat*.⁷² Esse termo – *habitat* – como foi dito acima, foi considerado como mais apropriado do que *habitação*, visto que respondia à complexidade do *meio ambiente*, do qual a habitação seria uma parte. Assim, a diversidade do *habitat* humano veio requerer novas ideias para se pensar e elaborar soluções arquitetônicas e urbanísticas. Uma delas foi sobre a noção de identidade que, segundo Barone (2002, p. 61):

⁷¹ A Ciência de sistema teve origem pelos estudos desenvolvidos por Ludwig von Bertalanffy (1940 – biólogos alemães). O autor afirma que: “O organismo, para ser entendido, não pode ser encarado como uma soma das suas partes. Isto é, o ser vivo não é o somatório dos seus elementos constitutivos: o todo é diferente da soma das partes. O organismo para ser entendido tem de ser encarado como um sistema”. Essa visão orgânica passou para outras ciências e teve rebatimento no urbanismo com a grande crise energética de 1960-1970, o que projetou novas visões sobre o desenvolvimento urbano e inseriu a preocupação com a sustentabilidade. A visão dos processos de desenvolvimento urbano passou a tomar como base fundamentos da teoria dos sistemas. Pode-se definir que um sistema compõe-se de um conjunto de elementos ou partes interdependentes – porque as partes interagem entre si, e cada uma se relaciona a seu modo com o ambiente – de forma a constituir um todo organizado.

⁷² A segunda é que introduz um termo latino, que vinha da ecologia, mas que tinha sido apresentado por Le Corbusier no VIII CIAM, cujo significado na época era difuso e podia ser entendido como uma ideia análoga à de “habitação” (acepção cara a Giedion, Sert, Gropius e Le Corbusier), ou como um conceito novo que, partindo da comunidade, pretendia entender o “ambiente” no qual ela se desenvolvia (ponto de vista defendido pelos jovens arquitetos que questionavam a visão funcionalista do CIAM).

Para essa geração, o atributo essencialmente humano na relação com o espaço era a constituição de lugares com identidade própria, além da noção de *existenzminimum* (habitação como célula mínima) defendida nos primeiros CIAM. No seu modo de ver, valores humanos não se traduziam em atributos e necessidades genéricas para um tipo universal, mas constituíam-se historicamente em função das características locais e culturais.

Em contraposição às soluções de cunho mais universal, o *Team10* buscou compreender e conceber as diferentes relações entre o *habitat* e seu entorno, sendo uma delas a que se referia à articulação entre os limites das edificações e o espaço público adjacente.

As pessoas deveriam poder apropriar-se do espaço do entorno de suas habitações de forma mais condizente com seu modo particular de vivenciar os espaços. Assim, as atividades antes restritas ao ambiente doméstico deveriam estender-se às imediações da habitação, de modo a permitir que as pessoas pudessem usufruir do espaço da moradia para além de seus limites. Pretendia-se que o meio ambiente fosse utilizado como um todo - espaço privado e espaço público - configurado de forma articulada. A Imagem 57 mostra a imagem de uma rua que, utilizada por crianças como espaço de lazer, alude à ideia de um pátio infantil extensivo à moradia.

Imagem57 - Team 10 e a concepção do espaço público como um pátio infantil extensivo à moradia.



Fonte: Nigel Henderson 'Photograph of children playing on Chisenhale Road, London' [c 1949–c 1956]. Acesso em: set. 2016.

A composição entre o espaço interior da habitação e o espaço público adjacente foi motivo de estudos e de diferentes propostas desenvolvidos pelos membros do CIAM. Os arquitetos urbanistas ingleses Alison Smithson (1927-1993) e Peter Smithson (1923-2003) defendiam uma arquitetura criada a partir de padrões espaciais que articulavam gradualmente esses espaços com o objetivo de tornar a rua um local que - extensivo a casa - poderia configurar-se como um lugar para a expressão social, além de seu uso comum de passagem e acesso.

Por sua vez, o arquiteto urbanista holandês Aldo Van Eyck (1918-1999)⁷³ tinha como esteio do seu pensamento a articulação entre os dois domínios espaciais - interior privado e exterior público -, a essência da arquitetura.

Esse arquiteto denominava *zonas limiares* as *interseções* entre o interior e o exterior, sobre elas, segundo ele, se deveria refletir teoricamente. Defendia que seu sentido necessitaria ser ampliado, pois como zona limiar⁷⁴ possuía capacidade para estabelecer relações entre polaridades distintas: o espaço interior da moradia e o do exterior eram realidades diferentes, mas que deveriam encontrar-se.

Martins (2006) diz que, no décimo CIAM, Aldo Van Eyck lançou o mote: "La plus grande réalité du seuil" -, ao defender esse espaço limiar como um verdadeiro símbolo da essência da arquitetura.

Outro tema que gerou ampla discussão surgiu diante da necessidade de serem humanizados os espaços. O *Team 10* foi veementemente contra o ideário funcionalista, pois esse não se reporta, diretamente, às inter-relações sociais que poderiam ocorrer entre os espaços interiores-privados e os exteriores-públicos.

Os embates dissidentes do ideário da Carta de Atenas, como foi evidenciado, caracterizaram-se em três momentos: (i) o primeiro, de 1954 a 1959, teve como tema principal o *habitat e as inter-relações humanas no espaço*; (ii) o segundo, de 1959 a 1962, tomou como tema *a relevância da arquitetura como meio de ação social sobre a sociedade*, e o debate se deu a partir dos projetos mais importantes dos membros do *Team 10* - foi nesse período que eles se consolidaram como um grupo com visões próprias e, ao mesmo tempo, comuns, por buscarem novas formas mais humanizadas para conceber os espaços; (iii) o terceiro momento, após 1962, caracterizou-se pelo desenvolvimento de três vertentes temáticas de posicionamento com alguns aspectos distintos em relação à

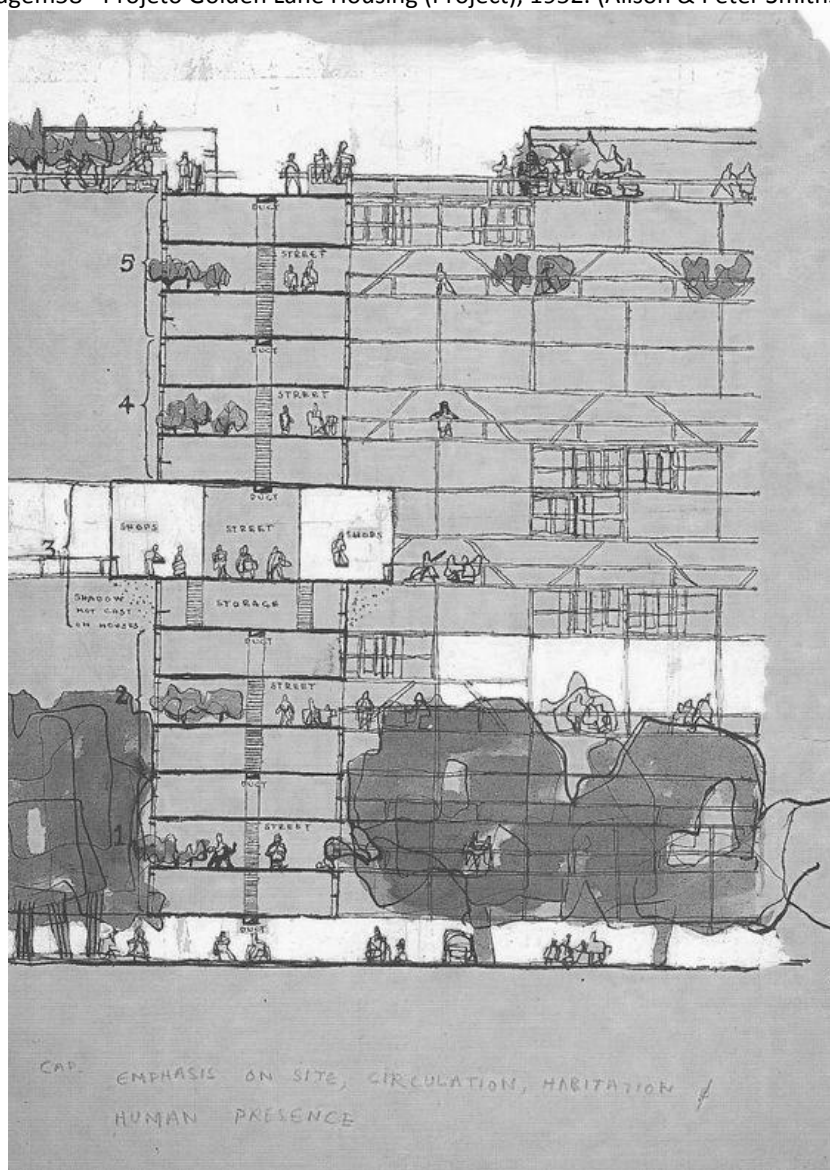
⁷³ Aldo Van Eyck (1918-1999) • Nascido em Driebergen em 1918, faleceu em Loenen em 1999. Na escola politécnica de Zurique ele se graduou e, entre 1946 e 1951, trabalhou no departamento municipal de obras públicas de Amsterdam (no departamento de parques de jogos). Foi professor na Academia de Arquitetura de Amsterdam de 1954 a 1958 e membro dos CIAMs como cofundador do grupo *Team 10*. Foi possível propagar suas críticas ao urbanismo funcionalista e à arquitetura moderna, principalmente, quando foi editor e coeditor da revista *Fórum*, entre 1959 e 1967.

⁷⁴ Essa definição de Van Eyck subsidiou este trabalho na construção das categorias para analisar os documentos de referência do urbanismo, a partir dos fundamentos da ética da alteridade.

arquitetura: 1. A continuidade da tradição corbusiana; 2. O estruturalismo em arquitetura e 3. A linha de valorização do contexto.

Pode ser dito que a primeira vertente - A continuidade da tradição corbusiana - identificada nos trabalhos dos arquitetos urbanistas Alison e Peter Smithson, apresentou-se recorrente no trabalho de outros membros do *Team 10*, como Candilis (1923-1995) e Shadrach Woods (1923-1973). A arquitetura das edificações - denominadas megaestruturas - teve uma forte influência corbusiana, visto que concebia o edifício por meio da reunião de diferentes funções, aludindo ao ideário presente na Unidade de Habitação de Le Corbusier (Imagem 58).

Imagem58 - Projeto Golden Lane Housing (Project), 1952. (Alison & Peter Smithson).



Fonte: Pinterest. Acesso em março de 2016

Reunir várias funções complementares à habitação num único edifício foi uma das estratégias para solucionar as questões sociais quanto à necessidade de se construírem novas habitações. Um dos primeiros teóricos a estudar as megaestruturas, como um tipo edilício com atributos que iam além de sua grande escala, foi o professor arquiteto e crítico Reiner Banham (1922). Para Banham, essa tipologia era detentora de qualidades tais, como: unidades modulares que possibilitavam *a capacidade de ampliação; a pré-fabricação e a vida útil estrutural*.

As megaestruturas caracterizavam-se por um conjunto de edifícios – blocos - que abrigavam diferentes atividades, conectados por lajes suspensas, que funcionavam como ruas aéreas. Representava a ideia de espaço total, em que cada parte da edificação se conectava com a outra de forma interdependente, criando um sistema que, por seu turno, poderia compor a “lógica de ordenação espacial” de uma cidade.

Um exemplo contemporâneo que alude a parte desse ideário é a Biblioteca da França,⁷⁵ cujo projeto foi elaborado pelo arquiteto Dominique Perrault, em 1995 (Imagem 59). Ela está localizada numa zona anteriormente ocupada por caminhos de ferro, margeia o rio Sena e está situada a leste do centro de Paris. É composta por quatro torres de vidro no formato de “L”, que fazem referência à forma de livros abertos voltados para uma esplanada. Esse espaço central conforma uma praça, um vazio central, que se configura, por seu turno, em diferentes níveis que conectam o conjunto dos blocos ao seu redor - os volumes das torres (Imagem 60).

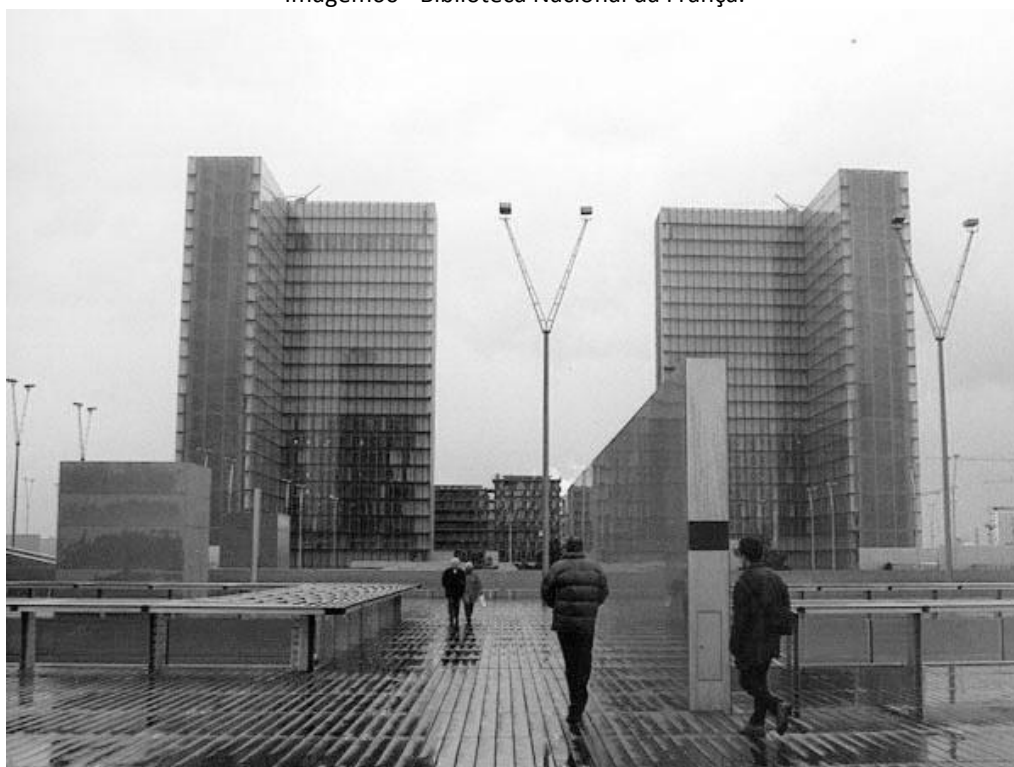
Imagem59 - Biblioteca Nacional da França.



Fonte: <http://www.archdaily.com.br/br/794189/classicos-da-arquitetura-biblioteca-nacional-da-franca-dominique-perrault-architecture>. Yuri Palmin.

⁷⁵ Numa área de 7,5 hectares, a biblioteca, que se compõe de quatro torres, cada uma com 79 metros de altura, destaca-se na paisagem.

Imagem60 - Biblioteca Nacional da França.



Fonte: by Sara Molarinho. <http://saahara.blogspot.com.br/2010/04/bibliot.html>.

A concepção do conjunto arquitetônico buscou imprimir a tradição parisiense quanto ao carácter monumental dado à arquitetura das bibliotecas públicas. Ao tempo, seguiu o ideário da arquitetura moderna, principalmente pela inserção das quatro torres isoladas no contexto de seu entorno. Desse modo, aliou a arquitetura moderna das torres às características simbólicas, quanto à alusão feita à tradição parisiense.

As megaestruturas configuraram-se ainda como uma maneira de favorecer a redução do uso e ocupação do solo. A concentração de pessoas em edificações verticais e agrupadas em blocos verticais minimizava a infraestrutura necessária ao conjunto. Essas características interessaram muito e foram incorporadas pelos arquitetos japoneses. A necessidade de investigação tecnológica para viabilizar tais projetos trouxe interesse a grupos futuristas, como o Archigram, Peter Cook, Yona Friedman, como aponta Barone (2002).

A segunda vertente das ideias desenvolvidas pelo *Team 10 - estruturalismo em arquitetura* - veio mudar a concepção da relação das edificações com os espaços de seus entornos.

No intuito de buscar suplantiar as relações concebidas a partir dos princípios do urbanismo funcionalista, os quais defendiam grandes áreas livres verdes entre as edificações, os membros do *Team 10* exploraram outras formas de concepção dos edifícios, geradas por meio da utilização de tramas de estruturas. Destarte, surgiu uma nova maneira de configurar os espaços edificados por meio de malhas estruturais - reticuladas e articuladas - que permitiam, ainda, sua expansão.

As intenções eram configurar cada ambiente com uma forma diferente, de acordo com: (i) os usos a que cada espaço seria destinado, e (ii) as percepções das pessoas que iriam utilizar esses espaços.

A criação de espaços abertos e fechados - cheios e vazios - foi, também, uma estratégia utilizada - permitida por meio da manipulação da malha reticulada -, capaz de criar diferentes relações entre os espaços, os interiores e os exteriores (Imagem 61).

Imagem61 - Interações entre espaços.



Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/469429961136788795/>. Acesso em abril de 2016

Os arquitetos holandeses Van Stigt e Aldo Van Eyck, membros do *Team 10*, foram os grandes representantes da propagação dessa vertente temática.

A terceira vertente do *Team 10* se ateve à *valorização do contexto*. O reconhecimento das preexistências do ambiente construído como um valor já chamara a atenção dos arquitetos italianos desde os anos 1940. Aldo Rossi, por exemplo, desenvolveu uma importante crítica ao funcionalismo e propôs uma leitura do espaço urbano que identificara as estruturas espaciais possuidoras de longa duração histórica. Ele as classificou como elementos primários - referiam-se aos monumentos - e tinham, como atributo, permanecer na memória coletiva de uma determinada população (ARANTES,

1995). Assim, deveriam ser preservados, pois eles faziam com que as pessoas se identificassem com o lugar.

O conjunto urbano, com seus elementos primários, constituía o que esse arquiteto denominou fato urbano, pela sua capacidade de singularizar os momentos passados de um povo. Rossi resgatou o conceito de tipo, definido por Quatrèmere de Quincy (1755-1849), com o objetivo de identificar tais estruturas permanentes. Desse modo, contribuiu para o reconhecimento do contexto histórico da arquitetura da cidade.

Para o arquiteto italiano Gian Carlo de Carlo, também membro do *Team 10*, a arquitetura era importante como um processo social e como poder de transformação por meio da ação política. Envolveu-se em muitos debates e participou de alguns grupos de discussão com o intuito de melhorar a condição da prática da arquitetura, a partir de embasamentos teóricos que justificassem suas propostas. Participou do grupo editorial da reconhecida revista *Casabella Continuità*, entre 1954 e 1956 (BARONE, 2002), espaço que utilizou para firmar suas críticas ao funcionalismo. Seu desencanto com essa corrente, pautou-se no purismo e na abstração de seu ideário, enquanto defendia uma arquitetura de linguagem inspirada no cotidiano e na tradição italiana de construção.

Pode-se afirmar que muitas foram as propostas do *Team 10* e que elas influenciaram o pensamento arquitetônico e urbanístico da época, mas também das décadas posteriores. Foi de grande significado para o urbanismo humanista os pensamentos construídos por esse Grupo de arquitetos que, dentre outros aspectos, se detiveram na escala do objeto – edificação - para a concepção do espaço urbano.

Construir uma nova análise tomando os fundamentos da ética da alteridade permitiu identificar os predicados espaciais propícios a responder à necessidade de coexistência das pessoas, diante de sua condição de vulnerabilidade. Portanto, a presente tese debruça-se sobre as propriedades espaciais - das edificações, de seus espaços limiares e do espaço público - de maior relevância, pensadas e planificadas pelo *Team 10*. O **Quadro 2** mostra a síntese da análise de conteúdo dos documentos elaborados por esse Grupo e que subsidiaram as reflexões tecidas no próximo item.

6.2 Princípios e propriedades espaciais

O texto que segue é composto pelos trechos de documentos que contêm estudos e propostas desenvolvidos pelo *Team 10* - *Carta do Habitat*, *Manifesto de Doorn* e outros escritos [como os de Barone (2002) e os de Vidotto (1997)]. Eles foram categorizados e classificados segundo os procedimentos investigativos descritos no Capítulo 4 (sua síntese é apresentada no **Quadro 8**). Os fundamentos da ética da alteridade possibilitaram uma nova análise do pensamento arquitetônico e

urbanístico contidos nesses documentos, conduzindo à identificação dos predicados espaciais da alteridade.

Quadro8 - Documentos Carta do Habitat, Manifesto de Doorn e outros escritos (Barone (2002) e Vidotto (1997)) sobre o Team 10 - Análise de conteúdo

EDIFICAÇÃO <i>Propriedade e intencionalidade- Expressão física do sentido</i>	ESPAÇO LIMIAR <i>Propriedade e intencionalidade-Expressão física do sentido</i>	ESPAÇO PÚBLICO <i>Propriedade e intencionalidade- Expressão física do sentido</i>
A Edificação O habitat incorpora a ideia de ambiente. Habitar como um conceito ampliado, não restrito à moradia. Termo latino vindo da biologia	A' Limiar Espaço do âmbito da moradia, da vida coletiva, de convívio	A'' Espaço público O Espaço público deve ser de proteção e aconchego para população
A Edificação As Unidades de habitação devem ter elementos complementares. O habitat é mais que utilidade	A' Limiar São espaços complementares para constituição de solidariedades e manutenção de valores culturais espaços comunitários para Inter-relações sociais. O limiar é mais do que espaço de utilidade	A'' Espaço público O Espaço público é mais que utilidade. São para humanização da vida urbana
A Edificação É inútil considerar a casa, exceto como parte da comunidade, devido à interação entre elas. A comunidade é a mesma em toda parte (moradias isoladas, chácaras, aldeias, cidades (agrícola, industrial), grandes cidades multifuncionais) Elas aparecem relacionadas com o seu ambiente	A' Limiar Interação de vários tipos, mas sempre com facilidade de acessos	A'' Espaço público Qualquer comunidade deve ser acessível
B Edificação A densidade da casa relacionada à população B Edificação Densidade elevada, variedade de tipos e linguagem arquitetônica comum.	B' Limiar Variedade de tipos e linguagem arquitetônica comum.	B'' Espaço público Densidade da circulação pública relacionada com a casa- com a comunidade, população
C Edificação <i>Habitat</i> - cidade: possibilidade de pensar a cidade a partir de padrões de associação, entre grupos e as relações de identidade	C' Limiar Relações de interdependência entre o interior e o exterior. O limiar é contexto da edificação	C'' Espaço público O espaço público é contexto das edificações
C Edificação Noção de cluster ou agrupamento, diversos modos de agregar unidades. O objetivo central do urbanismo era tornar claros os padrões de organização dos espaços	C' Limiar Superação da dualidade entre individual e coletivo	C'' Espaço público Elaboração de estruturas baseadas em associações humanas, atentas à forma como se juntam as pessoas [<i>Cluster</i>] e como se movem [<i>Mobility</i>] ou às relações entre as partes e o todo [<i>Growth and Change</i>]. Smithsons
C Edificação Habitação definida pela aproximação	C' Limiar Aberturas, aproximações e	C'' Espaço público Moradores junto com usuários do

de escala das inter-relações sociais. A casa- primeira unidade de associação. Os Smithons propunham uma nova leitura do espaço urbano, não mais baseada nas 04 funções urbanas da Carta de Atenas, e sim pela organização primeira dos padrões de associação: casa, rua, bairro, cidade. Trata-se de um princípio mais subjetivo se comparado com o raciocínio analítico da Carta de Atenas.

afastamentos a partir de avaliações das inter-relações sociais

espaço público. Substituir a segregação funcional por uma visão de aproximação por escalas dos diversos níveis da comunidade servida, incorporando as diferenças p. 69. Fora da casa.

A casa e a rua- Segunda escala de vida, ou primeiro contato com o grupo social.

A terceira escala é a dos bairros na cidade.

DEdificação

Diversidade tipológica da casa/habitação- espacial e social. Consideração pela arquitetura preexistente

D'Limiar

Diversidade de relações entre as edificações (moradores) e o espaço público

D''Espaço público

Diversidade de organizações entre espaço privado e público

DEdificação

Deve-se pensar a habitação, e a cidade, a partir da identidade dos padrões de associação das comunidades.

As formas podem ser elaboradas a partir de critérios lógicos de concepção de estruturas que se comportam como unidades articuladas.

Aldo van Eyck, (estruturalismo) compreende o homem em suas diferentes culturas. (1 D)

D'Limiar

A ideia de lugar para superar a dualidade entre individual e coletivo.

Aberturas pensadas por meio de (P. 82), dois conceitos: (I) Claridade

labiríntica- dentro da forma. (II) Fenômenos gêmeos- pares de opostos qualitativos do espaço: alto-baixo; claro-escuro; dentro-fora; aberto-fechado. O desenho da transição entre a escala do edifício e a escala urbana expressa o conceito de claridade labiríntica. (1 D)

D''Espaço público

"uma árvore é uma folha e uma folha é uma árvore-casa é a cidade e a cidade é a casa-a cidade não é cidade a menos que seja também uma grande casa -a casa ao menos que seja também uma pequena cidade". Conceito de Claridade labiríntica (1 D)

DEdificação

Torre como um monumento para visualizar a cidade. Visão orgânica da cidade retomada pelo Team 10 das ideias de Geddes. P68.

D'Limiar

Interação cômoda. Exemplo: Altura-gabarito suficiente para a visualização que permite o entendimento do entorno- cidade.

D''Espaço público

O entorno- cidade.

DEdificação

Blocos de alturas variadas.

Combinação de edifícios altos com blocos de altura média e baixa Exemplo. Bakema propôs para reestruturação de bairros residenciais em Amsterdam no pós-guerra: bairros com repetição de blocos com volumes (formas) variados ao redor de áreas ou eixos centrais. Defendia uma arquitetura demográfica

D'Limiar

Diversas organizações entre o interior e o exterior das edificações resultantes de seus agrupamentos

D'Limiar

Junções urbanas. Pátios internos. Pátios de uso comum ao redor de áreas abertas ou eixos centrais

D''Espaços públicos

Diversas organizações entre o interior e o exterior das edificações resultantes de seus agrupamentos

DEdificação

Habitações multifuncionais. Habitar sobre lojas. (crítica ao zoneamento do edifício monofuncional). (projeto de

D'Limiar

Inter-relação entre estruturas sociais e espaciais através da organização de unidades habitacionais diferentes que

D''Espaços públicos

Com interfaces para diversas escalas e formas espaciais

lijnbaan (1949-1955) em rotterdam)

constroem Jardins privados. Interfaces para diversas escalas e formas espaciais

DEdificação

Habitação e os espaços de transição. Novos domínios arquitetônicos, onde o individual e o coletivo coexistem como dados essenciais de uma mesma harmonia

D'Limiar

Lugares onde as polaridades podem interagir. Superar polaridades conflituosas. A arquitetura deve reconciliar valores básicos e dar conta dos espaços de transição (*Inbetween spaces*). Continuidade e interpenetração

D'' Espaços públicos

Rua definida ora por pelo alinhamento das casas- aproximação ora pelo afastamento. A escala do edifício e escala da rua se fundem. Ideia de continuidade e interpenetração. Arquiteto holandês Aldo van Eyck.

DEdificação

Aldo van Eyck, busca de criar espaços de transição. Espaço de dentro com a linguagem da rua. Apropriação anônima do edifício. Van Eyck recria formas racionais e funcionais, princípios Corbusianos de projetar, dando continuidade ao desenho urbano. O espaço de dentro da casa com o espaço de fora. Entendida como: "O lado de cá do muro", o individual com interligações com o coletivo.

D'Limiar

Espaços de dentro com a linguagem da rua e vice e versa. Luminárias, desenhos de bancos, desníveis de piso, mesmos materiais dentro e fora do edifício, sugerindo uma transição entre o espaço de todos e o espaço de alguns. A Porta não deve ser um limite, mas um lugar dentro e fora que pode se esfumazar, ou se INTERPENETRAR e gerar uma nova consciência espacial. Não se restringe a travessia de uma porta que delimita territórios, mas se dá gradualmente e com continuidade GRADUAL. O que é signficante aos dois territórios. Definição de um desenho para os espaços de transição, para superar o rigor da oposição entre forma construída e espaço livre

D'' Espaços públicos

A rua com a linguagem da casa.

O conceito expressa a ideia de que a parte está no todo assim como o todo na parte, comum nas investigações de sociólogos, linguistas e filósofos do mesmo período. Página 114

DEdificação

A forma do edifício final se expande em algumas direções e se retrai em outras, formando espaços abertos e fechados em seu perímetro. FORMA QUADRADA COINCIDE COM A ESTRUTURA EM RETICULA QUADRADA. (No projeto para o Prix de Rome de 1962 de Van Stig propõe recuos e extensões com diferentes alturas)

D'Limiar

Varias possibilidades de extensões externas

D'' Espaços públicos

Extensões externas.

D Edificação

Podem se aproximar do alinhamento da rua atenuando contrastes entre situação interna privada e a pública (como na cidade antiga). (um exemplo: as megaestruturas) identidade, lugar e contexto.

D'Limiar

Interpenetração das formas. Lugar. Articulação por amplos espaços de passagens. Continuidade e permanência de elementos da arquitetura da cidade tradicional. Proporções espaciais. Conexão por meio de passagens (ruas conectavam os blocos. Década de 60).

D'' Espaço público

Ideia de espaço total (Megaestruturas) Redes de circulação. Interconectadas Polinucleadas. Noção de criação da complexidade da cidade num só edifício. Ruas aéreas se tornam corredores da identidade da comunidade. Projeto Robbin Hood Garden (1964). Smithson. (arquitetura vestida e criada para seus habitantes, recriando a intimidade de bairros populares).

D Edificação	D' Limiar	D'' Espaço público
Reunião de várias funções num só edifício dispostas por meio de lajes elevadas. Continuidade regulada entre o interior e o exterior em contraposição à indiscriminada continuidade espacial da cidade funcionalista moderna. Página 125.	Livre circulação de pedestre nas lajes elevadas.	Redes de circulação. Interconectadas Polinucleadas. Noção de território inseparável da ideia de identidade. Alison e Peter Smithson, projeto Golden Lane, 1952.
E Edificação	E' Limiar	E'' Espaço público
Percepção. É necessário criar novos critérios de composição da forma para a percepção espacial dos usuários. Habitar; construir e morar. Heidegger. Habitar- vir a ser, estar presente, presença no espaço; significações sociais. Lugar. Aldo van Eyck coaduna das posições de Heidegger, ideia de habitar.	Fotografias de pessoas nos projetos dos Smthison mostravam usuários do espaço como prioridade, dada as formas de uso, apropriação e interação das pessoas.	Noção de território inseparável da ideia de identidade. Alison e Peter Smithson, projeto Golden Lane, 1952.
E Edificação	E' Limiar	E'' Espaço público
Importância dada à percepção das qualidades inerentes do espaço, fundamentada na interpretação individual de suas formas. Modelo teórico de apreensão do espaço baseado nas relações de vizinhança e na percepção das escalas da casa, da rua e do bairro.	Relações interativas entre indivíduos e grupos e entre pessoas e espaços. Street deck são extensões das casas, jardins quintais que ampliam a visão do estranho que passa. São espaços amplos e ativos que cabem duas mulheres com carrinho de bebe conversando e um terceiro passando.	A mobilidade está contida na ideia de intercomunicação total do conjunto, através dos sistemas de circulação: as ruas aéreas, por exemplo, era uma extensão da rua pública, dentro do domínio da comunidade.
E Edificação	E' Limiar	E'' Espaço público
Os conjuntos de habitações precisam ter identidade. O objetivo do urbanismo é ler esta identidade que é inteligível pelas unidades perceptíveis da comunidade, pelos seus padrões de associação humanas.	Crítérios da aglomeração urbana permite projetar espaços para criar tipos específicos de relações interativas entre os indivíduos para garantir o encontro.	Ruas com muitos pequenos serviços locais e alguns estabelecimentos, maiores nas suas interseções, e em seus arredores fazem um bom bairro. Teoria da associação humana. As ruas são espaços para atividades tradicionais e comunitárias como nos subúrbios e nas ruas degradadas.

Fonte: Elaborado pela autora.

Isso posto, são enunciados, tendo como fundamento o Quadro (*Team 10*- análise de conteúdo), os 5 (cinco) princípios identificados nos documentos supracitados, os quais deveriam nortear os projetos arquitetônicos e urbanísticos.

A. *O Habitat deveria incorporar a ideia de ambiente como um conceito ampliado e não se restringir ao de moradia.*

B. *A densidade construtiva da habitação deveria estar relacionada à população.*

C. Os padrões de associação entre as comunidades e suas respectivas identidades deveriam ser critérios para o projeto do habitat.

D. A diversidade tipológica deveria ser um critério para a configuração espacial e social.

E. A percepção das qualidades inerentes ao espaço deveria ser considerada na concepção espacial do habitat.

Para cada um desses princípios, será analisado, a seguir, seu desdobramento no conjunto daqueles que se conformam (ou não) como predicados espaciais da alteridade.

A. O Habitat deveria incorporar a ideia de ambiente como um conceito ampliado e não se restringir ao de moradia.

O *habitat* deveria incorporar a ideia de *ambiente* como um conceito ampliado e não restrito à moradia. Esse primeiro princípio, postulado pelo Grupo *Team 10*, traz a noção de ambiente para concepção da habitação. Esclarece-se que *ambiente* tem como raiz a *biologia* - termo latino, segundo o dicionário Michaelis (do grego βίος - bios = vida e λογος - logos = estudo, ou seja, o estudo da vida) - que é a ciência que estuda os seres vivos.⁷⁶

Ora, considerar o *ambiente* na elaboração do *habitat* viria então influenciar, de forma contundente, o modo pelo qual se passou a conceber o espaço do habitante, da vida coletiva e do convívio das pessoas no espaço. Não é sem razão que a habitação e o espaço público a ela adjacente deveriam ser complementares, como aporta a *Carta do Habitat*, pois, como partes do meio ambiente, não responderiam apenas à sua utilidade ou ao uso destinado a cada um, individualmente, diante das suas condições de complementariedade.

Partir-se-ia de uma visão da arquitetura da edificação como um objeto que não se resolve em si mesmo, mas que necessita de outros elementos do espaço urbano. Essa nova forma de compreender o espaço do homem conduz ao pensamento do próprio homem como *Ser* que estabelece relações com os outros. Estabelecer relações é uma condição do *Ser* na sua existência, segundo afirma Guareschi (1998, p.153): “O ser humano não pode ser concebido como um Ser

⁷⁶ Da origem, evolução e funcionamento, os organismos desde uma escala molecular, subcelular, até o indivíduo, a população de indivíduos e todos os tipos de interacionais. Interação da vida com seu ambiente físico-químico, por exemplo.

“isolado”, “separado” de tudo o mais, de um lado; nem alguém que é apenas uma “peça da máquina”, de outro”.

Como o *Ser* não é separado nem se reduz a uma parte de algo maior, preciso se torna, então, considerá-lo também a partir do conceito de *relação*. Guareschi tomou o conceito de pessoa - do filósofo Agostinho de Hipona - para compreender o ser humano nessa condição. Para ele, pessoa é relação, isto é: “Alguém que é um, que constitui uma unidade, mas ao mesmo tempo não pode ‘ser’ em completude sem ‘os outros’, para ‘ser’ ele necessita intrinsecamente dos outros. Pessoa é relação”(GUARESCHI, 1998, p. 153).

O *Ser* em relação é, portanto, inacabado, ou aberto a mudanças e a complementos. Dessa maneira, quando se fala em relação está implícita a contraposição ao que é absoluto - a condição de completude que caracteriza os postulados positivistas e funcionalistas.

Outra é a condição que dá embasamento às propostas defendidas pelo *Team 10*. O Grupo afirma que se deveria abandonar a concepção de habitação - termo referente ao objeto construído, espaço da morada do sujeito - e aderir ao conceito de *habitat* - termo que não se restringe ao objeto construído, compondo-se de outros elementos do meio ambiente, mas não determinados. Portanto, esse Grupo parte de uma concepção mais aberta e variável sobre o abrigo do homem.

A definição de relação torna-se importante para pensar a arquitetura de outro modo, como uma parte vinculada e, portanto, inter-relacionada, a outros espaços da cidade. Tal aceção conduziu à investigação de novos e diversos aspectos, como os referentes às interações sociais às relações entre as pessoas, que poderiam ocorrer de diferentes maneiras.

O espaço ganhou outro significado: o de abrigar as interações sociais. Para tanto, o modo pelas quais as formas arquitetônicas urbanas se agrupariam poderia possibilitar, ou não, a configuração de espaços para o encontro, para as diferentes interações das pessoas.

A importância dada à relação entre os edifícios e os espaços de seus entornos mostra que o objeto arquitetônico, sozinho, não é bastante e não pode ser autorreferente, visto que precisa de outras partes, externas a ele. Essa “externalidade” é o entorno conformado pelo espaço público, local onde se encontram as pessoas, o outro - transeunte, andarilho, estrangeiro ou visitante (Imagem 62).

Imagem62 - Pessoas habitam as cidades com finalidades próprias.



Fonte: <https://pixabay.com/pt/pessoas-ponte-cidade-urbano-1085022/>. Acesso em abril de 2016

Sob esse ponto de vista, a edificação se fundiria em seu entorno e, muitas vezes, não se identificariam os seus limites formais, que poderiam diferenciar a materialidade do espaço privado e do público. Um exemplo dessa configuração de espaços está ilustrada na Imagem 63. Os materiais do contorno das habitações são iguais aos dos pisos do espaço público nos seus exteriores; a delimitação da passagem aérea - configurada por uma edificação elevada que une dois espaços externos às edificações -; as cadeiras à espera de “alguém”, no espaço público, facejado pelas edificações adjacentes. Todos esses elementos não podem conformar-se separadamente, ainda que tenham sua própria individualidade. Apreende-se a mencionada interdependência das partes que configuram esse ambiente urbano.

Imagem63 - Conjunto de edificações e seu entorno público em um bairro de Gerona.



Fonte: J. Maria Sanches. <https://br.pinterest.com/pin/89298005091326202/>. Acesso em abril de 2016

Como diz a Carta do Habitat, seria inútil considerar a casa como uma parte independente, devido às interações que deveriam existir entre ela e a comunidade maior. Quanto às propostas, o *Team 10* considera que elas deveriam ser as mesmas em toda parte, contemplando: (i) moradias isoladas; (ii) chácaras; (iii) aldeias; (iv) cidades de vários gêneros (agrícola, industrial); (v) cidades grandes e multifuncionais. A Imagem 64, presente no Manifesto de Dornn, mostra o perfil de um vale, elaborado por Patrick Geddes,⁷⁷ com diferentes escalas das comunidades (assentamentos) que guardam, em si, a mesma condição de necessidade de complementaridade.

⁷⁷ Os primeiros CIAMs e, notadamente, o IV, que elaborou a Carta de Atenas, não haviam considerado os estudos anteriores que ressaltavam a importância da comunidade para a ordenação das cidades, como foi o

Imagem64 - The Valley Section, inicialmente apresentada por Geddes em 1905.



Fonte: <http://docplayer.com.br/141060-Team-10-manifesto-de-doorn.html>. Acesso em março de 2016

Independentemente do tipo de comunidade, ela deveria compor-se de espaços complementares destinados à constituição de solidariedades. Diante disso, deveriam, ainda, manter seus valores culturais, pois seriam espaços para as inter-relações sociais.

Dever-se-ia ultrapassar a ideia de utilidade e centrar-se no que cada tipo de espaço poderia oferecer para constituir a vida urbana. Dessa maneira, o espaço da habitação deveria ser mais do que o espaço da moradia; o espaço entre as edificações — limiar — deveria ser mais do que um espaço de entrada e saída, e o espaço público deveria ser mais do que um espaço de circulação. Deveriam ser espaços para a humanização da vida.

Essas acepções sobre o *habitat* remetem novamente às pessoas, sendo elas moradoras, ou não, das habitações. A incompletude do *Ser* e sua condição de vulnerabilidade requerem a coexistência com outros, como já foi ressaltado. Assim, o encontro das pessoas não vai satisfazê-las, mas é preciso sublinhar que esse não é o intuito.

O Outro não é complemento do sujeito, ele é Outrem, como já apontou Lévinas, e a relação de complementaridade entre as pessoas dever ser, nesse contexto, desinteressada e independente. É diferente da complementaridade defendida pelo *Team 10* para a concepção da edificação do habitante. A exigência de relação entre as pessoas, as diferentes pessoas, passa-se em outros termos. A relação acontece para responder à vulnerabilidade do *Ser*, mas preserva sua independência.

A complementaridade dos espaços, da moradia e de seu entorno, é muito salutar quando se considera que é no espaço - interseção de domínios - que se podem estabelecer relações de cuidado, respeito e responsabilidade entre as diferentes pessoas - moradoras e habitantes do espaço público. Não seria possível estabelecer tal comportamento moral se não existisse o espaço da relação.

Nesse sentido, pensar o *habitat* de uma forma mais ampla conduz à criação de espaços solidários, dentro dos quais as pessoas podem olhar-se. Esses espaços materializam os rostos que se interpelam e mostram a humana condição de vulnerabilidade que os une.

O *Team 10* defendeu a criação de espaços que permitissem vários tipos de interação das pessoas. Extensivas às moradias, as espacialidades se interceptariam e criariam diferentes relações. Com vista a não deixar tais fundamentos muito genéricos, é preciso investigar os outros princípios propostos, de modo que se possam identificar os espaços e suas propriedades, como facilitadores, ou não, da coexistência ética.

B. A densidade construtiva da habitação deveria estar relacionada à população.

Dever-se-ia relacionar a densidade construtiva da habitação às necessidades da comunidade para a qual se destina o projeto. Ela não seria restrita aos moradores das edificações. Deveria haver um recorte espacial maior no entorno no qual as edificações estariam relacionadas.

Tal densidade iria requerer soluções que levassem em conta as possíveis relações entre os habitantes das edificações e os dos espaços públicos adjacentes. Para tanto, seria preciso conhecer como as pessoas vivem em cada recorte espacial para identificar os padrões de comportamento que pudessem ser agrupados.

Para compreender as formas das associações humanas, dever-se-ia investigar cada grupo social no seu ambiente particular. Desse modo, a densidade apropriada deveria, em consequência, atentar para as peculiaridades dos espaços e para os diferentes modos de habitá-los. O *Team 10* defendia que cada localidade possuísse características próprias, assim como cada comunidade. Assim, ambos deveriam ser investigados.

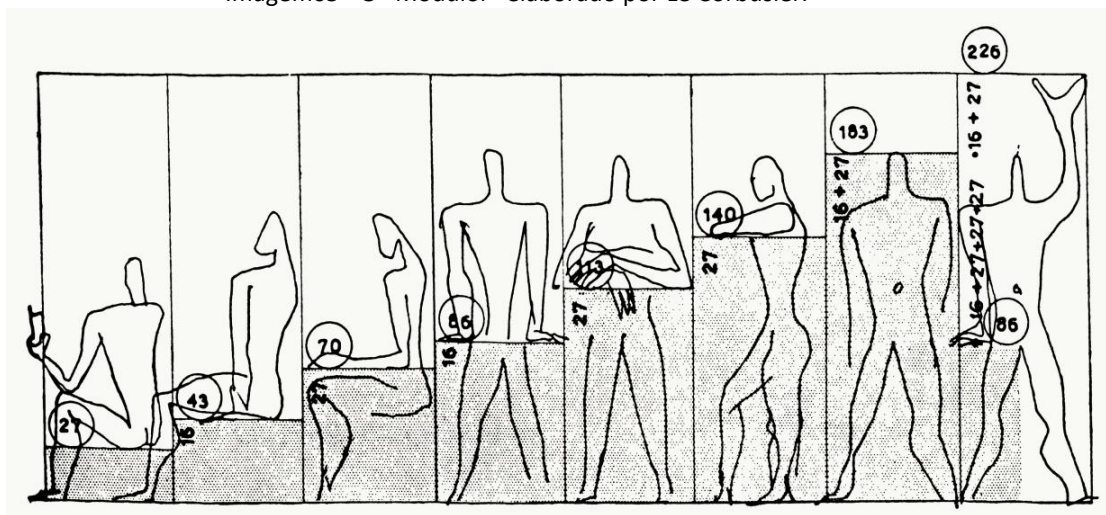
Dessa feita, não se deveria estabelecer uma cota ou medida ideal capaz de ser utilizada em vários e distintos contextos, mas ter em conta as características de cada comunidade em seu ambiente.

Saliente-se que esse princípio é bastante distinto daquele apregoado pelo urbanismo funcionalista da Carta de Atenas. Não se refere à questão mais abstrata sobre a resolução da obtenção de um número certo de habitantes para viver em um determinado recorte espacial urbano, ou de imprimir uma quantidade ideal de moradores para uma comunidade a ser formada. A obtenção da densidade adviria das características do próprio lugar.

Identifica-se a preocupação do *Team 10* com a população real, ou dito de outro modo, com a existente no local, e ela, notadamente, diferencia-se em cada recorte espacial.

Em oposição à concepção de cidade projetada a partir das medidas de um “homem ideal”, como o *modulor* de Le Corbusier (Imagem 65), eles caminharam em busca de soluções arquitetônicas urbanas diferentes, vislumbrando responder às formas de viver do “homem real”.

Imagem65 - O “Modulor” elaborado por Le Corbusier.



Fonte: fondationlecorbusier.fr. Acesso em janeiro de 2016

Esse grupo de arquitetos urbanistas acreditava que as diferenças entre as comunidades, no que se refere às formas de ocupação do solo, trariam riquezas para a vida das cidades, torná-las-iam mais atraentes. Não é sem razão que eles criticaram a forma racional e igualitária de resolver a demanda de espaços de moradia, desenvolvida pelos funcionalistas, pautada na alta densidade populacional e resolvida com soluções universais, representadas por meio de edificações verticais com grandes afastamentos verdes entre os blocos.

O princípio postulado pelo *Team 10* era o de propor a espacialização da densidade de acordo com cada uma das comunidades. Ademais, eles acreditavam ser preciso considerar a forma estrutural de crescimento de cada uma delas como sendo um critério importante, capaz de subsidiar a elaboração de soluções de adequação da forma física com as necessidades sociais.

Assim, a concepção de como deveria materializar-se a densidade edilícia iria de encontro ao princípio da universalidade, considerado como muito simplificador para resolver a complexidade do *habitat* humano.

Reconhecer que as comunidades são diferentes e que requerem soluções arquitetônicas urbanas diferenciadas revela respeito pelo modo de viver das pessoas. Tal reconhecimento só é possível quando também se toma como condição que o *Ser*, em sua existência, é diferente de outros.

Contudo, tal assertiva não diz respeito a um saber ou a um conhecimento sobre a condição humana, mas reporta-se a um sentimento de moralidade generosa para com a diferença do Outro. A

generosidade significa respeito pelas particularidades dos outros, mesmo sendo elas desconhecidas. O cuidado pode expressar-se, por exemplo, pelo respeito ao modo como as pessoas habitam os espaços das cidades. Lévinas fala sobre esse sentimento moral posto *a priori* ao conhecimento:

[...] Frente a frente do humano, na sociedade, no seu significado moral. Mas é preciso compreender que a moralidade não surge, como uma camada secundária, por cima de uma reflexão abstrata sobre a totalidade e seus perigos; a moralidade tem alcance independente e preliminar. A filosofia primeira é a ética (LÉVINAS, 1982, p. 67).

O frente a frente humano - o rosto do Outro - interpela e pede uma resposta. Essa não surge a partir de um pensamento objetivado pelo sujeito, que resolve respeitar o que lhe é estranho. Se assim o fosse, a ação ética estaria condicionada ao Ser enquanto totalidade, visto que ele pensaria, identificaria e elaboraria suas ações de forma independente. O acontecimento ético é diferente, requer responsabilidade para com o Outro como uma condição de anterioridade ao sentimento elaborado pelo sujeito diante das coisas do mundo.

Desse modo, é salutar considerar como fundamento as formas de viver das comunidades, independentemente do conhecimento de quem elas são. Esse respeito à singularidade de cada grupo conduz a investigar outro ponto importante, pensado e tomado como um princípio para a elaboração das propriedades arquitetônicas e urbanas pelo *Team 10*. Tal ponto se refere à questão de como as pessoas se organizam em comunidade e, em decorrência, como constituem sua identidade.

C. Os padrões de associação entre as comunidades e suas respectivas identidades deveriam ser critérios para o projeto do habitat.

A relação entre o objeto arquitetônico e os outros espaços da cidade passaria a ser postulada como um critério para a ordenação urbanística diante do respeito à identidade. Para tanto, o *Team 10* buscou referências na materialidade que configurava a cidade existente. A ideia seria identificar alguns elementos urbanísticos que permitissem às suas propostas dar continuidade à cultura das comunidades. Seria necessário considerar as identidades locais, nos espaços habitados no cotidiano urbano, de modo que fosse possível valorizar o sentimento de pertencimento das pessoas.

O homem pode se identificar imediatamente com seu próprio lugar, mas não tão facilmente com a cidade em que está situado. O pertencimento é uma necessidade emocional básica [...] o pertencimento - identidade - provém do enriquecedor sentido de vizinhança (TEAM 10, tradução livre da autora).

As críticas do *Team 10* aos postulados funcionalistas da Carta de Atenas repousavam nas experiências sobre as novas cidades, caracterizadas por soluções arquitetônicas urbanísticas similares entre si, mas destinadas a abrigar diferentes pessoas, tais como jovens, crianças, idosos, ou seja, grupos etários variados. Essa não seria a forma mais apropriada para responder às suas particularidades, porque as experiências espaciais e os sentimentos eram diferenciados.

Dever-se-ia pensar a habitação e a cidade a partir de novos critérios, considerando como princípio os modos de vivência diferenciados dos grupos sociais em suas moradias - essas constituídas pelas suas habitações e seus entornos.

Nesse contexto, as pessoas necessitariam conhecer as partes da estrutura espacial urbana, suporte de suas experiências, de modo que pudessem identificá-las e, em consequência, identificar-se. Em cada parte da cidade, portanto, a estrutura espacial urbana deveria ser composta por características particulares, nas quais seus habitantes pudessem sentir-se representados.

A condição para conceber o *habitat* humano com tais características, ou propriedades espaciais, adviria da investigação dos padrões de associação dos grupos. As partes das estruturas espaciais urbanas deveriam ser concebidas com base nas formas como as pessoas se associam, ou seja, adequadas à maneira pela qual elas se juntam e se movem no espaço.

Para empreender essa investigação, é necessário estabelecer um parâmetro de análise para a identificação dos tipos de associações entre as pessoas, os quais configurariam um padrão. Haveria uma *escala*, segundo a qual se dariam as especificidades das relações sociais, como o critério mais adequado.

A primeira escala de associação seria a casa; a segunda escala seria a casa em relação à rua - espaço onde acontece o primeiro contato do sujeito-morador com o grupo social, e a terceira escala seria a dos bairros na cidade.

Os arquitetos Alison e Peter Smithons⁷⁸ defendiam ser possível identificar e compreender as formas como as pessoas poderiam associar-se, entre si, a partir das diferentes escalas de suas vivências espaciais. Os tipos de associações iriam diferir em razão da particularidade do que se faz em cada escala e do tipo de comunidade em questão. Moradores teriam uma forma de relacionar-se no espaço, e os usuários do espaço público teriam outras práticas espaciais.

A proposta desses arquitetos urbanistas foi caracterizada por um olhar mais humanista sobre os espaços, visto que buscaram aproximar-se das vivências das pessoas nos espaços, a partir de

⁷⁸ Arquitetos e urbanistas ingleses, Alison e Peter Smithons tornaram-se os membros mais jovens do grupo britânico do CIAM (MARS) em 1953, e, posteriormente vieram a formar o núcleo do *Team 10*. Representantes do ideário defendido pelo Grupo, eles elaboraram com uma forma própria o pensamento postulado em conjunto. O objetivo maior deles era que a forma arquitetônica fosse resultante da atenção para com as pessoas e os lugares (VITTODO, 2004). Chegaram a definir temas para as reuniões do Grupo e a publicar os trabalhos realizados pelo *Team10*, como o *ManualTeam 10* (1962, com reedição em 1968).

diferentes escalas de associação. Desse modo, consideraram que, entre as pessoas, existem diferenças na forma de utilizar os espaços urbanos e, conseqüentemente, buscaram respeitá-las.

Tal forma de classificação das vivências espaciais - escala espacial de associação das pessoas - veio contrapor-se à desenvolvida e pleiteada pela Carta de Atenas, caracterizada pela divisão espacial das quatro funções urbanas - *morar, trabalhar, recrear e circular*, de cunho mais funcionalista, portanto.

Os padrões de associação entre as pessoas, embasados pelas diferentes escalas em que se poderiam estabelecer - *casa, rua, bairro e cidade* -, seriam mais apropriados às singularidades de como elas poderiam socializar-se do que o raciocínio funcional então proposto pelo Urbanismo da Carta de Atenas.

Segundo Dirk van den Heuvel (2015),⁷⁹ estas últimas classificações, fundamentadas em categorias de escala espacial sobre as vivências urbanas, seriam mais existencialistas e fenomenológicas, porque pautadas na experiência e na percepção. O método de análise do território defendido pelo *Team 10* passaria, pois, a ser sobre associação humana, em contraposição à associação funcional (Imagem 66).

Imagem66 - Categorias de associação humana, comunidades definidas por escala.



Fonte: <https://www.studyblue.com/notes/n/spring-14-midterm/deck/10188004>. Acesso em maio de 2016

Não é sem razão que no mesmo período em que ocorreram os dois últimos congressos do CIAM, entre as décadas de 1950 e 1960, foram elaborados vários estudos sobre percepção ambiental e sobre comportamento espacial.⁸⁰

⁷⁹ Dirk van den Heuvel é professor titular da Escola de Arquitetura da Universidade de Delft, e arquiteto com projetos de residências. É autor de livros como: *“Team 10 – In Search of a Utopia of the Present”* y *“Alison and Peter Smithson – from the House of the Future to a house of today”*.

⁸⁰ Kevin Lynch, em 1960, publica o reconhecido livro *“A imagem da Cidade”*, que desenvolve o conceito da legibilidade do meio ambiente urbano. Esse arquiteto americano defende que o espaço urbano possui elementos que podem servir para a orientação das pessoas no espaço e que, portanto, lhes causam sensações. Juntos, tais elementos são capazes de fazer com que as pessoas criem uma imagem da cidade. No mesmo período, especificamente em 1962, Gordon Cullen, arquiteto inglês, publica outro conhecido livro intitulado de

Os arquitetos urbanistas do *Team 10*, como Alison e Peter Smithson, desenvolveram então, essa maneira de pensar as soluções arquitetônicas e urbanísticas, baseadas nas formas de associação das comunidades com diferentes graus de complexidade e escalas. As lógicas específicas de organização de cada comunidade e o todo no qual elas estariam inseridas constituiriam critérios para o projeto, tendo em vista a condição de interdependência das diferentes escalas. Desse modo, não se deveria pensar em criar soluções “ideais” e definitivas.

A “solução ideal” deveria ser pensada a partir da realidade “crua”, em “bruto”, como defendiam, porque seria composta pelas características de um contexto “real” e determinado. Essa forma veio a ser denominada *novo Brutalismo*. Entretanto, os Smithsons⁸¹ creditavam a essa acepção, não um significado enquanto uma linguagem de expressão arquitetônica, mas sim, uma forma de concepção espacial mais apropriada às relações humanas.

O respeito às necessidades de associação humana, estabelecido a partir das características de determinado contexto, seria uma forma de resposta moral a tal ambiente.⁸² Este Grupo deu atenção à questão que envolve a relação entre as edificações e os espaços públicos do seu entorno, ou seja, à vida espacial de moradores e usuários. Buscou substituir a noção de zoneamento funcional por outra, pautada na aproximação das vivências espaciais urbanas. Entretanto, é importante ressaltar que esse comportamento moral - pautado pela intenção de respeitar a identidade dos outros por meio da classificação de vivências espaciais sintetizadas em padrões de associação humana no espaço - pode revestir-se de objetivações redutoras e, portanto, negativas, isso porque, partir do princípio de que o outro não pode ser “reduzido” a padrões de comportamento porque eticamente é Outro é desconhecido.

O problema se põe à consciência intencional dos sujeitos, os que buscam apreender os padrões para encontrar suas essências, ou seja, a elaboração de objetivações sobre a realidade, que podem ser inadequadas, inclusive porque há diferentes modos de relacionamento e de vivência das pessoas no espaço, nas escalas da casa e da rua e na escala dos bairros, mesmo que guardem algumas semelhanças entre si.

“Paisagem Urbana”, no qual desenvolve um método de análise ou de apreensão do espaço urbano por meio da visão serial de seus aspectos exteriores.

⁸¹ O conceito de Brutalismo, em sua fase inaugural, era motivado por uma questão ética. Não era estético, nem formal (segundo o manifesto brutalista publicado em *Architectural Design*, janeiro de 1955). A utilização dos materiais como foram achados respondia à sua verdade.

⁸² Uma das maneiras desenvolvidas para respeitar as características do contexto se deu por meio da leitura dos materiais preexistentes. As novas edificações deveriam revestir-se dos mesmos materiais do seu entorno. A ideia era dar às novas materialidades características que fizessem referência ao contexto. Essa “linguagem” arquitetônica foi denominada *Realismo social*. Quanto à forma de apreensão dos tipos de associações no espaço urbano, baseada na percepção das escalas espaciais, aconteceu por meio da análise de fotografias das pessoas feitas por Niegl Henderson, em 1952.

A inteligibilidade, de cada padrão de associação humana é reduzida às representações, e seus sentidos são determinados pelos sujeitos que os elaboram, isto é, quando se projeta em função dos comportamentos percebidos, é necessário levar em conta também o que escapa, o que não pode ser captado, pois isso significa respeito à exterioridade dos outros.

Cabe dizer que, se essa condição não for levada em conta, os outros (sujeitos sociais) passam a ser “modificados” pelos sujeitos que interpretam suas necessidades, e esse não é um comportamento moral pautado por uma ética da alteridade. Como recorda Pellizzoli:

O sentido do outro é maior (infinito) que a consciência (finito). Neste contexto se entende o motivo por que, em Totalidade e Infinito, a diferença entre objetividade - consciência- e transcendência- aquém ou além da consciência - guiará todas as análises daquela obra. Para Lévinas, a autêntica “intencionalidade implicativa” é a transitividade- no nível de um “sentimento primordial”, encarnado, ético - do acolhimento que vai de um ser com sentido exterior e maior (e que apontará um “imperativo ético”- “não matarás”). Ou seja, é um dobrar-se à manifestação do outro como outro, responder em termos éticos ao apelo da exterioridade (PELIZZOLI, 1994, p. 67).

Posto que o Outro seja infinito, uma comunidade ou uma pessoa, e que não pode ser apreendido pelo sujeito, a proposta desse Grupo (o *Team 10*) estaria fadada ao descrédito. Embora tenham buscado respeitar as especificidades das vivências humanas em escalas espaciais diferentes, ainda assim estariam distantes de apreender como elas são, porque lhes são exteriores. Diga-se que é impossível apreendê-las (as especificidades das vivências humanas) porque são de outros.

Entretanto, é possível se ater à condição de vulnerabilidade, comum a todos, e que requer a coexistência com o próximo. Nesse sentido, a intenção do Grupo corresponde ao apelo ético da alteridade, no momento em que busca cercar-se de possibilidades para a criação de espacialidades em que as pessoas tenderiam a se encontrar.

Atento ao que poderia acontecer nos espaços em função de sua escala de associação - a casa, a rua, o bairro e a cidade -, e ao considerar as relações entre eles, o *Team 10* trabalhou com a possibilidade de coexistência nas diferentes comunidades. Buscou conceber os tipos de inter-relações espaciais, onde poderia se dar o respeito, o cuidado e a responsabilidade pelo Outro, aquele desconhecido que habita os espaços urbanos, e a interseção entre as referidas escalas de associação humana.

Sem saber quem seriam as pessoas, mas onde elas poderiam estar, abriu portas para o acolhimento ao Outro. Mas, sobre como são essas portas, predicados espaciais da alteridade, faz-se necessário investigar outros princípios desenvolvidos pelo *Team 10*, materializados em alguns projetos elaborados pelos seus membros.

D. A diversidade tipológica deveria ser um critério para a configuração espacial e social.

A necessidade de propor tipos edifícios diferentes para resolver os problemas socioespaciais, ocorreu em função da variedade de respostas elaboradas pelos arquitetos urbanistas que compunham o *Team 10*. O Grupo acreditava que seria melhor cada um deles ter liberdade para desenvolver sua visão sobre cada problema e dar suas soluções, do que resolver esses problemas a partir de princípios universais.

Compartilhavam o princípio da necessidade de estender a ideia de habitação para *habitat*, como parte do meio ambiente. Postulavam que a densidade construtiva habitacional deveria ser calculada em função das particularidades de cada localidade, considerando a relação com as comunidades. Proclamavam que a escala adequada para pensar os espaços urbanos seria relativa à da associação humana no espaço, na escala da casa, da rua, do bairro e da cidade.

A partir desses princípios basilares e com a finalidade maior de responder às necessidades humanas e considerando o relacionamento social como um critério importante, os membros do Grupo desenvolveram tipologias diferentes, pautadas nas experiências de cada um. Tornou-se, então, um princípio considerar a singularidade de cada participante (do *Team 10*) na interpretação e na elaboração da resposta arquitetônica e urbanística. Identifica-se que o próprio autor do projeto “se assume” como parte envolvida na concepção espacial.

Cabe lembrar, ainda, que entender a habitação como um *habitat* conduziria ao respeito pelas preexistências arquitetônicas e urbanísticas para sua projeção e isso implicaria o estabelecimento de novas relações espaciais. As novas edificações iriam organizar-se a partir das preexistentes, o que resultaria em uma variedade de interações de suas partes, como as referentes aos espaços privados edificadas e aos abertos públicos. Tal diversidade, por sua vez, conforme defendia o *Team 10*, deveria proporcionar uma interação cômoda para as pessoas, na passagem entre esses dois domínios. Dessa maneira, defendia-se a importância de se criarem diversas organizações espaciais entre o interior das edificações e o seu exterior.

Buscaram superar a dualidade entre o espaço individual (como o da edificação habitacional privada) e o coletivo (o espaço público). Compreendiam ser necessária a articulação entre tais espaços, diante da já citada condição de interdependência das partes que compõem a cidade.

A intenção de buscar ultrapassar as dualidades revela algumas posturas morais que suscitam estabelecer relações com o próprio Ser e sua ação como sujeito. Considerando que o Ser é alguém desvinculado de outros, suas relações podem dar-se como se os outros fossem “objetos”. O sujeito e

o Outro estando separados, este último pode ser reduzido ao que o sujeito dele interpreta, como já foi dito.

No âmbito da ética (da alteridade de Lévinas) - pois que toda relação tem uma ética -, há uma dimensão valorativa com a qual o Outro, mesmo distinto do sujeito (eu), permanece em relação. Esse mesmo âmbito materializado mostra que o espaço da moradia, o do eu (sujeito morador), não deve “absorver” o espaço onde está o Outro, o espaço público, ou o lugar onde transitam desconhecidos. Faz-se necessário manter a diferença entre eles, os dois espaços, mas reconhecer que estão em relação.

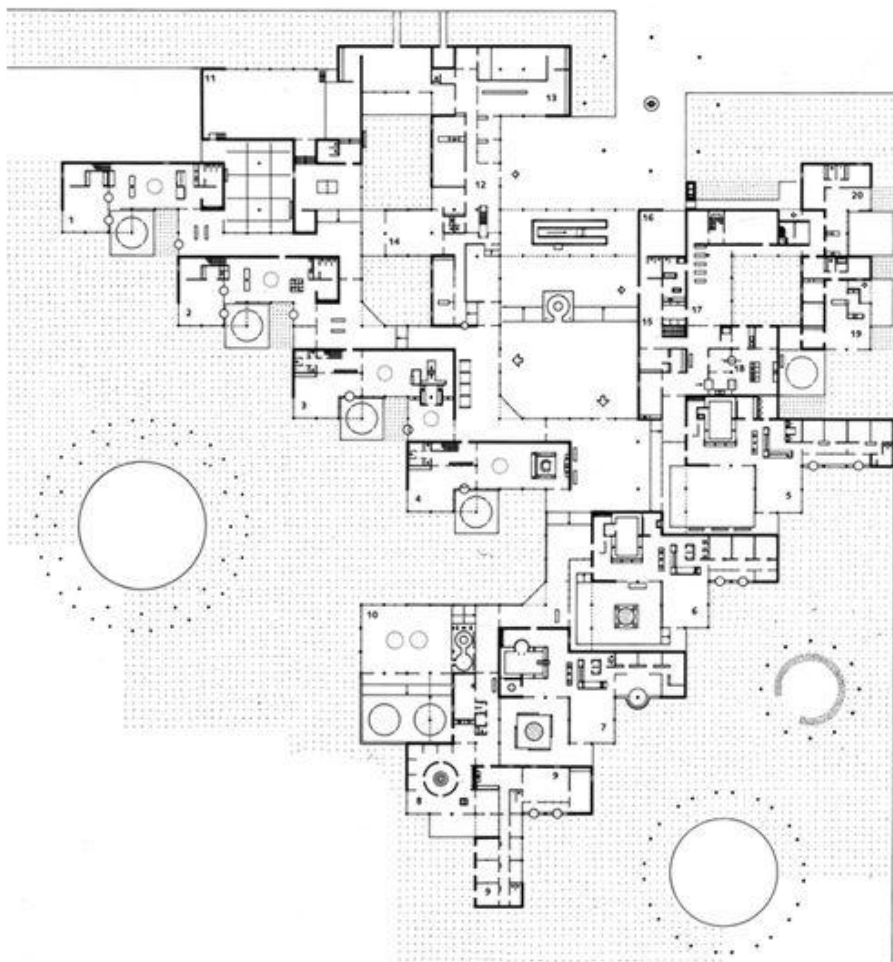
Nessa relação, deve prevalecer o respeito pelo espaço onde está o Outro, o espaço público, visto que o serviço ao Outro constitui o próprio Ser, no caso o morador, enquanto sujeito ético. Nesse sentido, observa-se que o *Team 10*, ainda que não tenha pensado nesses termos, preocupou-se com os *outros* ao lançar a ideia de interdependência dos espaços (o da habitação e o aberto público) ao elaborar soluções de aberturas facilitadoras para o encontro com a exterioridade, numa postura de abrir-se para o mistério que constitui o Ser e, portanto, o Outro.

As proposições arquitetônicas e urbanísticas elaboradas pelos membros do *Team 10* mostram tais afirmações. Para o arquiteto holandês Aldo van Eyck, as formas edificadas (como as habitações) e as não edificadas (os espaços abertos, como os públicos) deveriam ser elaboradas a partir de critérios lógicos de concepção, mediante os quais suas estruturas deveriam comportar-se como unidades articuladas.

As articulações entre as formas construídas deveriam compor-se, ainda, com aberturas que permitissem aproximações e afastamentos do meio exterior, do espaço público, de modo a atuar como facilitadoras das relações sociais.

No projeto do orfanato de Amsterdam, elaborado a partir de uma malha estrutural cúbica, entre 1956 e 1960, esse arquiteto urbanista concebeu essas articulações entre o interior e o exterior por meio de aberturas que vazavam o plano da parede do piso ao teto, ou seja, algumas faces dos cubos, que compunham a trama edificada, eram totalmente abertas. A matriz quadrangular do desenho dessa planta permitiu elaborar recortes por meio de paredes escalonadas, conformando pátios internos e externos ao longo de toda a edificação (Imagem 67).

Imagem67 - Malha cúbica da planta do Orfanato em Amsterdam.



Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/504332858254820987/>. Acesso em maio de 2016

O *Team 10* contrapunha a continuidade espacial proporcionada pelos pilotis da edificação vertical suspensa do solo, proposta pelo urbanismo funcionalista. No caso do Orfanato,⁸³ a relação espacial do interior com o exterior não é de continuidade, mas ocorre de forma graduada, ou seja, blocos recuados e outros mais próximos da rua, alguns com paredes fechadas, outros com elas vazadas, sugerem permeabilidade, mas de forma graduada. A edificação configura-se como um elemento que delimita alguns espaços de permanência para as pessoas, algumas de fora e outras de dentro da edificação. As moças sentadas na abertura superior de uma de suas faces mostra essa ideia de aproximação com o exterior (Imagem 68).

⁸³ Conforme foi exposto, os participantes do *Team 10* se agruparam porque se engajavam em torno das mesmas questões arquitetônicas e urbanísticas, mas eram heterogêneos desde suas formações. Discutiam as soluções desenvolvidas por cada membro que apresentava seus projetos nas reuniões dos CIAMs. Das ideias discutidas resultaram dois movimentos: o estruturalismo, encabeçado por Aldo van Eyck e J. Bakema, e o novo brutalismo, por Alison e Peter Smithson.

Imagem68 - Espaços limiares utilizados.



Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/560346378618876366/>. Acesso em: ago. 2016.

Todo o perímetro do orfanato é configurado por espaços que, por se aproximarem do exterior, são considerados pelo autor como intermediários, ou seja, eles buscam intermediar as duas realidades “opostas”.

Desse modo, a aproximação das crianças do orfanato (cerca de 100) com as outras de seu entorno foi obtida a partir da utilização da citada malha ortogonal. Ela regulava os movimentos da edificação, por meio dos quais, algumas de suas partes se alinhavam com o exterior.

Essa malha buscava fazer referências aos tecidos urbanos, pois, a partir dela, desenhavam-se acessos, ruas e vazios. Desse modo, materializava-se o pensamento de que o edifício deveria ser formado e deveria comportar-se como uma parte de um todo que é a cidade. De maneira similar, os blocos construídos, os que compunham a própria edificação, também se organizavam de modo a

propiciar o encontro, no seu interior, das distintas realidades, no caso, as crianças com diferentes faixas etárias.

Dois conceitos expressam essa conjunção de espaços interiores e exteriores que se complementam: (I) Claridade labiríntica e (II) Fenômenos gêmeos. O primeiro refere-se à transição da escala do edifício para escala urbana. O desenho dessa transição deveria mostrar como se poderia materializar essa articulação entre as escalas de associação, de modo a criar espaços com potencial para abrigar a convivência das pessoas. Deveriam ser criadas ambiências que favorecessem a sua apropriação. Para tanto, dever-se-ia inserir nesses espaços uma série de elementos para que as pessoas neles encontrassem referências. No caso do projeto do Orfanato, a colocação de caixas de areia, bancos e espelhos na escala das crianças, teve a intenção de estimular-lhes a curiosidade, para que elas melhor interagissem com o meio ambiente exterior (Imagem 69).

Imagem69 - Elementos que configuram o espaço exterior da edificação. Orfanato em Amsterdam. Aldo van Eyck.



Fonte: Virginia Durant, 2015.

Outra forma de fazer com que os diferentes espaços pudessem interpenetrar-se foi configurá-los com uma linguagem que pudesse expressar a existência de um e do outro: *Espaços de dentro com a linguagem da rua e espaços de fora com a linguagem de dentro*. Dever-se-ia repetir o desenho de luminárias, bancos, desníveis de piso e também utilizar materiais semelhantes entre o espaço interior

e o exterior, sugerindo uma espécie de apelo para o encontro nesse limiar, onde habitam moradores e usuários do espaço público do entorno. O acesso à edificação não seria um limite, mas um limiar que comportaria partes dos lugares que as pessoas criam, quer sejam do lado de dentro, sejam do lado de fora das edificações. Não é sem razão que essa denominação de *limiar* foi criada por esse arquiteto.

Dessa maneira, o espaço do limiar não deveria restringir-se à travessia, como se fosse apenas uma porta que delimita dois domínios diferentes, mas, configurar-se com elementos que, para criarem uma continuidade entre eles e de forma gradual, permitiriam a existência do que há de significativo em cada um.

Assim, não existiria oposição entre os espaços, como entre o edificado privado e o aberto público, tampouco eles se configurariam por meio de uma continuidade total.

As materializações desse conceito (o de *claridade labiríntica*) revelam a busca pelas luzes que permitem uma aproximação do “labirinto” ou do mistério que caracteriza o Ser. Não se trata de anular o “mistério” do Ser ao procurar desvendá-lo completamente, pois que, como já foi dito, não é eticamente possível, mas buscar uma aproximação entre as pessoas, porque a coexistência dos diferentes é salutar, não é agressora (no sentido de anulação de sua singularidade). Há uma necessidade de complementaridade entre as pessoas diante de sua vulnerabilidade enquanto Ser de cuidado ou que requer cuidados.

O segundo conceito desenvolvido por Van Eyck a respeito dos espaços de transição, denominado “*fenômenos gêmeos*”, vai ao encontro do que se está sendo colocado. O “fenômeno gêmeo” se refere aos pares de qualidades opostas que caracterizam os espaços, tais como: dentro/fora, aberto/fechado, alto/baixo, claro/escuro.

Preocupado em diminuir os contrastes entre o interior das edificações e os espaços de seus entornos, ele procurou criar soluções que não rompessem, bruscamente, com as qualidades opostas que poderiam caracterizá-los. A ideia foi tratar os distintos domínios (privado e público), proporcionando a coexistência do individual com o coletivo. Desse modo, as “polaridades conflituosas”, assim definidas por ele, deveriam ser reconciliadas por meio da arquitetura desses espaços de transição (*inbetween spaces*).

Outro exemplo de como os membros do *Team 10* trataram esses espaços de transição é o projeto de Lijnbaan (1949-1955) - reconversão de um conjunto urbano de uma reconhecida rua comercial de Rotterdam -, desenvolvido pelos arquitetos urbanistas Van den Broek e Bakema.

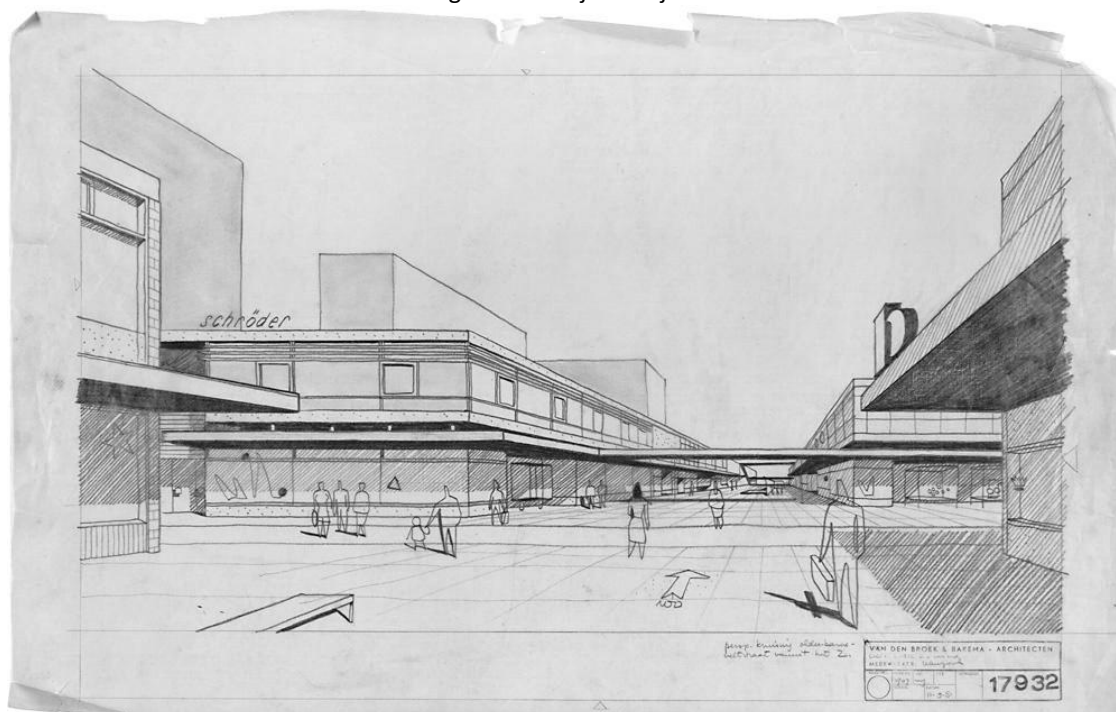
A combinação de blocos de alturas variadas, edifícios altos com outros de altura média e baixa, permitiu abrigar comunidades diferentes de pessoas, unir usos - comercial e habitacional - e criar diferentes ambiências (Imagens 71, 72 e 73).

Imagem70 - Projeto Linjbaan.



Fonte: http://en.nai.nl/collection/view_the_collection/item/_rp_kolom2-1_elementId/1_730420. Acesso em: 21 set 2016.

Imagem71 - Projeto Linjbaan.



Fonte: www.geheugenvannederland.nl. Acesso em: 21 set 2016.

Imagem72 - Projeto Lijnbaan.



Fonte: Erik Lemmers - <http://www.rijnmond.nl/nieuws/107179/Lijnbaan-bestaat-60-jaar>. Acesso em: 22 set. 2016.

Utilizando estratégias de organização espacial, os arquitetos do *Team 10* buscaram aproximar os espaços dos moradores das habitações com os de outros que ocupam seus entornos. No caso do projeto do Lijnbaan, como foi visto nas imagens da rua principal, o uso comercial se distribui no térreo, o que torna esse nível um espaço de transição entre as habitações localizadas nos pavimentos superiores. A continuidade da cobertura sobre o passeio público e o gabarito baixo da edificação junto à rua torna essa transição mais acolhedora, pois faz referência à escala humana, à do pedestre, oferecendo-lhe aproximação.

Outro tipo de organização edilícia proposta pelo *Team 10* diz respeito às megaestruturas. Encabeçada pelos arquitetos urbanistas Alison e Peter Smithson, membros ingleses desse Grupo, a proposta caracterizava-se pela presença de blocos de edificações verticais com uma diversidade de funções distribuídas em planos sobrepostos, alguns com alturas variadas.

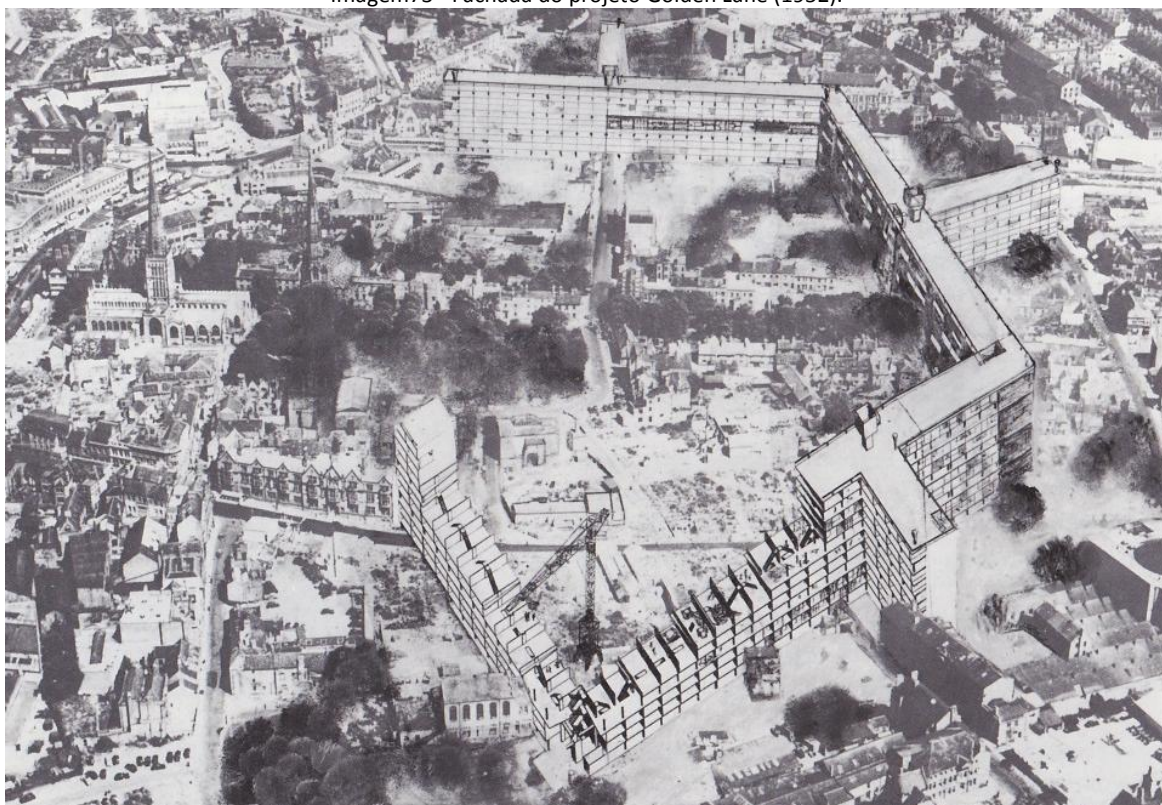
A função principal destinava-se à habitação e postulava que seus espaços interiores deveriam ligar-se com os do exterior, aos amplos espaços de passagens. Esses espaços eram os largos corredores que, além de servirem para conectar todos os blocos edificados, deveriam ser espaços de transição entre os modos privados e coletivos de vivenciar os espaços no cotidiano.

Defendiam, portanto, que, ao propiciarem a criação de tais espaços de transição, estariam possibilitando que eles se tornassem verdadeiros “corredores da identidade” das comunidades, que poderiam abrigar as diferentes formas de apropriação espacial no cotidiano de suas vivências.

Em 1952, eles participaram do concurso de moradias de Golden Lane do qual foram vencedores.⁸⁴ Apesar de não ter sido construído, o projeto (Imagens 73 e 74) tornou-se representante da concepção das megaestruturas. O conjunto das edificações propostas teve também como fundamento a noção de *cluster*, devido ao agrupamento das comunidades ocorrerem como se fossem “cachos” articulados. Segundo Barone (2002, p. 142):

[...] a sociedade organizada em *clusters* não era só uma nova teoria de leitura do espaço urbano: era uma proposta arquitetônica. Os espaços de circulação tão valorizados no projeto de Golden Lane eram a garantia do encontro, o local da vida pública encerrado nos domínios da comunidade.

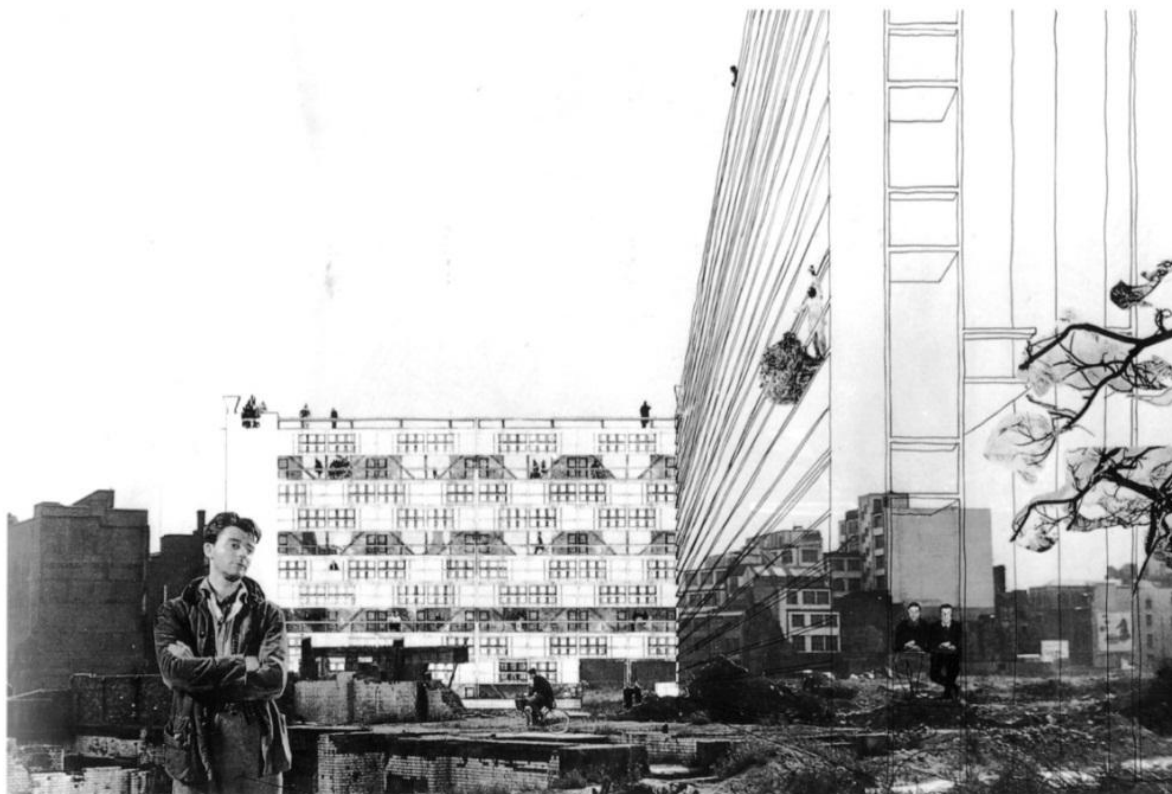
Imagem73 - Fachada do projeto Golden Lane (1952).



Fonte: Alison + Peter Smithson. Vidotto, 2004.

⁸⁴ O concurso era referente à reconversão de uma zona de Londres que havia sido bombardeada na segunda grande guerra. O projeto previa uma alta densidade: 500 habitantes por hectare (VIDOTTO, 2004).

Imagem74 - Fachada do projeto Golden Lane (1952).



Fonte: Alison + Peter Smithson. Vidotto.2004.

A proposta para esse conjunto de habitação vertical compunha-se de três níveis de “ruas ao ar livre”. Elas se conectariam às plataformas distribuídas em lajes, que abrigariam em torno de noventa famílias. Dessa maneira, defendiam os arquitetos, cada plataforma deveria configurar-se como uma “entidade social”, com identidade própria.

O Robbin Hood Garden (1964) é outra proposta em que esses arquitetos desenvolveram essa noção de espaço total, onde buscaram reproduzir a complexidade da vida urbana num conjunto edilício, que se configurava pela articulação de “ruas elevadas”. A cada três pavimentos seria disposta uma rua maior, a mencionada plataforma, que se conectaria com as circulações verticais das edificações. Elas possuiriam uma largura propícia para se converterem em mais um espaço de encontro para os moradores (Imagem 75).

Imagem75 - Robin Hood Garden (1966, Londres).



Fonte: <https://www.flickr.com/photos/seier/27300221800>. Acesso em junho de 2016

Materializava-se, no desenho das ruas aéreas e nos largos corredores, a possibilidade de coexistência das diferentes comunidades. Há que ressaltar que a diferença entre as pessoas dizia respeito à junção das noventa famílias (no caso do projeto da Golden Lane), principalmente nas suas vivências como moradores e como não moradores.

A junção de noventa famílias como uma “entidade social” reduz suas identidades às duas unidades de associação - casa e rua. Trata-se da noção de *clusters*, ou de agrupamento das pessoas por semelhança. Convém dizer que a unidade de associação da casa abriga muitas pessoas diferentes e que elas podem apropriar-se dos espaços de diversas formas, assim como acontece na unidade de associação referente à escala da rua e além das relações entre essas escalas.

Não restam dúvidas de que os membros do *Team 10* buscaram atribuir uma maior atenção às pessoas de uma maneira diversa daquela de seus colegas do urbanismo funcionalista (que dividiram a cidade em funções: morar, trabalhar, recrear e se mover). Desse modo, começaram a projetar os

espaços a partir do que estimavam que as pessoas pudessem fazer em suas vivências em cada escala de associação. Dessa maneira, desenvolveram pesquisas de cunho antropológico com vista a identificar suas formas de apropriação espacial. Conseguiram classificá-las em grupos semelhantes e chegaram a identificá-las em unidades de associação por escalas.

A intenção de criar espaços para o homem, ou humanizados, trouxe contributos importantes. Contudo, algumas espacialidades podem ser questionadas. As respostas às necessidades de grupos por unidade de associação pode fazer com que eles convivam com seus “iguais”. Reduz-se a possibilidade de encontro com o diferente que passa na rua, naquela rua onde não se pode prever quem vai passar, a qual remete o sujeito morador a se encontrar consigo por não encontrar outro que possa ser seu espelho (o vizinho), mas, sim, um Outro totalmente escapável de suas projeções. Nesse sentido, as ruas aéreas restringiram o contato com os diferentes.

A noção de *clusters* e sua junção em megaestruturas veio influenciar o desenvolvimento de outras arquiteturas, inclusive a de condomínios residenciais e empresariais com usos a eles agregados. Muitos não reproduzem o ideário desse grupo de arquitetos, embora materializem algumas de suas noções. O avanço das técnicas de construção e a possibilidade de se edificar em altura, utilizando-se um maior potencial de utilização do solo, facilitaram e ensejaram a materialização de tipos edifícios verticalizados, muitos autorreferentes por não se relacionarem com o entorno, como já foi abordado.

Cabe lembrar que o pouco contato com o solo promove a criação de um ambiente onde as pessoas se afastam da natureza em suas vivências espaciais. O filósofo Hans Jonas (2005), como foi abordado no Capítulo 3, já alertou para as consequências éticas desse desligamento da natureza e suas consequências negativas quanto à perda da humanização da vida.

Há que ressaltar que as passarelas e as ruas aéreas constituíram algumas das materializações do conceito referente aos espaços de transição. Nesse sentido, a proposição desses espaços traz contributos importantes para esta tese. Eles são intermediários de duas condições: a do interior, onde acontece a vida individual, familiar e íntima, e a do exterior, a da vida coletiva e desconhecida. O seu limiar é, portanto, um lugar de encontro, onde pode se dar o *face a face*, visto que comporta a ideia de vislumbre do *rosto do Outro*, daquele desconhecido.

Desse modo, os predicados espaciais dessa transição, foram pensados pelo *Team 10*, como os provenientes da materialização do conceito *fenômeno gêmeo*, tratado pelo arquiteto Aldo van Eyck. Como já foi mencionado, esse autor procurou estabelecer um equilíbrio entre a passagem do interior das edificações para o exterior a partir de propriedades opostas. Denominava-as, assim, porque a essência do interior não deveria anular a outra, a do exterior.

A coexistência das duas condições foi possível pela materialização de outro conceito já mencionado, referente à *claridade labiríntica*. Ao aludir à ideia de labirinto, como fazem lembrar os

caminhos sinuosos das cidades antigas, van Eyck defendia que os espaços de transição deveriam revelar surpresas. O limiar entre o interior e o exterior da edificação impediria a passagem de uma só vez, visto que se deveria pouco a pouco descobrir a essência de cada espaço.⁸⁵

A forma espacial entre a situação privada, a íntima, do interior da casa, e a coletiva, do exterior, da rua, deveria ter aberturas e, por conseguinte, permeabilidade, mas não de maneira direta, pois que cada um desses espaços abrigaria comunidades – pessoas - diferentes. Ao sair em defesa dessas condições e as formas pelas quais as pessoas utilizariam cada uma, o *Team 10* tomou outro princípio para o projeto, a percepção como consequência da experiência espacial humana.

E. A percepção das qualidades inerentes ao espaço deveria ser considerada na concepção espacial do habitat.

A percepção das qualidades inerentes ao espaço deveria ser fundamentada na interpretação individual e coletiva de suas formas. O arranjo das materialidades seria importante para a vida comunitária, sendo adequado a todos, e não somente para um determinado grupo de usuários.

Tais qualidades se ressaltam, principalmente, quando se referem à concepção dos espaços de transição, do limiar entre a edificação e seu entorno. Nesse recorte, a extensão dos elementos que compõem a materialidade das edificações em relação à rua pode contribuir sob o ponto de vista da ética da alteridade. Afinal, a rua deveria sobrepujar sua função de deslocamento para ser um ambiente que expressasse a vida das diferentes pessoas.

De espaço de passagem, a rua poderia abrigar diversificadas destinações, assumindo funções (e significados) advindas de quem dela iria se apropriar. Ressalte-se que essa condição se materializou, principalmente, nas bordas das edificações por meio de largas caçadas e na sua continuidade com as vias locais. Os materiais utilizados nas edificações deveriam prolongar-se para conformar os espaços do entorno, o que revelaria cuidado com as vivências para além dos espaços da moradia. A rua deveria ser tratada para se tornar um espaço de socialização, de expressão da vida em comunidade. É recorrente a preocupação do *Team 10* com o espaço da rua para além de sua função quanto ao deslocamento. Essa noção diverge da que embasa o urbanismo funcionalista, para o qual a rua tinha como sua função maior a viária, planejada de acordo com seu dimensionamento (largura da calha) e posicionamento hierárquico na ordenação dos elementos componentes do espaço urbano.

⁸⁵ Mais informações sobre o assunto ver: Fernanda Querino e Diego Silva. Pensamento e obra do arquiteto holandês Aldo van Eyck Edição 220 - Julho/2012. Revista AU.

O *Team 10* defendia que as experiências das pessoas deveriam ser levadas em conta no planejamento arquitetônico e urbano e que poderiam ser apreendidas por meio da observação dos padrões de associação das comunidades, devido aos seus comportamentos espaciais específicos.

O trabalho realizado pelos Smithsons a partir da análise de registros das atividades das crianças na rua em um bairro operário do East End de Londres, captados pelo fotógrafo Nigel Henderson junto com a socióloga Judith Stephen, mostra esse tipo de investigação (Imagem 76).

Imagem76 - A rua, primeira escala de associação.



Fonte: Nigel Henderson, Nigel Henderson 'Photograph of children playing outside' (1949).

Eles observaram que as crianças desenvolviam atividades na soleira da porta das casas, ou seja, no espaço de transição para a rua. Nesse limiar, elas (e suas famílias e/ou responsáveis) deveriam sentir-se mais seguras, devido à proximidade entre o interior e o exterior de suas moradias, ou seja, o espaço da soleira deveria propiciar-lhes a sensação de acolhimento, de modo que elas poderiam adentrar e sair, livremente, do mundo da rua, ou a ela exteriores. Sobre essa experiência do cotidiano das crianças, Smithson (1991, p.146) aponta que:

todos los niños jugando por sí mismos, concentrados,
cada uno en su propio juego privado
un niño pequeño se coloca sobre un patinete en el que se balancea,
se cae frecuentemente,
se pone en camino alrededor del borde de apoyo en apoyo
es visto por otro niño que le da el final de una cuerda y lo arrastra
otro niño se suma al arrastre
lo ven como algo únicamente posible si juegan juntos,
seis o siete empujan, un niño pequeño es arrastrado,
de repente el juego termina

cada uno reanuda su juego privado.⁸⁶

O jogo das crianças revela a relação entre a individualidade (a interioridade do Ser) que vai ao encontro do Outro, e a coletividade como fonte de aprendizado, como uma experiência educadora. A soleira da porta permite esse momento que une a individualidade e amplia seu mundo para Outro, o da coletividade. É uma experiência possibilitada pelo tipo de relação entre o interior e o exterior das edificações, fomentadora de complementaridade para as diferentes pessoas. São instantes espaciais de coexistência.

Esse intervalo acolhedor na interface edilícia com o exterior se destinaria às vivências⁸⁷ e ensinaria o desenho de materialidades arquitetônicas urbanísticas diferentes, tendo em vista a especificidade de cada lugar e comunidade.

Foi nesse sentido que os Smithsons desenvolveram o conceito de *doorstep* - “*pé das edificações*” -, ao proporem um tratamento do nível do térreo diverso daquele do corpo do edifício, para adequar e inferir uma escala apropriada às pessoas.

A Imagem 77 mostra um projeto recente, feito para uma área de Amsterdam, que materializa esse conceito. A fachada da edificação habitacional desenha e “participa ativamente” do espaço da calçada por meio de caixas de areia no seu “rodapé”. O espaço interior se amplia para o exterior, de modo a oferecer predicados ao espaço público que promove, o encontro das crianças moradoras ou não.

⁸⁶ O texto descreve a realidade apreendida das fotografias de Henderson presentes no livro *Urban Re-Identification Grid*. Alison Smithson (ed.). *Team 10 Meetings: 1953-1984*. Rizzoli, Nueva York, 1991, p. 146.

⁸⁷ As fotografias de Nigel Henderson ilustram as páginas iniciais do livro *CIAM Grille* de 1953, e mostram a vitalidade presente nas ruas tradicionais e populares de um bairro londrino nos anos cinquenta. Revela-se a importância das ciências sociais no trabalho desses arquitetos urbanistas membros do *Team 10*, que tinham uma visão mais abrangente da cidade e que necessitam de outras disciplinas para compreendê-la. Aspectos que influenciariam nas manifestações humanas, como a atmosfera, a luz, a tradição, os materiais, deveriam ser considerados na planificação urbanística. (Mais sobre o assunto ver em: *La influencia de Nigel Henderson en la actitud crítica de Alison y Peter Smithson*. Ponencia de Fernández Villalobos, Nieves, p. 397. In *Critic- all. I International Conference on Architectural Design & Criticism*, 2014).

Figura 77 - Projeto de Marlies Rohmer.



Fonte: <http://www.archello.com/en/project/borneo-island-robust-dockland-architecture>.

6.3 Predicados espaciais da alteridade

O *Team 10* buscou transpor para o domínio da arquitetura e do urbanismo todo um amplo conjunto de questões relacionadas com a vida das pessoas nos espaços urbanos. O esforço consistiu em ultrapassar as questões funcionais e compreender a cidade como um “organismo” passível de mudanças. Empenhados em estabelecer críticas ao urbanismo da Carta de Atenas, desenvolveram soluções mais particularizadas para o contexto, contrapondo-se aos princípios universais.

Defenderam a habitação como sendo parte do meio ambiente e elegeram outros critérios para seu estudo e proposição: não seria mais a *célula primeira*, mas uma das *células* que compõem o *habitat humano*. Esse fundamento veio influenciar todos os outros postulados por esse Grupo de arquitetos urbanistas dos últimos CIAMs.

Devido à visão compartilhada de que não deveriam existir soluções universais, cada membro desenvolveu propostas que constituíram a base de fomento para os debates sobre o projeto do *habitat*, efetivados nos encontros do Grupo. A humanização do espaço constituiu a tônica que guiou a elaboração de novos conceitos arquitetônicos urbanísticos que embasaram as variadas propostas desenvolvidas.

Essas evidências, dissertadas no item anterior, conduziram à identificação dos predicados espaciais da alteridade. Cabe ressaltar que eles se referiram à escala da arquitetura da edificação com seu entorno imediato, mesmo que se reconheça e se saliente a consideração que teve esse Grupo por outras escalas. Como foi visto, o *Team 10* tomou como fundamento de seus estudos e projetos as diferentes escalas de associação da comunidade para planejar os espaços, incluindo a do bairro e a da cidade. Entretanto, a escala da edificação junto à calçada e à rua se destacaram sob o ponto de vista da ética da alteridade.

Destarte, foi a atenção dada ao contexto, revelada pelo respeito à preexistência cultural e urbanística, que veio a influenciar as propostas formuladas. A concepção de novos espaços em um ambiente já existente exibiu uma clara resposta contrária à “tábula rasa”, defendida pelo urbanismo funcionalista para a concepção de novas cidades.

A noção de sistema, como a assinalada visão de interdependência das partes que conformam os espaços urbanos, somou-se às preexistências, dando uma maior complexidade às proposições arquitetônicas e urbanísticas desenvolvidas. A premissa da interdependência das partes do organismo urbano teve ressonância, portanto, na própria noção do Ser na sua existência, por ela se dar em relação com outra.

Desse modo, a concepção do *habitat* segundo essa ótica visionária potencializou a criação de espaços onde poderiam ocorrer comportamentos de solidariedade entre as pessoas. Ao se pensarem que as partes se complementam e se correlacionam, planejaram os espaços de forma propícia ao encontro, e esses espaços se revelam predicados espaciais da alteridade.

É preciso ressaltar que eles - os predicados espaciais da alteridade identificados - não se esgotam nas materialidades aventadas pelo Grupo, nem naqueles assinalados nesta tese, visto que partiram de uma visão da cidade como um organismo vivo, em constante mudança e associações.

Importa que as formas sejam criadas de modo que suas qualidades facilitem a coexistência das pessoas, das diferentes pessoas. Afinal, a interpelação dos rostos revela a união em torno da condição de vulnerabilidade pertencente a todos. Seguem-se os predicados espaciais da alteridade identificados.

Espaço da reciprocidade, ou seja, um espaço intermediário (eles intermediam) que permite o encontro dos diferentes sujeitos sociais, morador e não morador das edificações. Como o limiar entre duas realidades é articulado e articulador, está disponível para receber os rostos dos que estão dentro da edificação e dos que estão na calçada, ou na rua. O espaço é capaz de acolher distintos lugares, em virtude de nele se poderem realizar os momentos das experiências da vida cotidiana. Esse limiar é onde se expressa a possibilidade de união, por meio de um aceno, de uma palavra, de um gesto qualquer: um olhar para a infinita diferença que constitui o Outro. Partilham-se as vicissitudes da existência humana vislumbrando-se uma eventual solicitude de cuidado (Imagem 78).

Figura 78 - A eventual solicitude de cuidado para com o Outro (infinito sobre seu conhecimento).



Fonte: Imagem do filme Ensaio sobre a cegueira.

Entre, a porta vai estar sempre aberta: aqui pode estar um dos fundamentos dos pares de opostos qualitativos do espaço de transição denominados *fenômenos gêmeos* por Van Eyck. A intencionalidade maior residu no entabulamento de um meio para mostrar que diante de propriedades espaciais opostas (claro/escuro, alto /baixo, estreito /largo, baixo/alto, entre outras) não se deveria buscar a anulação de uma delas, nem sua junção, construindo uma zona neutra. Contrário à dualidade positivista que marcara os opostos, Eyck reconhece que a diferença deve ser preservada enquanto tal, e dizia que os “intermédios/ in-betweens deviam ligar as polaridades deixando lugar para o imponderável, para as múltiplas atividades, desejos, necessidades e fraquezas do homem” (STRAUVEN; EYCK, 1998, p.260).⁸⁸ Ele alertava para as situações indeterminadas pelas quais passam as pessoas e reconhecia a necessidade de criar espaços para acolhê-las.

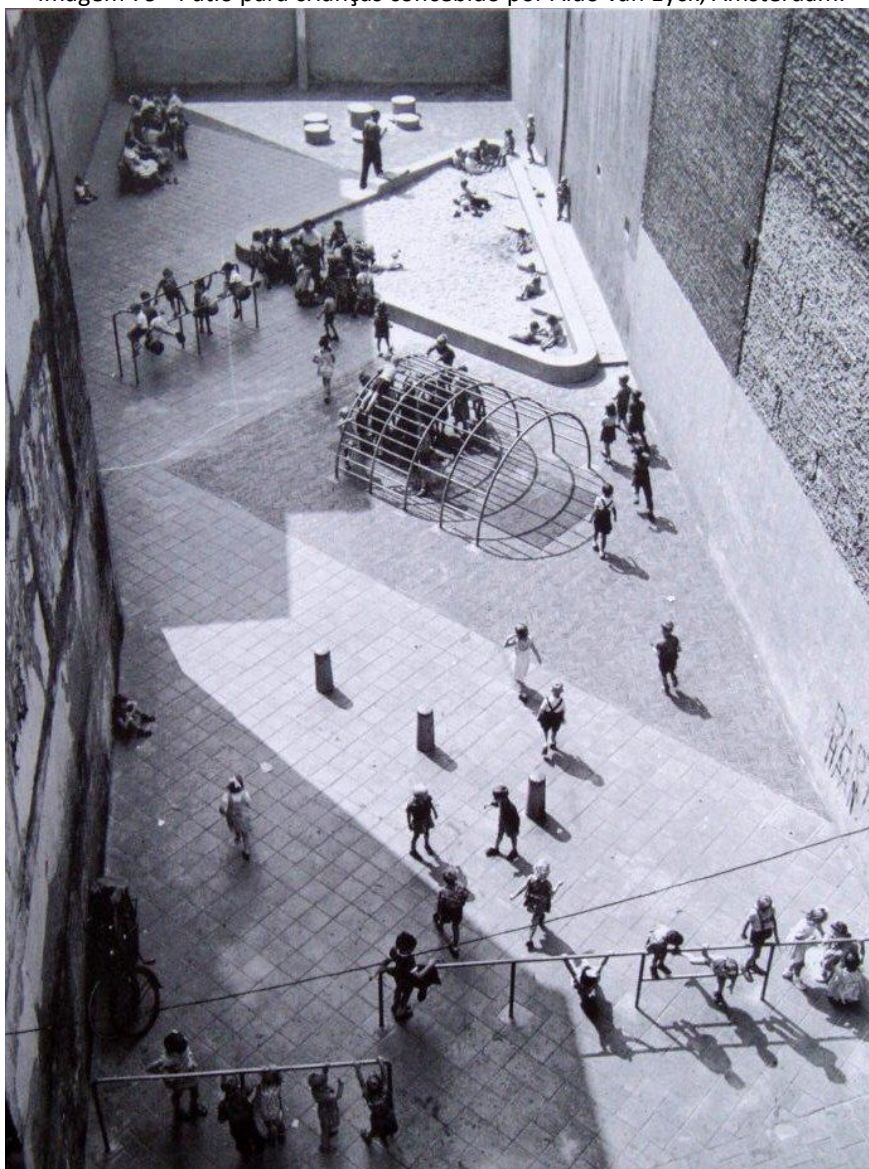
Então, entre o lado de dentro e o lado de fora das edificações reside o espaço da hospitalidade do Outro. Recorde-se que o desconhecimento do Outro (o estrangeiro, como dizia Lévinas) é, para o morador, estruturante, visto que sua resposta ao Outro o constitui como sujeito. O espaço limiar deve *expandir-se e adoptar uma forma capaz de evocar as boas-vindas*, como pontuou Martins (2006), ao dissertar sobre esse fenômeno gêmeo por Eyck elaborado.

Pátios acolhedores: resultam da junção de edificações, ou de seus volumes configurados em dimensões e escalas apropriadas para a construção de vazios. Esses criam espacialidades para a

⁸⁸ Carta para Alison Smithson e Peter Smithson. Set. 1954, apud Francis Strauven (1994, p. 260). Francis Strauven, Aldo Van Eyck: Relativiteit en Verbeelding, Amsterdão: Meulenhof, 1994 (Versão inglesa: Aldo Van Eyck. The Shape of Relativity, Amsterdão: Architectura & Natura, 1998).

coexistência das pessoas, sejam as que estão no interior das edificações, sejam os transeuntes que estão na rua. Não há determinações na conformação espacial. Os pátios são, assim, a consequência de edificações que se “dobram” para desenhar vazios potenciais que abriguem o “estrangeiro”, aquele de fora da casa, ou, simplesmente, as pessoas, como as crianças da Imagem 79.

Imagem 79 - Pátio para crianças concebido por Aldo van Eyck, Amsterdam.



Fonte: pinterest.van+eyck+arquiteto+fenomeno+gêmeo. Acesso agosto de 2016

Ir ao encontro é um comportamento moral que reconhece o próximo como semelhante e dele não requer complementaridade, mas se oferece de forma desinteressada à coexistência.

Pode parecer uma utopia esse comportamento moral em meio a uma sociedade “individualista” (muitas vezes marcada por atos discriminatórios e de violência, como no caso da brasileira) que caracteriza a contemporaneidade e muitas outras de épocas passadas. Apesar disso, a

proposição de tais materialidades revela um comportamento moral de acolhimento ou de aproximação para com o desconhecido. Como se defende nesta tese, independe das condições socioculturais a necessidade de acolhimento do Outro, é uma condição de respeito ao próprio sujeito que acolhe, pois o constitui. Afirma-se a ética como anterior à ontologia e essa premissa revela-se nos diferentes pensamentos e proposições do urbanismo.

Espaço de aproximação solidária: ou planos nas fachadas que são mais do que aberturas, são espaços a serem apropriados pelas pessoas. Utilizar o invólucro das edificações para o uso humano permite unir realidades diferentes, de quem está dentro e de quem está do lado de fora, na calçada ou na rua. Essa concepção de Van Eyck foi muito inovadora para a época. Não se tratou da continuidade visual permitida pela abertura *corbusiana* referente à *janela em fita*, ou dos pilotis vazando o pavimento térreo, mas da manipulação dos planos abertos nas edificações. Aberturas provenientes do estruturalismo arquitetônico que promoveu a concepção de volumes edificados que propiciava a criação de extensões. Essas partes edificadas que se estendiam em direção à rua se embasavam pela noção das atividades que as pessoas poderiam realizar nesse espaço de encontro.

Essa noção materializou-se de formas diferentes nos projetos elaborados pelos arquitetos urbanistas do *Team 10*. O conceito dos Smithson sobre o *doorstep*, conforme foi mencionado, mostra como as aberturas nas fachadas podem propiciar uma extensão solidária do andar térreo com a calçada, de modo a criar aproximações com quem está noutro domínio, ou na rua.

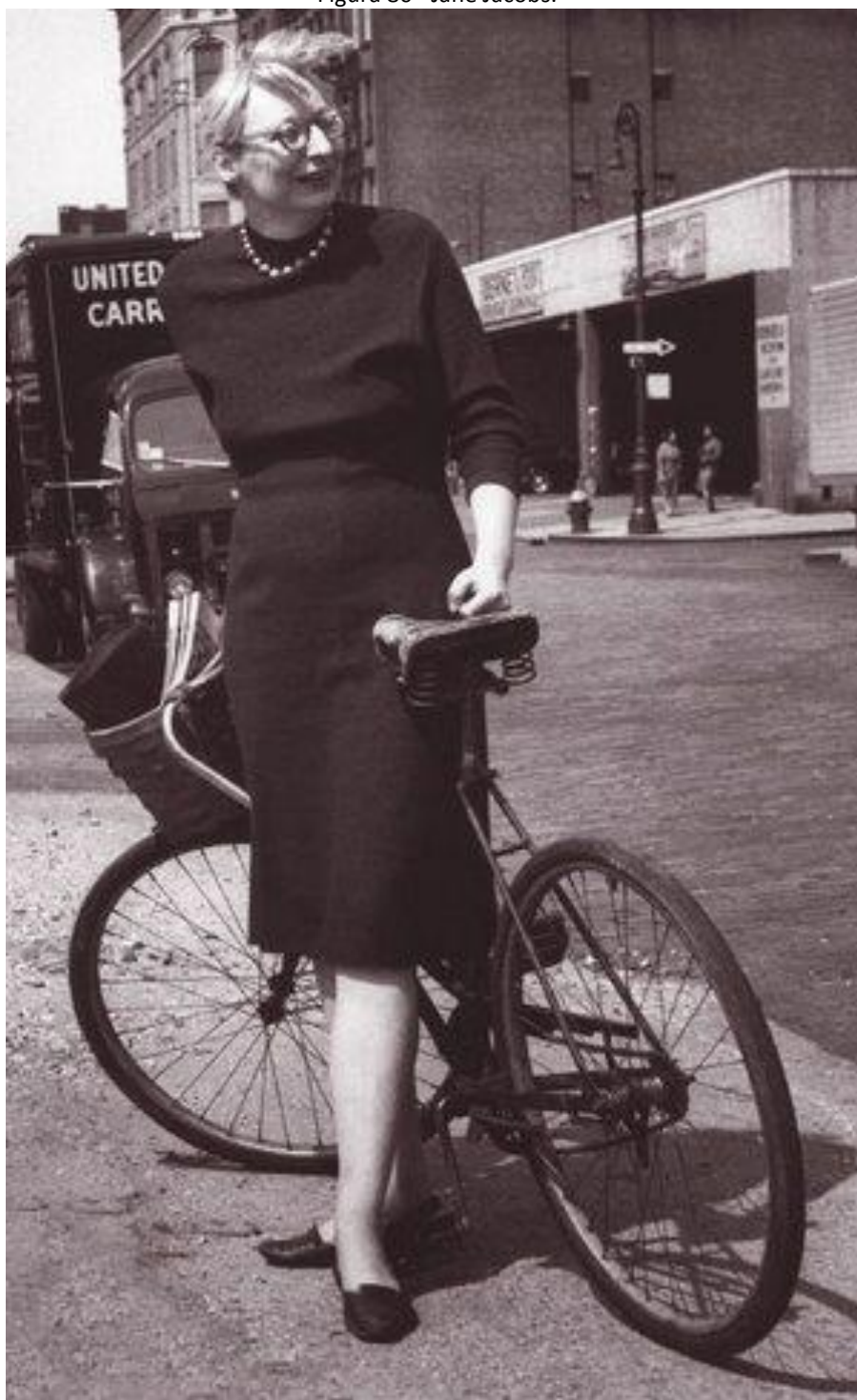
As fachadas das edificações pertencem à vida urbana, visto que compõem um cenário de colagem de mundos diversos, de pessoas. São envolventes edilícias que participam do meio ambiente, as quais de cena em cena constroem a cidade dos homens.

A implantação das edificações, sem os mencionados espaços verdes entre elas, e suas aproximações do alinhamento do espaço do entorno cria interpretações. A continuidade de materiais (interior e exterior) e do tipo de mobiliário urbano acolhe a interação. Subjaz a noção de que o *Ser* necessita da existência com o Outro, ainda que esses arquitetos urbanistas não tenham explicitado essa condição nesses termos.⁸⁹

⁸⁹Em 1961 Reyner Banham chegou a dizer que os estudos dos Smithsons tinham uma vertente moral muito forte (VIDOTTO, 2004).

7JANE JACOBS: Contribuição de sua crítica de base humanista ao urbanismo

Figura 80– Jane Jacobs.



Fonte: <https://es.pinterest.com/pin/304204149816313626/>. Acesso em: abr. 2016.

Não se poderia deixar de considerar nesta pesquisa os propagados postulados da ativista americana Jane Jacobs e nem deixar de reconhecer a sua importância para o pensamento urbanístico de base humanista. O uso do espaço público nas grandes cidades americanas e, em decorrência, o

encontro das pessoas foram muito defendidos por essa autora. Este Capítulo busca investigar as propriedades arquitetônicas urbanas da relação entre a edificação e os espaços públicos adjacentes contida nas críticas de Jacobs ao urbanismo funcionalista, analisando-as a partir dos fundamentos da ética da alteridade. Dessa forma, primeiramente, apresenta-se o contexto em que tais críticas foram postuladas, em seguida, analisa-se o conteúdo da sua obra *Morte e Vida nas Grandes Cidades Americanas* (1961), conforme metodologia referenciada no Capítulo 4 e, finalmente, tece-se considerações sobre os predicados espaciais porventura encontrados.

7.1 Críticas ao urbanismo funcionalista

Sob a aparente desordem da cidade tradicional, existe, nos lugares em que ela funciona a contento, uma ordem surpreendente que garante a manutenção da segurança e a liberdade. É uma ordem complexa (JACOBS, 2000, p. 52).

Na segunda metade do século XX, ocorreram profundas mudanças no que diz respeito ao pensamento urbanístico e ao entendimento sobre o desenvolvimento urbano. Para os denominados “pós-modernos”, a experiência das pessoas nos espaços seria mais complexa do que supunha o ideário do urbanismo funcionalista engendrado entre o início e os meados do século XX. Contrárias à excessiva simplicidade e uniformidade da ordenação espacial moderna, as críticas urbanísticas exaltavam a diversidade edilícia e a mistura de usos como os novos fundamentos a serem considerados no planejamento dos espaços das cidades.

Os postulados do urbanismo funcionalista foram alvo de discordância já em 1951, durante a realização do 8º Congresso do CIAM, quando ali foi evidenciada a importância de resgatar a história urbana materializada nas áreas mais antigas e centrais das cidades. O “coração da cidade”, como então denominado, transformou-se em um tema de preservação relevante nos debates.

Os últimos congressos dos CIAMs, como já abordado no Capítulo 6, contaram com a organização do grupo *Team 10*, jovens arquitetos urbanistas, que assumiram a defesa de princípios que consideravam as preexistências como base para a composição dos espaços. O ideário promulgado pautava-se na diversidade edilícia como sendo mais adequada à qualidade para a vida urbana das pessoas.

Nesse ambiente de transformação dos espaços das cidades e revalorização das características dos tecidos das suas áreas centrais, sobressaíram, no continente americano, as críticas de Jane Jacobs, jornalista autodidata, escritora e ativista política. Ela dedicou-se a explicar os benefícios da vida nas grandes cidades contrapondo-se aos princípios racionais do urbanismo moderno funcionalista.

O papel de Jane Jacobs⁹⁰ como pioneira na crítica humanista ao pensamento urbanístico funcionalista caracterizou-se, sobretudo, pelo fato de não acreditar que os princípios da racionalidade e da universalidade (na composição espacial urbana) fossem desfavoráveis à presença e à variedade de pessoas na vida citadina.

Para Jacobs, os espaços deveriam ter um desenho mais heterogêneo para favorecer a diversidade, como era o caso das materialidades que compunham o tecido dos centros históricos tradicionais. A decadência de centros urbanos, resultante de um desenvolvimento urbano em direção ao subúrbio - uma das heranças do zoneamento funcional, que defendia ser benéfico o trabalho se localizar longe da moradia -, havia esvaziado suas áreas (a ideia era a de que seria bom morar em bairros-jardins afastados do adensamento do centro) e incitado no planejamento urbano a necessidade de regenerá-las.

Jane Jacobs, autora do proclamado livro *Morte e Vida das Grandes Cidades Americanas* (publicado pela primeira vez em 1961), acompanhou a implantação de projetos de renovação urbana - como participante da revista *Architectural Review*⁹¹ - os quais muitos se caracterizavam pela substituição do tecido urbano preexistente.⁹²

Ela presenciou a efetivação de muitos projetos arquitetônicos e urbanísticos a cargo do reconhecido planejador urbano Robert Moses,⁹³ que transformaram significativas áreas da cidade de Nova Iorque, com a abertura de grandes avenidas e a construção de edifícios verticais. Eles possuíam ideias muito divergentes sobre a concepção dos espaços das cidades, o que a fez ir contra seus planos, como os que destruíram partes do tecido urbano de Washington Square Park e ainda de Greenwich Village (localidade onde Jacobs morava) para a implementação de corredores viários (Imagem 81).

⁹⁰ Nascida na Pensilvânia, Jane Butzner Jacobs (1916-2006) não teve formação acadêmica nas disciplinas da arquitetura e do urbanismo. Frequentou algumas aulas na School of General Studies, uma extensão da Universidade de Columbia.

⁹¹ O papel de Jacobs no debate urbanístico ainda se faz na atualidade. Em diversas cidades do mundo ocidental, como nas do Brasil, aconteceram no ano de 2016 as reconhecidas *Jane's Walk*. Trata-se de séries de *tours* de caminhadas na cidade, que colocam em contato os cidadãos com o seu entorno urbano, no intuito de promover o uso do espaço público, o encontro e o usufruto do meio urbano.

⁹² É bem verdade que o abandono da moradia dos centros urbanos em direção aos subúrbios, nas grandes cidades americanas, já tinha se dado desde os anos 1940, quando o governo investiu em construções de estradas. Foi por volta dessa data que se iniciou o programa "Urban Renewal" com o objetivo de reabilitar os centros que ficaram degradados.

⁹³ Moses e Jacobs travaram uma luta devido a ele ter sacrificado bairros de Manhattan em prol da construção de arteriais viárias fazendo surgir carros e caminhões. Segundo Hockenberry, Moses incitou urbanistas a criarem estratégias para redesenhar a cidade prejudicada por ele. Hockenberry diz que: *Este projeto da cidade moderna do século XX tornou-se o adubo para o impasse e não seu antídoto. (artigo do AchaDaily-Uma cidade sem carros: A superação do domínio do automóvel em Nova Iorque. 17:00 - 31 Agosto, 2014 por John Hockenberry).*

Imagem81 - O interventor Robert Moses.



Fonte: http://affordablehousinginstitute.org/blogs/us/2006/04/jane_jacobs_191.html. Acesso em janeiro de 2016

Enquanto ele se voltava para a mobilidade urbana viária, Jacobs defendia outro tipo de desenvolvimento urbano, que se substanciava na noção de que a vida das pessoas no espaço público era proporcionada, sobretudo, pela diversidade de usos. A rua não deveria destinar-se prioritariamente ao deslocamento de veículos mas, sim, ao contato entre a população do seu entorno.

Jacobs desenvolveu uma crítica contundente a esse tipo de desenvolvimento urbano, proclamando as vantagens de viver nas áreas centrais urbanas. Ela dizia que a maior deficiência do planejador urbano residiria na dificuldade de compreender as vicissitudes positivas do funcionamento das cidades em meio à sua diversidade. Em entrevista ao jornal New York Times, em 1969, Jacobs chegou a dizer que os planejadores eram ensinados a enxergar a complexidade das cidades como sendo um transtorno, não se atendo às questões benéficas que estariam subjacentes à sua complexidade. A crítica registrada nesse seu livro assinala o seu percurso como ativista, o qual foi marcado por ações pautadas pela defesa da vida nos espaços públicos resultante da diversidade presente no tecido dos centros urbanos. Segundo preconizava Jacobs, a permanência da vida cotidiana nos bairros, por meio do seu uso pelas pessoas, moradoras ou não, seria uma maneira para garantir a segurança nos seus espaços públicos. Punha-se, portanto, contra os projetos que, ao

tentarem “sanear” e ordenar os espaços da cidade, terminavam por prejudicar a vida das pessoas no espaço público. Mudanças no tecido urbano para a construção de elevados, grandes vias e torres monofuncionais tornaram a crítica de Jacobs muito propagada em diversos países que passavam por transformações similares. A demolição da reconhecida Penn Station,⁹⁴ em Nova York (1963), conduziu essa autora a manifestar sua posição contrária (Imagens 82, 83 e 84).

Imagem82 - Interior da Penn Station em 1911.



Fonte: Image: Geo. P. Hall & Son/The New York Historical Society/Getty Images.<http://mashable.com/2015/07/20/original-penn-station/#6MFy.0hPgkqO>. Acesso em janeiro de 2016

⁹⁴ Os planos para a demolição da Penn Station, que também demoliram as duas estações anteriores, conseguiram destruir a sua parte superior - para o espanto do povo de Nova York. Por conseguinte, a Comissão para a Preservação de Monumentos de Nova York (criada após parte da Penn Station ser destruída) tornou-a um monumento, cancelando as outras demolições previstas. No final de 1976, o Registro Nacional de Lugares Históricos nomeou a referida estação de Marco Histórico Nacional.

Imagem83 - Imagem do interior da Penn Station em demolição.



Fonte: fotografia Alexander Hatos.1965 Gizmodo. Acesso em janeiro de 2016

Imagem84 - Jane Jacobs, à esquerda e o arquiteto Philip Johnson, a sua direita protestam contra a destruição da Penn Station.



Fonte: Walter Daran/Hulton Archive/Getty Images. Acesso em janeiro de 2016

Jacobs referia-se à diversidade edilícia, representada pelo pequeno comércio e por outros serviços que configuravam o conjunto edificado das áreas centrais, como favorável à sua vitalidade. Desde os açougueiros aos barbeiros, todos os que habitavam essas localidades seriam importantes para proporcionar vida às cidades. Desse modo, contrapunha-se, de forma veemente, aos postulados funcionalistas do urbanismo de Le Corbusier (da Carta de Atenas), pelo modo cartesiano e racional de organizar e distribuir os usos no espaço. Uma de suas críticas é contra o estabelecimento de medidas ideais e fixadas para o homem - “*le modulator*” -, utilizadas para subsidiar a organização espacial edilícia e, conseqüentemente, urbanística.

Em contraposição, Jacobs considerava as particularidades humanas como salutares para favorecer a vivência no espaço, sendo, pois, importantes para subsidiar o planejamento urbano.

Assim, ela defendia que, para não eliminar as singularidades e responder de modo adequado às necessidades das pessoas no espaço urbano, seria preciso contrapor-se às soluções abstratas e universais. Se tais postulados do urbanismo funcionalista buscavam ordenar o espaço urbano, Jacobs defendia que havia uma intrincada ordem social e econômica sob a aparente desordem nas cidades.

Desse modo, Jacobs combateu conceitos propostos por Le Corbusier, desde aqueles que adaptaram às vicissitudes das qualidades da “Cidade Jardim”, de Ebenezer Howard, ao projeto da *Ville Radieuse*, até outros que iam ao encontro das qualidades inerentes à complexidade urbanística.

A construção de edificações fundamentadas nos princípios da *arquitetura do estilo internacional*, em substituição à variedade que caracterizava as estruturas preexistentes, contrariava as ideias dessa autora. A regularidade das novas edificações traria prejuízos ao uso cotidiano dos espaços públicos, visto que o comportamento sócio-espacial,⁹⁵ implicaria o pouco uso das calçadas, reduzindo-as a se tornarem apenas um espaço para o deslocamento e promovendo o uso do automóvel.

A qualidade “caótica” da metrópole, ou sua “desorganização”, poderia ser atrativa para a vida urbana, uma vez que era desse modo que Jacobs olhava para o ambiente e valorizava a sua capacidade de gerar diversidade. A intimidade entre os diferentes grupos sociais seria salutar, sobretudo se gerasse ações de cooperativismo, a fim de que eles lutassem e participassem do planejamento urbano local.

As materialidades arquitetônicas urbanísticas deveriam possibilitar a criação de um ambiente para a reunião das pessoas, de modo que elas pudessem reivindicar as desejadas benfeitorias para o seu bairro. A participação no planejamento urbano foi uma das pautas mais defendidas e praticadas pela autora. Portanto, não é sem razão que se evidenciou a sua rejeição aos princípios postulados

⁹⁵ As formas de apreender as qualidades dos espaços citadinos em decorrência da falta de consideração pelo contexto provocaram, à época, o desenvolvimento de abordagens de outros campos disciplinares, como os estudos sociológicos e antropológicos, no urbanismo. Jacobs, com suas críticas humanistas, incitou esse ambiente de interdisciplinaridade.

pela *Carta de Atenas*, seja quanto ao zoneamento, ou à divisão dos espaços urbanos por funções, seja quanto à criação de sistemas de vias hierarquizadas que conectam localidades funcionais. Essa configuração espacial prejudicaria as ações de cooperativismo, o que era, então, defendido por Jacobs.

Provavelmente, Jacobs não tinha noção da repercussão de seu primeiro livro, lançado quando tinha 45 anos de idade, e que se tornou uma referência crítica seminal aos princípios formulados pelo urbanismo funcionalista moderno. Sua visão foi compartilhada e disseminada por outros urbanistas, principalmente no que tange à necessidade de um entendimento mais aprimorado sobre a vivência das pessoas em espaços públicos, como as calçadas.

Sua crítica destaca-se por diversos motivos, mas sublinha o seu interesse pela escala do entorno das edificações. Seu modo de compreender esse recorte espacial urbano era diferente do ideário do urbanismo funcionalista da Carta de Atenas. Trata-se de duas concepções que buscavam responder às demandas sobre as formas mais apropriadas para a configuração urbana: A primeira (a de Jacobs) se atém à possibilidade de um maior uso pelas pessoas dos espaços públicos adjacentes às edificações, e a segunda (a do urbanismo funcionalista) buscava o bem-estar do homem em meio aos espaços verdes configurados entre as edificações.

Os grandes afastamentos entre os edifícios, para Jacobs, prejudicariam a concentração de pessoas nos espaços. A consequência desse tipo de configuração espacial seria a baixa densidade construtiva horizontal, a homogeneidade edilícia, a distância das edificações em relação às ruas e a perda do sentido da cidade como lugar da diversidade. Segundo Jacobs, as configurações espaciais organizadas por zonas hierarquizadas e separadas (Imagem 85) (como o Plano Voisin, em Paris, desenvolvido por Le Corbusier) perderiam seu sentido urbano, presente na cidade “caótica”.

Imagem85 - Plano Voisin de Paris. Le Corbusier. 1922-30.



Fonte: Pinterest. Foutation Le Corbusier. Acesso em janeiro de 2016

Os espaços públicos deveriam ser valorizados por meio do desenho do seu entorno edificado. Desse modo, Jacobs dedicou grande parte de sua obra à vida nas calçadas, buscando identificar as características do ambiente que poderiam incentivar o seu uso contínuo. Ela deteve-se, por exemplo, no tipo de distribuição de usos nas edificações dos seus entornos, de modo a propiciar uma maior permanência das pessoas, assim como nas delimitações dos espaços públicos e privados, por acreditar que seria uma configuração espacial mais adequada.

Menor importância foi dedicada às praças e aos parques, principalmente aos grandes parques urbanos, uma vez que Jacobs alegava que a inconstância do uso dessas localidades se deveria à grande distância das edificações. Assim, ela defendia que a boa alternativa seria implantar pequenas praças na escala dos bairros, as quais teriam densidade construtiva habitacional, bem como pessoas suficientes para serem utilizados. O contrário dessa condição seria a criação de espaços esvaziados e perigosos.

Jacobs debruçou-se de maneira muito atenta sobre a vida das pessoas nos espaços públicos dos centros de cidades americanas e desenvolveu críticas contundentes à aplicação de alguns fundamentos do urbanismo funcionalista. O conjunto delas teve ressonância em outros países, como foi o caso do Brasil, e contribuiu para compor o pensamento urbanístico de base humanista.

No próximo item, serão explorados os pormenores contidos nas críticas anunciadas. As análises das propostas de Jane Jacobs para a composição espacial urbana entram em pauta para a identificação de propriedades espaciais que façam face à ética da alteridade, propiciando a coexistência de diferentes pessoas, agora em outro contexto, distante dos CIAMs.

7.2 Princípios, propriedades e predicados espaciais

O texto que segue é composto por trechos do livro *Morte e Vida nas Grandes Cidades Americanas* (1961). Eles foram objeto de análise de conteúdo segundo os procedimentos investigativos descritos no Capítulo 4 (sua síntese é apresentada no **Quadro 9**). Os fundamentos da ética da alteridade oportunizaram um olhar próprio sobre os princípios contidos nas críticas desenvolvidas por Jane Jacobs.

Quadro9 - Documento. Texto Jane Jacobs - Análise de conteúdo

EDIFICAÇÃO <i>Propriedade e intencionalidade- Expressão física do sentido</i>	ESPAÇO LIMIAR <i>Propriedade e intencionalidade-Expressão física do sentido</i>	ESPAÇO PÚBLICO <i>Propriedade e intencionalidade- Expressão física do sentido</i>
A. Edificação As edificações devem se caracterizar como um espaço distinto do espaço público e com limites claros de separação	A'. Limiar. Ambos devem ter limites físicos claros	A'' Espaço público. Espaço público deve ser fisicamente distinto do espaço privado
B Edificação As edificações devem se voltar para o espaço público e com aberturas para criar olhos do interior para o exterior de modo a garantir segurança às pessoas nas calçadas	B' Limiar Aberturas para olhar o exterior e no alinhamento das calçadas são requisitos básicos para vigilância	B''' Espaço público As ruas devem ter "olhos" - Proprietários naturais da rua
B Edificação As edificações devem se dispor ao longo do alinhamento das calçadas	B' Limiar Maior espaço para possibilitar aumentar o número de olhos atentos do interior para o exterior	B'' Espaço público Receber moradores e estranhos que estão na rua. A calçada deve ter usuários transitando ininterruptamente para ser interessante aos habitantes das edificações.
B Edificação Deve-se induzir um número suficiente de pessoas de dentro dos edifícios a olharem para fora e observar as ruas e calçadas	B'. Limiar As pessoas de dentro edifícios a olharem para fora. Vigilância para dar segurança às ruas	B'' Espaço público As ruas devem ter várias pessoas. Ruas de estranhos que depredam. Ruas de desconhecidos pacíficos
C Edificação As edificações devem ser caracterizadas pela diversidade, pela alta densidade construtiva e pela implantação próxima das calçadas para favorecer diversidade e proteção no espaço público.	C' Limiar Muitas aberturas formas variadas resultam em mais interação	C'' Espaço público Ruas com maior diversidade de fachadas. Rendimentos econômicos variados: Moradores e usuários diferentes nas ruas.
C Edificação	OBS:	

Deve-se buscar uma diversidade arquitetônica com alta densidade. Mais edificações implantadas na esquina com duas frentes para rua. Edificações mais estreitas. Mais moradores.

O livro disserta sobre as possibilidades oferecidas pelas diferentes rotas e sobre a não utilização de caminhos desconhecidos quando se tem quadras grandes ou longas. P. 198; 199. Faz uma crítica aos calçadões das superquadras

“Uma das coisas mais admiráveis e agradáveis que podem ser vistas ao longo das calçadas das grandes cidades são as engenhosas adaptações de velhos espaços para novos usos”. P. 215

C' Limiar

C Edificação.

Diversidade arquitetônica
Prédios antigos conservados junto aos novos

Prédios antigos de baixo valor São os deteriorados. O tempo transforma os prédios de alto custo de uma geração em pechinchas na geração seguinte (...) p. 209.

Diversidade de fachadas
Diversidade de aberturas

C'' Espaço público

Motivos diferentes para quem vai ao espaço público

C Edificação

Não há um tipo satisfatório, mas deve-se evitar a monotonia da repetição e valorizar a variedade edilícia. Deve-se evitar a ineficiência no uso do solo, então os prédios de apartamentos com elevador, geralmente, muito altos, tornam-se inevitáveis.

C' Limiar

As ruas frequentes em áreas com concentração habitacional atuam como aberturas entre as edificações. Elas compensam o alto índice de ocupação do solo

C'' Espaço público

Para gerar diversidade o distrito precisa de ruas frequentes. As ruas frequentes são (como elementos) complementares à alta ocupação do solo. As altas taxas de ocupação do solo são necessárias para haver variedade

Deve-se evitar a ineficiência no uso do solo. Quando um espaço tão grande é deixado livre, o próprio solo está sendo usado ineficientemente no tocante à ocupação por moradias. P. 237.

C Edificação

As edificações devem ter alta densidade. As moradias precisam usar intensamente o solo urbano, por motivos que vão além do custo da terra. As densidades habitacionais adequadas respondem a uma questão de funcionalidade. Não podem ser baseadas em abstrações sobre a extensão da área que idealmente deveria ser reservada para tantas e tantas pessoas. P. 230.

C' Limiar

O tipo de ocupação está relacionado com o solo livre. Deve-se evitar a baixa ocupação e alta densidade edilícia que obrigam a verticalização com grandes recuos entre as edificações e a rua. O espaço livre passa a ser um “vazio”

C'' Espaço público

A rua perde sua relação com a edificação quando a edificação tem grandes recuos (“vazios”)

C Edificação

O que está dentro de casa é pessoal, compreende a esfera privada que caracteriza o espaço.

C' Limiar

É preciso compartilhar o que está fora, no espaço público, com o que está dentro, no espaço privado.

A impessoalidade do mobiliário, por exemplo, oferece o espaço para todos.

C'' Espaço público

O que está fora, no espaço público compreende a esfera pública e mobiliário urbano deve ser impessoal.

OBS: Crítica à cidade jardim como um tipo de vida privada ampliada em que se compartilha com os iguais, mesmo que todos tenham acesso, pois são concentrados os equipamentos públicos, não são dispostos impessoalmente nas ruas. “Nos altos escalões econômicos, políticos e culturais, Los Angeles obedece às mesmas premissas provincianas de isolamento social que as ruas com o calçadão ajardinado de Baltimore ou da Chatham Village de Pittsburg. Faltam a uma metrópole como essa, meios para reunir as

ideias necessárias, o entusiasmo necessário, o dinheiro necessário”.

CEdificação

As edificações devem se dispor em quadras curtas, com ruas curtas e mais esquinas. Essa configuração, e em maior quantidade, oferece diferentes rotas. As quadras longas com alta ocupação do solo são opressivas

C' Limiar

Os trajetos devem se cruzar. Deve-se favorecer a fluência de usos- Usos variados juntos aos habitacionais em ruas curtas

C'' Espaço público

O espaço público deve se configurar por um número grande de rotas de deslocamento para ter mais pedestres

DEdificação

As edificações devem abrigar uma quantidade substancial de estabelecimentos e outros locais públicos. A vida privada tem restrição de contatos. As edificações com uso misto infere maior possibilidade de contato

D' Limiar

A diversidade de usos implica numa variedade de fachadas e de aberturas
Deve-se promover a variedade de usos

D'' Espaço público

Eles devem ter atrativos para gerar motivos concretos para utilizar as calçadas

DEdificação

As edificações devem abrigar outros usos além da habitação como o comercial- Lojas, bares e restaurantes

D' Limiar

Devem ser distribuídos ao longo das calçadas. Variedade de conexão espacial com o uso misto

D'' Espaço público

Calçadas seguras. A presença de pessoas atrai outras pessoas. A variedade de caminhos aumenta a circulação de pedestres

DEdificação

Pessoas dentro da edificação

D' Limiar

Pessoas dentro da edificação e na rua. Espaço de integração entre duas “territorialidades” que se “fundem” momentaneamente

D'' Espaços públicos.

Pessoas na rua.
Contato entre as pessoas. Informação entre as pessoas para ajuda, mas o mais importante é a vigilância

Dentro da edificação no terceiro andar uma mulher grita para o transeunte, informando que a parada de ônibus é em outro lugar.

A intervenção (da mulher) requer autoconfiança, por parte de quem age, sobre sua convicção de coo- proprietária da rua informando o transeunte, (na expectativa, quem sabe, de receber auxílio em caso de necessidade). No entanto, Jacobs, ressalta que o mais fundamental é a vigilância.

Dentro da edificação no terceiro andar uma mulher grita para o transeunte, informando que a parada de ônibus é em outro lugar.

DEdificação

O morador deve escolher assumir a responsabilidade por quem está fora da casa, pelo usuário do espaço público.

D'Limiar

O morador precisa escolher correr o risco de enfrentar a violência da rua ou ter confiança em quem está lá. E como é possível ter confiança?
A confiança entre eles se dá por meio de pequenos contatos diários.

D'' Espaço público

Vida nas calçadas. Variedade de contatos. “Ballet da calçada”- “Contatos interessantes”.
A confiança advém dos pequenos contatos diários (pressupõe a experiência com o outro, certo tipo de conhecimento de quem ele é, ou de como se comporta “nos pequenos contatos” (p. 60)). Seu cultivo não pode ser institucionalizado. E, acima de tudo, não implica comprometimento pessoal. Os conselhos do jornaleiro, as pessoas que param no bar, os fregueses da padaria.

A inexistência da confiança é um desastre para a rua

D Edificação	D' Limiar	D'' Espaço público
Edificações habitacionais com pequenos comércios.	As edificações devem se dispor juntas e organizadas segundo a	A rua com numero maior de usuários diferentes promove a vitalidade
As instalações devem ter usos compatíveis. Ter eficiência quanto aos usos combinados.	compatibilidade entre seus usos. Devem ser compatíveis entre os grupos.	(Usuários conhecidos e desconhecidos). Eficiência entre a disposição de usos nas ruas significa promover a presença de pessoas utilizando as mesmas ruas em horários diferentes. Trajetos diferentes ou separados implica inexistência de mistura

Fonte: Elaborado pela autora.

Isso posto, são enunciados, tendo como fundamento o Quadro (*Jane Jacobs*- análise de conteúdo), os 4 (quatro) princípios então identificados.

- A.** As edificações deveriam caracterizar-se como um espaço distinto do espaço público e com limites claros de separação.
- B.** As edificações deveriam estar voltadas para o espaço público, com aberturas para se criarem olhos do interior para o exterior, a fim de garantirem segurança às pessoas nas calçadas.
- C.** As edificações deveriam configurar-se pela diversidade, mas com alta densidade construtiva, implantadas em quadras curtas e próximas às calçadas, para favorecer a presença de pessoas no espaço público.
- D.** As edificações deveriam abrigar usos mistos que gerassem motivos para que uma variedade de pessoas transite no espaço público.

Na continuação, cada um desses princípios é analisado pela ética da alteridade.

- A.** As edificações deveriam caracterizar-se como um espaço distinto do espaço público e com limites claros de separação.

Configurou-se como o primeiro princípio postulado por Jacobs a distinção entre as edificações e o espaço público. Diferentemente do urbanismo funcionalista, que defendeu a

habitação como a célula primeira da organização espacial urbana, e do urbanismo humanista, postulado pelo *Team 10*, o qual defendeu a edificação como uma parte do sistema urbano - o *habitat* -, Jacobs defendeu o espaço público⁹⁶ como a localidade que deveria ser valorizada pelas edificações de seu entorno. Sua crença pautava-se na diferenciação do desenho da forma espacial, entre esses dois domínios (privado e público), como benéfica para a vida no espaço público.

Distinguir precisamente o espaço das edificações - do sujeito, o morador - do espaço público - do Outro, o desconhecido - implicaria demarcar o limiar entre eles. Mas, ao assim proclamar, Jacobs vinculou ambos à necessidade de terem um desenho relacionado à sua forma espacial. Tal proposição derivou de sua crítica ao modo de compor o espaço público sem delimitações - com uma forma abstrata - pelo ideário do urbanismo funcionalista.

A autora acreditava que a ausência de delimitações, os grandes verdes entre as edificações, não era uma maneira de aferir importância ao espaço público. A discussão sobre o papel conferido ao espaço público ainda é atual e, portanto, a relação que os outros elementos do espaço urbano com ele estabelecem. Carrión (2016)⁹⁷, por exemplo, questiona se as fachadas das edificações deveriam apresentar-se como um limite do espaço privado ou como um umbral do espaço público. Dito de outra forma, ele questiona se as fachadas das edificações deveriam configurar o espaço do lote, primeira e prioritariamente, ou se deveriam, primeira e prioritariamente, configurar e desenhar a forma do espaço público.

Jacobs dizia que eles deveriam ser distintos e postulava a ideia de que as edificações deveriam participar ativamente da configuração do espaço público. Relacionar a demarcação entre o espaço edificado - do sujeito - e o espaço público - do Outro - resultou na composição do espaço do limiar como uma passagem sem continuidade.

Destarte, o espaço limiar pode distinguir os dois domínios de maneiras e com significados diferentes. Como foi colocado por Carrión, pode-se configurar como o invólucro ou a fachada da rua, ou ainda, como a fachada da edificação. Observe-se na Imagem 86 que a fachada da edificação de um restaurante foi pintada de modo a convidar o transeunte que passa no espaço da rua a entrar, diante da forma como foi caracterizado o espaço limiar. A cor que reveste a fachada da edificação continua marcando parte do piso da calçada. Esse predicado confere ao espaço limiar certa ambivalência quanto à delimitação do espaço privado da edificação e do espaço público.

⁹⁶ Recorde-se que esta tese toma o conceito de espaço público como sendo aquele recorte físico da malha urbana referente ao espaço aberto, que tem sua propriedade e consequente gestão pública, e, principalmente, que é o espaço do Outro.

⁹⁷ Fernand Carrión em artigo: *Espacio público: Punto de partida para la alteridad*, p.5.

Imagem86 - Fachada e piso em continuidade.



Fonte: Maria Cláudia Stephanes [pinterest](#). acesso em junho de 2016

A forma de disposição de materiais, de texturas, de cores e de aberturas, dentre outras propriedades que caracterizam as materialidades dos espaços limiares, pode criar interpenetrações. Podem oferecer um convite ao andarilho para entrar ou permanecer junto da edificação. Nesse caso, o limiar confere ao espaço público uma ambiência que evoca sensações de *proximidade com o espaço privado*.

Outra forma de compor esse espaço limiar da edificação é por meio de sua fachada transparente, *propositadamente transparente*, como se pode observar nas flores da vitrine ilustrada na Imagem 87. A intenção do proprietário da loja de flores pode ter sido mostrar seu produto às pessoas que passam e assim habitam o passeio público. No entanto, o resultado ultrapassa essa

suposta intencionalidade, visto que sua fachada construiu um *recorte espacial florido na rua* e oferece uma agradável ambiência a todos.

Imagem87 - Fachada com flores.



Fonte: lilyoreparis.tumblr.com pinterest. Acesso agosto de 2016

Ressalte-se a importância em pensar esse espaço do limiar quando se intenciona compor a edificação, ou o seu conjunto, como *fachada da rua*. Esse seu papel compositivo assegura o cuidado para com a configuração do espaço público, como o das calçadas. É uma oferta desinteressada ao próximo, ou àquele desconhecido que possui como papel apenas o de ser um pedestre.

Nos dois casos apresentados acima, não foi observada a distinção entre o espaço no interior da edificação e o do exterior público, do modo como Jane Jacobs defendeu. A distinção clara entre as edificações e os espaços públicos não foram identificadas. Nos casos em pauta, há predicados espaciais que atribuem continuidade e interpenetração nos espaços limiares.

É fato que o espaço edificado e o espaço aberto são fisicamente diferentes, desde suas formas físicas até à sua propriedade privada e pública, e também ao controle de acesso. Todavia, há predicados que unem esses dois domínios quando caracterizam os espaços limiares pela proximidade. Há predicados que ensejam o facejo entre a vida de quem habita a edificação e o espaço público de seu entorno. Quando esses predicados favorecem a proteção do Outro, denominam-se predicados espaciais da alteridade, como se vem identificando (nos pensamentos e materialidades arquitetônicas e urbanísticas).

Muitos são os casos que podem revelar uma participação “ativa” da fachada da edificação na configuração do seu entorno. Entretanto, não significa que seus predicados espaciais promovam um acolhimento para a coexistência.

A imagem 88 mostra uma arte de rua numa pintura de uma fachada “cega” com a imagem de duas pessoas, cujo título é *reciprocidade*. Alude à ideia do encontro com o Outro, visto que a ausência de suas faces (na pintura) denota que poderia ser qualquer pessoa e, ainda assim, estariam próximas pelo encontro das mãos e a posição dos seus corpos. Como foi dito, faz alusão à noção de encontro que, contudo, não pôde materializar-se, entre quem está no interior da edificação e no seu exterior, visto que é uma tela posta na fachada lateral da edificação. Entretanto, compõe uma cena urbana que remonta ao encontro com o Outro.

Imagem88 - Cena urbana alude ao encontro com o Outro.



Fonte: Hyuro. Calle Madri, 2016.

A cena do encontro conduz as pessoas, os transeuntes urbanos, a vislumbrarem a possibilidade de uma existência compartilhada, como uma ideia ou pensamento. Não se trata de ensejar um comportamento espacial, devido à barreira imposta pela fachada “cega” da edificação revestida pela pintura como uma tela.

Como empena da lateral da edificação, a parede em tela não precisa ter, necessariamente, permeabilidade do interior para o exterior, visto que não há o espaço da entrada. Ainda assim, poderia haver aberturas, que possibilitariam a visibilidade.

Conforme já foi mencionado, Jacobs teceu críticas veementes à continuidade espacial quando se dava sem delimitação espacial. Ela se reportava ao contexto das edificações sobre pilotis - proposta por Le Corbusier e pelos pressupostos da Carta de Atenas -, o que não possibilitava a demarcação dos espaços internos das edificações no pavimento livre do térreo com as calçadas e as ruas do seu entorno. Nesse nível o espaço é livre e contínuo, como foi abordado no Capítulo 5.

Para um melhor entendimento dessa crítica, necessário se faz abordar os outros princípios postulados por Jacobs, pois a complementaridade dos aspectos que compõem o seu pensamento é fundamental para melhor compreender o seu ponto de vista sobre essa e outras questões arquitetônicas e urbanísticas, a partir da ética da alteridade.

B. As edificações deveriam estar voltadas para o espaço público, com aberturas para se criarem olhos do interior para o exterior, a fim de garantirem segurança às pessoas nas calçadas.

As edificações deveriam estar dispostas ao longo do alinhamento das calçadas e se compor de aberturas que olhassem para o seu exterior. Jacobs defendia que seria necessária a criação de requisitos básicos para favorecer a vigilância das pessoas no espaço público. Segundo essa autora, as ruas deveriam ter os “olhos”, os dos habitantes das edificações do entorno, que seriam seus “proprietários naturais”. Assim, as edificações deveriam ser configuradas de modo que se possibilitasse o aumento do número de olhos, atentos, do seu interior para o seu exterior. A rua seria destinada aos moradores e também aos desconhecidos. Ambos precisariam da segurança ofertada pela vigilância do olhar das pessoas no interior das edificações adjacentes.

Abordar a necessidade de se vigiar o Outro - aquele que habita o espaço público - reporta à questão que envolve o sentido, ou como lhe é posto um significado, o qual identifica algum aspecto da existência humana, podendo esse ser positivo ou negativo.

O sentido dado à vigilância pode pautar-se na identificação do Outro a partir de diferentes significados dependentes do contexto em que está imerso o sujeito (ou os sujeitos sociais) que lhe atribui(em) um sentido. Por outro lado, o meio e o tempo em que se encontrava Jacobs desvelaram, notoriamente, dois sentidos: O Outro como alguém perigoso (que requer a presença de um terceiro para proteger o morador e/ou um possível transeunte), ou como alguém que é vulnerável (que requer cuidado, ou um olhar atento às suas demandas), morador ou transeunte.

Sobre a questão dos sentidos atribuídos às pessoas e às coisas, convém citar alguns fundamentos postos por Lévinas. Tomando-se algumas reflexões do filósofo Pellizoli (1994), recorde-se que Lévinas, como fenomenólogo, seria dependente do método de investigação crítico proclamado por Husserl. Entretanto, conforme já foi mencionado, Lévinas buscou a primazia do Outro sobre o sujeito, ou sobre o Mesmo. Ele dizia que a transcendência deveria sobrepor-se ao pensamento do sujeito a fim de que o Outro não fosse objetivado e, então, reduzido às concepções elaboradas pelo Mesmo (pelo sujeito).

A revelação do rosto do Outro deveria ocorrer como uma visita, na qual a intencionalidade do sujeito ao vê-lo se revestiria de ética, primeiramente. Sobre a identificação do Outro, Lévinas acrescenta (1982, p. 77):

Não sei se podemos falar de “fenomenologia” do rosto, já que a fenomenologia descreve o que aparece. Assim, pergunto-me se podemos falar de um olhar voltado para o rosto, porque o olhar é conhecimento, percepção. Penso antes que o acesso ao rosto é, num primeiro momento, ético. Quando vê um nariz, os olhos, uma testa, um queixo e se podem descrever, é que nos voltamos para outrem como para um objeto. A melhor maneira de encontrar outrem é nem sequer atentar na cor dos olhos! Quando se observa a cor dos olhos, não se está em relação com outrem. A relação com o rosto pode, sem dúvida, ser dominada pela percepção, mas o que é especificamente o rosto é o que não se reduz a ele.

Os escritos de Jacobs são ambivalentes quando se procura encontrar um significado para definir esse *Outro*.⁹⁸ A coexistência do habitante das edificações e do Outro que está no espaço público aparece com um sentido positivo referente à sua defesa pela diversidade que deve caracterizar a vida urbana, mas também revela um sentido negativo quando ela se reporta à necessidade de vigilância sobre esse estranho, que aparece identificado como alguém perigoso. Em

⁹⁸No âmbito da filosofia fundamentada na ontologia, encontra-se uma variedade de abordagens que seguem no caminho da busca pela identidade nas cidades e entre as cidades. Numa crítica elaborada ao urbanismo progressista em curso (em ambos os mundos desenvolvido e em desenvolvimento), Delario Lindsey (2009) volta-se para suas consequências, identificando identidades desacreditadas ou não privilegiadas, como os pobres, os moradores de favelas, e as define como o *outro urbano*. Diante das inúmeras disputas políticas e sociais, ele identifica as desigualdades presentes em diferentes cidades do mundo. O desenvolvimento urbano enraizado na ideia (espacial, econômica e política) de separação, de exclusão e de desigualdade, propicia o surgimento de comunidades assim definidas.

ambos os casos, o Outro é identificado: ele é útil para vida urbana e, ao mesmo tempo, faz-se necessário proteger-se dele.

Ora, o Outro identificado como alguém criminoso é uma condição particular, pois poucas são as pessoas que podem assim ser definidas. Enquanto o Outro é compreendido como alguém vulnerável, há o reconhecimento de uma condição da existência humana, que não o identifica nem o reduz a algum aspecto que pode caracterizar sua existência.

A configuração espacial na qual estaria assentado o encontro das pessoas é considerada importante por Jacobs diante desses aspectos (e de outros) que compreendem o Outro e os sujeitos moradores das edificações. A autora, como foi dito, mostrou-se ambivalente na tratativa dessa questão.

Agora, é bem verdade que muitos estudos pautados nos postulados desenvolvidos por Jacobs ancoram a questão da vigilância, pois parte do princípio de que se necessita dos olhos das edificações para se evitar a criminalidade nas ruas. O pressuposto é que o Outro oferece perigo, porque ele pode ser um delinquente.

Esse argumento, proveniente das questões socioculturais de cada localidade, tem rebatimentos negativos, pois se mostra como uma estratégia de proteção contra o desconhecido, que é, *a priori*, identificado como um criminoso por se encontrar na rua. Ora, se assim ele é compreendido, incita o estabelecimento de outras estratégias arquitetônicas e urbanísticas para criar outros tipos olhos para as ruas, como os das câmaras de vigilância presentes em grandes edificações e em condomínios fechados, como pode ser observado no tratamento diferenciado do pavimento do nível do térreo nos edifícios ilustrados nas Imagens 89 e 90.

Imagem89 - Edificação residencial com marcação da guarita de controle acesso.



Fonte: Arquitetura Mcaa, on Pinterest. Acesso em agosto de 2016

Imagem90 - Edifício Trentino. Skylab arquitetos. Juiz de Fora.



Fonte: Pinterest, acesso em setembro de 2016.

O Outro não deve ser tematizado, *a priori*, visto que a realidade da vida humana é maior do que a compreensão elaborada pelo sujeito, morador ou não da edificação. Ele não pode reduzir o transeunte, o andarilho ou quem habita de diversos modos o espaço exterior da sua casa, aberto e público, às suas projeções (e consequentes objetivações).

Como foi visto, Lévinas afirmou que o Outro escapa à fenomenologia do olhar. O sujeito, quando busca o “enquadrar”, ou conferir sentido ao Outro, o faz a partir da sua existência, ou da linha de compreensão dos aspectos da vida que ele vai elaborando tendo como base suas vivências no decorrer do tempo (às suas grades de significantes, que o fazem dar significado às coisas).

Contudo, o aparecimento do Outro no mundo do sujeito é a condição que lhe possibilita oferecer acolhimento ao desconhecido, e isso lhe é estruturante enquanto Ser. A coexistência

permite cuidar de quem não se conhece. Pode-se observar, por exemplo, pessoas ajudarem outras que, nas ruas, demandaram algum tipo inesperado de cuidado. Trata-se de uma resposta sem um pensamento prévio. É um acolhimento ao Ser, à existência humana. Destaque-se que esse tipo de comportamento é visto na maioria das pessoas. Afinal, “o Ser para o Outro significa a responsabilidade por ele, que permite ao Eu superar o rumor anônimo e insignificativo do ser” (MANCE, 1994, p.3)⁹⁹(Imagem 90).

Imagem91 - A rua e a necessidade humana de cuidado. Autor: Henri Cartier Bresson. Paris.



Fonte: Pinterest, 2016. Acesso em setembro de 2016

⁹⁹ Emmanuel Lévinas e a Alteridade (1). Professor Euclides André Mance. Instituto Vicentino de Filosofia. PUC. Paraná, 1994.

Sem ter tratado nesses termos a coexistência, das diferentes pessoas nos espaços da cidade, Jacobs se ateve, em parte, à questão da ética da alteridade. Ela dizia que as calçadas deveriam ter usuários que transitassem ininterruptamente, para ser interessante a vida urbana. Dever-se-ia induzir a presença de um número suficiente de pessoas que, de dentro dos edifícios, tivessem interesse em olhar para o exterior e observar as ruas e suas calçadas.

Essa condição traria mais segurança às ruas por meio da vigilância oferecida pelos olhares atentos dos moradores do entorno. Identifica-se a atenção de Jacobs em termos de cuidado tanto com o estranho - que passa no espaço público - como com o próprio morador: ambos deveriam ter responsabilidade em se ajudar, caso isso se fizesse necessário. Como já foi mencionado, diante de sua vulnerabilidade as pessoas precisam de outras, independentemente de onde estejam. Ela dizia que: “Não é preciso haver muitos casos de violência numa rua ou num distrito para que as pessoas temam as ruas. E, quando temem as ruas, as pessoas as usam menos, o que torna as ruas ainda mais inseguras”(JACOBS, 2010, p. 30).

Esse seu argumento deixa claro que ela defende a coexistência das pessoas nos espaços públicos. Alega que as pessoas não deveriam temer as ruas habitadas, uma vez que o medo estaria relacionado à possibilidade de elas serem assaltadas sozinhas - numa rua deserta onde não haveria ninguém para vê-las e socorrê-las. Ela não tratou sobre as questões sociais mais profundas relacionadas à criminalidade, mas deteve-se na defesa da sociabilidade urbana a partir de padrões de comportamento espontâneos, observados no cotidiano da vida das pessoas nos espaços das cidades.

Note-se que Jacobs pôs um acento na questão da necessidade de segurança para as pessoas, referindo-se à ameaça de violência urbana. O contexto em que desenvolveu seus estudos e críticas foi o da sociedade americana de Nova Iorque, cidade que apresentava áreas do seu centro esvaziadas, iniciando ainda um processo de renovação, com um índice alto de criminalidade. Por outro lado, a autora também defendeu a importância da coexistência alegando outros motivos, tais como a necessidade humana de solidariedade, que poderia ser ofertada caso o espaço público da rua respondesse a alguns princípios, como aqueles em que ela defende a variedade dos tipos edificadas. A diversidade oportunizaria o encontro, como é abordado em sequência.

C. As edificações deveriam configurar-se pela diversidade, mas com alta densidade construtiva, implantadas em quadras curtas e próximas às calçadas, para favorecer a presença de pessoas no espaço público.

As ruas deveriam oferecer motivos para ser utilizadas ininterruptamente. Para tanto, o entorno edificado das ruas precisaria configurar-se de modo a propiciar às pessoas interesses variados para percorrê-las. Esse princípio posto por Jacobs é parte importante de sua crítica aos postulados do urbanismo funcionalista moderno.

Não é sem razão que ela se opôs à relação da baixa ocupação do solo e à alta densidade construtiva propiciada pela verticalização, bem como aos consequentes recuos caracterizados pelas grandes áreas verdes. Essas áreas distanciavam as edificações das ruas e, segundo a autora, tornavam-se um espaço “vazio”. Nesse tipo de ocupação, para Jacobs, a rua perderia seu sentido:

As ruas devem não apenas resguardar a cidade de estranhos que depredam: devem proteger os inúmeros desconhecidos pacíficos e bem intencionados que as utilizam, garantindo também a segurança deles. Além do mais, nenhuma pessoa normal pode passar a vida numa redoma, e aí se incluem as crianças (JACOBS, 2010, p. 36).

O espaço público, a rua, deveria estar alinhado com as edificações, de modo que essas oferecessem a proximidade de quem está no seu interior a quem está no seu exterior. Portanto, a autora defendia que elas deveriam ter um maior número de aberturas possível, assim como de formas variadas.

A diversidade arquitetônica - como as diferentes fachadas e suas respectivas aberturas - resultaria da presença de edificações antigas junto às novas. Foi a maneira encontrada por Jacobs, ao observar os centros urbanos antigos, de obter uma variedade edilícia. Ela ressaltou outro atributo importante: os prédios antigos, conforme se reportava às preexistências, teriam um baixo valor no mercado de imóveis devido às suas precárias condições. Poder-se-iam encontrar edifícios deteriorados de menor valor, o que possibilitaria às pessoas com rendimentos econômicos inferiores conseguir adquiri-las. As edificações, ao serem reaproveitadas, condicionariam a presença de uma variedade diferente de moradores numa localidade.

Dessa maneira, a variedade edilícia representaria a possibilidade de abrigar pessoas de classe social diferente. O conjunto de suas fachadas, dispostas lado a lado, destinar-se-ia ao abrigo de pessoas com rendimentos econômicos diversos, também porque teriam diferentes dimensões. Assim, a diferença de classe social dos moradores seria um aspecto benéfico para a vida urbana. Propiciaria vitalidade às ruas diante da maneira particular que cada pessoa, ou grupo social, manifestaria ao se apropriar dos espaços urbanos.

Identifica-se a valorização aferida à coexistência humana por Jacobs. Na sua forma de se expressar, ela reportou-se à necessidade de compartilhamento entre as pessoas, as diferentes pessoas. A Imagem 91 mostra a necessidade humana de compartilhamento numa simples brincadeira de criança. “Uma das coisas mais admiráveis e agradáveis que podem ser vistas ao longo das calçadas

das grandes cidades são as engenhosas adaptações de velhos espaços para novos usos” (2010, p. 125).

Imagem92 - A menina e o Outro.



Fonte: pinterest. Street Photography. Acesso em: setembro de 2016.

As altas taxas de ocupação do solo foram também defendidas como uma condição necessária para se garantir a variedade. Não obstante, em uma alta densidade construtiva, dever-se-iam inserir ruas para entrecortar as quadras, o que evitaria que suas grandes extensões as tornassem intoleráveis, como dizia a autora. Portanto, ela defendia a presença de ruas frequentes.

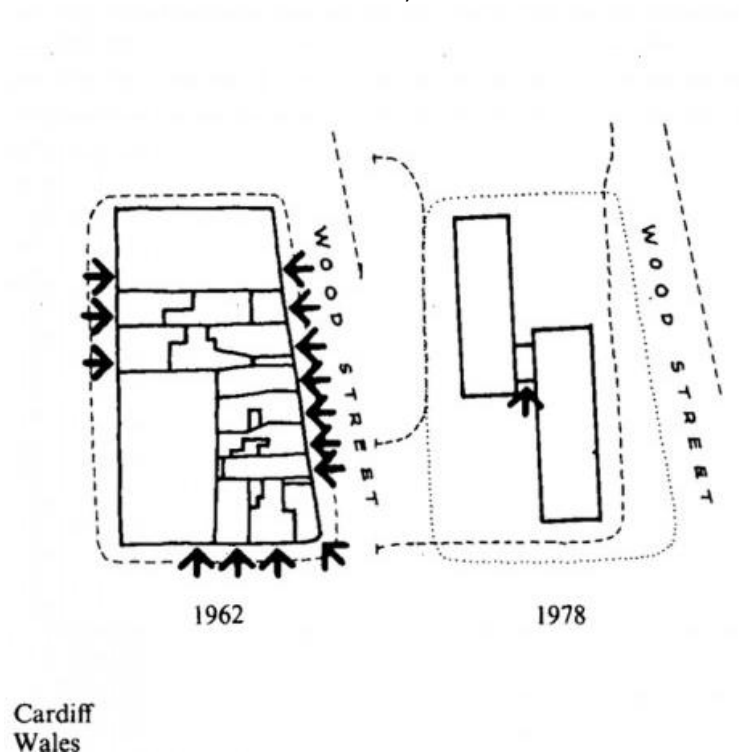
A necessidade de quadras curtas se constituiria com uma das suas recomendações mais bem aceitas no desenvolvimento de planos e projetos urbanos em muitas localidades. Elas incentivariam as pessoas a percorrerem melhor os espaços do entorno de suas moradias por meio de uma quantidade maior de trajetos, o que ocasionaria um fluxo maior de pessoas nas ruas. Além de que algumas ruas nas quais as pessoas tenderiam a não passar, por não fazerem parte do seu caminho natural, seriam utilizadas devido às suas conexões com outras.

As esquinas deveriam ser também mais frequentes. Não se deveria esquecer que elas abrigariam edificações com duas frentes para a rua, o que amplia a presença de olhos dos interiores para o exterior. Edificações mais estreitas implicariam mais moradores, outro aspecto que aos outros se soma à defesa do espaço público das cidades com maior vitalidade por parte dessa autora.

Notadamente, observe-se que ela se reportou às qualidades que identificou nas áreas adensadas dos centros urbanos e sobre elas se debruçou para construir seu pensamento e elaborar suas críticas, consideradas como críticas de base humanista, visto que sua preocupação maior era com uso do espaço público por parte das pessoas.

Podem-se identificar os aspectos arquitetônicos e urbanísticos citados por Jacobs nas imagens dos desenhos esquemáticos que seguem. Na Imagem 92, observam-se dois desenhos: o primeiro data de 1962 e refere-se a uma quadra subdividida em vários lotes pequenos, estreitos e variáveis quanto ao seu tamanho. No segundo, datado de 1978, o desenho refere-se a uma quadra (ou uma grande área) com a implantação de duas torres paralelas e deslocadas, com uma grande área de solo livre. Esses dois desenhos esquemáticos foram compreendidos como representantes de dois tipos de ocupação do solo: o do tecido antigo (a quadra subdividida e toda ocupada) e o do tecido do urbanismo funcionalista (a quadra sem demarcação de lotes, com as edificações “soltas” em meio ao verde).

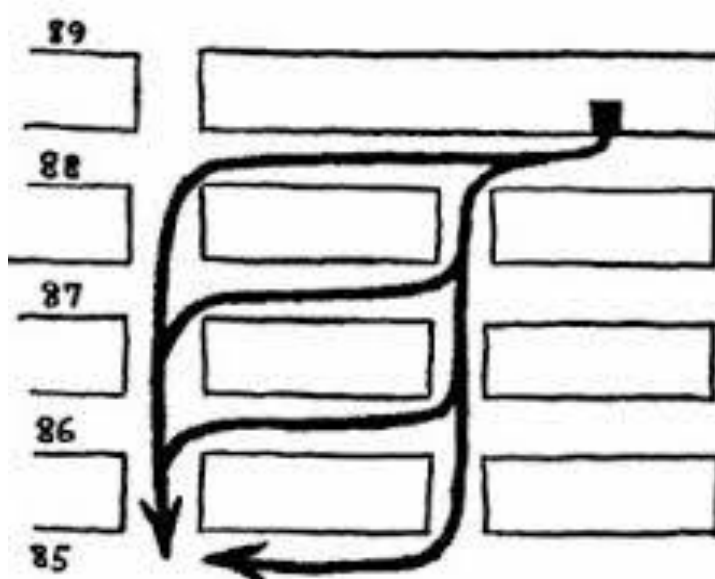
Imagem93 - Maior número acessos nos lotes estreitos (imagem de 1962), menor número de acesso (imagem à direita).



Fonte: Bentley.

A Imagem 93 mostra o desenho esquemático de um conjunto de quadras “curtas”, com um número grande e variado de percursos.

Imagem94 - Maior número trajetos (quadras curtas).



Fonte: Morte e Vida nas Grandes cidades americanas.

Jacobs não defendeu a existência de um tipo edifício “ideal”, mas proclamou que se deveria evitar a monotonia da repetição que ela identificava nas edificações ordenadas (com o mesmo gabarito e posicionamento) no solo livre. A racionalidade na disposição espacial foi um motivo enorme de sua contestação. Como foi mencionado, ela afirmava existir uma ordem subjacente ao “caos” que caracterizava as cidades em meados do século XX, e valorizava sua variedade como boa para a vitalidade do espaço público. Nesse contexto, ela defendeu que as edificações, além de precisarem possuir formas diferenciadas, deveriam abrigar usos complementares e não se restringir a um só tipo de atividade. Portanto, evidencia-se sua anteposição ao zoneamento funcional.

D. As edificações deveriam abrigar usos mistos que gerassem motivos para que uma variedade de pessoas transite no espaço público.

As edificações deveriam abrigar uma quantidade substancial de estabelecimentos juntamente com o uso habitacional. Jacobs confiava que o uso misto proporcionaria uma maior variedade às fachadas e às suas aberturas, visto que cada qual abrigaria uma necessidade particular.

A diversidade de usos possibilitaria o estabelecimento de contatos diferentes, como os referentes às pessoas que estariam no interior das edificações e as que utilizariam seu exterior. Contatos que deveriam se dar devido à localização distinta dos acessos e das aberturas - as janelas -, de modo que a visibilidade se apresentaria de forma diferenciada (um jogo de transparência e/ou de opacidade). As edificações deveriam atuar no conjunto urbano como peças atrativas para a vida citadina.

Jacobs não definiu como deveria ser a arquitetura das edificações, afinal esse não era seu ofício, mas alertou para os efeitos positivos da variedade edilícia. Afirmava que se deveria combater o isolamento da vida privada restrita, sem contatos interessantes. Esses apenas poderiam acontecer nas ruas.

A promoção da diversidade de usos iria gerar motivos concretos para as pessoas se deslocarem e utilizarem o espaço público. Se tais usos diversificados se distribuíssem ao longo das calçadas, tenderia a aumentar a vitalidade das ruas e essas se tornariam mais seguras diante da presença de muitas pessoas. Jacobs ressaltava que: *“pessoas atraem outras pessoas”*¹⁰⁰ e explicava:

¹⁰⁰ Sobre o conceito de pessoa, já foi dito: pessoa é relação (GUARESCHI, 1998). Afinal, a existência humana vai se constituindo a partir de milhares de relações com outras pessoas estabelecidas ao longo da vida. Relações de proximidade, de afastamento ou de ausência. Essa definição de pessoa como relação não significa dizer que ela vai estar “em” relação, visto que é possível existir relação e ela permanecer fechada em si mesma. As pessoas podem relacionar-se, mas continuar pensando e agindo como alguém que não tem relação com os

[...]a presença de pessoas atrai outras pessoas, isso é uma coisa que os planejadores e projetistas têm dificuldade em compreender. Eles partem do princípio de que habitantes das cidades preferem contemplar o vazio, a ordem, e o sossego palpáveis. O equívoco não poderia ser maior. O prazer das pessoas de ver o movimento e outras pessoas é evidente em todas as cidades. Esse hábito chega a um extremo quase absurdo na alta Broadway, em Nova York, onde a avenida é dividida por uma estreita ilha central, bem em meio do tráfego. Nas esquinas das ruas transversais a essa ilha, que fica no sentido norte-sul, foram colocados bancos atrás de enormes defensas de concreto, e em qualquer dia, mesmo quando o clima beira o insuportável, esses bancos enchem-se de pessoas em todas as quadras, que ficam olhando os pedestres que atravessam a avenida diante delas, olhando o tráfego, olhando as pessoas nas calçadas repletas, olhando umas às outras (JACOBS, 2010, p. 38).

Jacobs insistiu veementemente sobre a importância de as pessoas utilizarem os espaços para além de suas moradias. Parece até que essa autora, na segunda metade do século XX, anteviu uma tendência que viria caracterizar o pensamento humanista subjacente a algumas políticas urbanísticas do século XXI.

Um dos exemplos muito em voga na atualidade se refere ao urbanista Jan Gehl (2013) que, tendo adotado os fundamentos de Jacobs e de outros urbanistas da mesma época (Cullen 1961 e Lynch 1960, em destaque), implantou políticas públicas que promoveram um maior uso dos espaços públicos na próspera Copenhague (Imagem 94).¹⁰¹

outros, principalmente se estão em meio a uma sociedade essencialmente liberal (ANDRADE; STORCH, 2016), em que se identificam condutas de dominação e exploração.

¹⁰¹O “sucesso” das políticas públicas em Copenhague é bem retratado e criticado no artigo *Urbanismo de luxo na excludente Dinamarca: o caso Copenhague*, da autoria de Anthony Ling (publicado em 25 de novembro de 2013). Ling assinala que o ideário de Jan Gehl - que proclama a importância do uso da bicicleta para além da necessidade de transporte, mas também para melhorar a qualidade de vida das pessoas - foi perseguido por muitos planejadores brasileiros (como ele diz: *cerca de 40% dos moradores de Copenhague pedalam para se transportar*). Entretanto, eles não se atêm às condições culturais e econômicas que caracterizam a sociedade na Dinamarca. Ling afirma que, para essa sociedade, manter o *status quo* e sua “hegemonia cultural” tornou-se um tipo de “clube de luxo”, visto que existe uma política migratória excludente, que não aceita a entrada de pessoas de fora para participar *desse próspero ambiente econômico*.

Imagem95 - Edificações com uso misto.



Fonte: <http://www.landezine.com/wp-content/uploads/2011/04/04-NewRoad-Landscape-project-gehl-architects.jpg>.

O aumento indiscriminado de vias destinadas ao transporte viário privado incitou a população de várias cidades a reivindicarem a implementação de ruas destinadas apenas para pedestres, e de outras compartilhadas com modos diferentes de deslocamento (Imagem 95).¹⁰²

Imagem96 - Edificações com uso misto no entorno de vias de pedestres.



Fonte: <http://propiedades.com/blog/arquitectura-y-urbanismo/ventajas-de-vivir-cerca-del-trabajo>.

¹⁰²As áreas do centro de várias cidades brasileiras adotaram a ideia de se tornarem ruas exclusivas para o pedestre. Essa noção veio no bojo da revitalização dos centros históricos que poderiam ser reutilizados com a valorização do comércio existente no térreo, sobretudo, das edificações. Uma das primeiras ruas a se converter ao uso dos pedestres foi a Rua das Flores, trecho da Rua XV de Novembro, no Centro de Curitiba, criada em 1972. O mesmo veio a acontecer em São Paulo, Recife, Rio de Janeiro, Santos e Salvador, dentre outras cidades que contam com vias exclusivas para pedestres.

Atenta à necessidade de propiciar vitalidade aos espaços públicos, Jacobs defendeu que o uso misto deveria instalar-se no pavimento térreo, próximo à rua e alinhado à calçada, e os demais pavimentos deveriam ser destinados ao uso residencial.

Sem se ater especificamente ao tipo de espaço que estava defendendo, Jacobs propôs um tipo de transição, ou limiar, entre a moradia do sujeito e o lugar dos outros, ou do Outro, habitante do espaço público – que, como andarilho, poderia adentrar as lojas ou os cafés localizados no pavimento térreo.

Em outra passagem dos seus escritos, a autora previu a possibilidade de encontro, mesmo na situação em que o sujeito morador estivesse em um pavimento mais elevado. Ela relata um caso em que, de dentro da edificação, no terceiro andar, uma mulher gritou para um transeunte e informou-lhe que a parada de ônibus era mais adiante, em outra localidade. Nesse momento, vislumbra a autora, é que se criaria um espaço de integração das duas “territorialidades” (a do sujeito morador e a do Outro), e que elas se “fundiriam” momentaneamente. Trata-se do *rostro da ética* que desvela o cuidado entre eles, o sujeito e o Outro. A moradora desconhecia-o, mas ofereceu-lhe ajuda.

No entanto, Jacobs, ao relatar esse caso, afirma que a intervenção da moradora (da mulher) deveria supor autoconfiança de sua parte, a de quem age (sujeito morador) como coproprietária da rua e informante para o transeunte. Ressalta ainda que o (sujeito) morador deve escolher assumir a responsabilidade por quem está fora da casa, pelo usuário (Outro) do espaço público. O morador (sujeito) precisa escolher correr o risco de enfrentar a violência (afinal, o Outro poderia ser um criminoso) da rua ou ter confiança em quem está lá. Para responder a esse dilema, a autora oferece uma alternativa que vem do conhecimento do sujeito sobre o transeunte, “o Outro”, adquirido pelos pequenos contatos diários que podem ser estabelecidos entre eles.

A confiança deveria advir dos pequenos contatos diários, o que pressupõe a experiência com o Outro, ou seja, certo tipo de conhecimento de quem ele é, ou de como se comporta “nos pequenos contatos” (JACOBS, 2010, p. 60). Jacobs defende que seu cultivo não deveria ser institucionalizado, nem deveria implicar um comprometimento pessoal. Referia-se aos pequenos encontros que acontecem numa comunidade nas quais são estabelecidos contatos, como “os conselhos do jornaleiro, das pessoas que param no bar, dos fregueses da padaria”. Ela afirma que: “A inexistência da confiança é um desastre para a rua”.

Primeiramente, identifica-se a necessidade da coexistência desinteressada, quando a autora aponta o critério do uso misto como uma possibilidade de se estar junto ao Outro e poder compartilhar algo, como a ajuda mútua. Entretanto, identifica-se, em sequência, que Jacobs também defende que a coexistência precisa da confiança para com quem se vai estabelecer algum contato, ou seja, a coexistência com alguém com o qual se tenha algum tipo de conhecimento prévio. Nessa

segunda acepção, a autora não adere ao apelo da ética da alteridade, que pressupõe o acolhimento à necessidade do próximo, independentemente de se ter qualquer conhecimento sobre ele.

Em outro momento de seus escritos, Jacobs reporta-se à necessidade de os usos junto às edificações habitacionais deverem ser compatíveis para a eficiência das localidades. Ela defendia a necessidade de as localidades abrigarem pessoas em vários turnos e horários do dia, de modo a evitar ruas desertas, como era comum de ser observado em áreas de centro comercial e/ou de escritórios.

De fato, o movimento na rua é importante também para quem está no interior de sua casa. É uma forma de deixar a vida entrar, como a que é capturada pelo olhar carente de atenção. Seu suprimento pode ser obtido com o compartilhamento momentâneo da existência alheia através da janela. Na Imagem 96, a senhora idosa, como muitos outros nessa faixa de idade, passa um tempo do seu dia a olhar para o exterior.

Imagem97 - A Mulher idosa na janela de sua casa em um vilarejo no Nepal.



Fonte: Foto ONU/John Isaac.

Jacobs buscou promover o movimento das pessoas nas ruas. Procurou enfrentar a existência, nas cidades, de ruas desertas, propondo vitalidade contínua, ou em todos os horários. Para tanto, defendeu a distribuição de usos diferentes e combinados, edificações antigas junto às novas implantadas, de preferência em quadras curtas. Assim, haveria condições e motivos diferentes para as pessoas percorrerem as localidades no entorno de suas moradias.

Esse movimento nas ruas foi denominado de “Balé da calçada”, algo a ser apreciado e vivenciado, de modo a possibilitar acontecerem os “contatos interessantes”.

Os “contatos interessantes” no desenrolar da existência humana. Buscou, portanto, propor princípios que promovessem organizações espaciais que possibilitassem a coexistência das pessoas. Ainda que as críticas de Jacobs tenham sido construídas para fazer face a um contexto específico, as transformações em curso nas grandes cidades americanas que, segundo ela eram pautadas pelo ideário do urbanismo funcionalista, deixou seu legado para outras gerações e ambientes socioeconômico e cultural. No próximo item, serão salientados os contributos específicos de Jacobs para os predicados espaciais.

7.3 Considerações

Importa esclarecer que Jacobs propôs princípios para o desenvolvimento urbano pautado na criação de espaços voltados para as pessoas. Conforme foi mencionado, a reconhecida ativista lutou pela vitalidade urbana. Enfrentou as transformações que desrespeitavam as preexistências e valorização da ordenação espacial que não favorecessem o uso das ruas pelas pessoas. Contrária às grandes distancias que só poderiam ser percorridas de carro e por meio das grandes artérias viárias e elevados, defendeu a cidade em outra escala, para as pessoas. Inspirada pelo tecido histórico das áreas centrais, promulgou princípios: quadras curtas, edificações estreitas junto a outras maiores, mas com muitas janelas, uso misto no térreo, deslocamento de pessoas no passeio público, dentre outros.

Não se tratou de uma repetição das características tipológicas e morfológicas que observou caracterizarem o tecido espacial dos centros antigos. Ela foi além. Pretendeu imprimir às novas transformações arquitetônicas e urbanísticas tais características. Ela defendia que a modernização deveria estar integrada à cidade preexistente e que deveria contribuir para a diversidade urbana.

Entretanto, como não era seu ofício, Jacobs deixou como legado princípios de grande relevância, mas não propriedades espaciais, visto que ela não desenvolveu espacialidades e suas materialidades, quanto à sua forma específica, como as contidas em planos e/ou projetos arquitetônicos e urbanísticos. Dessa maneira, não foram identificados predicados espaciais da alteridade nos termos desenvolvidos neste trabalho.

Ainda assim, os princípios postulados por Jacobs que fazem face à ética da alteridade (mas que podem materializar-se de diferentes formas) são sinteticamente expostos na sequência, mesmo considerando que já foram abordados quando da análise de cada princípio.

Momentos de vivência compartilhada podem ser possibilitados pela presença do uso misto. É, portanto, um princípio propício à coexistência, mas não é uma propriedade da forma arquitetônica que possa converter-se em predicado espacial, pois o uso misto pode ser disposto de diversas formas nas edificações. Mesmo assim, a ele foi inferida uma posição - uso misto no nível da rua – o que possibilita a criação de uma zona de transição entre a moradia do sujeito (o Eu) e o espaço público onde está o Outro.

A *visibilidade diferenciada* pode ser propiciada pelas aberturas diferentes. Essas permitem o olhar do interior, por meio das janelas, para o “balé das calçadas”, as pessoas em seu passeio nas ruas. Sob o ponto de vista de quem está no interior da edificação, pode ser salutar olhar para o movimento das ruas, porque remonta à necessidade de contemplar a vida, como já foi mencionado. Sob o ponto de vista de quem está no espaço público, pode ser uma forma de abrigo contar com os olhares das janelas acompanhando o passo do andarilho, por vezes errante, diante de sua vulnerabilidade.

Atrativos para o transeunte, obtidos das fachadas das ruas. Jacobs não as definiu desse modo específico, mas defendeu a necessidade de as edificações se disporem juntas - lado a lado -, o que resulta na configuração de uma fachada urbana, como também foi mencionado por Carrión. O emolduramento da rua pelas edificações constroi ambiências diferentes que podem acolher, como a mencionada fachada com flores. Nela, prolongou-se o cuidado que se teve com o espaço interior, da edificação, para o exterior, beneficiando o passeio do transeunte.

Pode-se afirmar que foram muito importantes os princípios proclamados por Jacobs. Deles várias soluções espaciais podem ser desenvolvidas e, portanto, não foi sem razão que seus contributos reverberaram no desenvolvimento de muito outros estudos e propostas arquitetônicas e urbanísticas. Aos seus princípios em prol da vida urbana são feitas referências constantes. Eles precisavam compor as análises empreendidas nesta tese.

8 CONCLUSÃO

A epifania do *Outro* contém uma significação própria, independente dos sentidos advindos do mundo (LÉVINAS, 1972-2012). A ideia de infinito desvela-se assim no *rosto do Outro*, pois que ele manifesta essa impossibilidade de compreensão. Portanto, suas necessidades exteriores aos sujeitos não podem ser apreendidas, nem sequer ser imaginadas, pois que estariam reduzidas ao mundo dos *Mesmos*. Destarte, responder a elas significa pautar-se pela ética, e a partir do princípio da exterioridade. Analogamente, assim deverá ser a concepção do entorno das edificações, o espaço aberto público, posto que seja o espaço do *Outro*. Exteriores às edificações, ele é de livre acesso e permite a todos, desconhecidos, utilizá-los.

Ambos os espaços, o privado das edificações e o aberto público externo a elas, se relacionam pela zona do limiar. Essa deve compor o espaço público de modo a possibilitar o abrigo do *Outro*. Portanto, a coexistência de tais espaços, para o acolhimento das diferentes pessoas, moradores e não moradores, é imprescindível sob o ponto de vista da ética da alteridade.

Ao longo de todo o trajeto de desenvolvimento desta tese, colocou-se a questão da *utopia*, enquanto limitadora da prática da ética da alteridade, quando se trata de conceber a organização de espaços urbanos. Esse questionamento poderia ter constituído um desafio a ser transposto, ou até mesmo um impedimento, caso se instaurasse a dúvida sobre sua aplicabilidade. Entretanto, a noção de que o *Ser* se constitui pela vulnerabilidade e, ao mesmo tempo, a visão generosa da autora desta tese sobre o homem acompanhou e sustentou seu desenvolvimento. Não é sem razão que, na busca por encontrar um alinhamento filosófico para o desenvolvimento desta tese, foram abraçados os provocantes fundamentos concebidos por Emmanuel Lévinas que, como visto, propõe a inversão da Ontologia, como filosofia primeira, para a Ética.

Importa registrar que a incerteza quanto à existência de *predicados espaciais da alteridade* se fez constante, e só foi possível saná-la no desenrolar de sua trama, quando já se encontrava adiantadamente tecida. A sua identificação nas duas correntes do urbanismo investigadas, a funcionalista e a humanista, surpreendeu de forma entusiasmada, pois que a suposta *utopia* fora materializada em pensamentos urbanísticos distintos. Não foi objetivado encontrá-los na completude de seus postulados, mas sim, identificar sua existência e expressões.

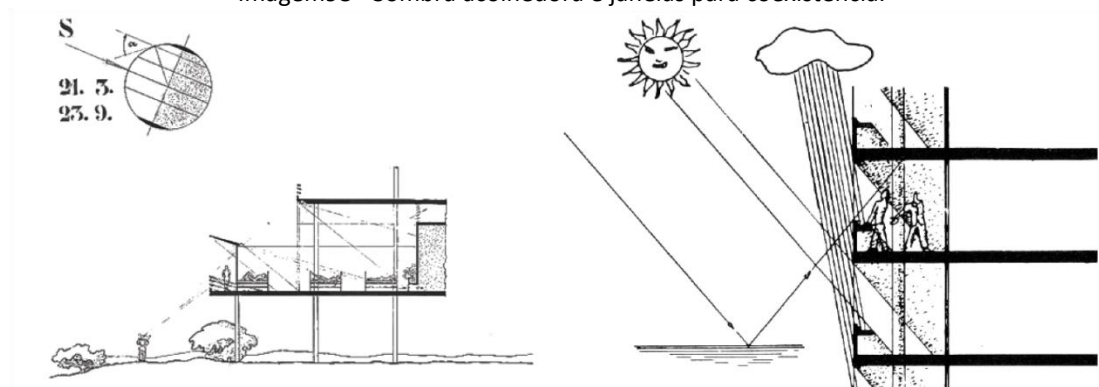
Evidentemente, os predicados espaciais da alteridade identificados (nos documentos da Carta de Atenas, da Carta do habitat, do Manifesto de Dornr, dos escritos de Barone e Vidotto sobre o Team 10) não esgotaram os possíveis achados de outros que, por acaso, se aventarem a descortiná-los. Novas associações sobre as materialidades propostas podem ser descobertas. O olhar posto sobre tais documentos não carregou a intenção de reduzir seus conteúdos, mas de incitar sua contínua investigação e proposição.

A importância da identificação dos *predicados espaciais da alteridade* residiu em mostrar a sua presença nos urbanismos funcionalista e humanista, mas não para delimitá-los nessa

classificação. Em ambas as correntes percebem-se que, ao intencionar resolver certos problemas que versam sobre a configuração espacial arquitetônica urbana, ao seu tempo e contexto locacional, foram criados predicados espaciais que podem acolher o *Outro*, porque o respeito ao *Ser* em sua existência, em sua vulnerabilidade intrínseca, cuida da coexistência de pessoas diferentes no recorte espacial estudado. Esse é o contributo de maior relevância desta tese.

Conforme identificado, a interpelação dos rostos habitantes do espaço urbano pode ocorrer por meio da *sombra acolhedora* obtida mediante a elevação das edificações sobre pilotis (Imagem 97). As edificações assim ordenadas oferecem e convidam as pessoas a entrarem em seu espaço térreo sombreado. Sem distinção de acessos e criação de barreiras, elas se abrem para todos no nível do solo. Para quem quiser percorrê-las, conformam um abrigo.

Imagem98 - Sombra acolhedora e janelas para coexistência.



Fonte: <http://www.bankinginvestment.net/article/27603080/le-corbusier-a-french-lesson-on-murs-neutralisants-/>. Acesso em dezembro de 2016

Ao propor a *sombra acolhedora*, não se está pensando apenas no morador, uma vez que seu espaço é compartilhado com o *Outro*, com o desconhecido (quando os espaços dos pilotis aparecem cercados com gradis, são assim ordenados devido a outros fatores socioculturais). Trata-se de uma proposição de *continuidade sem hierarquia*, o possibilitar um livre caminhar nesse espaço privado, sob as edificações, e, assim, permitir a coexistência das diferentes pessoas (moradores e não moradores).

A *visibilidade hospitaleira*, propiciada pelo espaço livre ao redor das edificações oferece às pessoas a oportunidade de olhar para outras no exterior, o que permite ajuda mútua em face da possibilidade de um encontro visual. A materialidade na forma das janelas em fita, configuradas por conta das estruturas recuadas do plano das paredes das fachadas, permite que se prediquem como *janelas para a coexistência*, porquanto convidam para se estabelecerem *olhares hospitaleiros*, diante da interpenetração do espaço do interior das edificações e dos exteriores (depois, se lhe colocam cortinas, é em razão de fatores outros, como os de ordem sociocultural).

A aproximação desses dois domínios, interior e exterior, possibilita o comportamento moral da hospitalidade com vista ao acolhimento diante da diferença do *Outro*. Em resposta à visibilidade do rosto que interpela o sujeito, o morador tende a responder com cuidado.

A abertura para o *Outro* também se dá pelo *espaço da reciprocidade*, aquele que intermedia pela sua posição de limiar entre o interior das edificações e o exterior, o espaço público. Com outra materialidade, caracterizada por propriedades arquitetônicas urbanas diferentes da *janela da coexistência*, o *espaço da reciprocidade* permite, além da visibilidade, o compartilhamento de momentos da vida. Nele é possível realizar experiências durante a entrada e a saída das edificações para o espaço público, seu entorno adjacente.

Esses espaços limiares por vezes se materializam como rodapés “vivos” das edificações, visto que em forma de bancos, caixas de areia, ou ainda de círculos para as crianças brincarem (Imagem 98). Constituem-se formas arquitetônicas urbanas propícias para a vivência humana, sem impedimento da sua fruição.

Imagem99 - Brincadeira dentro e fora da edificação.



Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/161848180328922565/>. Acesso em dezembro de 2016

Peculiar e respeitosa é a transição entre o interior e o exterior das edificações, quando caracterizada com propriedades espaciais que amenizam a oposição entre a luz clara e a escura, as

alturas alta e baixa, os espaços estreito e largo, dentre outras propriedades opostas. Sem buscar anulá-las, mas reconhecendo sua diferença, procurou-se preservá-las e concebê-las com formas capazes de evocar *as boas-vindas* para quem vem de fora, o *estrangeiro*.

Evocar boas-vindas ou ir ao encontro do *Outro* é um comportamento moral que reconhece o próximo como semelhante ao sujeito que o recebe, dele nada requer, e ainda respeita sua integridade. O conceito que trata tais espaços de transição dessa maneira (*fenômeno gêmeo* elaborado pelo arquiteto urbanista Aldo van Eyck, como já mencionado) materializa ou expressa essa condição ética.

A junção de edificações sobre pilotis, como exposto, configura *sombras acolhedoras*. Quando essas edificações são implantadas juntas em torno de espaços abertos, conformam *pátios*. Com formas diferentes, as edificações que se “suspendem” e as que se “dobram” conformam espaços com potencialidades para abrigar o desconhecido.

Os planos abertos nas fachadas das edificações e em algumas de suas partes estendidas em direção à rua, ambos com formas propícias para abrigar as atividades humanas, configuram predados espaciais *de aproximação solidária*. Já os planos fechados das edificações podem ser telas participantes da ambiência do meio, uma vez que as cenas da vida urbana se constroem ainda entre os invólucros das edificações que conformam os espaços públicos (Imagem 99). Eles constituem a cidade dos homens.

Imagem100 - Calle do centro de Tacubaya, cidade do México.



Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/485122191083932270/>

Não se pode perder de vista que as edificações contribuem para a composição da vida urbana. De maneiras diferentes, elas compõem um ambiente em que se pode colar mundos diversos, os das diferentes pessoas. Elas são a matéria-prima nessa composição com o espaço exterior público: é o espaço do sujeito e o espaço do *Outro*. Esse *Outro* é aquele que deve vir primeiro, aquele para o qual as edificações devem suspender-se ou dobrar-se.

Sem constituir o espaço para o *Outro*, a moradia do sujeito não se completa em termos éticos diante da necessidade de responder às vicissitudes daqueles que estão nos seus entornos. A resposta oferecida ao desconhecido sob a forma de cuidado, de respeito e de responsabilidade, o constitui como Ser em sua existência urbana.

Dessa forma, ainda que o mundo do individualismo acentuado seja predominante, notadamente na sociedade capitalista, e os arranha-céus emergjam solitários e propiciem a nulidade em termos éticos ao seu entorno, não conseguem apagar o sentido de humanidade presente nos diferentes pensamentos do urbanismo representado pelos *predicados espaciais da alteridade*.

Por fim, ressalte-se que, se em algum lugar (no seu sentido geográfico e antropológico), se em algum gesto o *Outro* foi mais importante que o *Eu* (o sujeito), é possível e imprescindível que a ética seja anterior à Ontologia, como foi visto no *urbanismo da alteridade*.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Diogo Villas Boas. **O paradoxo levinasiano de uma liberdade heteronômica**. Recife, 2014. Mestrado (Mestrado em Filosofia) - Programa de Pós- graduação em Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.
- ALMEIDA, Leonor Duarte de. Suscetibilidade: novo sentido para a vulnerabilidade. **Revista Bioética**. 2010; 18(3): 537 – 48.
- ALVES, M. A. Da fenomenologia à responsabilidade ética: uma breve análise desde o pensamento de Lévinas. **Thaumazein**, Santa Maria, Ano V, Número 10, Dez. 2012, pp. 43-52.
- ANDRADE M. OLIVEIRA, É; STORCH, M. L. A. Por um urbanismo moral. **Insight Inteligência**, Rio de Janeiro, v. 7, 2015, pp. 66-77.
- _____. Cidades e diversidade: em defesa do perspectivismo moral no desenho urbano. In: CAMPELLO, Filipe (Org.). **Modernidades ambivalentes: perspectivas interdisciplinares e transnacionais**. 1. ed. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2016, v. 1. pp. 229-255.
- ANELLI, Renato Luiz Sobral; ZUMTHOR, Peter. A materialidade como essência da arquitetura. **Revista Vitruvius**, 027.4, ano 09, maio 2009.
- ARANTES, Otilia. **O Lugar da arquitetura depois dos modernos**: São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 1995.
- BARDIN, Laurence (1977). **Análise de conteúdo**. Lisboa: edições 70. LDA, 2008.
- BARONE, Ana Cláudia Castilho. **Team 10 arquitetura como crítica**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.
- BOFF, L. **O princípio de compaixão e cuidado**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- _____. O cuidado essencial: princípio de um novo ethos. Nosso Futuro Roubado. **Revista Ibict**. v. 1, n. 1, p. 28-35, out./mar., 2005.
- _____. **Cuidar da terra, proteger a vida**. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2010.
- CARRIÓN, Fernando. **Espacio publico**: punto de partida para alteridade. FLACSO - Ecuador, 2016. Disponível em: <www.flacso.org.ec/docs/artfcalteridad.pdf>. Acesso em: maio 2016.
- CARTA DE ATENAS de novembro de 1933 - Assembleia do CIAM - Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – 1933. Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
- CARTA DO HABITAT. 1953. Disponível em: <<https://arquiteturascontemporaneas.wordpress.com/>>. Acesso em: 12 jun. 2016.
- CHOAY, Françoise. **O urbanismo: utopias e realidades – uma antologia**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- CORBUSIER, Le. **Planejamento urbano**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000. (Col. Debates, n. 34)
- _____. **Carta de Atenas**. Tradução de Rebeca Scherer. São Paulo: HUCITEC/edusp, s/d.

_____. **Precisões:** sobre um estado presente da arquitetura e do urbanismo. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

COSTA, J. Crítica ao modelo moderno de subjetividade: a proposta de subjetividade no pensamento de Lévinas. In: CARBONARI, P.; COSTA, J.; DALMAS, G. **Ética, educação e direitos humanos:** estudos em Emmanuel Lévinas. Passo Fundo: IFIBE, 2008.

CULLEN, Gordon. **Paisagem Urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 1983.

DALL'AGNOL, D. Uma análise conceitual do "cuidado" e as suas implicações. **ethic@**, Florianópolis: UFSC, v.9, n.3, pp.29-36, 2010.

DERRIDA, Jacques. **Glas.** Paris: Galilée, 1974.

_____; DUFOURMANTELLE, Anne. **Da Hospitalidade.** São Paulo: Editora Escuta, 2003.

_____. A palavra acolhimento. In: DERRIDA, Jacques. **Adeus a Emmanuel Lévinas.** São Paulo: Perspectiva, 2004.

FERRAZ, Rodrigo. A mais pura arquitetura moderna. **AU. Arquitetura e Urbanismo.** Ed. 158, abr. 2007. Disponível em: <<http://www.au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/158/documento-walter-gropius-por-rodrigo-marcondes-ferraz-48783-1.aspx>>. Acesso em: mar. 2015.

FRAMPTON, Kenneth. **Historia crítica de la Arquitectura Moderna.** Barcelona: Gili, 1987.

FUÃO, F. A collage como trajetória amorosa e o sentido de hospitalidade: acolhimento em Derrida. **Ensaio Filosóficos**, Vol. IX, maio 2014.

GEHL, Jan. **Cidade para pessoas.** São Paulo. Perspectiva, 2013.

GIEDION, Sigfried. **Espacio, Tiempo y Arquitectura.** Barcelona, Ed. Médico-Científica, 1968.

GILLIGAN, C (1982). **Uma voz diferente:** psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2003.

GUARESCHI, Pedrinho. Alteridade e relação: uma perspectiva crítica. In: ARRUDA, Ângela (org.). **Representando a alteridade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

HEIDEGGER, Martin. O ser e tempo. In: VV. AA. **Os filósofos Através dos Textos:** de Platão a Sartre. São Paulo: Paulus, 1998.

_____. (1951). Construir, habitar, pensar. In: **Ensaio e conferências.** Tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes, 2001.

HERTZBERGER, Herman (1999). **Lições em arquitetura.** São Paulo: Martins Fontes, 2015.

HILLIER, B, HANSON, J. **The social logic of space.** Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. Ambiente e vida na cidade. In: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (Org.). **As cidades da cidade.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. pp. 81-92.

HOLANDA, Frederico. **O espaço de exceção**. Brasília: EdUNB, 2002.

HOOFT, Stan van. **Ética da virtude**. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

HOWARD, Ebenezer. **Cidades-Jardins de amanhã**. São Paulo: Hucitec, 1996.

JACOBS, Jane (1961). **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

JONAS, H. **O princípio vida**: fundamentos para uma biologia filosófica. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. **O princípio de responsabilidade**: Ensaio de uma ética para civilização tecnológica. Tradução do original alemão Marijane Lisboa, Luis Barros Montez. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. Puc Rio, 2006.

LEITÃO. **Quando o ambiente é hostil** - uma leitura urbanística da violência à luz de Sobrados e Mocambos e outros ensaios gilbertianos. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

LÉVINAS, E. **Ética e Infinito**: Diálogos com Philippe Nemo. Trad. João Gama. Lisboa: Ed. 70, 1982.

_____. **Totalidade e infinito**. Trad. José Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 1988.

_____. (1991). **Entre nós**: ensaios sobre a alteridade. Trad. Pergentino S. Pivatto. Petrópolis: Vozes, 1997.

LINDSEY, Delario. **Spectacular Urbanism**: The Image, Development and the (Des) Location of the Urban "Other". ISA-RC2I São Paulo Conference, 2009.

LYNCH, Kevin. **The image of the city**. Cambridge: The M.I.T. Press, 1960.

_____. **A imagem da cidade**. Traduzido por Jefferson Luiz Camargo. São Paulo, Martins Fontes, 1997.

MACHADO, Lopes M. **A relação entre o indivíduo e a sociedade em Louis Dumont e Norbert Elias**. 2014. Disponível em: <http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2014%20-%20Maximiano%20Lopes%20Machado%20TC.PDF>. Acesso em: jan. 2015.

MANCE, Euclides André. Emmanuel Lévinas e a alteridade. **Revista Filosófica**. Curitiba: PUC, vol.7 (8), p 23-30, abr. 1994.

MARTINS, Paulo, João. **Arquitectura**: espaço e ritual. Artcapital. 2006. Disponível em: <artcapital.net/arq_des-11-arquitectura-espaco-e-ritual>. Acesso em: set. 2016.

MELO, N. V. **A ética da alteridade em Emmanuel Lévinas**. Porto Alegre: Edipucr, 2003.

MILL, John Stuart. **A Sujeição das Mulheres**. Tradução de Benedita Bettencourt. Coimbra: Almedina, 2006.

MONTANER, Maria Josep. **Sistemas arquitetônicos contemporâneos**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2009.

NASCIMENTO, Cristiano Felipe Borba do. **O edifício Gadget**- Da relação entre função, espaço e forma em tipos arquitetônicos contemporâneos globais: o caso dos estádios de futebol. Recife, 2013. Tese

(Doutorado em Desenvolvimento Urbano) - Programa de desenvolvimento Urbano- MDU. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

NODDINGS, N. **O cuidado**: uma abordagem feminina à ética e à educação moral. São Leopoldo (RS): Unisinos, 2003.

NORBERG-SCHULZ, Christian. **Genius Loci**: Towards a Phenomenology of Architecture. New York: Rizzoli International Publications, 1979. 213 p.

PANERAI, Philippe, CASTEX, Jean, DEPAULE, Jean-charles. **Formas urbanas**- A dissolução da quadra. Tradução Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2009.

_____. **Formas urbanas**. A dissolução da quadra. Tradução Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2013.

PELLIZZOLI, M. **A relação ao outro em Husserl e Lévinas**. Porto Alegre: Edipucrs, 1994.

_____. **Emergência do paradigma ecológico**. São Paulo: Editora Vozes, 2014.

PIVATTO, Pergentino Stefano. Questões da subjetividade nas filosofias do diálogo: o exemplo de Lévinas. **VERITAS**, Porto Alegre. PUCRS. v.48. n2. junho de 2003.

ROGERS, E. N.; SERT, J. L.; TYRWHITT. **El Corazón de la ciudad**. Barcelona: Editoria Científico, 1955.

_____. **Experiencia de la arquitectura**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1965.

SANTOS, L.C. **O sujeito é de sangue e de carne**: a sensibilidade como paradigma ético em Emmanuel Lévinas. Rio Grande do Sul, 2007. Tese (Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Filosofia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

SIDEKUM, Antônio. Liturgia da alteridade em Emmanuel Lévinas. **Utopia y Praxis Latino-americana**, v.10 n.31, pp. 115-123, 2005.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. Guilherme Velho(Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. pp. 11-25.

SMITHSON, Alison. **Team 10 Meetings**: 1953-1984. Nueva York: Rizzoli, 1991.

SOUZA, J. T. B. de. **Ética como metafísica da alteridade em Lévinas**. Rio Grande do Sul, 2007. Tese (Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Filosofia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

SOUZA, Ricardo Timm de. **Sujeito, ética e história**: Lévinas, o traumatismo infinito e a crítica da filosofia ocidental. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

_____. Ontologia e fundamentos: sobre 'A ontologia é fundamental?'. In: TIMM, R. **Sentido e alteridade**: dez ensaios sobre o pensamento de Emmanuel Levinas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

_____. **Sentido e alteridade: dez ensaios sobre o pensamento de Emmanuel Levinas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

STRAUVEN, Francis; EYCK. **The shape of relativity**. Amsterdam: Architectura 7 Natura Press, 1998.

TAYLOR, Charles. **Argumentos filosóficos**. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. **Uma era secular**. São Leopoldo: UNISINOS, 2008.

_____. **A Ética da Autenticidade**. São Paulo: É Realizações, 2011.

TEAM 10: Manifesto de Doorn. (The Doorn Manifest) Tradução e comentários de Fernando Vazquez Ramos. **Usjt. Arq. Urb.**, número 9, 2013. Disponível em: <<http://www.usjt.br/arq.urb/numero-09/14-team-10.pdf>>. Acesso em: ago. 2016.

TEIXEIRA, Carlos. De volta a 1916. Sobre o concurso para edifício Park Avenue 425. **Vitruvius. Minha Cidade**. 148.01. Nova York Estados Unidos, Ano 13, nov. 2012. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/13.148/4566>>. Acesso em: set. 2016.

TUAN, Yi-Fu (1977). **Space and Place: The Perspective of Experience**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2001. 235 p.

VASQUES et al. **Superquadra de Brasília**: preservando um lugar de viver. Organização e coordenação Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Francisco Ricardo Costa Pinto. Brasília-DF: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Superintendência do Iphan no Distrito Federal, 2015.

VIDOTTO, Marco Alison; Smithson, Peter (1997). **Obras y proyectos**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, AS, 2004.

OBRAS CONSULTADAS

ALEXANDER, Christopher; CHERMAYEFF, Serge (1963). **Comunidad y Privacidad**: Hacia una nueva arquitectura humanista. Trad. Rubén Massera. Buenos Aires: Nueva Visión, 1970.

ALMEIDA, Leonor Duarte de. Suscetibilidade: novo sentido para a vulnerabilidade. **Revista Bioética**. 2010; 18(3): 537 – 48.

ANDRADE, M. OLIVEIRA, É. **O Sujeito do Conhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 2012. v. 1. 80p .

ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

ARRUDA, Ângela (org.) **Representando a alteridade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BACHELARD, Gaston (1957). **A Poética do Espaço**. Trad. António de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BATTESTIN, C.; GHIGGI, G. O Princípio Responsabilidade de Hans Jonas: um princípio ético para os novos tempos. In: **Thaumazein**, Ano III, número 06, Santa Maria (Outubro de 2010), pp. 69-85.

BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 4. ed. Trad. Sob a direção de Marco Estevão, Renato Aguiar. São Paulo: Hucitec, 1999.

BENÉVOLO, L. **História da arquitetura moderna**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

_____. **História da Cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

BOFF, L. **A ética da vida**. A nova centralidade. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2009.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRANDÃO, Z. **Núcleo técnico de operações urbanas**. Estudos 2007-2010. Pernambuco: CEPE, 2012.

BRANDER, Elsa Cristina de Lima Agra Amorim. **Ética como responsabilidade na filosofia de Emmanuel Levinás**. Disponível em: <<https://journals.aau.dk/index.php/sd/article/download/778/599>>. Acesso em: ago. 2014.

CALDEIRA, Maria Tereza P. R. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34; Edusp, 2000.

CAMPOS, C. M.; SOMEKH, N. **A cidade que não pode parar**. Planos urbanísticos de São Paulo no século XX. São Paulo: Mackpesquisa, 2002.

CAVALCANTI, Lauro. **Quando o Brasil era moderno**: guia de arquitetura 1928-1960. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001. Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/rio-de-janeiro/palacio-gustavo-capanema>>. Acesso em: set. 2015.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

CONDEPE/ FIDEM- Fundação de Desenvolvimento Municipal. Mapeamento dos recursos hídricos da superfície da RMR. Recife: FIDEM, 1979.

CORBUSIER, Le. **Três estabelecimentos humanos**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1979. (Debates; 96).

COSTA, Márcio L. **Lévinas**: uma introdução. Petrópolis: Vozes, 2000.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** Trad. Bento Prado Júnior e Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DOMINGUES, Rubens M. S. **A identidade do limiar**: um olhar sobre quatro espaços de entrada na arquitetura contemporânea portuguesa. Coimbra, Portugal, 2014. Dissertação (Mestrado integrado em arquitetura) - Departamento de arquitetura da FCTUC, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2014.

DUMONT, Louis. Do indivíduo-fora-do-mundo ao indivíduo-no-mundo. In: **O individualismo**: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1985. Cap. I.

_____. Essais sur L'individualisme: une perspective anthropologique sur l'idéologie moderne. Paris: Éditions du Seuil, 1985. In: NARDI, Henrique Caetano. A genealogia do indivíduo moderno e os suportes sociais da existência. In: **Psicologia & Sociedade**; 14 (1): 141-146; jan./jun.2002.

ECO, H. **Como se Faz uma Tese**. Trad. de Gilson C. Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 2005. (Estudos; 85).

FARIAS, A. A hospitalidade: desconstrucionismo e alteridade na filosofia do acolhimento de Derrida e Lévinas. **Revista Filosofazer**, Passo Fundo, n. 38, jan./jun. 2011, pp.11-24.

FERRAZ, M. A. P. O Recife sob ameaça do atraso. **Diário de Pernambuco**. Recife, 23 mar. 2005. Coluna Opinião, Caderno A, p. A3.

FIGUEIREDO, V. F. A partilha do espaço urbano e a questão do outro próximo: repercussões no discurso teórico e na ficção cinematográfica. **Galaxia** (São Paulo, Online), n. 24, p. 103-114, dez. 2012.

FONSECA, A. C. P. da. **A produção imobiliária e a construção da cidade**. São Paulo, 2004. Tese (Doutorado em Arquitetura)—Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

FRAMPTON, Kenneth. **História crítica da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FREITAG, B. **A teoria crítica: ontem e hoje**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

GHIRARDO, D. **Arquitetura contemporânea**. Uma história concisa. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GUIMARÃES, L. Simpatia, moral e conhecimento na filosofia de Hume. **Dois Pontos**. V. 4 n.2 UFPR e UFSCAR, 2007.

GUIMARÃES, P. P. **Configuração urbana: evolução, avaliação, planejamento e urbanização**. São Paulo: Pro Livros, 2004.

HALL, Edward T (1966). **A Dimensão Oculta**. Trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio d'Água, 1986. 230 p.

HEIDEGGER, Martin (1962). **Ser e tempo**. Petrópolis: Vozes, 2005.

HESSEN, Johannes. **Filosofia dos Valores**. Coimbra, Portugal: Livraria Almedina, 2001.

HOLANDA, Frederico de. **Arquitetura & urbanidade**. São Paulo: PróEditores, 2003.

KUHNEN, T. A ética do cuidado como alternativa à ética de princípios. **Ethic@**. Florianópolis: UFSC, v.9, n.3, p.155-168, 2010.

LACERDA, N. Intervenções no bairro do Recife e no seu entorno: indagações sobre a sua legitimidade. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 621-646. Set./dez. 2007.

_____. "Mundos" Distintos. Conflitos Pela Apropriação do Litoral Nordeste do Brasil. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, V. 12, n. 2 p. 39. Nov. 2010.

LAPA, T. A. **Grandes cidades constroem-se com grandes edifícios?** Recife: Ed. Universitária UFPE, 2011.

LÉVINAS, E (1947). **De l'existence à l'existant**. Paris: J. Vrin, 1978.

_____. **Autrement qu'être ou au delà de l'essence**. Haia: M. Nijhoff, 1974.

_____. **Humanismo do Outro Homem**. Trad. Pergentino S. Pivatto. Petrópolis: Vozes, 1993.

_____. Ética como Filosofia Primeira. In: rev. **A Parte Rei**, nº43, jan. 2006.

MARQUES, Sônia. A ética habitante e o espírito do brutalismo. Brutalismo, megaestrutura e habitação social. **Vitruvius. Arquitextos**. 2014. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.166/5142>>. Acesso em: ago. 2016.

MONTANER, J.M. **Después del movimiento moderno**. Arquitectura de La segunda mitad del siglo XX. Barcelona: Gustavo Gili, 1993.

_____. **La modernidad superada**. Barcelona: Gustavo Gili, 1997.

_____. **Sistemas arquitectónicos contemporâneos**. Barcelona: Gustavo Gili, 2008.

MORAIS, Alexander Almeida. A concepção de Charles Taylor de uma ética da autenticidade unida a uma política do reconhecimento. **Revista Filosofia Capital**. Vol. 6, Edição 13, Ano 2011.

MORALES, Ignasi de Solá. **Territorios**. Barcelona: Ed. Gustavo Gili SA, 2002.

_____. **De cosas urbanas**. Barcelona: Ed. Gustavo Gili SA, 2008.

NEWMAN, O. **Defensible Space – Crime Prevention through Urban Design**. New York: The Macmillan Company, 1972.

NEWTON, Aquiles von Zube. Vulnerability and finitude: Care ethics. **Síntese - Rev. de Filosofia**, V. 39 N. 125 (2012): 433-456.

NORBERG-SCHULZ, Christian. **Existencia, Espacio y Arquitectura**. Trad. Adrian Margarit. Barcelona: Editorial Blume, 1975. 145 p.

PANERAI, Phillippe. O retorno à cidade: o espaço público como desafio do projeto urbano. **Projeto**, São Paulo, n. 173, abr. 1994.

_____. Typologies. In: PANERAI, Philippe et al. **Analyse urbaine**. Marseille: Éditions Parenthèses, 1999, pp. 105-132.

_____. **Análise urbana**. Brasília: Ed. UNB, 2006.

PELIZZOLI, M. **A emergência do paradigma ecológico: Reflexões ético-filosóficas para o século XXI**. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **Correntes da ética ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **Princípio Responsabilidade (Hans Jonas) – ética para a civilização tecnológica** in Correntes da ética ambiental. Petrópolis: Vozes, 2002.

PEQUENO, Marconi. **Ética, educação e cidadania**. Educação em Direitos Humanos: fundamentos histórico-filosóficos, violência. João Pessoa, PB: Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba, 2009.

PERDIGÃO, Ana Kláudia de Almeida Viana. Considerações sobre o tipo e seu uso em projetos de arquitetura. **Vitruvius, Arquitextos**, São Paulo, ano 10, n. 114.05, nov. 2009.

QUEIROZ, Rodrigo. Forma moderna e cidade: a arquitetura de Oscar Niemeyer no centro de São Paulo. **Revista Vitruvius**, São Paulo, 151.08, dez. 2012.

RAPOPORT, Amos. **Aspectos Humanos de la Forma Urbana**: Hacia una confrontación de las Ciencias Sociales con el diseño de la forma urbana, Trad. Josep Muntanola Thornberg. Barcelona: Gustavo Gili, 1978. 381p.

RESWEBER, Jean. Paul. **A Filosofia dos Valores**. Coimbra: Editora Almedina, 2002.

RICOEUR, P. O si e a perspectiva ética; O Si e a norma moral; O Si e a sabedoria prática: a convicção. In: **O si mesmo como o outro**. Campinas: Papirus, 1991. Cap. 7, p.199-236; cap. 8, p.237-280; cap. 9, p.281-346.

ROLNIK, R. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

ROSSI, Aldo. **Arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SEGAWA, H. **Prelúdio da metrópole**: arquitetura e urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX ao XX. Cotia SP: Ateliê Editorial, 2000.

SIDEKUM, Antônio. **Ética e Alteridade**: A subjetividade ferida. Porto Alegre: Editora Unisinos, 2002.

SINGER, P. **Vida ética**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

_____. **Ética Prática**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SLOTE, M. **The Ethics of Care and Empathy**. New York, NY: Routledge, 2007.

SOLÀ-MORALES, I. Topografía de la arquitectura contemporánea. In: **Diferencias**. Topografía de la arquitectura contemporánea. Barcelona: Gustavo Gili, 1995.

SOUZA, Ricardo Timm de. **Ética como fundamento**: uma introdução à ética contemporânea. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2004.

_____. **Alteridade e Ética**: obra comemorativa dos cem anos de nascimento de Emmanuel Levinas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

_____. In: PECORARO, Rossano. (Org.). **Os filósofos**: clássicos da filosofia, de Ortega y Gasset a Vattimo. Petrópolis: Vozes, 2009. Vol. III, p. 126-144.

STORCH, A. M. L. O espaço aberto como elemento do projeto da cidade. In: NÓBREGA, Maria de Lourdes Carneiro (Org.). **Arquitetura e urbanismo**: projeto, estudos urbanos, patrimônio. Recife: Prazer de Ler, 2010. Cap. 04, v. 01, pp. 61-79.

_____. Intervenção em centros históricos: Uma luta travada entre os valores estéticos e éticos?. In: 2 Coloquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto. Desafios e Perspectivas, Belo Horizonte 2012,. 2 Coloquio Ibero-Americano. Paisagem cultural, Patrimônio e Projeto Desafios e Perspectivas. **Anais...**Belo Horizonte: Ed. Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG, 2012. v. 1. p. 252.

_____. Intervenções urbanísticas e situações de isolamento nas áreas centrais históricas. In: III Seminário Internacional Cidade e Alteridade. Convivência Multicultural e Justiça Urbana, Belo Horizonte, 2014. Espaços Comuns e Cidades de Exceção. **Anais...**Belo Horizonte: Marginalia Comunicação, 2014. v. 1. p. 94-97.

TAFURI, M. **Projecto e utopia**: arquitectura e desenvolvimento do capitalismo. Lisboa: Presença, 1997. (Col. Dimensões)

_____. "Imaginários sociais modernos". Lisboa: Edições Texto e Grafia, 2010.

_____. "Uma era secular". São Leopoldo: UNISINOS, 2010.

TAYLOR, Charles. **As fontes do self** – A construção da identidade moderna. Trad. Adail U. Sobral e Dinah de Azevedo de Abreu. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

_____. **Imaginários sociais modernos**. Lisboa: Edições Texto e Grafia, 2010.

TEIN, Ernildo. In: PECORARO, Rossano. (Org.). Os filósofos: clássicos da filosofia, de Kant a Popper. Petrópolis: Vozes, 2008. Vol. II, pp. 281-309.

TIMM, S. R. **Totalidade e Desagregação**: Sobre as fronteiras do pensamento e suas alternativas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

UMAKOSHI, Erica M.; GONSALVES, Joana C. S. A utopia do edifício alto “verde” e a criação de uma nova geração de ícones do desempenho ambiental. **Pós**, v.16 n.26, São Paulo, dez. 2009.

VAN EYCK, Aldo (1961). “Place and Occasion”. In: SMITHSON, Alison (1962). **Team 10 Primer**. Cambridge: MIT Press, 1968.

VASCONCELOS, C. São José atrai novos moradores. **Jornal do Commercio**. Recife, 31 de jul. 2005. Disponível em: <http://jc.uol.com.br/jornal/2005/07/31/not_147159.php>. Acesso em: 30 maio de 2012.

VASQUEZ, Adolfo Sanchez. **Filosofia da praxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

_____. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Ética**. São Paulo: Ática, 1986.

VAZ, Henrique Cláudio de Lima. **Escritos de filosofia II**. Ética e cultura. São Paulo: Loyola, 1993.